

GISELLE ALMEIDA BARRETO

**UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE,
COMUNIDADE E PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
JULHO- 2009**

**UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE,
COMUNIDADE E PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**

GISELLE ALMEIDA BARRETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. ADELIA MARIA MIGLIEVICH RIBEIRO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
JULHO – 2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

026/20

B273 Barreto, Giselle Almeida

UENF, extensão e políticas de saúde : um debate acerca da relação entre universidade, comunidade e poder público no município de Campos dos Goytacazes-RJ / Giselle Almeida Barreto -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

217 f. : il

Orientador: Adelia Maria Miglievich Ribeiro

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009

Bibliografia: f. 176 - 190

1.Extensão Universitária 2. Saúde Pública – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 378.103

**UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE,
COMUNIDADE E PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**

GISELLE ALMEIDA BARRETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em: 20/07/2009

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dalton José Alves (Doutor em Educação) – UNICAMP.

Prof. Dr. João Carlos de Aquino Almeida (Doutor em Ciências Biológicas) – UFRJ.

Prof. Dr. Michel Jean Marie Thiollent (Doutor em Sociologia) – Université de Paris V (Rene Descartes) – França.

Profa. Dra. Adelia Maria Miglievich Ribeiro (Doutora em Sociologia e Antropologia) - UFRJ.

Orientadora

Dedico este trabalho à minha querida avó Domingas, que tanto amo e admiro.

Aos meus queridos pais, por todo amor, carinho, cuidado e dedicação.

Aos meus amados irmãos, minha querida sobrinha Ana Carolina e toda minha família.

Aos meus dois preciosos filhos, João Vítor e João Lucas, presentes de Deus em minha vida.

Ao meu amado, Joaquim Luís, pela sua dedicação, paciência e disposição para me ajudar desde o início deste curso de mestrado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor, meu Deus e meu Pai por me conceder a vida, pelo Seu imenso amor por mim, por me conduzir em todo caminho que devo seguir e por colocar em meu coração todos os sonhos que Ele mesmo sonhou para mim.

À Pastora Elen Ressiguer - minha pastora - que me ajudou com a rica e poderosa palavra de Deus e pelas orações por todas as áreas de minha vida.

À minha amiga Angela Casanova por sua verdadeira amizade, suas palavras motivadoras que me impulsionaram a seguir em frente com a confiança de que tudo é possível ao que crê.

À minha amiga, professora e orientadora Adelia Miglievich, que admiro e respeito pela sua sabedoria, competência, dignidade, lealdade e dedicação em todos os seus feitos. Sei que foi para cumprir um propósito de Deus que nos encontramos na caminhada da vida e tenho certeza que Ele tem grande galardão reservado para àqueles que se dedicam com afinco para o cumprimento dos direitos sociais.

À minha amiga e madrinha, Muniba Musser, por estar sempre presente em minha vida me ajudando e me aconselhando e por cuidar dos meus filhos nos momentos em que preciso me ausentar.

A todos os profissionais que se dispuseram a colaborar com este estudo. Em especial, à professora Lílían Bahia, que com sua experiência profissional, colaborou com preciosas sugestões durante a qualificação do projeto de pesquisa, as quais contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor João Carlos de Aquino Almeida, que se tornou meu amigo no decorrer desta pesquisa, pela sua disposição em me ajudar e pela atenção dispensada em todo tempo.

Ao professor Michel Thiollent, que com toda humildade, cooperação e competência esteve pronto a me escutar e ajudar quando nos conhecemos na Pró-Reitoria de Extensão da UENF e durante todo o percurso desta pesquisa.

Ao professor Silvério Paiva, uma pessoa especial, que com sua calma e tranquilidade não mediu esforços para a reunião de informações necessárias para a concretização desta dissertação.

Ao professor Dalton José Alves por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora deste trabalho. Sei que sua contribuição será valiosa.

À professora Vera Lúcia Marques da Silva por ter me ajudado na concretização deste trabalho com suas apreciações e sugestões.

À Ana Paula Caputo, secretária do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, por sua calma, paciência e atenção em todos os momentos em que necessitei de sua ajuda durante o curso de mestrado.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos em Teoria Social, o NETS, pelos momentos de aprendizagem e troca de conhecimentos. Em todo tempo, aprendi muito com vocês e me sinto altamente privilegiada por compor a lista de integrantes deste grupo.

Aos funcionários da PROEX/UENF, pela gentileza e atenção durante os meses em que realizei as consultas documentais e bibliográficas necessárias no decorrer de minha pesquisa de campo.

Aos professores do PPGPS e aos colegas de turma, pelo aprendizado coletivo e compartilhado. Em especial, aos professores Hernán Armando Mamani, Liete de Oliveira Accácio e Sonia Martins de Almeida Nogueira e aos amigos: Carlos Moraes, Edmilson, Tonny, Paulo Sérgio, Marilene, Ana Paula Serpa, Josete e Janike. Jamais esquecerei vocês, porque moram em meu coração.

Bem-aventurados aqueles que têm seu prazer na lei do Senhor e nela medita de dia e de noite. Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto na estação própria e cujas folhas não caem, e tudo quanto fizer prosperará (SALMO 1: 2-3).

Não é tarde para se sonhar, o céu ainda é azul, há esperança! É só olhar no olhar de uma criança e no sorriso de uma mãe que deu a luz. Ouvirei os testemunhos de bravos homens que venceram, ouvirei dos cegos que ainda esperam a visão, ouvirei canções que marcam toda uma geração, pois nunca é tarde para se sonhar! (...) Minha força vem de um Deus que faz milagres, minha fé está além do impossível, minha esperança viva está, meu coração não quer parar, pois nunca é tarde para se sonhar (Trecho da música “Não é tarde”, cantada por Fernanda Brum e Ana Paula Valadão).

RESUMO

O estudo problematiza o debate acerca da extensão universitária com ênfase na relação entre educação, atividades extensionistas e políticas de saúde, atentando para as potencialidades da universidade, na realidade local, como importante articuladora da participação social na definição e implementação de políticas públicas de saúde. A reflexão de Boaventura de Sousa Santos sobre a produção e a disseminação do conhecimento e as conquistas cidadãs no âmbito da Extensão Universitária e da Saúde Coletiva constituem a base para as análises e discussões aqui realizadas na ênfase à democratização da sociedade e à autonomização dos sujeitos. A pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, toma a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) como “caso” privilegiado de análise. Dos oito projetos de extensão desenvolvidos sob a rubrica “saúde” no ano de 2007, na UENF, quatro foram selecionados para este estudo. Na etapa quantitativa, fez-se um levantamento de dados que, examinado à luz da epidemiologia descritiva, propiciou a construção de um breve “diagnóstico de saúde” do município de Campos dos Goytacazes. A etapa qualitativa dividiu-se em três fases: pesquisa exploratória; bibliográfica-documental; pesquisa de campo realizada na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF com a realização de entrevistas semi-estruturadas dialógicas gravadas com os coordenadores dos projetos selecionados, gestores e o consultor da Extensão Universitária da PROEX/UENF. Após a análise das informações obtidas, foi possível constatar que a Extensão Universitária é o principal canal pelo qual a UENF reverte a imagem inicial de uma universidade que nascia “estrangeira” na região, em razão de especificidades históricas. Também, conclui-se que os projetos extensionistas investigados apresentam-se como instrumentos com plena capacidade para colaborar no processo de Promoção de Saúde local. Constatam-se, porém, dificuldades a serem superadas, como, o financiamento dos projetos de extensão, a institucionalização de parcerias com Poder Público Local e a criação de um novo *ethos* científico que valorize a participação e a emancipação social. Ainda assim, visualiza-se a Extensão Universitária na UENF como uma experiência que atua como um instrumento político-social capaz de viabilizar a interação entre universidade-comunidade-poder público local em prol da Saúde Pública.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Promoção de Saúde, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

The study problematizes the debate about university extension with emphasis in the relation among education, extension activities and health policies, paying attention to the potentialities of the university, of local reality as an important articulator of social participation in the definition and implementation of health public policies. The reflection of Boaventura de Sousa Santos about the production and dissemination of knowledge and the citizen's accomplishments in the field of University Extension and Collective Health constitute the basis for the analyzes and discussions here performed with emphasis in the democratization of society and the autonomy of subjects. The research, of a quantitative and qualitative character, takes the North Fluminense State University Darcy Ribeiro (UENF) as a privileged "case" of analysis. Of the eight extension projects developed under the signature "health" in the year 2007 at UENF, four were selected for this study. In the quantitative stage, a data research was made, which examines under the light of the descriptive epidemiology, has allowed the construction of a brief "health diagnosis" in the municipality of Campos dos Goytacazes. The qualitative stage has been divided in four phases: exploratory research, bibliographical and documentary research, field research performed at the Pro-Reitoria of Extension and Community Subjects at UENF with the making of semi-structured interviews taped with the coordinators, managers and the consultant of the selected projects of the University Extension of the PROEX/UENF. After an analysis of the obtained information, it was possible to realize that University Extension is the main means through which UENF reverts the initial image of a university that was born a "foreigner" in the region, because of historical specificities. It was also concluded that the investigated extension projects are presented as instruments with total capacity to collaborate in the local process of Health Promotion. There are, however, difficulties to overcome, as the fundraising for the extension projects, the institutionalization of partnerships with the Local Public Power and the creation of a new scientific *ethos* which values the social participation and emancipation. University Extension at UENF is still regarded as an experience which acts a political and social instrument, capable of making possible the interaction among university, community and local public power in favor of Public Health.

Key words: University Extension, Health Promotion, North Fluminense State University Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Campos dos Goytacazes. RJ.	27
Figura 2 - Estruturação da UENF.	40
Figura 3 - Mapa da Pobreza em Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro (Região Norte-Fluminense).	44
Figura 4 - Mapa da Desigualdade no Estado do Rio de Janeiro (Região Norte-Fluminense).	45
Figura 5 - Organograma da PROEX/UENF.	99
Figura 6 - Apresentação dos Projetos de Extensão da UENF em formato “Pôster” No VI Workshop de Extensão.	108
Figura 7 - Realização de entrevista com Dr. João Aquino de Almeida em 16/07/08 na sala 208 – A do CBB.	139
Figura 8 - Realização de entrevista com Dra. Maria Angélica Vieira da Costa Pereira no Hospital Veterinário da UENF.	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rendimento mediano (em R\$) dos chefes de domicílios, dos municípios da Região Norte Fluminense, 2000.	45
Gráfico 2 - Proporção da população menor de 05 anos e maior de 60 anos, na Região Norte Fluminense, 2000.	47
Gráfico 3 - Taxa de fecundidade, por município da região Norte Fluminense, 2000.	48
Gráfico 4 - Mortalidade proporcional, segundo Grande Grupo de Causa (CID 10) no município de Campos dos Goytacazes no ano de 2005.	50
Gráfico 5 - Notificação Compulsória da AIDS (adulto e infantil) no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	54

Gráfico 6 - Notificação Compulsória da Sífilis Congênita no município de Campos de Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	56
Gráfico 7 - Notificação Compulsória da Tuberculose no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	58
Gráfico 8 - Notificação Compulsória da Dengue no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	59
Gráfico 9 - Notificação Compulsória da Hanseníase no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	61
Gráfico 10 - Notificação Compulsória da Hepatite Viral no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	62
Gráfico 11 - Notificação Compulsória da Leptospirose no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	64
Gráfico 12 - Notificação Compulsória da Meningite no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nº. Óbitos (total) por Faixa Etária Infantil. Segundo Município Residência: Campos dos Goytacazes. Período: 2006.	49
Quadro 2 - Composição da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários no ano de 2008.	100
Quadro 3 - Dados estatísticos da extensão universitária na UENF, por tipo de ação, 2001/2002.	101
Quadro 4 - Cursos por área temática oferecidos pela PROEX/UENF nos anos de 2001/2002.	102
Quadro 5 – Distribuição dos Certificados emitidos pelo PROEX/UENF no período entre 2003 e 2006.	103
Quadro 6 – Distribuição das ações extensionistas realizadas pela PROEX/UENF no ano de 2007.	106
Quadro 7 – Projetos de Extensão cadastrados na PROEX/UENF nos últimos cinco anos.	106
Quadro 8 - Distribuição de resumos expandidos por unidades responsáveis no VI Workshop de Extensão ocorrido no ano de 2008.	108

Quadro 9 - Distribuição das ações extensionistas na área temática “Saúde” no período entre 2004 e 2007.	133
---	-----

Quadro 10 - Relação dos profissionais entrevistados.	137
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Problemas de Saúde da Região Norte Fluminense	51
--	----

Tabela 2 – Taxa de Prevalência de Sífilis em parturientes por Grande Região. Brasil. 2004.	55
--	----

Tabela 3 - Leptospirose no Brasil. Casos confirmados, por local de transmissão: 1996 - 2005.	64
--	----

Tabela 4 - Doença meningocócica no Brasil: 1996 a 2005. Casos confirmados por local de ocorrência.	65
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ABO – Associação Brasileira de Odontologia

AIS – Ações Integradas de Saúde

ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Cacon - Centros de Alta Complexidade em Oncologia

CAPs - Caixas de Aposentadorias e Pensões

Caps – Centros de Atenção Psicossocial

CCZ – Centro de Controle de Zoonoses

CEBES – Centro Brasileiro de Estudos em Saúde

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CID-10 – Código Internacional de Doenças

CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública

CODIN – Condomínio Industrial

CONASP - Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária

COPPE – Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia

DGSP - Diretoria Geral de Saúde Pública

DNC – Doença de Notificação Compulsória

ECEM - Encontro Científico dos Estudantes de Medicina

EMHAB - Empresa Municipal de Habitação

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro

FAFIC – Faculdade de Filosofia de Campos

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FOC – Faculdade de Odontologia de Campos

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras

FUNDENOR - Fundação Norte-Fluminense de Desenvolvimento Regional

HGG – Hospital Geral de Guarus

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMS – Instituto de Medicina Social

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INEP – Instituto Nacional de Educação Pública

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESP - Ministério da Educação e da Saúde Pública

MS – Ministério da Saúde

MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Naps – Núcleo de Apoio Psicossocial

Noas – Normas Operacionais de Assistência à Saúde

PAB – Piso de Atenção Básica

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIASS - Programa de Interiorização das Ações de Serviços de Saúde e Saneamento

PMCG – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNEPS - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

PNHV – Programa Nacional de Hepatite Viral

PPA – Plano de Pronto-Ação

PPI – ECD – Programação Pactuada Integrada - Epidemiologia e Controle de Doenças

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSF – Programa Saúde da Família

SES – Secretaria Estadual de Saúde

SESAC - Semana de Saúde Comunitária

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidades

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SNS – Sistema Nacional de Saúde

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1) CAMPOS E REGIÃO NORTE FLUMINENSE: Universidade, Conhecimento e Saúde Pública	
1.1) “Extensão universitária para onde?” Uma apresentação de Campos dos Goytacazes e região Norte Fluminense.	27
1.2) “Extensão universitária com quem?” <i>Capital social</i> e implicações na política local.	31
1.3) Extensão universitária: “de qual universidade se fala?”	34
1.4) Pobreza e saúde local: as carências da população entorno da UENF.	43
1.5) A pesquisa de campo exploratória: doenças e notificações obrigatórias no município.	52
CAPÍTULO 2) OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO: Saúde Pública, Políticas Sociais e a <i>razão de ser</i> da Universidade	
2.1) Breve histórico da saúde pública brasileira.	68
2.2) Da Reforma Sanitária à <i>Constituição Cidadã</i> : por uma nova pedagogia da saúde.	76
2.3) A Universidade e o <i>novo senso comum</i> : conhecimento e solidariedade.	81
2.4) Os Sentidos da Extensão Universitária.	87
CAPÍTULO 3) A EXTENSÃO NA UENF: em busca de novos paradigmas	
3.1) Histórico, estado e perspectivas da extensão universitária na UENF.	97
3.2) A metodologia da pesquisa-ação.	113
CAPÍTULO 4) PROMOÇÃO DE SAÚDE, EXTENSIONISMO UNIVERSITÁRIO E O CASO UENF: um estudo a partir dos projetos de extensão em saúde pública	
4.1) Promoção de Saúde e Extensão Universitária	122
4.2) O Percurso Metodológico	134

4.3) Projetos de Extensão em Saúde desenvolvidos pela UENF no ano de 2007: uma reflexão.	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE 1	191
APÊNDICE 2	192
APÊNDICE 3	194
APÊNDICE 4	197
APÊNDICE 5	200
APÊNDICE 6	203

INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada busca aliar a investigação acerca da extensão universitária - tomando como exemplar o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes - à pretensão de atuar como um instrumento auto-reflexivo sobre nossas práticas cotidianas como cientistas e membros da comunidade universitária, emitindo sugestões e elucidações a respeito dos desafios sociais postos a esta instituição.

Levo em conta a provocação de Marilena Chauí que interpreta a universidade como uma *instituição social*, distinta de uma *organização*. À organização não compete discutir ou questionar a própria existência, seu significado, seu lugar na sociedade, apenas gerir recursos e atingir metas cuja referência é ela mesma, na competição com outras entidades igualmente isoladas. Já a instituição aspira à universalidade, portanto, a sociedade é seu princípio e seu mote. Não se restringe à racionalidade instrumental. Mas, sim, busca a emancipação¹.

Ao buscar participar de um debate de tal proporção, cabe-me, antes de tudo, apresentar-me como *aprendiz* neste campo, estimulada, porém, a pensar e fazer *juntos*². Formei-me como Odontóloga na cidade de Campos e especializei-me em Saúde Pública³, passando a me dedicar, como profissional, a este campo, numa vivência cotidiana que soma até hoje 13 anos. As inúmeras carências de nossa população há muito alertavam-me para a evidência de que, para além do atendimento clínico, a saúde depende da conscientização sanitária. Ao longo deste tempo, afastei-me da prática clínica, passando a atuar como sanitarista na Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Macaé e no Departamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária de Campos dos Goytacazes. Os novos cargos exigiram-me o compromisso com o desenvolvimento de projetos sociais com a principal meta de gerar e estimular a consciência sanitária e cidadã nas pessoas.

¹ Cf. MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia M. Apresentação de edição. *Agenda Social*. Revista do PPGPS, v.2, n.2, mai/set., 2008. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social/.

² Minha nova socialização – a acadêmica – deu-se no NETS (Núcleo de Estudos em Teoria Social), coordenado pela Professora Adelia Miglievich Ribeiro, no CCH-UENF, onde conheci vários colegas, doutorandos, mestres, mestrandos e graduandos. Pesquisas, orientações, projetos de extensão, organização e participação em seminários, revistas científicas, artigos passaram a compor, então, meu novo cotidiano. No NETS, descobri que a UENF e a região, Darcy Ribeiro, seu pensamento e obra, o Brasil e a modernidade periférica, a universidade e a cultura eram objetos de estudo por excelência.

³ Cursei Odontologia em Saúde Coletiva (ABO-Campos); Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (UNESA - Campos); Formação de Facilitadores em Educação Permanente em Saúde (ENSP/FIOCRUZ).

Aprofundou-se em mim a certeza de que eficácia na promoção social da saúde interliga-se fortemente ao enfrentamento de desafios educacionais e sociais.

Não por acaso, em 2007, iniciei o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do CCH/UENF, passando a interagir num ambiente novo: a *universidade pública*. Para mim, não se tratava de mais uma universidade pública. Tratava-se da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro que, já em meus tempos de acadêmica na Faculdade de Odontologia de Campos (FOC) ocupava meu imaginário.

Naquela ocasião, iniciava-se o movimento pela vinda da Universidade Estadual do Norte Fluminense, liderado então, pelas personalidades campistas. Lembro-me que, no início dos anos 1990, eram realizadas não poucas reuniões em nossa Faculdade e, também na Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC), situada bem ao lado da Faculdade de Odontologia. O que se dizia por ali e em toda cidade era que as faculdades privadas, como a de Direito, Medicina, Odontologia e, até mesmo a FAFIC, seriam a UENF, tornar-se-iam uma só e, melhor, uma instituição pública, na qual os alunos não mais precisariam pagar seus estudos, o que pessoalmente me agradava dada a situação financeira de minha família.

Contudo, a UENF foi instalada, mas não reuniu as IESs privadas de Campos, conforme o esperado e, ainda, moldou-se de forma completamente diferente do então imaginado. Minha pouca idade, no ano de 1993, apenas me permitia lamentar o ocorrido, já que não era capaz de vislumbrar os significados dos novos rumos tomados pela universidade, em sua face da pesquisa e do desenvolvimento para o município e região, com a vinda de um corpo de cientistas de vários cantos do mundo e do Brasil.

Como campista, aluna da FOC e residindo bem próximo a UENF, o que vi foi meu sonho de me graduar em Odontologia numa universidade pública desmoronar e, ainda ter o condomínio onde morava “invadido” por estrangeiros e até brasileiros, mas mesmo assim, distantes de meu mundo. Professores-doutores europeus, mais reservados; havia os argentinos e os chilenos. Estes últimos eram muito simpáticos, sempre rindo, passavam acenando em seu *fusquinha* com a placa do Chile.

No condomínio, eu ouvia: “Ah, mudou-se um casal da UENF para a casa número tal!” ou “Aquele ali é professor da UENF, veio para cá!”. O que se percebe é que os professores da UENF eram considerados pelos campistas como pessoas de outro *planeta*. As demais pessoas que viessem para o condomínio eram consideradas pessoas

daqui mesmo. Os professores da UENF, não. Eu tinha a UENF tão perto e, ao mesmo tempo, bem longe de mim.

Quando, então, passada mais de uma década, ingressei na UENF como mestranda, experimentei o *outro lado da moeda*. Feliz pela vitória alcançada, num dia encontrei uma amiga – colega de profissão – e, sem hesitar, fui logo dizendo para ela: “Eu estou fazendo mestrado na UENF!!!” Ela me perguntou: “Como você conseguiu entrar lá, Giselle? Lá não entra ninguém de Campos!”. Confesso que, no momento, não sabia se me sentia lisonjeada por ter conseguido algo que parecia inalcançável aos meus próprios colegas, ou se me sentia triste, por ser considerada estrangeira em terra natal.

Esta dupla identidade de campista e de aluna da UENF, participante, portanto, de um novo *ethos* institucional tornou-se o principal motor de minhas indagações. Sabia que desejava persistir em meus estudos na área da saúde pública, mas percebia que a universidade se tornava também para mim um objeto de estudo. Nada fácil, visto que imediatamente percebi que, para levar a cabo a realização de minha proposta de pesquisa rigorosa e idônea, haveria de conjugar meus maiores esforços para colocar em suspenso todas as pré-noções, preconceitos, e o montante de idéias e concepções explicitadas pelas pessoas ao meu redor.

Encontrei na problematização da função social da Universidade Pública e do *lugar* da extensão universitária nesse processo meu foco de interesse. Na interface com minhas preocupações relativas à saúde pública em Campos dos Goytacazes e região, construí meu objeto de estudo, na medida em que me perguntava: 1) Como se dá a interação entre a UENF e a comunidade no âmbito da saúde pública? E entre a UENF e o Poder Público local? O que é a extensão universitária? Como ela vem sendo pensada ao longo dos anos? A indissociabilidade prescrita entre ensino, pesquisa e extensão está sendo respeitada? Há projetos direcionados às endemias locais? Estes ressaltam a consciência sanitária e cidadã ou exercem papel meramente assistencial, recaindo para o assistencialismo? Há parcerias? De que tipo? Quais os principais obstáculos para a execução destes projetos? Pode-se dizer que os projetos contribuem no debate e formulação de políticas públicas de saúde ou são apenas ações em saúde pública fragmentadas?

Para a pesquisa, meu pressuposto, em acordo com Boaventura de Sousa Santos, é o de que a redefinição do sentido da universidade na contemporaneidade exige a revisão radical da *ciência* que praticamos. Do futuro comportamento das ciências fala o sociólogo português em seu livro *Um Discurso sobre as Ciências*, a partir da “perda de

confiança epistemológica”, ocasionada pela crise paradigmática emergente. Trata-se a nova abordagem de uma ciência ancorada numa “diversidade epistemológica” que corresponde ao horizonte para o qual converge o “paradigma de transição” proposto por Santos que encerra a necessidade urgente de revalorização das humanidades e do senso comum como cruciais para o conhecimento que se destina às mudanças na realidade social.

A natureza da Revolução Científica vivenciada nos dias de hoje é estruturalmente diferente da que ocorreu anteriormente, caracterizada por uma ruptura epistemológica entre fé e razão, em que a concepção ocidental passa a negar o caráter racional de qualquer forma de conhecimento que não se pautarem em seus princípios epistemológicos e em suas regras metodológicas. Na atualidade, observa-se uma Revolução Científica que ocorre numa sociedade em que ela própria é revolucionada pela ciência, e o paradigma a emergir a partir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), mas precisa ser também, um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 1987, p. 36-7).

Boaventura de Sousa Santos (2005b) distingue dois pilares em tensão dialética, na modernidade: o pilar da regulação social e o pilar da emancipação social. O primeiro pilar corresponde a formas hegemônicas de globalização. O segundo pilar refere-se a formas de globalização contra-hegemônicas que, deste modo, apontam para a possibilidade de reinvenção da emancipação social.

Com efeito, a revolução neoliberal traz à tona a re-ideologização do modelo dominante que busca na racionalidade instrumental da modernidade a efetivação do discurso positivista que pretende renormalizar as instituições acadêmicas a favor da economia e da lei de mercado. Verifica-se que as universidades têm se abstinido de levar a cabo a transição paradigmática contemporânea, refugiando-se em agendas mais convencionais e deixando de lado a produção de conhecimento crítico intersubjetivo com vistas à transformação social. Ainda assim, este é um papel que lhe será exigido pelas forças que tensionam a modernidade contemporânea e revelam sua falência.

Nesta *fricção*, os movimentos sociais ganharam peculiar visibilidade. Escobar (2006, p. 641-3) observa que, na década de 1990, estes avançaram na construção da imaginação de modernidades alternativas questionando o eurocentrismo. O conhecimento defendido pelos ativistas sociais se origina em berço não-acadêmico e concentra-se num senso comum pragmático, localizado, baseado no lugar e fundamentado na experiência, mesmo que este senso comum tenha que se comprometer

com o conhecimento científico, porém longe da pretensão moderna de construir um totalitarismo epistemológico.

Escobar (2006) enfatiza ainda que o desafio que surge para a universidade é o de orientar esses novos conhecimentos para projetos de emancipação e transformação social contra os excessos da globalização neoliberal. “Somente, desta forma, se poderá fomentar e desenvolver uma ecologia política do conhecimento pluralista e regimes pluralistas de construção do mundo” (*Ibid.*, p. 663).

No Brasil, a contar da década de 1980, as mudanças no cenário político possibilitaram a elaboração de uma nova concepção de universidade baseada na redefinição das práticas de *ensino, pesquisa e extensão*. Com o fortalecimento da sociedade civil e a abertura política após o período ditatorial, as ações desenvolvidas pela extensão passaram a ser requeridas como forma de articular a universidade e a comunidade *além muros*. Como instrumentalizadora de um processo dialético entre a teoria e a prática, a Extensão Universitária ganha os fóruns de debates como um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Souza Neto & Guarnieri Atik (2005) definem extensão universitária como um processo educativo que envolve ações de caráter científico, cultural e artístico, voltadas para a integração da instituição universitária, possibilitando, assim, uma efetiva participação da universidade na sociedade, reconhecendo em ambas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico. Este fluxo sistematizado, por sua vez, traz como consequência a produção de um tipo de conhecimento que resulta do confronto com a realidade local, permitindo a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

É, também, no cenário da abertura democrática no Brasil que os movimentos sociais lutaram por um melhor modelo de atenção à saúde - a Reforma Sanitária – que proponha um *conceito ampliado de saúde*. As idéias norteadoras da Reforma Sanitária atuaram de forma pró-ativa para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no texto constitucional de 1988, em que a saúde passa a ser reconhecida como direito social e de cidadania, extensivo a toda população. Com as mudanças introduzidas a partir do texto constitucional, da Lei Orgânica da Saúde - Lei 8.080/90 - e, também, da Lei nº. 8.142/90, as decisões em matéria de saúde pública passaram a envolver novos e múltiplos atores, impondo modificações significativas no desenho e formulação das

políticas de saúde, com importantes inovações institucionais em termos da estrutura e dinâmica do processo decisório.

A crise da saúde vivenciada na atualidade é parte integrante da crise social, a engendrar desafios que atravessam toda organização social, desde a produção, distribuição e consumo de bens e serviços até as formas de organização do Estado e dos seus *aparelhos* nas suas relações com a sociedade. Na medida em que a Saúde Coletiva apresenta-se “como um movimento ideológico comprometido com a transformação social com possibilidades de articulação com novos paradigmas científicos capazes de abordar o objeto *saúde-doença-cuidado*” (PAIM & ALMEIDA FILHO, 1998), Goergen (1998) destaca a importância dos *canais de comunicação* entre universidade, Estado e sociedade civil, a fim de se possibilitar uma articulação sistêmica e integrada no cenário epistemológico e social emergente. Neste, a universidade assume uma nova identidade, a partir de sua interseção com o ambiente no qual se encontra inserida.

Ao se entender como função básica da universidade a produção e a socialização/disseminação do conhecimento que objetivam a intervenção na realidade, a possibilidade de acordos e de ação coletiva entre os agentes universitários e a população, percebe-se que a extensão, ao compor o tripé universitário, apresenta-se como indispensável ao exercício da responsabilidade social da universidade, através das ações de promoção social, notáveis para a garantia dos valores democráticos de igualdade e de justiça social. Não se sabe, porém, até que ponto esta percepção está generalizada na comunidade acadêmica.

Levando-se em conta que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro foi idealizada para promover o desenvolvimento regional e, até mesmo nacional, cabe examinar a presença de sua prática extensionista neste intento. No âmbito da saúde – o *recorte* deste estudo – importa examinar a extensão universitária em seu potencial de implementação de políticas públicas de saúde locais, a partir dos projetos de extensão, na proporção em que esta é visualizada como um instrumento político-social capaz de viabilizar a interação entre comunidade-universidade-poder público.

Partilho do ponto de vista de Hennington (2005) na construção da hipótese de que os programas de extensão podem vir a servir de *espaço* diferenciado para novas experiências voltadas à humanização, ao *cuidado* em saúde e à qualificação da gestão e atenção em saúde, visando ao adequado gerenciamento das ações de saúde pública.

Desenvolvo, nesta perspectiva, uma pesquisa de caráter quanti-qualitativo dividida em etapas. Primeiramente, realizo uma pesquisa exploratória na Pró-Reitoria de

Extensão e Assuntos Comunitários da UENF, mediante um levantamento documental que conta a história da extensão universitária na UENF desde sua implantação. Também, trato da análise do Plano Orientador da UENF, assinado por Darcy Ribeiro.

Em seguida, dedico-me a uma pesquisa bibliográfica-documental com a finalidade de coleta de dados em fontes primárias de informação (documentos, legislação, plano orientador, projetos, catálogos, manuais) e secundárias (livros, artigos científicos, monografias, teses, dentre outros) quer sobre a saúde pública em Campos, na região norte-fluminense e no Brasil, na ênfase às demandas e desafios hoje, como também procuro inteirar-me das questões postas à universidade e ao conhecimento.

Tendo feito tais leituras, retorno à pesquisa de campo que se divide em três fases. Primeiramente, na PROEX/UENF, realizo o mapeamento dos projetos de extensão cadastrados sob a rubrica “saúde”, elegendo como ano-base 2007. Faço a catalogação dos projetos em fichas contendo informações de acordo com a padronização da Pró-Reitoria. Numa segunda etapa, realizo entrevistas semi-estruturadas gravadas com atores identificados durante a fase exploratória, a saber, o atual Pró-Reitor da Extensão da UENF bem como sua antecessora que, em acordo com a pesquisa exploratória, havia inaugurado um novo ritmo ao extensionismo na UENF, ainda presente em seu desenvolvimento. Também, o Professor Michel Thiollent, convidado pelos gestores da extensão para a função de consultor da PROEX. Em seguida, defino minha amostra de projetos do ano de 2007 sob a rubrica “saúde” de modo a realizar entrevistas semi-estruturadas e gravadas também com seus respectivos coordenadores. Acrescento à pesquisa de campo a visita ao Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes, com o intuito de verificar a frequência de algumas doenças de notificação compulsória no município, tendo como base a “epidemiologia descritiva”⁴, que me permite, de um modo geral, identificar por meio de dados quantitativos, as condições de saúde da população. Por fim, sigo para a operacionalização dos dados para obtenção dos resultados da análise.

Organizo a estrutura desta dissertação em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado **“CAMPOS E REGIÃO NORTE FLUMINENSE: Universidade, Conhecimento e Saúde Pública”** está subdividido em cinco partes: ‘ “Extensão

⁴ A Epidemiologia Descritiva estuda o comportamento das doenças em uma comunidade, isto é, em que situações elas ocorrem na coletividade, segundo características ligadas à pessoa (quem), ao lugar ou espaço físico (onde) e ao tempo (quando) fornecendo elementos importantes para se decidir que medidas de prevenção e controle estão mais indicadas para o problema em questão (ROUQUAYROL, 1993).

universitária para onde?” Uma apresentação de Campos dos Goytacazes e região Norte Fluminense’ retrata a conformação do município desde sua formação, destacando sua configuração econômica, social e cultural ao longos dos anos até a atualidade; a segunda parte, “‘Extensão universitária com quem?’ *Capital social* e implicações na política local’ traz a história da representatividade política de Campos e sua correlação para a conformação do capital social local à luz dos pressupostos da Teoria de Capital Social de Robert Putnam (1996); a terceira parte, ‘Extensão universitária: “de qual universidade se fala?”’, compreende todo contexto de implantação da UENF e sua estruturação, tendo como fonte principal seu Plano Orientador. A quarta parte, ‘Pobreza e saúde local: as carências da população entorno da UENF’ expõe alguns indicadores sociais, como, pobreza, renda, saneamento básico, conformação atual dos segmentos populacionais e a taxa de mortalidade infantil e por grande grupo de causas como fatores condicionantes para as questões de saúde pública e, por último, a quinta parte, intitulada ‘A pesquisa de campo exploratória: doenças e notificações obrigatórias no município’ que, a partir, do indicador de saúde *morbidade*, expõe a frequência de algumas Doenças de Notificação Compulsória para realização de diagnósticos acerca das condições de saúde da população local, como também, para trazer à tona, as endemias de maior relevância no município que contribuíram às análises.

O segundo capítulo, “**OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO: Saúde Pública, Políticas Sociais e a razão de ser da Universidade**”, está sub-dividido em quatro partes, a saber: ‘Breve Histórico da Saúde Pública Brasileira’ relata ações em saúde pública no Brasil desde o início do século passado correlacionando-as com cada período histórico. A segunda parte, ‘Da Reforma Sanitária à *Constituição Cidadã*: por uma nova pedagogia da saúde’ retrata o movimento sanitário com ênfase em seus ideais e perspectivas que serviram de base para a construção do SUS - no interior do texto constituinte de 1988 - com princípios e diretrizes orientados para a promoção, proteção e recuperação da saúde. A terceira parte, ‘A Universidade e o *novo senso comum*: conhecimento e solidariedade’ retrata a ruptura epistemológica que transita do totalitarismo epistêmico da ciência moderna a um *novo senso comum* pautado num conhecimento pluriversitário instituído por uma ecologia de saberes que na, contemporaneidade, invoca a conformação de uma universidade comprometida com a democratização do conhecimento e com os problemas sociais em seu entorno mediante o novo paradigma científico proposto por Boaventura de Sousa Santos, e a quarta parte, ‘Os Sentidos da Extensão Universitária’ expõe a reformulação de conceito de extensão

universitária, a partir do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em 1987, que traz a consagração de um *novo extensionismo* incorporado à Constituição de 1988 que reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reconhecendo o devido *lugar* da extensão no interior da universidade.

O terceiro capítulo, **“A EXTENSÃO NA UENF: em busca de novos paradigmas”** apresenta-se com duas partes. A primeira, ‘Histórico, estado e perspectivas da extensão universitária na UENF’ retrata a história e evolução da extensão uenfiana ao longo do tempo, enfocando as ações extensionistas inscritas na área temática “saúde”, e o segundo, ‘A metodologia da pesquisa-ação’ pontua que dentre, as metodologias participativas, a metodologia da pesquisa-ação tem sido a que apresenta virtudes para a realização de projetos extensionistas, devido ao grau de interlocução proporcionado para a devida interação entre pesquisadores e pesquisados.

O quarto capítulo, **“PROMOÇÃO DE SAÚDE, EXTENSIONISMO UNIVERSITÁRIO E O CASO UENF: um estudo a partir dos projetos de extensão em saúde pública”** está sub-dividido em três partes: ‘Promoção de Saúde e Extensão Universitária’ demonstra que o desenvolvimento de ações de educação em saúde, exige a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, bem como da comunidade em novos *cenários de aprendizagem*, num processo de interação capaz de proporcionar melhorias na qualidade de vida da população pela via da extensão universitária entendida como um instrumento de política social com potencialidades para transformação da realidade. A segunda parte, ‘O percurso metodológico’ traz o delineamento da pesquisa para obtenção dos dados necessários às análises e interpretações posteriores. A terceira parte ‘Projetos de Extensão em Saúde desenvolvidos pela UENF no ano de 2007: uma reflexão’ expõe os projetos de extensão desenvolvidos no ano de 2007 pela universidade, de acordo com a padronização da PROEX/UENF, bem como os critérios de escolha dos projetos selecionados para nossa reflexão a partir da eleição de variáveis na correlação com a fala de seus coordenadores.

Assim, espero poder atingir o objetivo de conciliar minhas preocupações com a saúde pública no município de Campos dos Goytacazes com a investigação acerca da presença da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) na região, na ênfase às possibilidades contidas na *missão* expressa pela chamada “extensão universitária”.

Maria Madalena, São Fidélis, Cardoso Moreira, Italva, Bom Jesus do Itabapoana e Mimoso do Sul, no Estado do Espírito Santo (Figura 1).

A ocupação do Norte Fluminense teve início na primeira metade do século XVII, após quase um século de conflito entre os portugueses e os índios goytacazes – antigos habitantes da região. A conquista do Cabo de São Tomé – que na atualidade corresponde ao Estado do Rio de Janeiro - era almejada pelos portugueses para o extrativismo vegetal, notadamente do pau-brasil. Na segunda metade do século XVII, mais precisamente em 1676 foi fundada a Vila de São Salvador, que hoje corresponde à cidade de Campos dos Goytacazes, pelo governador Salvador Correa de Sá.

A economia regional inicialmente destacou-se pelo desenvolvimento da pecuária e da atividade açucareira. O significativo desenvolvimento econômico de Campos dos Goytacazes, no século XIX, pode ser creditado à expansão da produção açucareira, inicialmente, feita nos engenhos de moenda que, progressivamente, foram substituídos pelos engenhos a vapor até, no período áureo industrial, se vislumbrar a agroindústria açucareira com a presença de usinas.

Com a riqueza trazida pela cana-de-açúcar, Campos dos Goytacazes cresceu e se desenvolveu; as construções de sobrados e solares confortáveis se espalharam por todas as áreas próximas ao Rio Paraíba do Sul. O comando da vida cultural da região passou dos solares rurais para o núcleo urbano. Conseqüentemente, uma poderosa aristocracia agrária surgiu da atividade açucareira e passou a influir na política e no poder local (PARANHOS, 2006).

O desenvolvimento da indústria, no último quartel do século XIX que anunciou o aparecimento de uma nova realidade sócio-econômica e política no Brasil também propiciou o início do capitalismo em Campos aliado ao fenômeno do êxodo rural dada a forte competitividade entre a produção industrial de açúcar em grande escala e a pequena produção que acabou por eliminar completamente os engenhos sob a pressão do capital (FARIA, 2008).

Novos grupos constituídos por comerciantes, investidores, industriais, profissionais liberais, intelectuais e altos funcionários públicos se distinguem na paisagem da cidade. Esta diversificação e heterogeneidade social foram possíveis graças ao movimento de modernização que trouxe as indústrias, companhias de navegação e de transporte ferroviário, um comércio variado e, também, novos serviços públicos. Uma nova elite é evidenciada no município, ou seja, a antiga aristocracia é substituída por uma nova ordem burguesa, que participa da organização do espaço

urbano, através de seus valores, escolhas estéticas, necessidades e de desejos (*IBID.*, 2008).

Dentre as atividades que podemos definir como urbanas destacaram-se, no meio político, os médicos e engenheiros que conduziram também, numa perspectiva higienista, as reformas urbanas. A partir da criação de setores especializados em saúde e higiene públicas, tais profissionais vieram a ocupar um lugar seguro na administração municipal. Além disso, os médicos foram responsáveis pela publicação de várias revistas relativas à higiene e saúde que se tornaram, nacionalmente, na virada do século uma questão de ordem social e moral (FARIA, 2008).

Enfim, na segunda metade do século XX, simultaneamente à trajetória da cana-de-açúcar, em 1974, o futuro da região ganhou novas perspectivas com a descoberta de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Uma crise iminente do mercado mundial do açúcar provocou a deterioração da atividade canavieira que perdeu seu posto de núcleo. A região passou a assistir o despontar de uma nova atividade como um novo pólo gerador de empregos - a indústria extrativa mineral - que tinha como local de sua base de operações a cidade de Macaé (SILVA, 2006). Esse fato deve ser visto como marco, representando o início de uma reestruturação sócio-espacial na Região Norte Fluminense. A extração de petróleo foi o grande fator de diversificação e diferenciação internas à economia e sociedade regionais e transformou Campos dos Goytacazes na maior cidade produtora de petróleo do Brasil (IBGE)⁶.

Conforme Pacheco (2003) a descoberta de petróleo e gás natural na plataforma continental da Bacia de Campos, no início dos anos 70, tem propiciado de maneira significativa o aumento da receita municipal, através do recebimento de *royalties*⁷.

Importa ressaltar que das dez usinas de açúcar e álcool que funcionam no Estado do Rio de Janeiro, cinco estão em Campos dos Goytacazes, sendo elas: Companhia Açucareira Cupim, Companhia Açucareira Paraíso, Usina Santa Cruz, Usina São José S/A e Usina Sapucaia (AZEVEDO, 2004). Segundo Mamani (2007), a atração de grandes investimentos para região vem concentrando esforços das autoridades estaduais e de todos os municípios da região. Nesse sentido, Campos e o Governo do Estado promoveram uma grande mobilização em 2005 pela construção de uma Refinaria de

⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>.

⁷ Os *royalties* constituem-se a mais antiga forma de arrecadação existente no mundo. Em 1910 já se pagava *royalties* por atividades de mineração em libras esterlinas por tonelada. O termo *royalty* é um anglicismo, cuja raiz “*royal*” significa “da realeza” ou “relativo ao rei” e refere-se em contrapartida ao direito real para uso de minerais, concedido pelo soberano a uma pessoa ou corporação (PACHECO, 2003).

Petróleo no Norte Fluminense. Por outro lado, nos últimos meses, Campos e Quissamã investem na construção de um porto *off-shore* na Barra do Furado, enquanto São João da Barra e Campos esperam a construção de um Minerioduto e um porto no Açu.

Contemporaneamente, Campos dos Goytacazes apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento, também, da pesca de água salgada. Ainda, a pecuária extensiva de corte e de leite encontra-se bastante desenvolvida, com potencial no setor, inclusive para exportação. Destacam-se ainda a indústria de equipamentos eletrônicos e química fina bem como a indústria de cerâmica vermelha.

Com relação aos serviços educacionais nos níveis infantil, fundamental e médio, Campos dos Goytacazes apresenta, nas redes pública e privada, 876 estabelecimentos de ensino, 8.043 funções docentes e 131.306 matrículas em 2001, segundo dados do INEP/MEC⁸ (2001). No ensino superior, já atuam no município doze instituições. São elas:

- UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro;
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;
- UFF – Universidade Federal Fluminense;
- UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- UCAM - Universidade Cândido Mendes;
- UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira;
- UNESA - Universidade Estácio de Sá;
- FDC - Faculdade de Direito de Campos;
- FMC - Faculdade de Medicina de Campos;
- FOC - Faculdade de Odontologia de Campos;
- FAFIC - Faculdade de Filosofia de Campos;
- ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert e;
- ESANF/FGV – Escola Superior de Administração e Negócios do Norte-Fluminense/ Fundação Getúlio Vargas.

Dados do Censo 2001 do INEP/MEC apontam 14.204 matrículas efetuadas nas instituições de ensino superior de Campos em 30/04/2000. Entretanto, estima-se que o número de estudantes universitários em Campos já ultrapasse 20 mil.

⁸ Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 11/03/2009.

Quanto aos serviços de saúde, encontra-se em Campos uma grande variedade de hospitais, clínicas e serviços médicos e odontológicos. Segundo dados do IBGE (2006), são 191 estabelecimentos de saúde e 1.680 leitos distribuídos entre hospitais e unidades de atendimento. Além de uma extensa rede pública de hospitais e postos de atendimento, onde se destacam o Hospital Ferreira Machado – referência regional – e o Hospital Geral de Guarus, Campos apresenta uma moderna e variada rede privada de hospitais, com destaque para o Hospital Dr. Beda, Pró-Clínicas, Prontocárdio e Hospital dos Plantadores de Cana, todos concentrados na área em torno da Avenida Conselheiro Otaviano (CIDE, 2003).

Tais aspectos, relativos ao desenvolvimento econômico do município e região e aos serviços de educação e de saúde, se mostrarão relevantes na medida da construção de nosso objeto de estudo ao longo da dissertação.

1.2) “Extensão universitária com quem?” *Capital social* e implicações na política local

A literatura sobre a abordagem do *capital social* é vasta e pode traduzir, numa perspectiva mais progressista, estudos em prol do empoderamento da sociedade civil, do pluralismo e da democratização, isto é, um instrumento de luta para conquistas de espaços públicos, equidade e cidadania. O cientista político Robert Putnam é hoje considerado a principal referência teórica na literatura sobre *capital social*, entendendo-o como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas, dito de outra forma, um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si (BOEIRA & BORBA, 2006). O *capital social* é frequentemente definido em termos de como se formam grupos e redes, normas e confiança para fins produtivos.

Para a formulação da *Teoria do Capital Social*, o autor utilizou a evolução de Emilia-Romagna ao norte da Itália e de Calábria, ao sul, a fim de identificar os diversos aspectos que condicionavam as diferenças regionais encontradas na Itália. Putnam evidenciou então, que ambas, nas primeiras décadas do século XX, tinham padrão de desenvolvimentos semelhantes, mas, nas oito décadas posteriores, criou-se uma desigualdade bastante acentuada entre estas regiões, tendo se tornado Emilia-Romagna

uma região de grande participação política e solidariedade social, uma das mais prósperas regiões da Europa; Calábria, por sua vez, com suas características feudais, manteve-se fragmentada e isolada, sendo hoje a região mais atrasada da Itália (PUTNAM, 1996).

De acordo com Aguilar Filho (2008), autores, como Putnam (1997), North (1990) e Lipset-Lens (2002), destacam que instituições que incentivam as associações impessoais e a cooperação complexa provêm às sociedades de mecanismos de coordenação, necessários ao bom andamento econômico. Em seu estudo, Aguilar Filho (2008) relembra Roberto DaMatta para pensar o Brasil sob o ângulo do *capital social*. O antropólogo havia proposto a existência de dois tipos ⁹ de sociedade, a saber, as sociedades *modernas* e individualistas que entendem o indivíduo como *ser moral* – o centro do sistema – tendo este os atributos de igualdade e de liberdade; e as sociedades *tradicionais*, que apresentam como princípio básico da sociedade a posição que se ocupa na hierarquia e não os valores individuais, ou seja, o valor maior seguirá sendo conferido à *pessoa* e às suas teias de relação.

O Brasil, na análise de DaMatta, herdou dos estados ibéricos o centralismo e a burocracia patrimonialista como características de suas instituições. Desta forma, a cultura brasileira estimularia um tipo de *capital social* cujo traço mais marcante é o *personalismo* e o *patrimonialismo*, que fazem referência às relações de compadrio, de família, de amizade e de troca de favores e interesses como elementos fundamentais, em contraposição aos critérios impessoais e racionais-legais que forjam a modernidade.

Isto permitiria, também, compreender as relações políticas em Campos dos Goytacazes. Desde tempos remotos, o poder político sempre ficou nas mãos dos grandes proprietários de terra originalmente os donatários das capitanias hereditárias, que, de acordo com uma expressão definitiva de Raymundo Faoro, tornaram-se os *donos do poder* por constituírem o poder oligárquico local¹⁰. Smiderle (2004, p. 44) destaca que, mesmo no período áureo da cana-de-açúcar, a afirmação da modernidade não denota desprezo à tradição já que, apesar dos expressivos traços de modernização

⁹ Em conformidade com a perspectiva weberiana, trata-se de *tipos ideais* ou *tipos puros* que servem como recurso heurístico na análise de casos empíricos. Não há, pois, a pretensão de exaustão da realidade, mas dá ênfase em aspectos singulares desta (WEBER, 1989).

¹⁰ Cabe mencionar que Campos foi marcadamente uma terra de escravos e um lugar de forte movimento abolicionista, a ponto de se constituir no terceiro maior consumidor de mão-de-obra negra no Brasil. Na metade do século XIX quando a cidade já apresentava um significativo avanço modernizador, paradoxalmente, também possuía 36% de sua população formada por escravos (POLHMANN, 2003; SMIDERLE, 2004).

mencionados anteriormente, as elites locais não se distanciavam dos ideais de *nobreza*, tipicamente identificados na ascendente burguesia ligada à economia açucareira, notadamente, com a emergência dos senhores de engenho de segunda geração (período dos engenhos a vapor).

Apesar do município, no início do século XX, apresentar-se com um padrão de desenvolvimento comparável a cidades européias, visto, até mesmo, que o município constituiu-se na primeira cidade da América Latina a apresentar luz elétrica, e ainda, os traços modernos que se faziam notar pelo *Boulevard*, como os cafés, teatros, lojas de tecidos finos e todo arcabouço de planejamento do espaço urbano, a sociedade campista permanecia atrelada aos valores coloniais e tradicionalistas permeados pelo coronelismo, personalismo e patrimonialismo.

Os profissionais liberais que, com a decadência da atividade canavieira, compunham as elites da cidade eram ao mesmo tempo os latifundiários. A exemplo, o médico Luiz Sobral que se destacara como grande líder municipal na primeira metade do século, também a partir dos anos 1950, se reconhece um número elevado de médicos exercendo lideranças na política municipal, como, Ferreira Paes; João Barcelos Martins; Cardoso de Melo; Maximino Ramalho; Alcindor Bessa; Nélson Martins; Edgardo Machado; Lourival Beda; Ary Viana; Edson Coelho dos Santos e muitos outros que incrementam a listagem.

Mesmo com a Constituição de 1946, que reinstala nossa democracia, muitas personalidades políticas herdadas do período ditatorial permanecem nos pleitos eleitorais que se seguem. Na esteira de Getúlio Vargas que retorna à Presidência pelo voto de esmagadora maioria nas eleições de 1950, também se constata em Campos semelhante ocorrência, quando o Dr. Ferreira Paes, ex-prefeito por nomeação, ganha o pleito de 1947 ¹¹.

Apenas no final da década de 80, exatamente em 1988, o campo político em Campos apresentou chances de modificações num cenário marcado pelo mandonismo das famílias proprietárias de terras, com a eleição para prefeito de um então jovem radialista de origem na *esquerda* com um discurso de enfrentamento das elites ligadas à agroindústria sucro-alcooleira.

¹¹ Para melhor esboçar o processo de continuidade de personalidades tradicionais da arena política da planície goitacá, achei conveniente recorrer ao livro escrito por meu avô materno, Vivaldo Belido de Almeida, intitulado “Política, Políticos e Eleições”.

Anthony Matheus, o Garotinho, foi eleito pelo PDT de Leonel Brizola em aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ao se contrapor à figura mais emblemática das elites políticas de então, o prefeito José Carlos Vieira Barbosa (Zezé Barbosa), do PMDB, Garotinho se apresentou como o candidato habilitado a “derrotar as oligarquias” (SMIDERLE, 2004, p.47).

Venceu *Garotinho* como era chamado por conta do tempo em que narrava jogos de futebol, com uma promessa de nova liderança disposta a construir uma *Nova Campos*. O pragmatismo político levou Garotinho a ambicionar, antes de qualquer mudança efetiva das muitas prometidas para a cidade, a eleição para Governador do Estado do Rio de Janeiro na qual obteve êxito. Ele e a esposa, *Rosinha Garotinho*, governaram o Estado por oito anos¹² (01/01/1999 a 01/01/2007) – com um afastamento de Anthony Garotinho no período entre 06/04/2002 até 01/01/2003, quando governou sua vice, Benedita da Silva - de onde saíram também pelo voto desta vez de repúdio a seu governo.

Enquanto isso, Campos dos Goytacazes, com uma das prefeituras mais ricas do país, em razão da arrecadação dos royalties, tornou-se alvo de disputa de grupos políticos pouco preocupados com as mudanças anunciadas em 1988. Ao contrário, o clientelismo aprofundava-se e as denúncias de corrupção na máquina pública de antagonistas e de parceiros de Garotinho ganhavam as primeiras páginas dos principais jornais do país. Em 2008, após vinte anos do primeiro mandato de Anthony Garotinho – em 1988 - Rosinha Garotinho vence o tumultuado pleito para prefeita da cidade, juntamente com seu vice, o médico Francisco Oliveira, conhecido como *Dr. Chicão*, personalidade de grande influência no município. Uma população empobrecida assiste e corrobora a persistência de uma prática política pessoal e patrimonialista, ainda que adaptada a um sistema político moderno, a democracia representativa. Neste cenário, localiza-se a Universidade Estadual do Norte Fluminense.

1.3) Extensão universitária: “de qual universidade se fala?”

Em 1993, a UENF é inaugurada em Campos, após ser idealizada e projetada por Darcy Ribeiro, então Secretário Extraordinário de Programas Especiais do Rio de

¹² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:ListadegovernadoresdoRiodeJaneiro>.

Janeiro, no Governo Brizola, iniciado em 1991, que descartou qualquer envolvimento com personalidades campistas, exceto aquelas que se adequavam ao novo projeto vindo do Governo Estadual. Porém, já tramitava há décadas, por parte de grupos políticos locais e personalidades campistas o ideário de uma universidade pública para Campos. Um embate inevitável aconteceu naqueles inícios dos anos 1990, com o rechaço do Governo Estadual, especificamente do grupo liderado por Darcy Ribeiro, ao plano das faculdades privadas locais, com conseqüências no relacionamento da universidade com a sociedade campista ¹³.

Com a abertura política e a redemocratização do país na década de 1980, diante da premência das constituições estaduais se adequarem à nova Constituição Brasileira promulgada em 1988, o debate acerca da Universidade Pública é retomado. Em Campos, profissionais da área de ensino superior e estudantes, aliados aos grupos políticos locais, empenharam-se nos movimentos de demanda pela instalação de uma universidade pública na região, buscando cumprir todos os trâmites necessários para aprovação da proposta que indicava Campos como sede da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

De acordo com Matias (2005), Campos dos Goytacazes possuía, nesta ocasião, um sistema de ensino superior hegemonicamente privado¹⁴, composto pelas Faculdades de Medicina, de Odontologia, de Direito e de Filosofia de Campos – com os cursos de Licenciatura, tais como, Letras e História. Estas instituições pertenciam a fundações mantenedoras.

Segundo Lima & Alves (2003), diante da possibilidade de se incluir emendas populares na nova Constituição Estadual do Rio de Janeiro, desde que tivessem pelo menos 3.000 assinaturas, grupos ligados às instituições de ensino superior iniciaram a *Campanha Popular em Defesa da Universidade*. A Emenda Popular levada à Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro conquistou 4.431 assinaturas.

¹³ Os conflitos em torno das demandas dos representantes das IES tradicionais e privadas em Campos dos Goytacazes que confrontavam com as exigências de Darcy Ribeiro podem ser conhecidos, dentre outros, na monografia de Glauber Rabelo Matias que se intitulou “Uma sociologia dos círculos sociais em Campos dos Goytacazes: Darcy Ribeiro e intelectuais na construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, bem como na dissertação de Carlos Gustavo Smiderle, “UENF e Campos, Encontro de dois mundos: Uma etnografia da interação entre a coletividade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), 2002-2004”, PPGPS/UENF.

¹⁴ As exceções eram o curso de Serviço Social (Universidade Federal Fluminense/Campos), os cursos de melhoramento vegetal (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e os cursos da antiga Escola Técnica Federal de Campos, atual CEFET/Campos.

A Lei de criação da UENF foi, então, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 16 de outubro de 1990, autorizando o Poder Executivo a criar a Universidade, com sede em Campos dos Goytacazes, resguardando a personalidade jurídica de Direito Público da universidade, observados os princípios de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e as disposições constitucionais e legislativas estaduais e federais específicas, bem como sua destinação a funções de ensino, pesquisa e extensão.

Leonel Brizola, ao assumir o governo do Estado, convidou o professor Darcy Ribeiro para definir a organização e a estrutura funcional da UENF. Na trajetória profissional de Darcy Ribeiro já se destacavam, na área de educação, realizações, como a implantação dos Centros Integrados de Educação Popular – CIEPs; a criação da Universidade de Brasília; a participação na criação da Universidade Nacional da Costa Rica e a Universidade de Argel; a orientação de programas de reformas em universidades no Uruguai, Venezuela e Peru; e ainda, consta como sendo de sua autoria - com a colaboração do Senador Marco Maciel – o projeto de lei da atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº. 9.394/96.

O Decreto nº. 17.206/91 incumbiu a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais de fornecer suporte técnico, administrativo e orçamentário necessários à implantação da universidade, destacando a necessidade da nova instituição em responder ao desafio de integrar o Brasil na *civilização emergente* que se funda nas novas ciências e nas tecnologias avançadas e, ainda, o dever de garantir à região Norte Fluminense os instrumentos técnicos e científicos e, ainda, pessoal qualificado indispensáveis ao aprimoramento e expansão de suas atividades produtivas.

(...) A linguagem da nova civilização é a da ciência e suas aplicações tecnológicas. (...) Nessas circunstâncias é que se impõe a uma nova universidade o objetivo primacial de alcançar o pleno e inteiro domínio das ciências e das tecnologias dela decorrentes, com uma clara noção de problemas que faça do saber um instrumento de diagnóstico das causas do atraso e um fator de aceleração da história (RIBEIRO, 1993, p. 13).

Para Darcy Ribeiro (1993), criar uma universidade requeria uma avaliação da experiência mundial e local e ainda das tendências presentes de desenvolvimento da *civilização*, considerando que este deveria ser o nível de operação da universidade, como seu instrumento superior de domínio e transmissão dos corpos do saber nos quais

ela se funda. Uma universidade que iria preparar profissionais para atuarem depois do ano 2000, ou seja, no *Terceiro Milênio*, deveria fundamentar-se na pesquisa, no ensino e na experimentação integrando estudos dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento social e cultural autônomo do país.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro rejeitou a idéia de fazer da Universidade Estadual do Norte Fluminense “apenas mais uma universidade regional”, conforme o desejo da sociedade local e propôs um modelo de universidade que pudesse ser comparado à Universidade de Campinas, que se constituíra como um núcleo de renovação tecnológica e científica. Pontuou que o desafio era a construção de uma *verdadeira universidade* que rompesse com o modelo de universidades públicas e privadas dispostas como resultado residual de múltiplas decisões isoladas e anárquicas referentes a interesses corporativos ou particularistas que não correspondem à concretização de um projeto próprio e lúcido de organização universitária (SMIDERLE, 2004).

Os campistas que assumiram a luta pela emenda popular na constituição do Estado do Rio de Janeiro almejavam majoritariamente a transformação das várias faculdades já existentes em Campos em uma nova universidade estadual, onde o corpo docente continuaria o mesmo. Não se esperava que a UENF pudesse vir a ser constituída noutro perfil. As exigências presentes, porém, no *Projeto Darcy*, no tocante ao corpo acadêmico da universidade, traziam implicações para o corpo docente de ensino superior local – principalmente no que se refere à obrigatoriedade do título de Doutor para todos os professores da UENF ¹⁵, num contexto em que a maior parte dos professores responsáveis pelo ensino superior em Campos ainda não detinham tal título, requisito mínimo na UENF para a carreira do magistério. Grande parte dos docentes das faculdades particulares atuava como profissionais liberais, sobretudo, nas áreas de Direito, Medicina e Odontologia e exerciam suas funções laborais em escritórios e consultórios particulares e não dispunham de tempo hábil para se dedicarem integralmente à universidade (LIMA & ALVES, 2003, p. 30).

Indiferente aos interesses dos professores campistas, Darcy Ribeiro prometia trazer cientistas de renome internacional, a começar pelos russos, e eles vieram. Prometia ainda desenvolver tecnologias aplicadas ao desenvolvimento regional, e a UENF se instalou com equipamentos de alta precisão e pessoal ultraqualificado para os

¹⁵ Wanderley de Souza, primeiro Reitor da UENF, destaca que desde o início do “Projeto Darcy”, havia a idéia de criar centros de pesquisa, com professores doutores, que captasse recursos das agências de fomento nacionais e internacionais. Por isso, além da exigência da titulação, o regime de dedicação exclusiva e a ênfase nos cursos de pós-graduação (LIMA & ALVES, 2003, p. 36).

padrões locais. Prometia pesquisar a agropecuária e a indústria da região, e a Universidade já nascia com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado (SMIDERLE, 2004, p. 111-2).

O discurso de Darcy era o de que uma *verdadeira universidade* apresenta-se a partir do entrosamento entre a *civilização emergente* e a *universidade necessária*, como linguagem da *nova civilização* – aquela com o domínio das ciências e de suas aplicações tecnológicas – de cuja difusão depende a sobrevivência de cada sociedade e nação. Complementa que nessas circunstâncias é que se impõe a uma nova universidade o objetivo primeiro de alcançar o pleno e inteiro domínio das ciências e das tecnologias delas decorrentes, com uma clara noção dos problemas que façam do saber um instrumento de diagnóstico das causas do atraso e um fator de aceleração da história (RIBEIRO, 1993, p. 13). Nesta perspectiva, Darcy Ribeiro expressa sua convicção para a Universidade Estadual do Norte Fluminense, ao escrever:

Uma universidade moderna, que atualize o Brasil nos principais campos do saber e que aqui implante laboratórios e centros de pesquisa, nos quais as tecnologias mais avançadas possam ser praticadas fecundamente, ensinadas eficazmente e aplicadas utilmente. Uma UNIVERSIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO (RIBEIRO, 1993, p. 14).

Para ajudá-lo no planejamento e implantação da UENF, Darcy Ribeiro elegeu membros do meio acadêmico que valorizavam a cultura científica e as ciências da observação. Os intelectuais convidados por Darcy Ribeiro eram considerados *expert* nas áreas da ciência aplicada e das tecnologias de ponta, e, assim, atendiam à perspectiva modernizante defendida por Darcy no Plano Orientador da UENF, cujos pressupostos teórico-ideológicos eram o oposto do modelo institucional tradicional que, segundo o antropólogo e proponente da UENF, em nada acrescentavam para a superação do *atraso histórico* de nossas sociedades.

O projeto de implantação da Universidade pretendia funcionar imediatamente com cursos de graduação e pós-graduação, um corpo de grandes Laboratórios Científicos e Centros de Experimentação Educacional¹⁶. No Plano Orientador da UENF, observa-se que a Universidade foi concebida com o objetivo de traçar uma meta

¹⁶ Darcy Ribeiro pretendia com os Centros de Experimentação Educacional a criação de um espaço institucional voltado para o treinamento de pessoal sem formação secundária a fim de produzir uma mão-de-obra qualificada de forma que o conhecimento pudesse gerar tecnologias sociais, como um meio de servir melhor à comunidade (RIBEIRO, 1993, p. 21; MATIAS, 2005, p. 83).

substantiva que impactasse o desenvolvimento científico e tecnológico em níveis nacional e internacional. Para Darcy, o desenvolvimento regional era suporte do desenvolvimento nacional e daí a idéia da UENF como referência no cenário institucional do ensino e da pesquisa com capacidade de cumprir a meta de ingresso das sociedades na civilização emergente ou nova civilização, tal como descrito em seu livro “A Universidade Necessária” (MATIAS, 2005).

Em 28 de Julho de 1993, a conformação da UENF foi publicada no Diário Oficial¹⁷. Três de seus centros tiveram sua estruturação detalhada – Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB) e o Centro de Ciência e Tecnologias Agropecuárias (CCTA). O Centro de Humanidades – mais tarde designado Centro de Ciências do Homem – existia, porém, apenas no organograma da universidade com suas tarefas definidas, entre as quais, a incumbência de promover uma interação com os centros tecnológicos, com o intuito de evitar a formação de especialistas da ciência e da técnica destituídos de uma visão crítica da sociedade e do mundo (LIMA & ALVES, 2003, p. 47-51).

Afinal, Darcy Ribeiro havia posto como desafio que a Universidade, neste novo século, garantisse a preparação de profissionais motivados e capacitados para a reconstrução de nossa realidade social a fim de fazer “o brasileiro comum mais próspero, mais feliz e mais livre”. Em sua concepção, o alcance desta meta derivava do cultivo das ciências e de técnicas, aliado necessariamente à prática experimental e à ação social participativa, presentes na agenda curricular e extracurricular da instituição (RIBEIRO, 1993, p. 45).

(...) Seu objetivo (da universidade) essencial é dominar, cultivar, aplicar, difundir e fruir o patrimônio do saber e das artes, que confere espiritualidade à vida das comunidades humanas e as faz evoluir cultural e socialmente. (...) A UENF guardará, sempre, expresso compromisso com os problemas do Brasil e do Rio de Janeiro, cujos diagnósticos e soluções interessarão, vitalmente, a todos os corpos acadêmicos (RIBEIRO, 1993, p. 20-1. Os parênteses são meus).

¹⁷ As atividades da UENF já haviam começado desde outubro de 1992. Com uma aula inaugural, intitulada *A Universidade do Terceiro Milênio*, realizada por Darcy e uma seqüência de palestras e cursos de extensão nas dependências de outras instituições, como a FUNDENOR, o Clube de Diretores Lojistas, o Palácio da Cultura, e também na Villa Maria, reformada em 1992, para sediar a Casa de Cultura da UENF.

Figura 2 - Estruturação da UENF

Na UENF foi criada uma estrutura administrativa composta pela Reitoria, direção de centro, chefia de laboratório e coordenadores de graduação e pós-graduação, além de uma Fundação Mantenedora responsável pela captação de recursos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, como também, pela elaboração do orçamento de gastos e a tomada de contas das gestões da Universidade. Desta forma, Darcy buscava minimizar os riscos da burocratização – comum nas universidades tradicionais – e, ao mesmo tempo, favorecer a autonomia institucional

(RIBEIRO, 1993, p. 50; LIMA & ALVES, 2003, p. 37).

Sua organização em laboratórios e não em departamentos, como ocorria nas outras universidades, foi considerado algo inovador na proposta de Darcy Ribeiro. Ressalta-se ainda a proposta de criação dos chamados Centros de Experimentação Educacional que se constituiriam num espaço institucional voltado para o treinamento de pessoal sem formação secundária a fim de produzir uma mão-de-obra qualificada de forma que o conhecimento pudesse gerar tecnologias sociais, como um meio de servir melhor à comunidade (RIBEIRO, 1993, p.21).

Também, no Plano da UENF, Darcy Ribeiro propôs um aperfeiçoamento no que tange ao gerenciamento da universidade. O reitor – eleito por seus pares e nomeado pelo governador - assumiria a autonomia acadêmica conferida à universidade propriamente dita e a fundação mantenedora seria conduzida por um presidente livremente nomeado pelo governador e responsável por toda administração da Universidade: “Superam-se, assim, as ambigüidades resultantes da união dessas entidades, como ocorreu quando organizamos a Universidade de Brasília, onde o reitor e o presidente da fundação são a mesma pessoa” (RIBEIRO, 1993, p. 50) ¹⁸.

¹⁸ Esta inovação se converteria no foco de conflito mais agudo vivido pela UENF, nos seus oito primeiros anos de existência, até que a Assembléia Legislativa aprovasse, em 2001, o projeto do governador Anthony Garotinho propondo a concessão a UENF da autonomia administrativa e de gestão financeira, desvinculando-se de sua antiga mantenedora, a Fundação Estadual Norte Fluminense (SMIDERLE, 2004, p. 70).

A UENF também trouxe uma característica que a distinguiu dos cursos convencionais - a inserção do Ciclo Básico Comum – com o objetivo de instituir uma base humanística para as ciências básicas orientando as tecnologias delas decorrentes e em novas questões sobre a vida e sobre o homem. Durante os dois primeiros anos da graduação, os estudantes vivenciariam um simultâneo de estudos de disciplinas gerais formativas capazes de criar nestes alunos uma consciência crítica, solidária e bem informada acerca da realidade e dos problemas da sociedade brasileira. Seguia-se, então, o Ciclo Profissional, com duração de dois anos ou mais, ministrado pela faculdade com formação específica para a profissão escolhida pelo aluno.

Outro ponto relevante, no Plano Orientador da UENF, dizia respeito à sua organização como uma **Universidade Aberta**, onde os múltiplos cursos curriculares e extracurriculares seriam freqüentados por qualquer pessoa na região capaz de cursá-los com proveito. Um *intelectual militante* assinava o Plano Orientador da mais nova universidade pública do Estado do Rio de Janeiro. Seu parâmetro de transformação social e de enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras revelava as crenças nas quais foi formado, isto é, a aposta na ciência e na tecnologia como fator de desenvolvimento da nação ¹⁹.

É nesse quadro que nasce a UENF, para fazer-se herdeira das tradições regionais do saber popular e erudito, mas comprometida a conquistar o que lá precisa florescer para que toda a região se integre na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica. Sua missão é adornar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da Região e do Brasil. (Ribeiro, 1993, p. 16).

A peculiar conformação da UENF, com seus professores de renome nacional e internacional e a aplicação de tecnologia de alto custo, proporcionou nestes 15 anos de existência da UENF, algumas mudanças significativas no aspecto geral do município. É possível supor os benefícios de a região Norte Fluminense vir a usufruir de uma comunidade acadêmica de professores e alunos se integrados nas cidades da região, tendo em vista seu potencial de contribuição na resolução de suas demandas sociais, econômicas e culturais.

¹⁹ Cf. MIGLIEVICH RIBEIRO & SILVA JR., 2008.

A prioridade do desenvolvimento econômico se coadunada com o desenvolvimento social e cultural, no redimensionamento da *missão* da universidade, gerará os efeitos positivos ainda esperados na cidade e na região.

Ainda assim, a universidade que excluiu de seu corpo docente os líderes do movimento social local que tomara a iniciativa de sua implementação - com outro projeto político-pedagógico, é certo – não poderia imaginar que não sofreria por isso. Os mais renomados cientistas, alguns seguramente homens e mulheres de idéias e ideais, teriam dificuldades na convivência cotidiana na cidade; muitos jamais se sentiriam cidadãos de Campos, um estranhamento mútuo e, nalgumas vezes, hostilidades de ambas as partes se evidenciaram. As ciências *hard* que marcariam a UENF – e ainda hoje é a sua principal identidade – ao se concentrar nos laboratórios incentivavam o não-estabelecimento do diálogo com a comunidade local. Adianta-se aqui a fala de uma de nossas entrevistadas ao longo da dissertação, Professora Lílían Bahia²⁰, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários durante a gestão 2003-2006 e atual Pró-Reitora de Graduação, que avalia que os embates ocorridos por ocasião da implantação da UENF em Campos repercutiram de maneira negativa na jovem universidade, dificultando sua relação tanto com a sociedade campista quanto com o Poder Público Municipal:

Pergunta: Professora, a Senhora acha que aqueles conflitos e embates na ocasião da implantação da UENF podem ter dificultado a interação da universidade com o município?

Professora Lílían Bahia: Da UENF de um modo geral com Campos? Em minha opinião sem sombra de dúvida eles repercutiram de maneira extremamente negativa sobre a universidade. Além disto, tem a questão intrínseca da implantação de qualquer universidade que envolve o fato de que os pesquisadores quando vem para uma universidade já trazem seus projetos de pesquisas que estavam feitos em algum lugar, que não tem nada a ver com o local em que eles estão agora, então não tem como você evitar este distanciamento natural inerente ao processo de implantação, porque até abrir novas linhas de pesquisa, fechar aquelas, escrever novos projetos...enfim...é assim que vai nascer a universidade (...) Então, além da questão dos embates políticos da época da implantação da UENF com toda aquela polêmica da fala do Darcy, das demandas regionais, do Plano Orientador e tal, acrescentam-se as

²⁰ Professora Lílían Bahia é graduada em Ciências Biológicas e Doutora em Bioquímica e Imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tendo ingressado na UENF em 1998, exerceu a função de Pró-Reitora de Extensão e Assuntos comunitários na gestão 2003-2006. Atualmente é Pró-Reitora de Graduação da universidade e coordena projetos de pesquisa em toxoplasmose no norte do estado do Rio de Janeiro, com ênfase em Imunologia Aplicada.

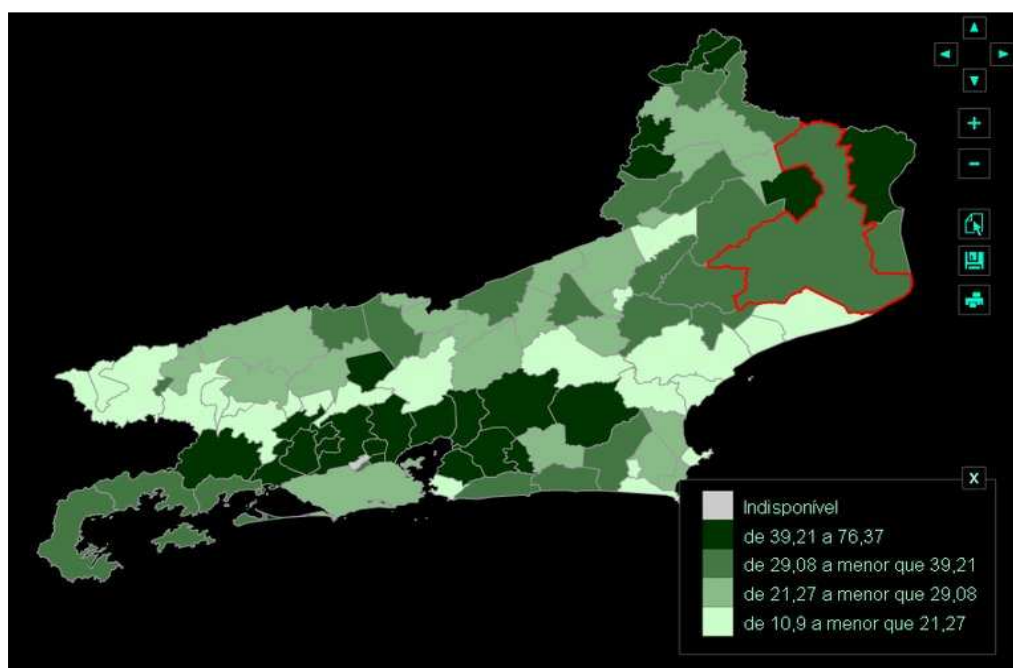
questões da implantação propriamente dita e desses fatores intrínsecos que eu estou colocando dos projetos de pesquisa iniciais e das linhas que não se adaptam ao local, e isto também aconteceu aqui, principalmente, com os projetos de saúde.

A superação definitiva do mal-estar provocado pelos embates políticos que marcaram a fundação da UENF tende a ser minimizados com o passar dos anos na medida da inclusão social promovida pela universidade e da inclusão social da universidade mesma no município. Mais do que nunca, o tema da extensão universitária é trazido ao debate na idêntica importância com que se discute a pesquisa e o ensino que a ela se entrelaçam uma vez que se observa a função social da instituição. Cientes disso, voltamos às perguntas motivadoras desta pesquisa: como tem sido exercida a função social da UENF, no que concerne à área da saúde, especificamente, mediante a extensão universitária? O que se pode ainda realizar no enfrentamento da questão da saúde pública numa região extremamente carente? Como o extensionismo universitário pode ampliar sua atuação e ultrapassar qualquer confusão entre extensão universitária e *assistencialismo*? Como conjugar cuidado com a saúde e educação? Mas, afinal, nosso município está *doente*? A seguir traçaremos um diagnóstico da saúde em Campos dos Goytacazes.

1.4) Pobreza e saúde local: as carências da população entorno da UENF

Campos dos Goytacazes e a região Norte Fluminense possuem um volume significativo de informações quando se considera a caracterização econômica e suas transformações. Geralmente, fala-se de uma cidade com inúmeras fontes de oportunidades e condições de progresso, em diversas atividades setoriais, desde as do setor primário até o setor terciário, perpassando pelos pólos universitários e pelo petróleo. No entanto, apesar desse progresso, com a queda do setor sucroalcooleiro, a migração dos trabalhadores rurais desempregados para área urbana, desde os anos 1980, formou os bolsões de pobreza, num processo de formação de favelas e áreas segregadas (MAMANI, 2007).

Figura 3 – Mapa da Pobreza no Estado do Rio de Janeiro (Região Norte-Fluminense).

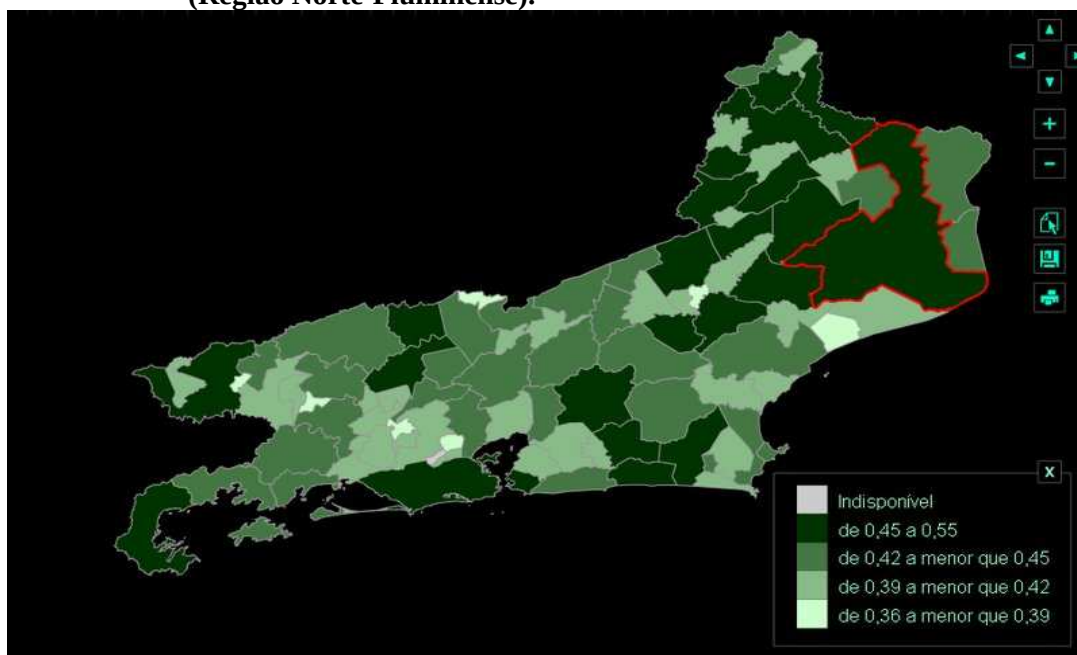


Fonte: IBGE, 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat.

De acordo com o mapa acima, pode-se observar que em 2003, o município de Campos dos Goytacazes apresentava um índice de pobreza situado em 33,26%, encontrando-se no penúltimo quartel de distribuição (Figura 3). Esse retrato é reforçado pelo Índice de Gini, que busca medir o nível de desigualdade de uma população (Figura 4). Verifica-se que em Campos dos Goytacazes esse índice apresentava, em 2003, um valor elevado (0,49), apontando para uma importante situação de desigualdade no município (IBGE, 2004 / Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003).

De acordo com Cruz (2004) apesar do expressivo volume de recursos financeiros injetados no município, os empregos e renda gerados pela atividade petrolífera não estão alterando qualitativamente o quadro de desigualdades, tanto sociais quanto espaciais.

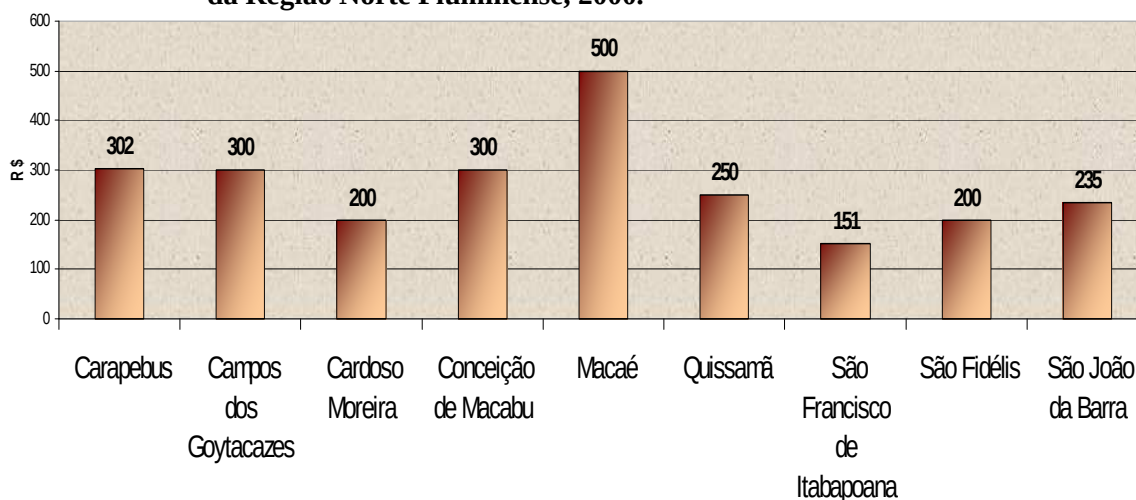
Figura 4 – Mapa da Desigualdade no Estado do Rio de Janeiro (Região Norte-Fluminense).



Fonte: IBGE, 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat.

O gráfico 1, abaixo, nos permite verificar que apesar do crescimento econômico de Campos dos Goytacazes, ao longo dos anos, este não tem conseguido garantir renda satisfatória para superação da pobreza e os demais problemas que afetam a população. No ano 2000, o salário mínimo contava R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais). Isto significa que a renda média dos chefes de domicílio no município correspondia a dois salários mínimos mensais, o equivalente à classe econômica D (entre dois e quatro salários mínimos).

Gráfico 1 – Rendimento mediano (em R\$) dos chefes de domicílios, dos municípios da Região Norte Fluminense, 2000.



Fonte: Atlas de Saúde do Brasil. Ministério da Saúde. 2004.

Conforme afirma Mota (2003, p. 239), “com o aumento e a diversificação das atividades antrópicas, as ações do saneamento se tornam cada vez mais amplas e necessárias para garantir a qualidade de vida dos cidadãos”. As políticas de saneamento básico incluem o abastecimento de água e disposição de esgotos, além da coleta e destino final do lixo. O acúmulo de lixo, como é de conhecimento, acaba propiciando a proliferação de vetores importantes no ciclo biológico de inúmeras parasitoses e protozooses que acometem o ser humano, tais como febre tifóide, leptospirose e disenterias.

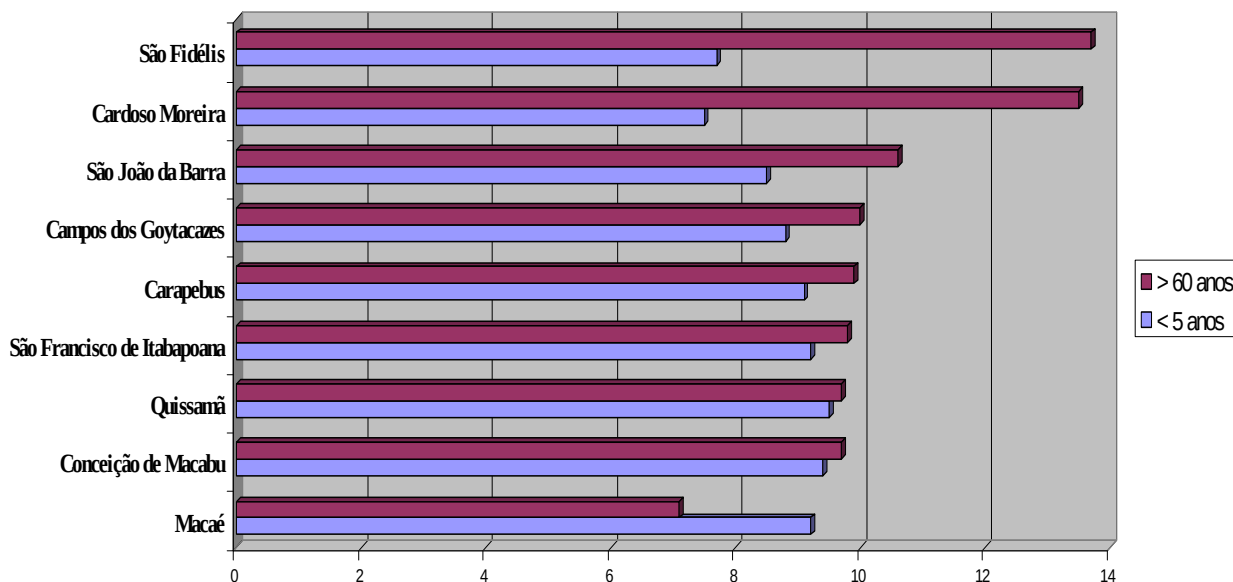
Importa destacar que dados do COPPE/UFRJ de 2002 apontam que, na bacia do Rio Paraíba do Sul, 55% da população não é atendida por rede coletora de esgotos. Daqueles que têm rede, 92% do esgoto coletado não é tratado (CUNHA & ABREU, 2003). Em relação ao saneamento básico, o Censo do ano 2000 nos apresenta o seguinte panorama do município de Campos dos Goytacazes (IBGE, 2000):

- Quanto ao abastecimento de água, o município de Campos tem 67,7% domicílios com acesso à rede de distribuição, 30,8% com acesso à água através de poço ou nascente e 1,4% apresentam outra forma de acesso. O total distribuído alcança 58.470 m³ por dia, dos quais 85% passam por tratamento convencional, 5% por tratamento não convencional, 8% por simples desinfecção, e o restante não é tratado (provavelmente água de fonte).
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 35,5% domicílios do município; outros 27,7% têm fossa séptica, 30,9% utilizam fossa rudimentar, 2,9% estão ligados a uma vala, e 2,6% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não passa por tratamento e é lançado no rio Paraíba do Sul. A coleta de lixo fica a cargo de uma empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Campos, sendo seu destino atual o Condomínio Industrial (CODIN), mais popularmente conhecido como o *lixão* de Campos. O município tem 87,2% domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,4% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 10,6% o queimam.

Os municípios da Região Norte Fluminense revelam, nos últimos anos, o mesmo panorama nacional de envelhecimento populacional. Apenas no município de Macaé este dado não é confirmado, fato que pode ser explicado pela presença de uma

população sazonal, já que grande contingente da população adulta se desloca de sua terra natal para o município, na esperança de conseguirem emprego devido à oferta de trabalho *off-shore*, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Proporção da população menor de 05 anos e maior de 60 anos, na Região Norte Fluminense, 2000.



Fonte: Atlas de Saúde do Brasil. Ministério da Saúde, 2004.

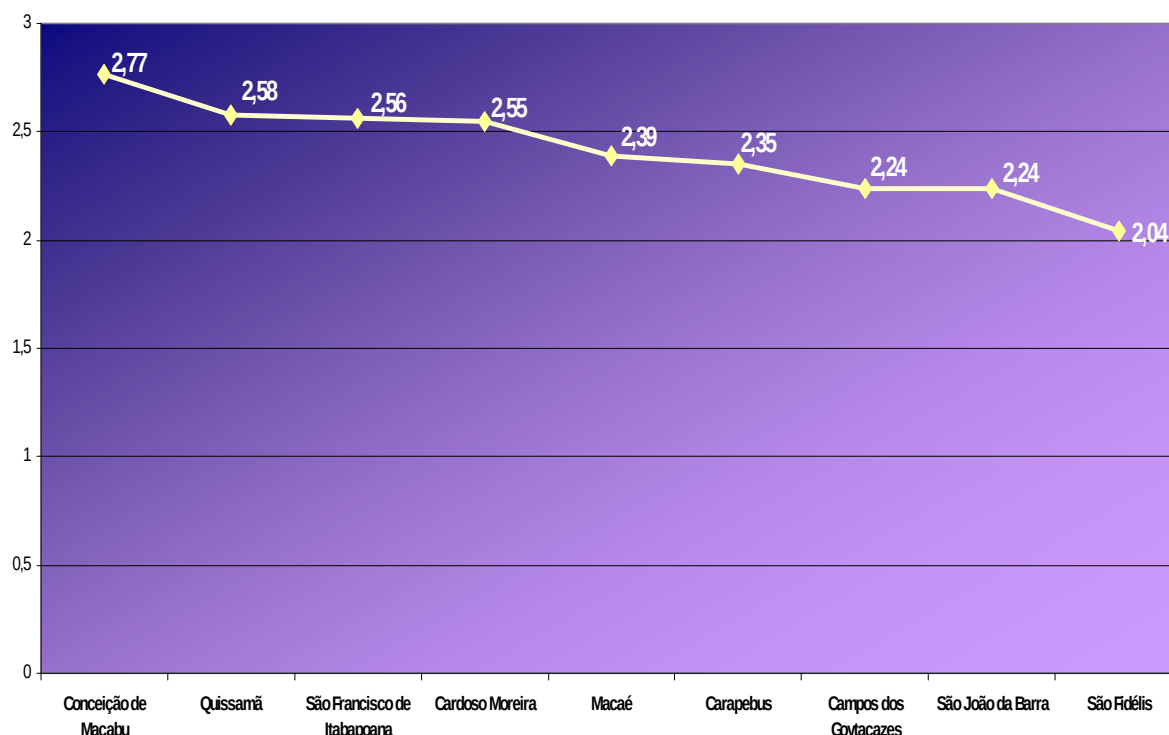
Entre 1997 e 2007, a proporção de mulheres em idade reprodutiva com filhos nascidos vivos (15 a 49 anos de idade) manteve-se em 63%, com especial atenção para a redução do número de filhos por mulher: em 1997, 25,8% das mulheres tinham um filho só, passando essa proporção para 30,7%, em 2007 (PNAD, 2007)²¹.

De acordo com o gráfico 3, nos municípios da região Norte Fluminense, a Taxa de Fecundidade encontra-se com variação entre 2 e 3 filhos, acompanhando o padrão de fecundidade nacional.

Em termos demográficos, conforme dados do IBGE (2008), a proporção de crianças e adolescentes na população brasileira vem reduzindo gradativamente, devido aos fenômenos da queda da fecundidade e do aumento da esperança de vida. Assim, podemos verificar que a região Norte Fluminense vem acompanhando o panorama nacional no que se refere aos segmentos populacionais: crianças, mulheres e idosos.

²¹ Cf. em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/>.

Gráfico 3 – Taxa de fecundidade, por município da região norte, 2000.



Fonte: Atlas de Saúde do Brasil. Ministério da Saúde. 2004.

O desenvolvimento de sistemas de informação em saúde que contenham confiável base de dados e um estruturado fluxo de notificação nos fornece indicadores de relevância para expressar as condições de vida da população viabilizando a formulação de políticas públicas de saúde adequada às reais demandas dos cidadãos.

O coeficiente de mortalidade infantil²² é um bom indicador em saúde pública para retratar as condições de vida de uma população e, ainda, revelar a oportunidade de acesso e qualidades das ações e serviços de saúde de um município.

O Quadro 1 indica o número de óbitos em menores de 1 ano de idade no município de Campos dos Goytacazes em 2006 de acordo com os componentes neonatal (óbitos ocorridos até 27 dias de idade) e pós neonatal (28 dias até o 12º mês de vida, antes portanto da criança completar 1 ano de idade). Um dos objetivos para adoção desses componentes é o de poder observar o impacto de distintas medidas adotadas, pois quanto melhor é o nível de vida da população, menor é a proporção de óbitos

²² A taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de crianças mortas até um ano de vida para cada mil nascidas vivas. As informações sobre mortalidade estão disponíveis no site: www.datasus.gov.br do Ministério da Saúde. Brasil e no SIM – Sistema de informação de Mortalidade disponível em nível local.

infantis no período pós neonatal, já que estes são mais sensíveis às medidas sociais, ambientais e sanitárias. Outro indicador, empregado especialmente para avaliar o risco de morte de acordo com as condições da gravidez e do parto é a mortalidade perinatal²³, que no município de Campos totalizou 72 óbitos, representando 48,98% do total de óbitos infantis. Cabe destacar que no período pós neonatal, considerado, período infância tardia, o total de 54 óbitos representou 36,7% do total. Esses dados permitem-nos notar que além dos problemas com o sistema de saúde local para o adequado atendimento dos recém-natos (período neonatal), também é possível atestar que existem falhas quanto ao programa de pré-natal, que podem não estar assistindo as gestantes adequadamente ou, até mesmo, falta de motivação para o devido acompanhamento das especificações do programa; fato muito comum em adolescentes e mulheres adultas grávidas em comunidades de baixa renda. Logo, esses indicadores apontam a necessidade de melhoria da qualidade de cobertura da atenção às gestantes, aos partos e às crianças com menos de 1 ano de idade.

Quadro 1 – N°. Óbitos (total) por Faixa Etária Infantil. Segundo Município Residência: Campos dos Goytacazes. Período: 2006.

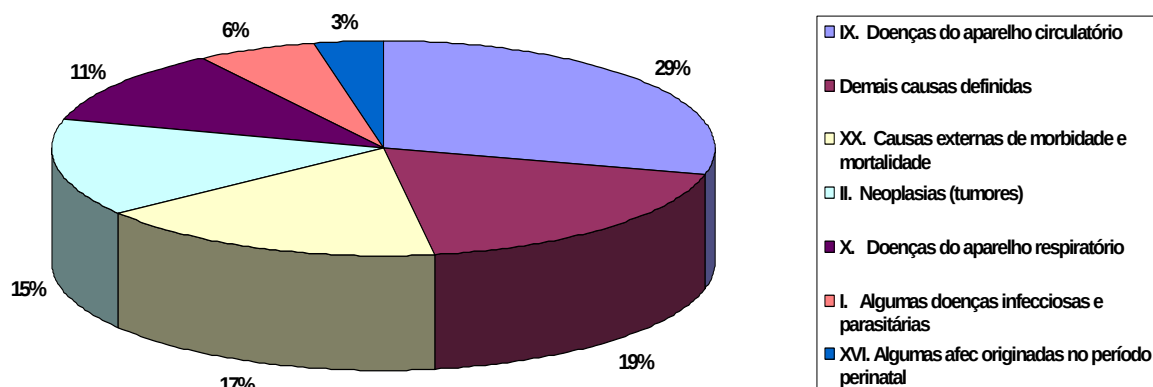
Município Resid.	< 24 horas	1 a 7 dias	8 a 27 dias	28 dias a 11 meses e 29 dias (Período Infância Tardia)	Total
Campos dos Goytacazes	28	44	21	54	147

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Ministério da Saúde.

Os coeficientes de mortalidade por grandes grupos de causas podem revelar o estado geral de saúde de uma coletividade. Neste sentido, com o objetivo de identificar as principais causas de óbito da população campista, buscamos o indicador de mortalidade proporcional por grupos de causas, no ano de 2005, especificado no Gráfico 4.

²³ O período perinatal começa em 22 semanas completas (154 dias) de gestação (época em que o peso de nascimento é normalmente de 500 g) e termina com 7 dias completos após o nascimento. Disponível no site: www.saude.rj.gov.br/informacoes/saude.

Gráfico 4 – Mortalidade proporcional, segundo Grandes Grupos de Causas²⁴ (CID 10) no município de Campos dos Goytacazes no ano de 2005.



Fonte: Atlas de Saúde do Brasil. Ministério da Saúde. 2004.

A causa de morte por doenças do aparelho circulatório ou cardiovasculares é considerada, na atualidade, a principal causa de morte no País. O padrão de causas básicas encadeia, primeiramente, as doenças cardiovasculares, seguidas das neoplasias, causas externas e doenças do aparelho respiratório e, no caso, específico, do município de Campos dos Goytacazes, as doenças cardiovasculares despontam como a maior causadora de óbitos; as demais causas definidas ocupam o segundo lugar, as causas externas estão em terceiro e as neoplasias em quarto. Mesmo que com pouca discrepância, é possível notar um comportamento nas causas de mortalidade, segundo grande grupo de causas, diferenciado do estabelecido no panorama nacional. Também chama a atenção no município a importância das complicações decorrentes da gravidez e do parto (3%) e a mortalidade por doenças respiratórias, correspondendo a 11% do total de óbitos, também deve ser destacada como um importante marcador da qualidade ambiental no município.

²⁴ Expressa o percentual de óbitos por grandes grupos de causas em relação ao total de óbitos. É obtido pelo número de óbitos por determinado grupo de causas, dividido pelo número total de óbitos, num determinado período e local multiplicado por 100. É utilizado para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde tendentes a reduzir o número de óbitos. Disponível em: http://www.saude.rj.gov.br/Guia_sus_cidadao/pg_16.shtml.

Tabela 1 - Principais Problemas de Saúde da Região Norte Fluminense²⁵

Macroproblema	Descritores
Distribuição inadequada de medicamentos.	• Processo de compra e entrega de medicamentos lento, em nível municipal e estadual; • Carência de medicamentos para o usuário.
Baixa cobertura do PSF	• Cobertura de 17,70%.
Inadequada política de recursos humanos.	• Inexistência de plano de cargos carreiras e salários em todos os municípios.
Insuficiência das atividades de promoção à saúde.	• Integração dos programas e atividades de Promoção à Saúde ainda deficiente; • Inexistência de núcleo de educação em saúde regional.
Para a região, a microrregionalização proposta apresenta problemas para o acesso ao mínimo da média.	• Teto financeiro insuficiente para exames/procedimentos interligados às atividades do Cacon; • Alguns municípios não utilizam recursos da PPI-ECD e do PAB na sua totalidade; • Lógica inadequada de financiamento para o mínimo da média proposta pela Noas; • Falta de gerenciamento pelo secretário de saúde do fundo municipal de saúde em alguns municípios.

Macroproblema	Descritores
Dificuldade em garantir acesso a serviços de terapia intensiva neonatal.	.Insuficiência de leitos de UTI neonatal; .Falta de controle das UTI particulares pelo estado; .Baixa disponibilidade de leitos de UTI neonatal na rede pública; .Dificuldade de vagas nas transferências de urgência/emergência para recém-nascidos de alto risco.
Pouca oferta de serviços de saúde mental extra-hospitalares (Caps, Naps, Hospital Dia, Cala Lar).	.Deficiência de RH capacitados em saúde mental; .Falta de leitos para internação de urgência em saúde mental; .Ausência de uma melhor distribuição de RH na área de saúde mental.

Fonte: SES – Plano Estadual de Saúde, 2001.

De acordo com a Tabela 1, o Plano Estadual de Saúde de 2001 delineou macro problemas que se constituem em obstáculos para a existência de uma rede de atenção à

²⁵ Cf. em: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. I Seminário de Gestão Participativa em Saúde da Região Norte do Rio de Janeiro. In: *Cadernos Regionais. Panorama Sanitário da Região Norte Fluminense*. Brasília (DF): Ministério da Saúde, p. 17-18, 2007. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/editora..> Acesso em 11/02/2009.

saúde mais eficiente e eficaz na região Norte Fluminense. A insuficiência de leitos UTI neonatal representa um problema de alta gravidade em saúde pública, no entanto, a meu ver, a baixa cobertura do Programa Saúde da Família (17,7%) e a insuficiência de atividades destinadas à promoção da saúde, merecem especial destaque, ao passo que representam medidas de atenção primária à saúde e se encontram em posição inferior na região, principalmente, se levarmos em conta que as medidas de promoção da saúde foram, enfim, garantidas por lei na Constituição de 1988, com criação do Sistema Único de Saúde e, o Programa Saúde da Família foi implantado no Brasil no ano de 1994.

Com relação à morbidade, a fonte de dados mais importante é a notificação de doenças e agravos de notificação compulsória. De acordo com o Ministério da Saúde (2005a), são doenças necessárias de notificação compulsória (DNC), àquelas cuja gravidade, magnitude, transcendência, capacidade de disseminação do agente causador e potencial de causar surtos e epidemias exigem medidas eficazes para a sua prevenção e controle. Algumas têm período de incubação curto, e a adoção de medidas imediatas de controle, após a detecção de um único caso, é fundamental para impedir a disseminação do agente e o aparecimento de casos secundários no grupo populacional onde foi detectado o caso índice (Disponível em: www.saude.gov.br/svs).

Por isso, a lista de doenças de notificação compulsória, estabelece quais DNC são de notificação imediata, e ainda, dentre estas, quais devem ser notificadas à simples suspeição. O não cumprimento desta exigência pode comprometer a eficácia das medidas de prevenção e controle disponíveis ²⁶.

1.5) A pesquisa de campo exploratória: doenças e notificações obrigatórias no município

Em fevereiro de 2009, durante a busca de dados acerca da Saúde Pública local, visitei o Departamento de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes. Neste íterim, solicitei informações sobre a frequência de algumas doenças de notificação compulsória. Após o cumprimento de procedimentos

²⁶ Cumpre enfatizar que a notificação de uma situação anormal sempre deve ser feita, mesmo não sendo de doença ou agravo de notificação compulsória, pois muitas vezes permite identificar novos agravos (doenças emergentes ou reemergentes) e divulgar orientações importantes aos profissionais de saúde e a população. A listagem das DNC com a discriminação das referidas doenças, destacando seus aspectos epidemiológicos encontra-se disponível no Guia de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005a).

burocráticos, pude receber a ocorrência de determinadas doenças – não todas que solicitei – com notificação no período entre 2005 e 2007.

- **Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)**

O Brasil tem, aproximadamente, 600 mil portadores do vírus da AIDS, o HIV. Segundo previsão do Banco Mundial, o Brasil teria 1,2 milhão de infectados pelo HIV no ano 2000. Em média, a pessoa infectada pelo HIV demora entre 8 e 10 anos para começar a desenvolver os sintomas da doença. A partir de então, é que ocorre a notificação de um novo caso de AIDS. (Disponível em: <http://www.aidsbrasil.com>).

A síndrome da imunodeficiência adquirida é uma manifestação clínica avançada da infecção pelo vírus HIV. Geralmente, a infecção pelo HIV leva a uma imunossupressão progressiva, especialmente da imunidade celular, e a uma desregulação imunitária. Tais desregulações e supressões imunitárias acabam por resultar em infecções oportunistas, neoplasias e/ou manifestações (demência, caquexia, trombocitopenia, etc) que são condições definidoras de AIDS, quando em presença da infecção pelo HIV. (*Ibid.*).

Há alguns anos, receber o diagnóstico de AIDS era quase uma sentença de morte. Atualmente, porém, a AIDS pode ser considerada uma doença de perfil crônico. Isto significa que é uma doença que não tem cura, mas tem tratamento e uma pessoa infectada pelo HIV pode viver com o vírus por um longo período, sem apresentar nenhum sintoma ou sinal (*Ibidem*). A epidemia ainda se encontra em níveis elevados no Brasil que possui um terço dos portadores da América Latina, contudo, o número de óbitos vem diminuindo e se estabilizando graças aos avanços tecnológicos e as pesquisas, que propiciam o desenvolvimento de exames e medicamentos cada vez mais eficazes e aos programas de prevenção que incentivam o uso de seringas descartáveis e preservativos (CONCEIÇÃO, 2008). Mais um motivo de se reforçar as campanhas de esclarecimento junto à população.

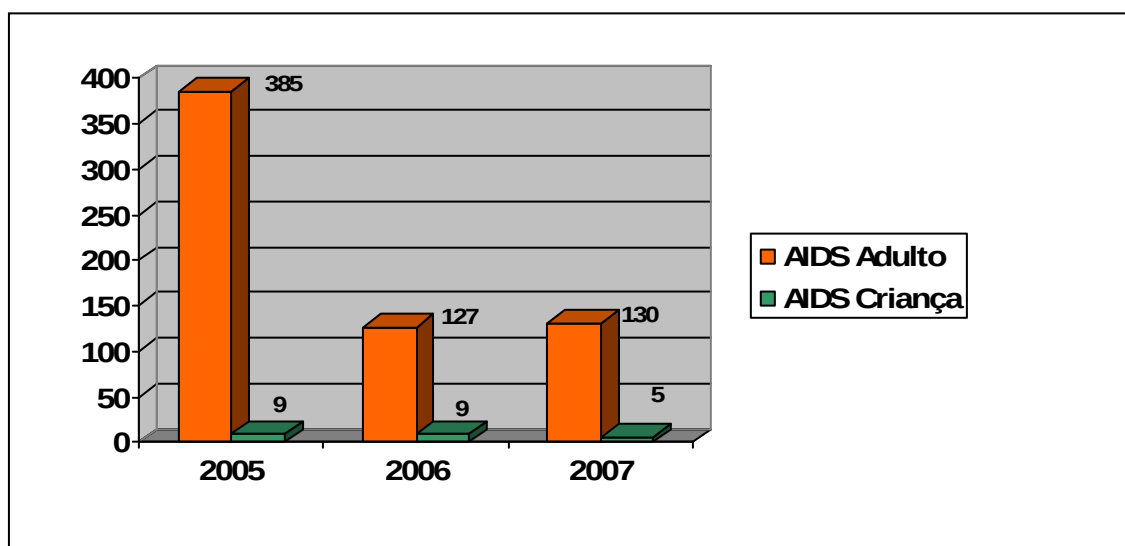
A transmissão vertical do HIV²⁷ refere-se à situação em que a criança é infectada pelo vírus da AIDS durante a gestação, no parto ou por meio da

²⁷ A probabilidade de transmissão vertical da infecção pelo HIV foi largamente mostrada por vários estudos. A maioria dos casos de transmissão, cerca de 65%, ocorre durante o trabalho de parto e no parto propriamente dito e os 35% restantes ocorrem intra-útero, principalmente nas últimas semanas de gestação. Além disso, o aleitamento materno representa risco adicional de transmissão de 7% a 22%. Pesquisas mostraram que são vários os fatores associados ao aumento do risco de transmissão do HIV da mãe para o filho (Brito *et. al*, 2006 *apud* Conceição, 2008).

amamentação. No entanto, a criança, filha de mãe infectada pelo HIV, tem a oportunidade de não se infectar pelo HIV. Atualmente, existem medidas eficazes para evitar o risco de transmissão, tais como: o diagnóstico precoce da gestante infectada, o uso de drogas anti-retrovirais, o parto cesariano programado, a suspensão do aleitamento materno, substituindo-o por leite artificial (fórmula infantil) e outros alimentos, de acordo com a idade da criança. Durante o pré-natal, toda gestante tem o direito e deve realizar o teste HIV. Quanto mais precoce o diagnóstico da infecção pelo HIV na gestante, maiores são as chances de evitar a transmissão para o bebê. O tratamento é gratuito e disponível no SUS (Programa Nacional de DST/AIDS. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/Pages>).

A taxa de transmissão vertical do HIV pode chegar a 20%, ou seja, a cada 100 crianças nascidas de mães infectadas, 20 podem tornar-se HIV+. Com ações de prevenção, no entanto, a transmissão pode reduzir-se para menos de 1%. No ano de 2004, estimou-se que cerca de 12.000 parturientes estavam infectadas pelo HIV+ no Brasil. Foram notificados ao Ministério da Saúde, de janeiro de 1983 a junho de 2006, 10.846 casos de AIDS em menores de 13 anos de idade devido à transmissão vertical. Este número vem reduzindo ano a ano com a adoção de medidas de prevenção. (*Ibid.*)

Gráfico 5 – Notificação Compulsória da AIDS (adulto e infantil) no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

A frequência de HIV na população adulta de Campos dos Goytacazes – conforme Gráfico 5 – nos revela uma redução do número de casos, se tomarmos por base que no ano de 2005, ocorreu uma notificação de 385 casos e, no ano de 2007, foram notificados 130 casos. Observa-se, também, que o mesmo aconteceu com os casos de AIDS em crianças que teve uma notificação de 9 casos em 2005 e 5 casos em 2007, demonstrando uma redução de quase 50%. Esta estimativa acompanha o padrão nacional que – como já foi dito anteriormente – vem reduzindo o número de casos devido ao grande empenho em pesquisas, tecnologias, programas de prevenção e campanhas de conscientização.

- **Sífilis Congênita**

A sífilis congênita é o resultado da transmissão do *Treponema pallidum*, presente no sangue da gestante infectada, não tratada ou inadequadamente tratada, para o seu bebê, por via transplacentária. Desde 1986, é uma doença de notificação compulsória em todo território nacional. Todos os casos de sífilis congênita devem ser notificados, segundo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde (Programa Nacional de DST/AIDS. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/Pages>).

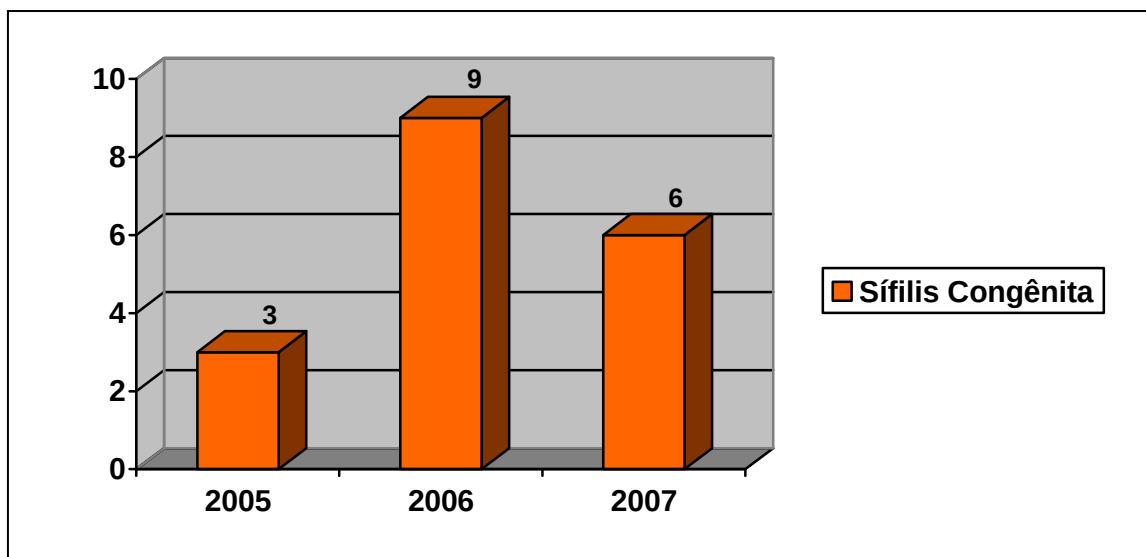
Tabela 2 – Taxa de Prevalência de Sífilis em parturientes por Grande Região. Brasil, 2004.

Região	Prevalência (%)	Intervalo de 95% de Confiança
Norte	1,8	1,028 - 2,536
Nordeste	1,9	1,455 - 2,356
Sudeste	1,6	1,215 - 1,978
Sul	1,4	0,841 - 1,942
Centro-Oeste	1,3	0,737 - 1,815
Brasil	1,6	1,407 - 1,872

Fonte: MS/SVS/PN-DST/AIDS.

A sífilis é uma doença de elevada magnitude no país. No estudo realizado em 2004, numa amostra representativa de parturientes de 15 a 49 anos de idade, de todas as regiões do país, observou-se uma taxa de prevalência de 1,6% para sífilis ativa (e de 0,42% para HIV), com uma estimativa de cerca de 50 mil parturientes com sífilis ativa e de 12 mil nascidos vivos com sífilis congênita (considerando uma taxa de transmissão vertical de 25%). Essa prevalência variou de 1,9% na região Nordeste a 1,3% na região Centro-Oeste. A estimativa de prevalência de sífilis, em gestantes, é de aproximadamente 2%, ou seja, 2 casos para cada 1000 crianças nascidas vivas. (*Ibid.*)

Gráfico 6 – Notificação Compulsória da Sífilis Congênita no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

A análise do Gráfico 6 demonstra que o número de casos de sífilis congênita em Campos dos Goytacazes, neste período, encontra-se estável. Os dados revelam 3 casos em 2005, 9 em 2006 e 6 em 2007. Dados do IBGE computam 8.336 nascidos vivos em Campos, no ano de 2007. Isto significa dizer que o quantitativo de 6 casos acompanha estimativa do Ministério da Saúde, que no panorama nacional aponta uma prevalência de 2 %, ou seja 2 casos a cada 1000 nascidos vivos. Ainda assim, deve-se considerar que a Sífilis Congênita é um problema de saúde absolutamente evitável, tendo em vista exigir no SUS protocolo para atendimento as gestantes (medidas para o diagnóstico precoce e tratamento) com vistas a evitar a transmissão mãe-filho. Nesse sentido, casos

de sífilis congênita são importantes eventos traçadores da cobertura e qualidade da assistência pré-natal em um município.

- **Tuberculose**

A tuberculose é um dos problemas mais sérios em saúde pública, juntamente com os outros países em desenvolvimento são responsáveis por 80% dos casos mundiais da doença. De acordo, com o Ministério da Saúde, atualmente, ocorrem em torno de oito milhões de novos casos e quase três milhões de mortes por tuberculose. Cerca de 80% dos casos incidem em 22 países, com o Brasil na 16ª posição, com aproximadamente 85 mil casos novos por ano e 6 mil óbitos por ano. Estima-se que 75% dos casos novos incidam em 315 municípios considerados prioritários pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2002).

A doença é considerada a segunda maior causa de morte por doença infecciosa no mundo, perdendo apenas para a AIDS. Com proporções alarmantes, a Tuberculose é considerada prioridade estadual. O estado do Rio de Janeiro apresenta a mais alta taxa de incidência do País. É o campeão nacional em incidência (mais de 100 casos/100.000 habitantes), devido principalmente à região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. No estado, são 32 os municípios prioritários, sendo Campos dos Goytacazes um deles (IBID.)

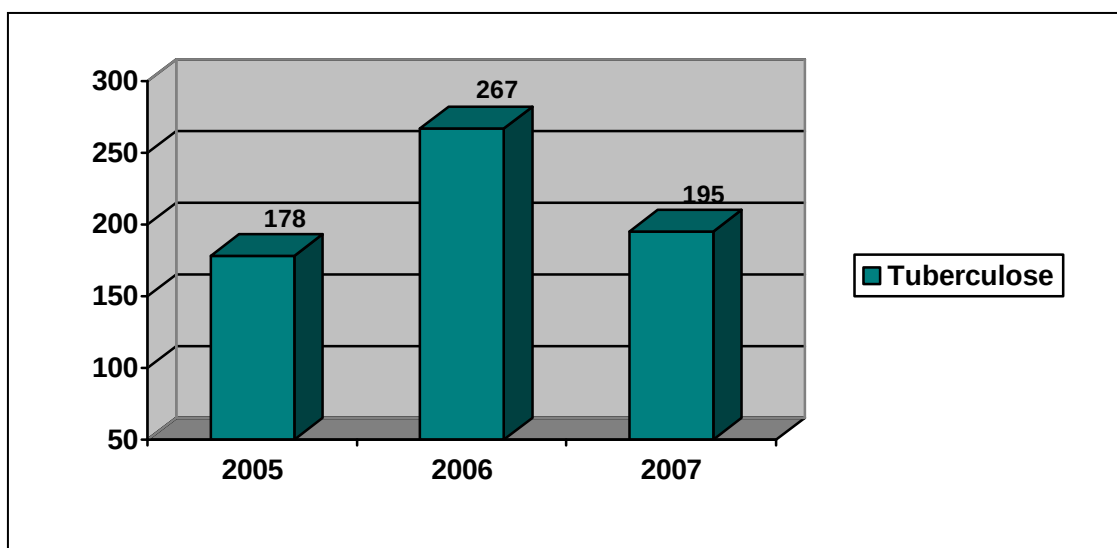
A tuberculose em Campos dos Goytacazes, como em todo Brasil, é predominantemente urbana (85% dos casos), sendo que a metade dos casos registrados no município são detectados no sub-distrito de Guarus. Entre 2001 e 2007, foram registrados um total de 1497 casos da doença no município, compreendendo a uma média anual de 210 casos²⁸.

Neste particular, foi inaugurado em 25 de setembro de 2007, o Centro de Referência para o Controle da Tuberculose e Hanseníase, com o objetivo de ampliar as atividades para redução da incidência da tuberculose, por meio da detecção da doença com laboratório de referência instalado no Hospital Geral de Guarus, medida que aumenta consideravelmente as chances de cura da tuberculose, que segundo o Ministério da Saúde chega a 100% em muitos municípios.

²⁸ Cf. em: <http://www.campos.rj.gov.br/>.

De acordo com o Coordenador do Programa de Controle da Tuberculose do município, o médico Luiz Clóvis Parente, em Campos a taxa de cura atualmente é de 72% com um índice de 12% de abandono. A extensão do município, a falta do Programa de Saúde da Família e as doenças associadas à tuberculose, justificam em parte estes dados. A tuberculose é uma doença grave, porém curável em praticamente 100% dos casos desde que seja feito uso de medicação adequada. (Entrevista publicada em 23/03/2009. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/>).

Gráfico 7 – Notificação Compulsória da Tuberculose no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

- **Dengue**

A dengue é considerada, atualmente, a mais importante arbovirose que vem afetando a população, comportando-se como um sério problema de saúde pública no Brasil e no mundo. A transmissão ocorre pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, uma espécie hematófaga originária da África que chegou ao continente americano na época da colonização.

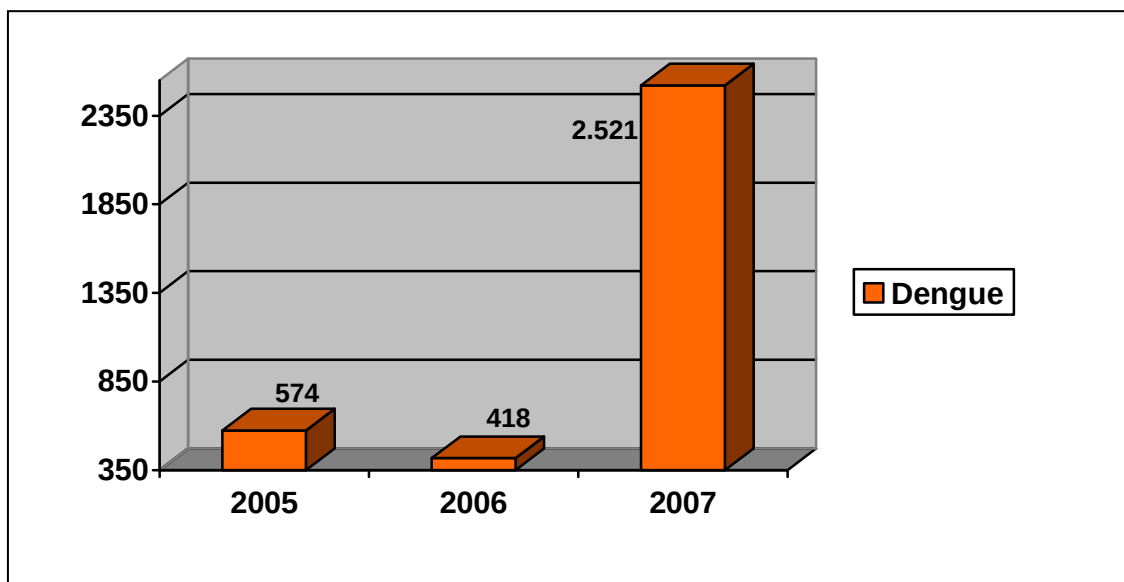
Após as epidemias de 1916 – ocorrida em São Paulo - e 1923 – em Niterói – ambas sem comprovação laboratorial, a primeira epidemia, documentada clínica e

laboratorialmente, ocorreu entre os anos de 1981 e 1982, em Boa Vista (RR), causada pelos sorotipos 1 e 4, considerados os mais perigosos. A partir de 1986, ocorreram epidemias, atingindo o Rio de Janeiro e algumas capitais da região Nordeste, mantendo-se, desde então, com características semelhantes a uma endemia. A partir de 2002, a epidemia teve características de casos com febre hemorrágica. (Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude>).

A evolução da dengue no Brasil, desde 1986, vem demonstrando um crescimento ascendente do número de casos novos notificados, com destaque para epidemia de 2002, que computou 791.245 casos²⁹. A região sudeste é que apresenta a maior concentração de casos da doença, sendo considerada a região de dispersão da dengue no Brasil.

No Estado do Rio de Janeiro, houve notificação de 10.464 casos de dengue no ano de 2007 (BRASIL, 2008a), sendo que deste montante, 2.521 casos ocorreram no município de Campos dos Goytacazes, correspondendo a quase 25% dos casos totais notificados em todo estado.

Gráfico 8 – Notificação Compulsória da Dengue no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

²⁹ Fonte: MS/SVS/SINAN. 2007.

Fica evidente que no caso específico da dengue, o município de Campos dos Goytacazes apresentou um surto epidêmico no ano de 2007 (gráfico 8), facilmente justificável por falhas nos procedimentos de controle da doença. Muitos bairros, especialmente, os de Guarus obtiveram índice de infestação superior a 1%³⁰. Para efetividade no controle da dengue há necessidade de continuidade das ações de combate ao mosquito e conscientização da população para uma atuação conjunta aos órgãos públicos responsáveis, ou seja, muita vigilância e prevenção.

- **Hanseníase**

A hanseníase é uma doença infecto contagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae* - também conhecido como bacilo de Hansen - de grande importância para a saúde pública devido à sua magnitude e seu alto poder incapacitante. A proliferação do bacilo acontece mais facilmente em áreas de baixa condição sócio-econômica, onde há um maior aglomerado de pessoas em pequenos espaços.

Apesar dos avanços do SUS, a hanseníase continua sendo uma doença de importante endemicidade. Dados do Ministério da Saúde³¹ (2005) revelam que no Estado do Rio de Janeiro, a endemicidade da doença apresentou um grau moderado de 1 a 5 casos por 10 mil habitantes e o coeficiente de prevalência da região sudeste é de 2,4 por 10 mil habitantes.

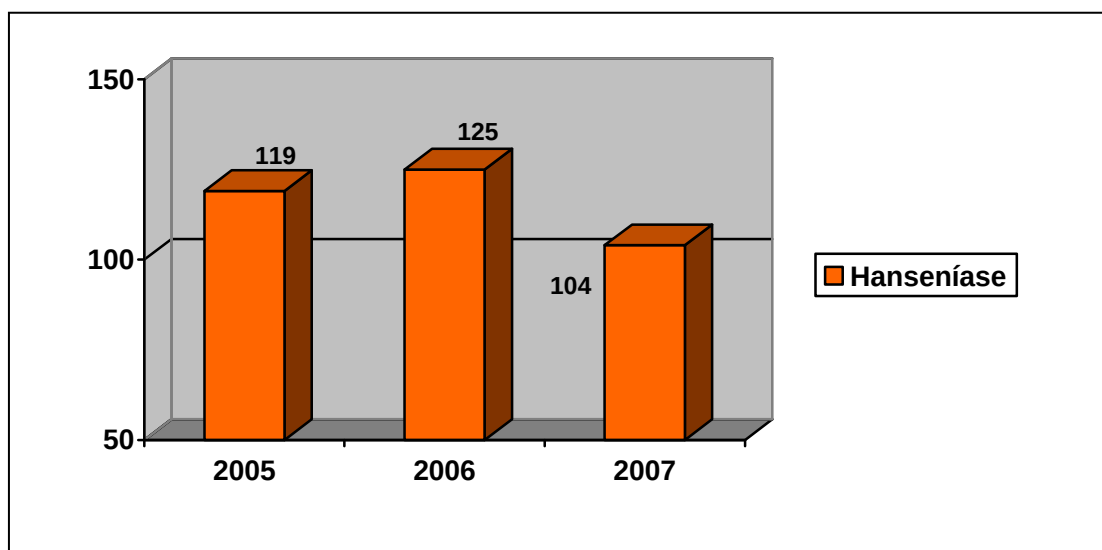
Se tomarmos o ano de 2007, como referencial de comparação, observamos que em Campos dos Goytacazes ocorreram 104 casos notificados da doença, conforme gráfico 9. Como o município, segundo informação do IBGE (2007), apresenta uma população estimada em 426.154 habitantes, conclui-se que, estatisticamente, o número de casos de hanseníase para cada 10 mil habitantes fica em torno de 2,4; o que denota um quadro endêmico correspondente ao coeficiente de prevalência da região sudeste conforme estimativa do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2007, foi inaugurado em Campos o Centro de Referência Augusto Alves, especializado em Tuberculose e Hanseníase. As chances de cura da hanseníase apresentam proporção de 100% quando tratada. Todo acompanhamento deve ser feito no Centro gratuitamente.

³⁰ O Índice de Infestação Predial do mosquito da dengue em 1% é o considerado normal pelo Ministério da Saúde. Acima disto, a localidade infestada fica em situação de alerta (1% a 3,9%); a situação de risco é caracterizada quando o índice de infestação atinge 4%.

³¹ Fonte: SINAN/SES/IBGE/2005.

Gráfico 9 – Notificação Compulsória da Hanseníase no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

- **Hepatite Viral**

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. No momento, o Ministério da Saúde em convênio com a Universidade de Pernambuco e a Organização Pan-americana de Saúde vem conduzindo junto a pesquisadores de Universidades Federais, Estaduais e de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde inquérito nacional de base populacional nas capitais brasileiras, que irá fornecer a real dimensão sobre a prevalência dessa infecção, por macroregional (BRASIL, 2008b).

São doenças causadas mais comumente pelos vírus A, B, C ou D, que provocam inflamação no fígado. Possuem características epidemiológicas, clínicas e laboratoriais semelhantes, porém com importantes particularidades. São silenciosas, pois nem sempre apresentam sintomas. Além disso, têm grande importância pelo número de indivíduos atingidos e pela possibilidade de complicações das formas agudas e evolução para formas crônicas, podendo levar à cirrose e ao câncer de fígado (*IBID.*).

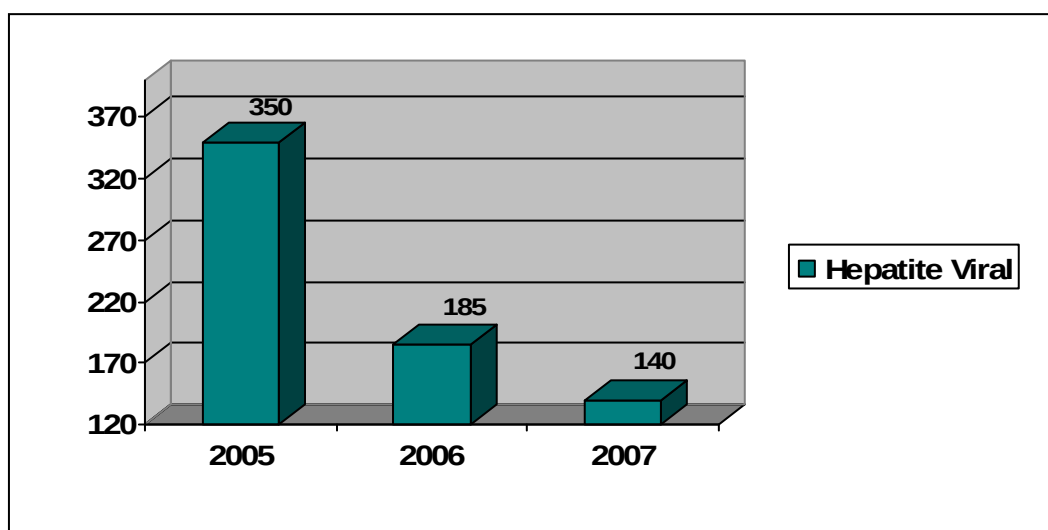
As equipes de atenção básica das UBSs e do PSF têm papel relevante no diagnóstico e no acompanhamento das pessoas portadoras – sintomáticas ou não – de

hepatites. Para que possam exercer esse papel, é necessário que as equipes estejam aptas a identificar casos suspeitos, solicitar exames laboratoriais adequados e realizar encaminhamentos a serviços de referência dos casos indicados.

O Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais – PNHV- tem a missão de reduzir a incidência das hepatites virais e melhorar a qualidade de vida dos portadores da doença, promovendo ações de prevenção, vigilância, controle e assistência no território nacional, respeitando os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2008b).

Campos dos Goytacazes possui um Centro de Referência em Hepatite desde 2003, sendo que o maior número de casos atendidos refere-se a casos de Hepatite A, normalmente transmitida por água contaminada. Em 2007, dos 140 casos notificados (Gráfico 10), 22 ocorreram em crianças na localidade de Rio Preto em apenas dois meses. Na ocasião, a Empresa Municipal de Habitação (EMHAB) foi solicitada para realizar um levantamento técnico das quatro mini-estações de esgotos existentes há seis anos na localidade sem manutenção e com possibilidade de estarem contaminando a água. Além disso, nem todos os moradores possuem rede de abastecimento de água. O sistema de abastecimento de água de Rio Preto é de responsabilidade da Concessionária “Águas do Paraíba” que abastece 90% da área central do distrito (Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br> - matéria publicada em 25/10/2007).

Gráfico 10 – Notificação Compulsória da Hepatite Viral no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

O gráfico 10 demonstra que entre os anos de 2005 e 2007 vem ocorrendo decréscimo no número de casos notificados de hepatite viral, apontando 350 casos em 2005; 185 em 2006 e 140 em 2007.

- **Leptospirose**

A leptospirose é uma doença infecciosa febril, aguda, potencialmente grave, causada por uma bactéria, a *Leptospira interrogans*. É uma zoonose que ocorre no mundo inteiro, exceto nas regiões polares. Em seres humanos, acomete pessoas de todas as idades e em ambos os sexos. Na maioria (90%) dos casos de leptospirose a evolução é benigna. É primariamente uma zoonose que acomete roedores e outros mamíferos silvestres e é um problema veterinário relevante, atingindo animais domésticos (cães, gatos) e outros de importância econômica (bois, cavalos, porcos, cabras, ovelhas). Esses animais, mesmo quando vacinados, podem tornar-se portadores assintomáticos e eliminar a *L. interrogans* junto com a urina. O rato de esgoto (*Rattus norvegicus*) é o principal responsável pela infecção humana, em razão de existir em grande número e da proximidade com seres humanos. A *L. interrogans* multiplica-se nos rins desses animais sem causar danos, quando eliminada pela urina de animais sobrevive no solo úmido ou na água, que tenham pH neutro ou alcalino³².

As enchentes e águas contaminadas são as principais transmissoras de leptospirose nas regiões pobres. No Brasil, entre 1996 e 2005, foram notificados 33.174 casos de leptospirose. Apenas os casos mais graves (ictéricos) são, geralmente, diagnosticados e, eventualmente, notificados. A leptospirose sem icterícia é, frequentemente tratada como outras doenças, a exemplo da dengue e da gripe, ou não leva à procura de assistência médica. Os casos notificados, provavelmente, representam apenas uma pequena parcela (cerca de 10%) do número real de casos no Brasil (*Ibid.*).

A tabela 3 indica que a região sudeste apresentou o maior número de casos notificados no período entre os anos de 1996 e 2005.

³² MARTINS, Fernando S. V.; CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P.P. *Leptospirose*. Disponível em: <http://www.cives.ufrrj.br/informação/leptospirose>. Acesso em 06/03/2009.

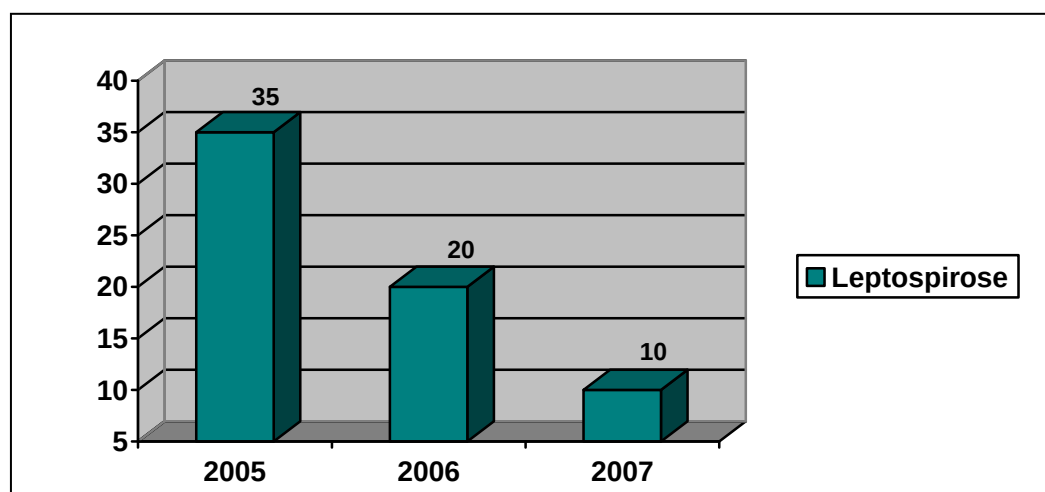
Tabela 3 - Leptospirose no Brasil. Casos confirmados, por local de transmissão: 1996 - 2005.

Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Norte	689	484	584	340	391	142	230	248	202	181	3.491
Nordeste	1.002	847	514	194	1.006	643	598	501	801	600	6.706
Sudeste	3.350	944	1.242	1.102	948	1.188	901	986	1.305	1.029	12.995
Sul	502	863	1.084	782	1.094	1.617	851	1.158	656	838	9.445
Centro-Oeste	36	160	25	15	48	44	38	54	68	49	537
Total	5.579	3.298	3.449	2.433	3.487	3.634	2.618	2.947	3.032	2.697	33.174

Fonte: MS/SVS. 2006.

No que tange ao município de Campos dos Goytacazes, apesar da enchente ocorrida no início do ano de 2007, o número de casos notificados de leptospirose é menor do que nos anos anteriores (Gráfico11).

Gráfico 11 - Notificação Compulsória da Leptospirose no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

- **Meningite**

A doença meningocócica é uma infecção aguda que pode ser acometida por bactérias, vírus e, em alguns casos, por fungos. As bactérias são sem dúvida os agentes etiológicos mais importantes na meningite. Estima-se a ocorrência de pelo menos 500 mil casos de *doença meningocócica* por ano no mundo, com cerca de 50 mil óbitos. É

uma doença de evolução rápida e com alta letalidade, que varia de 7% até 70%. Mesmo em países com assistência médica adequada, a meningite pode ter uma letalidade de até 40%. Geralmente acomete crianças e adultos jovens, mas em situações epidêmicas, a doença pode atingir pessoas de todas as faixas etárias³³.

Em menos de 1% dos indivíduos infectados, contudo, a bactéria consegue penetrar na mucosa respiratória e atingir a corrente sanguínea levando ao aparecimento da doença meningocócica. A invasão geralmente ocorre nos primeiros cinco dias após o contágio. Os fatores que determinam o aparecimento de doença invasiva ainda não são totalmente esclarecidos.

Tabela 4 - Doença meningocócica no Brasil: 1996 a 2005. Casos confirmados por local de ocorrência.

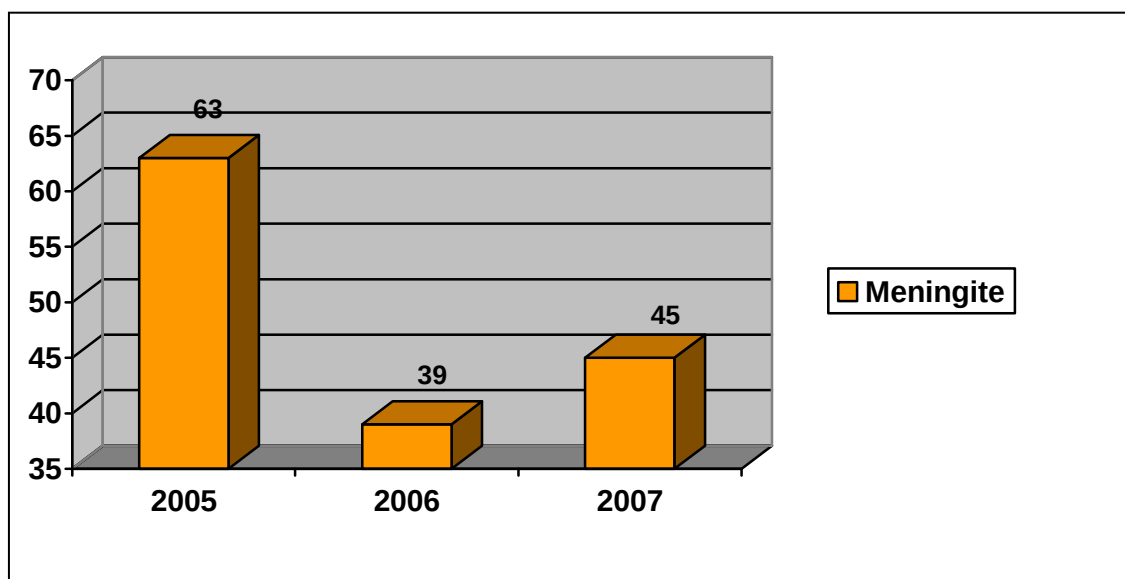
Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	Total
Norte	358	240	295	393	270	318	285	263	248	145	2.815
Nordeste	1.415	1.356	1.297	1.066	1.270	1.058	900	725	718	568	10.373
Sudeste	4.198	3.401	3.163	2.586	2.530	2.040	1.873	1.662	2.007	1.773	25.233
Sul	1.074	998	958	922	720	643	675	597	562	355	7.504
Centro-Oeste	276	330	348	268	229	169	139	128	131	140	2.158
Total	7.321	6.325	6.061	5.235	5.019	4.228	3.872	3.375	3.666	2.981	48.083

Fonte: MS/SVS. 2006.

A ocorrência da Meningite no município de Campos, no período entre 2005 e 2007 (Gráfico 12) revela uma estabilidade quanto ao número de casos, apresentando um controle sobre a endemia, devidamente relacionado às medidas de prevenção realizadas pelo Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes, já que o maior grau de endemicidade da Meningite está localizado na região sudeste (Tabela 4), impulsionando o governo federal a exigir dos municípios ações mais efetivas de controle da doença.

³³ CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P.P.; PEDRO, Luciana G. F.; MARTINS, Fernando S. V. *Doença meningocócica*. Disponível em <http://www.cives.ufrrj.br/informacao/leptospirose/lep-iv.html>. Acesso em 13/03/2009.

Gráfico 12 – Notificação Compulsória da Meningite no município de Campos dos Goytacazes/RJ, de 2005 a 2007.



Fonte: Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

O que nos é permitido concluir é que a saúde pública é, sem sombra de dúvida, um desafio para o Brasil, seus gestores e seus cidadãos. Em Campos dos Goytacazes, a população é impactada negativamente dada às desigualdades sociais visíveis. A reversão das desigualdades pode começar por políticas sociais focalizadas, o que não significa que parariam nestas, pois, afinal, as conquistas mais recentes nas políticas de saúde vieram atestar a universalização do direito à saúde. Nossa pergunta é como a UENF pode se colocar mais firmemente como um ator-chave nas ações de universalização deste direito, onde enxergamos um vasto campo de atuação para a extensão universitária.

O amadurecimento político na sociedade brasileira foi custoso envolvendo movimentos sociais, movimentos estudantis, profissionais e usuários do sistema de saúde em nossa ainda recente redemocratização, num contexto de minimização do papel do Estado. O foco na saúde e não na doença também é uma conquista bastante recente que enfrenta não poucas resistências daqueles que obtêm vantagens financeiras com a segunda perspectiva. Uma democrática prática da UENF em Campos dos Goytacazes e região não pode desconhecer, portanto, a luta a ser enfrentada, também do ponto de vista do convencimento, quer dos profissionais de saúde quer da população, o que supõe, um projeto político-pedagógico. Este, no entanto, é debitário de um processo

experimentado na sociedade brasileira em sua luta pela cidadania e inclusão social. O capítulo 3 dedica-se a expor o cenário no qual se pensa possível a extensão universitária atuar.

CAPÍTULO 2) OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO: Saúde Pública e Políticas Sociais e a *razão de ser* da Universidade

2.1) Breve Histórico da Saúde Pública Brasileira

A área da saúde tem passado por sucessivos movimentos de recomposição das práticas sanitárias decorrentes das distintas articulações entre sociedade e o Estado que definem as respostas sociais às necessidades e aos problemas de saúde.

De acordo com Merhy & Queiroz (1993), a história da saúde pública inicia-se no início do século XX com Emílio Ribas, em São Paulo, e Oswaldo Cruz³⁴, no Rio de Janeiro. Em acordo com a chamada teoria bacteriológica, dentro da escola pasteuriana, concebiam a saúde e a doença como um processo resultante dos estímulos externos que o corpo biológico recebe do meio social/natural insalubre. A descoberta e o isolamento dos indivíduos doentes, o saneamento do meio, a destruição dos vetores biológicos e a proteção dos sadios, portanto, consistiam os princípios fundamentais desta perspectiva³⁵.

Partindo desta premissa, a instrumentalização das ações de saúde era de responsabilidade da *polícia sanitária* que, por meio de um modelo campanhista de intervenção, buscava conter a disseminação de doenças, principalmente nas áreas urbanas de importância para a manutenção do modelo agro-exportador.

Gilberto Hochman, em seu livro *A Era do Saneamento: as bases das políticas de saúde pública no Brasil* (1998), pontua que uma política nacional de saúde em nosso país viabilizou-se a partir de uma articulação entre a consciência das elites em seus interesses materiais acerca da interdependência social que a fez atentar para a saúde das classes subalternas³⁶. No Brasil, essa perspectiva orientou o *movimento sanitário* que, entre 1910 e 1920, elegeu a saúde pública como principal problema nacional.

³⁴ Oswaldo Cruz era médico, especialista em microbiologia e formado pelo Instituto Pasteur na França. Introduziu a pesquisa epidemiológica no Brasil no início do século XX e atuou efetivamente para o conhecimento das causas das doenças, bem como as formas de controlá-las e combatê-las. Outros cientistas como Emílio Ribas, Carlos Chagas, Clementino Fraga, Belisário Penna, também estiveram junto com Oswaldo Cruz, engajados na definição de ações de saúde pública e na realização de pesquisas.

³⁵ Cabe ressaltar que a partir desta “consciência sanitária”, medicina e saúde pública eram entendidas como campos distintos; a primeira para curar através da clínica, patologia e terapêutica, e a segunda para prevenir doenças, prolongar e promover saúde através da higiene e educação sanitária (MERHY & QUEIROZ, 1993).

³⁶ A experiência das epidemias do cólera do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, que atingiram a ricos e pobres, e disseminaram-se independente de fronteiras – cidades, regiões e países -, explicitou para as elites os problemas de interdependência social e a necessidade de criação de organizações e

Este movimento é dividido em dois períodos fundamentais. O primeiro corresponde à primeira década do século XX, marcado pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde³⁷ entre 1903 e 1909, basicamente restritos ao Distrito Federal e aos portos, com ênfase no saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e no combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola. A segunda fase do movimento sanitarista – décadas de 1910 e 1920 – também contou com a atuação de Oswaldo Cruz e teve como característica fundamental a ênfase no saneamento rural e no combate a três epidemias (ancilostomíase, malária e mal de Chagas). As condições de saúde nos *sertões*³⁸, verificadas por expedições realizadas por médicos sanitaristas, propiciaram intenso debate sobre a questão nacional quando, enfim, o atraso nacional deixa de ser explicado pelas ênfases em determinismos de quaisquer espécies, a exemplo do determinismo biológico gerador do racismo, e passa a ser remetido à situação de doença generalizada de nossa população em razão do abandono pelo Estado (HOCHMAN, 1998; BAPTISTA, 2007).

Do ponto de vista histórico, o surgimento dessa consciência social foi um capítulo significativo do processo de descoberta da comunidade nacional, ou de construção do Estado-nação. A percepção da generalização da interdependência e seus efeitos seriam marcados por um senso abstrato de responsabilidades e pelo debate em torno de soluções, que melhorariam a situação daqueles que estavam em estado de privação e, conseqüentemente, atenuariam a ameaça aos poderosos, ricos e sadios (HOCHMAN, 1998, p. 52).

A reforma da saúde implementada sob a coordenação de Oswaldo Cruz, que assume a Diretoria Geral da Saúde Pública, propõe, em 1904, um *código sanitário* que institui a legalidade dos atos públicos como a desinfecção, inclusive domiciliar; o arrasamento de edificações consideradas nocivas à saúde pública; a notificação permanente de casos de febre amarela, varíola e peste bubônica; a atuação da polícia sanitária e a campanha de vacinação obrigatória. As atuações de Oswaldo Cruz – apesar das críticas por serem consideradas repressoras e submeterem a saúde a uma questão de

políticas permanentes, amplas e coletivas com funções preventivas a fim de combater os riscos de infecção e contágio em massa (HOCHMAN, 1998).

³⁷ A Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1897, incentivou pesquisas nas faculdades de medicina e no exterior (Instituto Pasteur) e, ainda, a criação de institutos específicos de pesquisa, como o Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 e renomeado Instituto Oswaldo Cruz (IOC), um ano depois.

³⁸ Algumas expedições foram acompanhadas por escritores como Euclides da Cunha que, mais tarde, através da sua obra *Os Sertões* expressou as mazelas vividas pelo povo brasileiro nesta região (BAPTISTA, 2007).

polícia – promoveram, naquele contexto, um avanço considerável no controle e combate de algumas doenças. Em 1907, a febre amarela e outras doenças já tinham sido erradicadas na cidade do Rio de Janeiro e em Belém (BAPTISTA, 2007).

Uma atuação do governo federal na área da saúde de forma mais abrangente somente foi possível de ser verificada em 1923, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública cujas atribuições compreendiam o saneamento urbano e rural; a propaganda sanitária; as higiênes infantis, industrial e profissional; as atividades de supervisão e de fiscalização; a saúde dos portos e as endemias rurais. O Departamento Nacional de Saúde passou a cuidar, portanto, dos aspectos sanitários no campo coletivo, com ações de saúde pública em nível de campanhas sanitárias, como, por exemplo, imunizações, controle de epidemias e saneamento (ESCOREL, 2000).

Em continuidade às medidas de assistência à saúde, a Lei Elói Chaves de 1923, cria a Previdência Social no Brasil que institui as diversas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Segundo Mendes (1999), no ano de 1930 já existiam 47 CAPs que davam cobertura a 142.464 beneficiários, todavia estas foram fundadas por empresas estratégicas para a economia nacional e funcionavam como uma espécie de seguro social, garantindo benefícios como aposentadoria e assistência médica, somente para aqueles que contribuía para a Previdência. Assim, o direito à assistência à saúde estava restrito à condição de segurado ³⁹.

O Estado assume ativamente, a partir dos anos 1930, o papel de regulador da economia e define um projeto econômico baseado na industrialização, absorvendo mão-de-obra advinda do campo e alavancando a economia nacional. O crescimento da economia e da industrialização, a partir do governo Vargas, desloca a necessidade de sanear os espaços de circulação de mercadorias para atuar sobre a força de trabalho. Fazia parte das pretensões de Vargas, a transformação do país em um Estado forte e centralizador; desta forma, as ações de saúde do governo ficaram envoltas no interesse estatal de garantir a integridade do novo foco de sua atenção: o corpo do trabalhador (LIMA, FONSECA & HOCHMAN, 2005).

Nesta perspectiva, observa-se um gradativo fortalecimento do projeto político-ideológico de construção nacional, acompanhado de medidas que favoreceram sua

³⁹ Embora os presidentes das CAPs fossem nomeados pelo Presidente da República e houvesse um interesse claro do governo na manutenção deste sistema, as CAPs eram mantidas e geridas pelas empresas e seus empregados e, assim, não se configuravam como uma iniciativa do Estado para o alcance da preservação da saúde de todos os cidadãos (Mendes, 1999). As CAPs foram criadas para algumas organizações trabalhistas mais atuantes política e financeiramente, como os ferroviários e os marítimos, ligados à produção exportadora.

implementação, como o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Pode-se dizer que a configuração destes dois ministérios desenvolveu, de um lado, o arcabouço jurídico e material de assistência médica individual previdenciária, a ser garantida pelo MTIC e, de outro lado, a definição de ações de saúde pública de caráter preventivo atribuídas ao MESP (IBID).

Muito além de uma simples divisão e especificação de funções em razão da área de atuação de cada órgão, em um contexto de reestruturação e consolidação de políticas sociais, a separação correspondeu a um formato diferenciado de reconhecimento de direitos sociais (LIMA, FONSECA & HOCHMAN, 2005, p.41).

A unificação das CAPs em Institutos de Aposentadorias e Pensões, os IAPs, durante o momento autoritário – 1930 a 1945 – representou o primeiro esboço do sistema de proteção social brasileiro. Os IAPs, que sofreram progressiva incorporação ao aparelho estatal, em um processo de crescente centralização e burocratização com um expressivo caráter de *seguro social* e não de *seguridade social*⁴⁰, passam a incluir em um mesmo instituto toda uma categoria profissional - não mais apenas a empresa - e a contar com a participação do Estado em sua administração, controle e financiamento com o objetivo primordial de acumulação de capital no bojo da previdência, enquanto a assistência médica deixa de ser prioridade, colocando-se como função provisória e secundária (MENDES, 1999).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1994), o padrão de políticas públicas caracterizou-se, neste período, pela noção de *cidadania regulada* e excludente, pois se configurou num padrão de cidadania pelo qual o acesso a bens e serviços esteve fortemente associado ao vínculo empregatício, o que significa dizer que não bastava ser brasileiro para gozar dos direitos sociais, era necessário ter *carteira assinada* e contribuir financeiramente para a Previdência Social⁴¹, mediante uma modalidade de seguro, ou seja, recebem benefícios somente aqueles que pagam por eles. Desta forma,

⁴⁰ De acordo com Oliveira e Teixeira (1986 *apud* Marques da Silva, 2003), a noção de *seguridade social* parte da ideologia de um Estado que teria obrigações naturais e inalienáveis para com qualquer cidadão, o que se traduz num compromisso moral da previdência com o bem-estar da população como um todo. Sua abrangência, maior que a do seguro social, envolve “eliminar as causas da miséria”, “abolir as necessidades” e “garantir a permanência de um mínimo de bem estar para todos.

⁴¹ A Previdência Social converteu-se, segundo Cohn (1996 *apud* Venâncio, 2001), num mecanismo de captação de recursos para investimentos que escaparam inteiramente ao controle dos trabalhadores, possuindo como traços marcantes a centralização, a burocracia e a ineficiência.

acabaram excluídos da cidadania todos aqueles cuja ocupação a lei desconhecia, como os trabalhadores rurais e os urbanos cujas ocupações não eram regulamentadas.

Vargas salientava que as questões relacionadas com a saúde pública reproduziam a situação econômico-social do país, admitindo que a solução destas questões nasceria do desenvolvimento brasileiro. Não é casual que, neste período, a Previdência tenha se tornado um instrumento de acumulação em mãos do Estado, gerando recursos que teriam outras destinações. Segundo Marques da Silva (2003), recursos dos IAPs, desde sua criação, eram aplicados pelo governo no financiamento da industrialização do país, uma vez que se via a solução para os problemas sociais no desenvolvimento econômico, sem a ênfase nas políticas sociais.

Também, apoiando-se no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que fora criado em 1942, Getúlio propunha-se a combater as falhas referentes à nutrição, ao saneamento, à assistência médica e a educação sanitária do povo brasileiro, investindo em grandes campanhas sanitárias, tais como o combate à doença de Chagas, malária e febre amarela por meio de atividades programadas com a finalidade de controlar certos malefícios (VIEIRA, 1983).

Em relação à Previdência Social, Vargas cogitava a necessidade de novos projetos para a sua reestruturação, dentre eles, destacava-se a elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), promulgada apenas ao final do governo de Juscelino Kubitschek, em 1960, sob pressão dos trabalhadores que, naquele momento, passaram a exigir a uniformização dos benefícios prestados pelos institutos e a assistência médica individual como parte inerente da Previdência Social (VENÂNCIO, 2001).

A partir da década de 1950, o processo de industrialização do Brasil determinou um deslocamento do pólo dinâmico da economia do meio rural para os centros urbanos, quando uma massa de operários com demandas de atendimento de saúde também ganhou visibilidade. Este fato levou à mudança no sistema de proteção, com rápida e progressiva expansão dos serviços de saúde. O modelo de saúde passa a se basear no atendimento hospitalar, com a incorporação da lógica de especialização dos recursos humanos, em consonância com a tendência mundial obtida pela ciência médica do pós-guerra (BAPTISTA, 2007).

No Brasil, não se viu configurar nesse período, tais como nos países avançados, uma política de bem-estar social e, sim, uma *ideologia desenvolvimentista* que indicava a necessidade de políticas que resultassem em melhora do nível de saúde da população

como condição para se alcançar o desenvolvimento – este foi o primeiro passo para uma discussão mais aprofundada sobre o direito à saúde e à proteção social como política pública. O *sanitarismo desenvolvimentista* reagia ao *campanhismo* da saúde pública, à centralização decisória, à fragilidade dos governos locais e ao baixo conhecimento do estado sanitário do país e propunha a compreensão das relações entre saúde e doença e sua importância para a transformação social e política do país (LIMA, FONSECA & HOCHMAN, 2005), ainda que nos anos do desenvolvimentismo não se tenha alterado a lógica da dicotomia entre medicina previdenciária e saúde pública com a negação do direito universal à saúde para todo cidadão brasileiro.

Com o advento do regime militar após 1964, uma gigantesca estrutura foi criada em torno da Previdência Social, numa clara vinculação com os interesses do capital nacional e estrangeiro. A partir de então, o Estado passa a ser o grande gerenciador do sistema de seguro social, abolida a participação dos usuários na gestão da Previdência Social, fortalecendo ainda mais o controle governamental (BARRETO, 2003). Desta forma, incrementa-se o papel regulador do Estado, principalmente após a substituição dos IAPs pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em 1966, unificando as instituições previdenciárias e buscando avanço administrativo organizacional pela racionalidade e produtividade do sistema (MENDES, 1999). São seus efeitos perversos, contudo, as relações clientelistas do Estado, como a troca de favores, a barganha de interesses e o jogo dos benefícios para os aliados do poder (BAPTISTA, 2007). De acordo com Mendes (1999), o INPS marca o privilégio da prática médico curativa; individual; assistencialista e especializada (em detrimento da saúde pública), a partir da criação, através da intervenção estatal, de um complexo médico-industrial que reorganiza a prática médica orientada em termos de lucratividade do setor saúde, propiciando a capitalização da medicina e privatização dos serviços:

A criação do INPS constitui-se num fato paradigmático na conformação do modelo médico-assistencial privatista, que se configura e se fortalece; dada a sua concomitância com o período do “milagre econômico” e com a situação de estabilidade autoritária; que se associa à ação solidária de atores relevantes, tais como a tecnoburocracia, os produtores de serviços e de bens médicos, alcançados em anéis burocráticos, e a contínua expansão da clientela previdenciária (MENDES, 1999, p. 22-3).

Na medida em que se ampliava o âmbito de ação da Previdência Social também tornava-se transparente o caráter discriminatório da política de saúde, ficando às claras

as desigualdades no acesso quantitativo e qualitativo entre as diferentes clientela urbanas e entre estas e as rurais. Formula-se assim um processo chamado de *universalização excludente* das políticas de saúde. Assiste-se, ainda, ao crescimento dos serviços médicos empresariais e ao desenvolvimento de um ensino médico desvinculado da realidade sanitária da população, voltado para a especialização e a sofisticação tecnológica (MENDES, 1999).

As décadas de 60 e 70 representam ainda a ampliação e consolidação da formação de profissionais de saúde centradas nos *especialismos* e num desenho tecnoassistencial pautado pela valorização excessiva da utilização de tecnologias de alto custo e incorporação técnica, porém de pouca resolutividade, formando predominantemente profissionais *procedimentos-centrados* (MARCH, *et. al*, 2006).

A partir de meados da década de 1970, finalizado o *milagre econômico* e, em um cenário de crise política, institucional e econômica iminente do governo militar começam a se definir novas estratégias políticas, dentre elas estão o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a política de abertura do governo. O II PND traz implicações diretas e indiretas nas políticas de saúde, com especial destaque para a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social e a implantação do Plano de Pronto Ação, o PPA que se configura como uma nova modalidade assistencial – a medicina de grupo⁴² – viabilizada a partir do convênio-empresa, constituída como uma forma de interação da Previdência Social e a empresa contratante que passa a responsabilizar-se pela atenção médica de seus empregados em troca de subsídios da Previdência (MENDES, 1999).

O II PND significou a composição de uma política de desenvolvimento que tinha como meta básica a formulação de estratégias de desenvolvimento social, buscando a integração e a interdependência das políticas estatais - um avanço na política de Estado, pois selava o compromisso de conjugação da política econômica e social. Por outro lado, o processo de abertura possibilitou a expansão e expressão gradativa dos movimentos sociais, até então, sob forte repressão e sem espaço para vocalizar as demandas (BAPTISTA, 2007).

Com a V Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1975, é que se vislumbra a criação de estruturas simplificadas como a regionalização, hierarquização e a

⁴² O crescimento desta modalidade se estendeu progressivamente, atingindo em 1977, 4.699 convênios e serviu de base para o nascimento de um subsistema que viria tornar-se hegemônico na década de 80: a medicina supletiva (MENDES, 1999).

descentralização com o aproveitamento total da capacidade instalada do setor público e a união entre as ações preventivas e curativas. Aqui, inicia-se um movimento de renovação da saúde pública centrado na crítica do modelo dominante da prática médica, fazendo emergir propostas de medicina comunitária, como uma chance de extensão de cobertura dos serviços de saúde visando à universalização do cuidado em saúde (COSTA, *et. al*, 1989).

A Lei nº. 6229/75 cria o Sistema Nacional de Saúde (SNS) e representa o primeiro passo para a extensão de cobertura e reorganização institucional do sistema de saúde no Brasil em busca de maior equidade. Neste contexto, em 1976, os ministérios envolvidos com o setor da saúde, inspirados nos princípios da medicina comunitária, criam o Programa de Interiorização das Ações de Serviços de Saúde e Saneamento (PIASS), para ser implementado em regiões que não tinham cobertura médico-sanitária. De acordo com Costa *et. al* (1989), verifica-se, enfim, a ênfase na articulação e integração dos diversos níveis de atendimento, buscando de fato um “sistema”, bem como a preocupação com o chamado cuidado primário ou atenção primária à saúde, que levou à criação de unidades básicas e permanentes de saúde com participação comunitária. Também, em prosseguimento às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), com a intenção de modificar a estrutura técnico-gerencial da Previdência Social, onde as ações relacionadas à Previdência e à assistência médica ficam divididas ⁴³.

A partir de 1979, porém, o sistema previdenciário começa a mostrar sinais de falência. Segundo Oliveira & Teixeira (1985), o momento de crises, concomitante à perda de legitimidade dos governos autoritários, era propício ao aparecimento de reformas, iniciadas com base nas idéias norteadoras da Reforma Sanitária que objetivavam o fortalecimento do setor público, a universalização do atendimento, a descentralização política administrativa e a municipalização da saúde, que serviram de ponte para a criação do Sistema Único de Saúde, anos mais tarde.

⁴³ O SINPAS é, então, formado pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS), que cuidava do setor financeiro, e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), responsável pela assistência médica (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 1985).

2.2) Da Reforma Sanitária à *Constituição Cidadã*: por uma nova pedagogia da saúde

O panorama das condições de saúde da população brasileira na década de 70 colocava em xeque, enfim, as premissas e previsões do paradigma científico microbiano que por vários anos fundamentou a metodologia das ações em saúde. As necessidades sociais de saúde denunciam a insuficiência de práticas centradas na intervenção para a garantia da ausência de doenças subsidiada pelo modelo assistencial-curativista e por medidas pontuais de saúde pública. Entretanto, romper com o paradigma vigente impõe movimentos de críticas e de superação capazes de realizar uma construção no plano epistemológico com eficiência para fazer emergir um novo paradigma que atenda demandas de promoção da saúde e, não apenas, a cura de doenças. Segundo Paim & Almeida Filho (1998), a Saúde Coletiva apresenta-se, pois, “como um movimento ideológico comprometido com a transformação social com possibilidades de articulação com novos paradigmas científicos capazes de abordar o objeto ‘saúde-doença-cuidado’”. Noutros termos, a saúde coletiva possui seu marco teórico que, quando desprezado, inviabiliza seu propósito. Segundo Paim (1982):

- ✓ *“A Saúde, enquanto estado vital, setor de produção e campo do saber, está articulada à estrutura da sociedade através das suas instâncias econômica e político-ideológica, possuindo, portanto, uma historicidade.”*
- ✓ *“As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação e reabilitação) constituem uma prática social e trazem consigo as influências do relacionamento dos grupos sociais.”*
- ✓ *“O objetivo da Saúde Coletiva é construído nos limites do biológico e do social e compreende a investigação dos determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde, e o estudo da historicidade do saber e das práticas sobre os mesmos. Nesses sentindo, o caráter interdisciplinar desse objeto sugere uma integração no plano do conhecimento e não no plano da estratégia, de reunir profissionais com múltiplas formações” (...).*

- ✓ “O conhecimento não se dá pelo contato com a realidade, mas pela compreensão das suas leis e pelo comprometimento com as forças capazes de transformá-la”.

O movimento pela Reforma Sanitária, iniciado no Brasil na década de 1970, traz em seu interior os ideários da Saúde Coletiva, e se constitui num campo de saber, que criava espaços para uma política alternativa com uma difusão ideológica que propunha alternativas para a estruturação de um novo modelo de saúde. Engajaram-se nele movimentos populares e o movimento estudantil, através da *Semana de Saúde Comunitária* (SESAC) e do *Encontro Científico dos Estudantes de Medicina* (ECEM) -, pela articulação de professores e pesquisadores de Medicina Social e Saúde Pública, além de profissionais de saúde. A Reforma Sanitária contou com o apoio de dezenas de instituições como o CEBES e a ABRASCO⁴⁴, atuando na organização e condução, em nível nacional, do processo de proposição do Sistema Único de Saúde a fim de se reverter a lógica centralizadora e excludente da assistência à saúde no país (BAPTISTA, 2007).

Em meio a tantas pressões e reconhecendo a crise no setor saúde, o próprio governo monta o Plano PREV-SAÚDE, contudo, sem sucesso. Mais tarde, cria-se o CONASP – Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária – que se configurou como a primeira tentativa concreta de enfrentamento da crise previdenciária, com a preocupação de transferir recursos federais para estados e municípios e, tendo como principais propostas a serem viabilizadas pelas Ações Integradas de Saúde (AIS) que buscavam a cobertura assistencial para todos os beneficiários em condições de igualdade (urbanos e rurais), a utilização de forma hierarquizada e regionalizada dos serviços públicos e a diminuição das formas de pagamento do INAMPS ao setor privado conveniado e contratado e conveniado (BARBOSA, 2006).

O processo de descentralização implementado a partir das AIS, criou a estrutura fundamental de uma rede física de unidades básicas de saúde, primordial para a reversão da lógica do modelo anterior

⁴⁴ O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) constituíram-se como *intelectuais coletivos*, espaços de militância e de formulação, especialmente mediante a publicação da revista *Saúde em Debate* (Paim, 2008). Por sua vez, as instituições acadêmicas mais atuantes no movimento sanitário foram: a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) (BAPTISTA, 2007).

centrado em hospitais de grande complexidade localizados nos grandes centros urbanos, facilitando, assim, a estratégia de universalização do acesso aos serviços de saúde (MENDES, 1999, p.64).

A VIII Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu em março de 1986, foi considerada o evento político sanitário mais importante da década. De acordo com Barbosa (2006), o momento reafirmou os princípios constitucionais em vigor, com a proposta de implementação do SUS e a cobrança da descentralização e da municipalização da saúde no Brasil. Sérgio Arouca (1998)⁴⁵ qualifica-a como um acontecimento que constitui o momento apical de formatação político-ideológica do projeto da Reforma Sanitária, configurando um conjunto de políticas articuladas que intentavam mudanças significativas para o setor saúde.

O SUS inseria-se, portanto, em um conceito mais amplo de política pública – a seguridade social – que abrange, além das políticas de saúde, as políticas de previdência e assistência social e se torna peça-chave no processo de luta e construção do modelo de proteção social brasileiro. Paim (2008) define dentre os princípios doutrinários que inspiram o SUS: *a saúde como direito social* – condição de cidadania; *universalidade*; *igualdade* – assistência sem preconceitos ou privilégios; *equidade* – atenção de acordo com as necessidades, ou seja, “discriminação positiva”, quando se priorizam os que têm mais necessidades; *a integralidade em saúde*; *preservação da autonomia das pessoas* e o *direito de informação* às pessoas assistidas sobre sua saúde. As diretrizes ou os princípios organizativos reservam-se à *participação da comunidade* – representação do governo, trabalhadores da saúde, prestadores e usuários; *descentralização* – direção única em cada ente federativo; *regionalização e hierarquização*; *divulgação de informações*; *utilização da epidemiologia e dos serviços públicos* evitando a duplicidade de meios para fins idênticos. Com a criação do SUS foram traçados os novos marcos institucionais, como a Lei nº. 8.080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que dispõe principalmente sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde. A participação social foi regulamentada pela Lei nº. 8.142/90, onde se definem a configuração dos conselhos de saúde e a realização periódica – a cada quatro anos - das conferências de saúde, em cada esfera de governo.

Todas as conquistas alcançadas no texto constitucional de 1988, entretanto, esbarraram nas contradições de um processo de transição que vem na contracorrente das

⁴⁵ Disponível em: <http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista>.

tendências hegemônicas de reforma do Estado nos anos 1980 que apontava para a minimização das políticas sociais no bojo do projeto neoliberal de hegemonia mundial. Sua implementação nos anos 1990 se dá em uma conjuntura bastante adversa (Levcovitz *et. al*, 2001), marcada, dentre outros, pela privatização de empresas estatais; redução do tamanho do Estado e do quadro de funcionalismo público, incluindo a agenda da previdência e a reforma do aparelho do Estado; mudanças nas relações de trabalho, com aumento do segmento informal, do desemprego estrutural e *fragilização* do movimento sindical.

A hegemonia do projeto neoliberal na saúde, consolidado nos anos 1980, veio ocasionar uma reciclagem da proposta conservadora do modelo médico-assistencial privatista, ou seja, por baixo do estridente e aparentemente consensualizado ideário da reforma sanitária, constrói-se um projeto conservador da saúde com o fortalecimento de um subsistema privado e forte e de baixa regulação pelo Estado – o da atenção médica supletiva – fazendo retornar às raízes no conceito da universalização excludente (Mendes, 1999).

O processo de descentralização em saúde, do tipo político-administrativo, tornou-se a única diretriz do SUS que não colidia com as idéias neoliberais, dado que ocorreu no contexto de uma proposta de minimização do Estado. Com efeito, as responsabilidades das ações e serviços de saúde foram redistribuídas entre os vários níveis de governo, desencadeando a tão sonhada *Municipalização da Saúde*.

A municipalização dos serviços de saúde passou a ser entendida como o único meio que permitiria, ao mesmo tempo, maior racionalidade administrativa, controle financeiro e participação democrática da comunidade no gerenciamento do sistema, em oposição à excessiva centralização do modelo anterior. Esperava-se também, que este novo sistema estimulasse o desenvolvimento de uma medicina mais holística, gravitasse em torno dos verdadeiros problemas de saúde da comunidade e provesse uma melhor organização do sistema (...) (MERHY & QUEIROZ, 1993, p. 180).

Nesta perspectiva, o Sistema Único de Saúde tem assumido um papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva e tem sido capaz de provocar importantes mudanças nas estratégias e modos de ensinar e aprender. Alguns programas do SUS têm possibilitado a mobilização de pessoas e de instituições - no sentido de uma aproximação entre as instituições formadoras e as ações e serviços do SUS – como também o desenvolvimento de

condições de crítica e de reflexão sistemática, estimulando o fortalecimento do movimento por mudanças no processo de formação dos profissionais de saúde, introduzindo mudanças pontuais nos modelos hegemônicos de formação e de cuidado em saúde.

A descentralização apresenta-se, no contexto da reforma sanitária, como uma forma de democratização do processo decisório na saúde, já que até então se estabeleciam práticas centralizadoras de poder no âmbito federal de governo. A descentralização pode ser vista como uma estratégia para o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais, considerando a redistribuição das responsabilidades quanto às ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo. A participação da comunidade representa a garantia institucional de que a população, por meio de entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas e do controle de sua execução. Por trás dessa concepção, preside uma nova lógica de organização do sistema de saúde que tem como pressuposto que quanto mais perto o gestor está dos problemas de uma comunidade, mais chances este apresenta de acertar na resolução dos mesmos.

Nosso esboço acerca da maturação das políticas sociais em saúde na sociedade brasileira, com repercussões legais que advêm do empenho de movimentos sociais, de quadros técnico-científicos e de gestores progressistas ainda requerem incansável luta e controles democráticos para sua plena efetivação. Como vimos, médicos e professores em universidades e institutos de pesquisa desempenharam um firme papel na revisão do modelo então vigente no Brasil de uma saúde excludente, quer do ponto de vista de sua gestão quer de seu atendimento, dado que o primeiro afeta diretamente o segundo. Por isso, é necessário perguntar como a universidade, especificamente o extensionismo universitário, na perspectiva de indissociação com o ensino e a pesquisa, pode contribuir de modo expressivo para o aprofundamento das metas do SUS, na universalização do direito à saúde e na participação cidadã. Trata-se, a seguir, de entender de qual extensão universitária falamos para que seja possível também refletir sobre suas potencialidades em face da participação na promoção de políticas sociais.

2.3) Universidade e o novo senso comum: conhecimento e solidariedade

As novas gerações de tecnologias não podem ser pensadas em separado das novas gerações de práticas e imaginários sociais, (...) por isso a universidade deve congrega os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar a interpretação da realidade social que lhe diz respeito (SANTOS, 2005b, p. 224-5).

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo contemporâneo português e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, não casualmente, tornou-se referência nos debates mais recentes acerca da extensão universitária no Brasil, do ponto de vista daqueles que se propõe a repensar a razão de ser da universidade na sociedade contemporânea⁴⁶. Portanto, torna-se deste estudo, também, nosso mais importante interlocutor. Em sua agenda, encontramos duas formas de conhecimento que procede de seu diagnóstico das duas rupturas epistemológicas que separam a modernidade da pós-modernidade crítica. A primeira, considerada por ele, fraca, leva-nos do senso comum à ciência moderna que entende o saber como um mecanismo de regulação e controle de uma ordem que se baseia na idéia de colonização, corroborando a manutenção do *status quo*. A segunda ruptura, ainda por realizar, irá conduzir-nos ao novo senso comum, isto é, ao conhecimento como emancipação, que realça a solidariedade. Esta é a versão forte. Também poderá nos levar, numa versão mais suave, a uma diversidade de perspectivas, a “uma pluralidade de conhecimentos”, no qual o conhecimento surge sob uma multiplicidade de formas (WAGNER, 2006, p.117-18).

A versão forte traça uma linha divisória entre regulação e emancipação e as respectivas formas de conhecimento. Se a modernidade se apresenta como um projeto emancipatório e inacabado, sua proposição tem a ver com liberdade e autonomia, isto é, a autodeterminação que tem a ver com a auto-regulação (*Ibid*: p. 118). A história da modernidade mostrou-se uma história de barbaridades, em que o conhecimento instrumental baseado na ciência foi utilizado para justificá-las, no decorrer de um processo histórico que Boaventura de Sousa Santos chama de *canibalização da emancipação social*. A crescente assimetria entre regulação e emancipação no mundo (e

⁴⁶ Cf.: www.mec.gov.br/reforma/Documentos; www.comciencia.br/reportagens/2004; www.renex.org.br; www.universidadepopular.org; www.ufmg.br/diversa/8/entrevista.htm; www.proex.uel.br; entre outros.

no mundo do conhecimento) invoca uma revolução capaz de posicionar as práticas científicas num lugar de relativização das reivindicações de certeza epistêmica ao fazê-las se comunicar com outras formas de percepção e atuação no mundo. Desta forma, as crescentes assimetrias no mundo do conhecimento requerem uma dose considerável de senso comum ou, talvez, de um novo senso comum (*Ibid*: p. 120).

A questão que se coloca é a de saber em que medida o conhecimento científico hoje pode contribuir para criar este *novo senso comum*, ou seja, como é que a ciência pode se reconstituir como cultura. De acordo com Ruivo (2006, p. 596-97), a criação de um senso comum, esclarecido e permeado pela cultura científica, é um sonho antigo contido no velho sonho emancipador do Século das Luzes. As bases da ciência moderna e a crença nos poderes da razão serviram de guia para o projeto ambicioso de libertação do ser humano através do conhecimento. Contudo, ficou o questionamento: a ciência moderna cumpriu a promessa de emancipar o cidadão?

É fato que o desenvolvimento científico dos últimos três séculos mudou a vida da humanidade que, mesmo com os novos problemas, criou melhores condições materiais para a vida no planeta. Todavia, grande parte da humanidade nunca teve acesso aos benefícios da civilização. Além disso, é altamente questionável hoje se o progresso científico nos tenha trazido uma maior *sabedoria de vida* e se o fosso entre o saber científico e o saber comum não tenha deixado de aumentar (RUIVO, 2006, p. 597).

A ciência, como Santos observou, em sua fase regulatória, serviu como padrão para avaliar todas as demais formas de conhecimento que não se enquadravam nos seus limites, nos regulamentos, nas normas e nos princípios daquilo que foi criado e concebido como uma supremacia epistêmica. A fase emancipatória, implicando na criação de um *novo senso comum político*, pretende combater os excessos de regulação da modernidade através da equação entre subjetividade, cidadania e emancipação. Uma nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia de igualdade, de autonomia e de solidariedade (SANTOS, 2005b, p. 276-78).

Em *Um Discurso sobre as Ciências* (1987), Boaventura de Sousa Santos traça de forma lapidar um quadro daquilo que designa por *crise do paradigma dominante* e defende a emergência de um novo paradigma assentado na revalorização de outras formas de saber, as ciências sociais e humanas e as artes, em particular. De acordo com

Santos, deixou de ter sentido a criação de um conhecimento novo e autônomo em confronto com o senso comum – primeira ruptura – se esse conhecimento não se destinar a transformar o senso comum e a se transformar nele – segunda ruptura. O requerimento está pautado no reconhecimento da interdisciplinaridade como um dos caminhos mais promissores da investigação bem como na criação de um novo senso comum que garanta a emancipação social.

Desta forma, Mignolo (2006, p. 681-82), afinado aos pressupostos de Santos (1987, p.36-7), retrata que o novo paradigma não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente) mas precisa ser, também, um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). Afastando-se da *uni-versalidade do conhecimento* imposta pela ciência moderna, o paradigma emergente direciona-se a uma *pluri-versalidade do conhecimento e da compreensão* subordinado ao objetivo articulador do *conhecimento prudente para uma vida decente*.

O saber científico produzido nas universidades foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado das premências do cotidiano das sociedades. Tratava-se de um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que os profissionais que participam de sua produção partilham os mesmos objetivos, apresentam a mesma formação e a mesma cultura científica, fazendo-o segundo hierarquias organizacionais bem definidas.

A partir dos anos sessenta, contudo, a universidade viu-se confrontada com a reivindicação de seu envolvimento e dos conhecimentos por ela produzidos na resolução de problemas econômicos e sociais prementes. Constatava-se uma *dessintonia* entre a universidade e seu entorno. A *multiversidade* requerida, impulsionada pelos movimentos sociais e estudantis, foi, como seria de se esperar, fortemente criticada pelos chamados tradicionalistas que defendiam que a vocação da universidade era o investimento intelectual de longo prazo, bem como a investigação básica, científica e humanística; ou seja, uma vocação *naturalmente* isolacionista e elitista. Em contraste, o movimento estudantil e a esquerda intelectual vislumbravam uma universidade apta ao desempenho de serviços públicos e à satisfação das necessidades sociais. As modificações no contexto histórico acabaram por desestabilizar a organização e o *ethos* universitário moldado em formas de conhecimento, notadamente, técnicos, científicos e especializados e apontaram para a emergência de um outro modelo que Santos (2005a) designa de *conhecimento pluriversitário*.

O conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. O conhecimento que o autor se refere é transdisciplinar com aplicação *extra-muros* resultante de uma *partilha* entre pesquisadores e usuários que exige a prática do diálogo entre diferentes tipos de saber. Um novo desafio, pois, se impõe à universidade, especialmente, à universidade pública. A sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeito de interpelações à ciência, isto significa dizer que, na medida em que a ciência se insere na sociedade, esta também se insere mais na ciência. (*Ibid*: p. 42-3)

Segundo Santos (2005a, p. 43), nos países pluriétnicos e multinacionais, o conhecimento pluriversitário emerge do interior da própria universidade no momento em que os estudantes advindos de grupos minoritários verificam que sua inclusão é também uma forma de exclusão verificada na subestimação de suas culturas e dos conhecimentos próprios da comunidade de onde se sentem originários. Em sua leitura, a universidade representa um conjunto de saberes produzidos pelas três racionalidades da modernidade: a racionalidade cognitivo-instrumental das ciências, a racionalidade moral-prática do direito e da ética e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura. Pelos moldes modernos, a racionalidade cognitivo-instrumental apropriada pelas ciências da natureza manteve o domínio do saber universitário, cuja hegemonia passou a representar o desenvolvimento do paradigma da ciência moderna que submete as demais racionalidades a seus pressupostos. Santos (2005b) chama atenção para o momento de transição dos paradigmas da sociedade contemporânea, a passagem da ciência moderna para uma ciência pós-moderna, que requisita uma transição epistemológica capaz de afetar o sentido da prática acadêmica. Assim, a racionalidade moral-prática e a racionalidade estético-expressiva passariam a anteceder a racionalidade cognitivo-instrumental, dado que a ciência pós-moderna baseia-se na revalorização dos saberes não-científicos e na revalorização do próprio saber científico ao fazê-lo dialogar com os demais saberes. Emerge assim um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo puramente técnico que cede lugar à eticidade científica, isto é, o comprometimento profissional com o impacto da aplicação na sociedade (SANTOS, 2005b, p.224). Fala-se aqui de uma *revolução de prioridades*. No lugar da meta de produtividade, ingressa a aposta na melhor convivência humana e com seu ambiente. Para Santos, isto não é apenas algo que alguns desejam e outros não; a realidade objetiva obriga este confronto entre o conhecimento científico e outras formas

de conhecimento. A universidade, em especial, possui um nível de responsabilização social mais elevado diante das demandas que surgem.

Boaventura de Sousa Santos sintetiza e descreve as crises que permeiam a universidade contemporaneamente: 1) a crise de hegemonia; 2) a crise de legitimidade; e 3) a crise institucional. A crise de hegemonia é a mais ampla porque nela questiona-se a *exclusividade* acadêmica dos conhecimentos que a universidade produz e transmite. Na crise de legitimidade, torna-se socialmente visível a falência dos objetivos coletivos assumidos, isto é, a transmissão e a democratização dos conhecimentos produzidos. Por fim, a crise institucional figura como a terceira contradição da universidade, situada entre a autonomia institucional e a produtividade social, isto é, o mercado (2005b, p. 190-93).

A crise institucional da universidade, na grande maioria das vezes, foi provocada pela perda de prioridade do *bem público* nas políticas públicas e, conseqüente descapitalização das universidades públicas. Para Santos, esta perda de prioridade das universidades públicas nas políticas de Estado foi resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais, como educação e saúde, induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente e, no caso específico, das universidades públicas - mas não apenas delas - serviu para a abertura deste bem público à exploração comercial (2005a, p.13-6).

A reforma progressista da universidade proposta pelo sociólogo apresenta três protagonistas para sua efetivação: a própria universidade pública, ou seja, quem nela está interessado num novo modelo de desenvolvimento; o Estado nacional, quando não se deixa cooptar pelo projeto neoliberal e passa a oferecer condições para a universidade resistir às pressões do capitalismo global na proposta política de uma globalização solidária da universidade; e os cidadãos individualmente ou coletivamente organizados: grupos sociais, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e suas redes, governos locais progressistas interessados em articulações cooperativas entre a universidade e os interesses sociais que representam. Este último protagonista, a Universidade, deve ser conquistada pelos atores interessados mediante um conjunto de iniciativas que aprofundem a responsabilidade social da instituição na linha do conhecimento pluriversitário solidário (SANTOS, 2005a, p. 57-60).

A universidade começa a sair de seu isolamento, legitimado na modernidade e posto em xeque na pós-modernidade, com a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem

público universitário, ou seja, para a contribuição específica da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais. A reforma universitária com vista a uma globalização solidária como bem público tem de partir das *redes* que tanto podem ser entre universidades ou entre pessoas, grupos, movimentos e outras instituições. A organização das universidades no interior de *redes* deve ser orientada para viabilizar e incentivar a concretização das quatro áreas de legitimação: acesso, extensão, *pesquisa-ação* e *ecologia de saberes*.

A passagem é de um conhecimento disciplinar para um conhecimento transdisciplinar; de circuitos fechados de produção para circuitos abertos; de homogeneidade dos lugares e atores para a heterogeneidade; da descontextualização social para a contextualização; da aplicação técnica à disjunção entre aplicação comercial e aplicação edificante ou solidária. (...) Na fase de transição em que nos encontramos os dois tipos de conhecimentos coexistem e o desenho institucional tem de ser suficientemente dúctil para albergá-los e para possibilitar que o conhecimento pluriversitário não seja contextualizado apenas pelo mercado e, pelo contrário, seja posto a serviço do interesse público, da cidadania ativa e da construção de alternativas solidárias e de longo prazo (SANTOS, 2005a, p. 98).

A *razão de ser da universidade* é explicitada também pelo filósofo francês pós-moderno Jacques Derrida em sua obra *O Olho da Universidade* (1999). Ter uma *razão de ser* para a universidade é justificar a sua existência, seu sentido, sua finalidade, sua missão, em suma, a destinação da universidade. Neste sentido, o autor pergunta: “Qual é o olhar da Universidade?” ou “Quais são os olhares da Universidade?”. Em particular, no que tange sua função social, o fundamental para Derrida seria “saber ouvir, poder escutar o que ressoa, e muitas vezes, humildemente, saber fechar os olhos para escutar melhor”.

Em tempos de transição de paradigmas, a universidade, para a sua própria sobrevivência, portanto, há de assumir a responsabilidade na transformação de seus processos de investigação, de ensino e de extensão, a serem pautados, segundo Santos (2005b) em uma *ciência revolucionária*. O novo cenário, em acordo com Goergen (1998), requer que a universidade inicie um processo de auto-avaliação que inclua seus próprios fundamentos e proposições para que estes possam responder aos anseios decorrentes das transformações sociais, políticas e econômicas da contemporaneidade.

Uma reforma universitária pautada nos perfis da *ciência revolucionária* envolve uma reformulação das práticas de ensino, pesquisa e extensão. No que tange às

atividades de extensão, Santos (2005b) acrescenta que estas devem passar por um processo de revisão até que venham transformar a universidade, tornando-se parte integrante das atividades de investigação e de ensino. Em outros termos, como destaca Tavares (2001: p.82), a extensão universitária não seria apenas mais uma atividade acadêmica, porém, traduziria uma concepção de *Universidade Cidadã*, cuja missão é contribuir para a solução dos grandes problemas sociais existentes no país, por meio da produção e difusão de conhecimentos significativos. *Estender* a universidade significa criar espaços de interação com a comunidade entorno, identificando atuações e definindo prioridades através de novas formas de “serviços cívicos”. Ao contrário, se a universidade abre mão de sua identidade histórica, corre o risco de servir a propósitos de reprodução do poder e das estruturas dominantes e não à sua transformação.

Carlos Roberto Antunes dos Santos (2003) em seu artigo *A nova missão da universidade: a inclusão social* pontua que os maiores riscos da universidade encontram-se na indefinição de sua *razão de ser* - sua autonomia – que deve ser preservada dos interesses do mercado e de uma regulação estatal que não coincidam com o bem público, para que não abra mão da riqueza de sua diversidade nos espaços institucionais da reflexão, da criação, da interrogação, da busca, da curiosidade, da invenção e da descoberta. Os que vivem no cotidiano da universidade devem, pois, respirar a liberdade ainda que na interação com as limitações impostas à própria universidade, cabendo a esta encontrar soluções e medidas adequadas para superá-las.

2.4) Os sentidos da Extensão Universitária

(...) A relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois com ela se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular e, além disso, todo conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia precisa ser testado, realimentado e reformulado mediante o confronto com a realidade concreta (NOGUEIRA, 2001, p. 69).

A partir da década de 1980, com o início da abertura política no Brasil, as atividades extensionistas experimentam uma nova fase⁴⁷ e torna-se possível identificar verdadeira preocupação por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) em

⁴⁷ Esta nova fase está relacionada a um processo de reflexão sobre a conceituação da Extensão Universitária, mediante a realização de seminários nacionais, regionais e locais; cursos; estudos e pesquisas; articulação com a pós-graduação (teses de mestrado e doutorado); publicação de cadernos de extensão; de revistas e de livros. Desta forma, a prática extensionista produz conhecimentos sobre problemas reais e condições de adequação, além de formulação de novos projetos de pesquisa.

concebê-las e executá-las segundo sua praxe. A extensão que, até então, era concebida dentro das IES conforme os modelos importados e segundo diretrizes ditadas pelo Estado deixam de ser caudatárias dos interesses governamentais e segue rumo à reformulação de seu conceito situado para além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e difusão de cultura⁴⁸.

Diante de todas as propostas sugeridas pelos movimentos ocorridos em várias universidades públicas, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, por ocasião do *I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras* colaborou de forma pró-ativa e orgânica para a consagração de *um novo conceito de extensionismo*:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular -, terá como consequência a: produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987 *apud*, NOGUEIRA, 2001, p. 68).

Este conceito ampliado de Extensão é incorporado à Constituição Federal de 1988⁴⁹, em acordo com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, corroborando para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária em busca da promoção da cidadania e do desenvolvimento nacional.

⁴⁸ A abertura democrática permitiu o fortalecimento da categoria docente e a emergência de um quadro de novos dirigentes universitários comprometidos em situar a Universidade mais próxima dos anseios da população. Neste contexto, a Extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa vinculando-se ao exercício de transformação da sociedade.

⁴⁹ O artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

A partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária que apresenta informações fundamentais para o embasamento das atividades de extensão, discutindo sua história, conceituação, institucionalização, princípios básicos, objetivos e metas (FORPROEX, 2001/2002).

Faria (2001, p.179) pontua que três núcleos conceituais permeiam a atividade extensionista. Primeiramente, o núcleo funcional, que se refere a sua vinculação aos processos culturais e/ou educativos e/ou científicos. O núcleo acadêmico que remonta a extensão à atividade acadêmica relacionada com o ensino e a pesquisa e, o núcleo social que conceitua a Extensão a partir da interação Universidade-Comunidade. Observa-se, freqüentemente, que os trabalhos de extensão transitam nas três vertentes: a extensão atuante como processo acadêmico, com a funcionalidade típica do trabalho universitário aplicado às áreas do conhecimento, multidisciplinar e com implicações sociais.

Todavia, muitas vezes, a sociedade desconhece as funções da universidade, ou seja, não tem sequer consciência de suas potencialidades. Carlos Roberto Antunes dos Santos (2003) defende que o rompimento desta situação de isolamento cabe à universidade, que deve criar as condições necessárias para o despertar desta consciência nos diversos segmentos sociais da instituição aliando sua função acadêmica à atividade extensionista.

Novo mundo, nova história, nova universidade. (...) A universidade contemporânea e em particular a universidade brasileira perdeu a sua exclusividade como *centro de produção do saber e instrumento de preparação para o trabalho e para o emprego*, mas continua a ser a única instituição que permite o encontro, a articulação e o diálogo crítico e livre entre distintos saberes e modos de conhecer (ANTUNES DOS SANTOS, 2003, p. 08).

Como instituição social, a universidade tem incorporado, ao longo do tempo e em diferentes contextos, funções diversas tais como as funções de transmissão, de produção e de extensão do saber, sendo o ensino a função mais tradicional. Os sinais de existência da extensão universitária são evidenciados na função de *socialização do saber* que a universidade produz, responsabilizando-se, também, pela integração social dos indivíduos.

O termo “Extensão” já foi apresentado como a *projeção da Universidade ao meio*, pelo Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras em 1976; ou

como *uma atitude de abertura da Instituição de Ensino Superior para a Comunidade*, no ano de 1983 e, ainda, como instrumento de “*formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade*”. As distintas concepções da extensão universitária são fruto da própria construção da História da Educação no Brasil (ANTUNES DOS SANTOS, 2003, p. 11).

Fagundes (1985, p. 09 *apud* Sousa, 2000, p. 13) sinaliza que a compreensão da extensão, como uma das modalidades do compromisso social da universidade, passa pela compreensão da História da Educação e da Universidade e este estudo não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as múltiplas e recíprocas relações entre universidade e sociedade.

Paulo Freire (2006), por exemplo, rejeitava as ações extensionistas num contexto em que elas se ligavam à manipulação e à invasão cultural das comunidades. Apresentava, em contrapartida, uma nova forma de visualizar a extensão universitária como uma proposta de *comunicação* capaz de ampliar a possibilidade de uma relação conscientizadora que permitisse aos cidadãos se colocarem na condição de sujeitos. Condenou, portanto, a extensão que tinha uma relação direta com a *domesticação*, propondo, em seu lugar, a *comunicação com liberdade*⁵⁰.

Thiollent (2000, p.20 *apud* Castelo Branco & Guimarães 2003, p. 32) concebe a extensão universitária como um *campo de experimentação* em que a dinâmica de trabalho permite uma aproximação dos grupos universitários da complexidade e a da interdisciplinaridade nas diferentes circunstâncias sociais em que interagem. Sendo assim, a comunidade alcançada não é visualizada apenas como um *público-alvo* e sim como atores em seu cotidiano de vida que interagem com a equipe universitária. Na mesma perspectiva, Almeida (2002) acrescenta que a introdução e valorização dos saberes populares no escopo da cultura científica concorrem para destruir o estado de espírito que considera o saber quase um luxo e a ciência como um domínio à parte, teórico e abstrato, sem pontos de contato com a vida real. A Extensão Universitária se destina a preparar uma mentalidade coletiva e, não apenas, a difundir conhecimentos isolados. Neste particular, Dr. Silvério Paiva de Freitas⁵¹, quando entrevistado em sua

⁵⁰ Importa registrar também, que desde a década de 60, Paulo Freire já alertava que a expressão “Extensão” deveria ser substituída por uma concepção que enfatizasse a comunicação com a sociedade, em vez de apenas preocupar-se em “estender o que tinha” (BOTOMÉ, 2001, p. 160).

⁵¹ Prof. Silvério Paiva é engenheiro agrônomo e Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1997). Ingressou na Universidade Estadual do Norte Fluminense em 1997 como bolsista e, posteriormente, foi aprovado em concurso público para o cargo de professor na área de Fitotecnia. Atuou na Extensão Rural no período de 1977 a 1988 e atualmente é Pró-Reitor de Extensão e Assuntos

sala na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, apontou que este entrosamento entre cultura acadêmica e cultura popular traz ganhos também para o processo científico, aperfeiçoando-o para o cumprimento da função social da universidade com base no tripé ensino-pesquisa-extensão:

O papel da universidade baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão envolve um trabalho bem integrado dentro da ciência aplicada transformando o ensino em um ensino de qualidade e este conhecimento adquirido com a pesquisa também tem que ser aplicado junto da comunidade. (...) É fundamental a interação entre universidade e comunidade, onde se busca o saber popular e integra este ao saber científico, teórico, tendo como base a contribuição da comunidade (...).

Com efeito, neste início de século, é fundamental repensar o ensino superior sob a idéia de um *novo contrato social*⁵² entre Universidade, Poder Público e Sociedade que tenha a educação como mediação realizadora. Retoma-se, assim, para a universidade o papel indiscutível na produção e difusão do conhecimento, com requisição de modificações no processo de ensino-aprendizagem, na construção e atualização dos currículos, na fusão das ramificações do saber e na produção e transferência de conhecimentos do mundo acadêmico à sociedade (ANTUNES DOS SANTOS, 2003, p. 09-10).

Cabe registrar que as Instituições de Ensino Superior, principalmente as públicas, têm convivido com um conjunto de normas externas às mesmas que regulamentam a avaliação do trabalho docente, da pós-graduação, da graduação e da pesquisa, levando-as, muitas vezes, ao atendimento de demandas que não necessariamente se pautam por uma qualidade do ensino superior socialmente referenciada (MARCH *et. al*, 2006, p. 199). Muitas vezes se criam perfis de professores, de alunos e de comunidade que nada têm a ver com o que existe de fato ou o que é mais sério com o que as pessoas envolvidas querem que exista, pondo em xeque, sob o pretexto da produtividade, a autonomia da instituição. Isto expressa a força das concepções neoliberais que valorizam unilateralmente a avaliação quantitativa da

Comunitários da UENF. Tem experiência com manejo de culturas de plantas daninhas e plantas medicinais.

⁵² Dentro deste novo contrato, uma parte é constituída pela sociedade que deve avaliar e legitimar o novo papel da universidade, a outra parte cabe ao Poder Público com a responsabilidade de formular políticas públicas e fornecer as condições para que a própria universidade – terceira parte deste contrato – assumia, integralmente, sua missão de promover a inclusão social (ANTUNES DOS SANTOS, 2003, p. 10).

produtividade dos pesquisadores que passa a funcionar como um instrumento de pressão no sentido de mercantilizar o conhecimento científico de várias formas.

Uma descoberta científica, por exemplo, é um bem público, sendo inadmissível, do ponto de vista republicano, sua utilização como uma mercadoria. O produto do trabalho acadêmico deve ser julgado pela sua originalidade, pertinência e utilidade para a nossa própria sociedade. Desta forma, é imprescindível o modelo de universidades democráticas e altruístas que estimulem a participação dos estudantes na procura de novos conhecimentos e, ainda, que tenham como tarefa majoritária a consolidação de um ambiente cultural que contribuam para o processo de reconstrução social e o bem-estar da população (MORA-OSEJO & BORDA, 2006, p.720).

O princípio da avaliação quantitativa sem levar em conta a qualidade das obras tem efeito avassalador sobre os pressupostos da função social da universidade (OLIVEIRA, 2006, p. 252-3). Um dos grandes desafios para o crescimento da extensão na atualidade está situado justamente na sua conformação a um sistema de avaliação da produtividade científica que desmotiva pesquisadores e professores ao exercício da prática de extensão, como se percebe nas entrevistas concedidas pelos Profs. Michel Thiollent⁵³ e Lílían Bahia para esta pesquisa:

Prof. Michel Thiollent: o grande desafio da extensão é integrá-la ao conjunto de atividades da universidade, para não ser considerada uma atividade *ah doc*. Para isto, a extensão deve ser integrada ao Ensino e à Pesquisa. Contudo, existe uma série de desafios institucionais, que envolvem o devido reconhecimento da extensão, como uma adequada gestão dos projetos, a inserção dos alunos em sua prática e, muitas vezes, dos próprios docentes que não a valorizam por não apresentar rendimento satisfatório na avaliação acadêmica (...) Acho que a extensão tem que se preocupar com publicação, divulgação. O problema é que o sistema de avaliação que temos não valoriza a extensão. Os critérios de excelência, utilizados internacionalmente, não valorizam o conhecimento local. As publicações nacionais têm que acontecer, é necessário também a implantação de uma Política

⁵³ Professor Michel Jean Marie Thiollent possui graduação em Desenvolvimento Econômico e Social - Institut d'Etude du Développement Économique et Social em 1969, mestrado em Développement Économique et Social - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) em 1971 e Doutorado em Sociologia - Université de Paris V (René Descartes) (1975). Atua como professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Análise organizacional, com ênfase em Planejamento, Projeto e Sistemas de Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa-ação, metodologia, cooperação, métodos de pesquisa e de extensão universitária. Atualmente, Prof. Thiollent é Consultor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF e, também, um dos organizadores do SEMPE (Seminário de Metodologias para Projetos de Extensão).

Nacional de Divulgação Científica. A extensão tem um papel fundamental nisto e, até hoje, isto é muito mal...tem algumas revistas de extensão, mas são de pouca circulação e se quisermos ver o papel da extensão como gerador de conhecimento temos que nos preocupar com a valorização e circulação deste conhecimento.

Profa. Lílían Bahia: o sistema de avaliação hoje não valoriza em nada o trabalho com extensão. Isto é uma questão que eu acho que ela tem que vir de cima pra baixo, ou seja, para se ter uma valorização acadêmica da extensão, como pontuação e reprodução de conhecimento reconhecida, ela teria que ter um outro formato que ela ainda não tem. Por exemplo, o que hoje diz a produtividade do indivíduo? Não é o Currículo Lattes dele? A extensão tinha que está ali. Durante o tempo em que eu coordenei o Fórum Regional de Pró-Reitores de Extensão, aqui no sudeste, eu pegava todas as universidades públicas do sudeste e nós batalhamos muito, fui com os meus companheiros até Brasília para conversar sobre o reconhecimento da extensão a partir do Currículo Lattes, com publicações e tal, mas isto avançou muito pouco.

Alguns dos impedimentos de uma reforma universitária que comece pela extensão entendida como comunicação existem pelas condições mesmas do sistema científico e tecnológico que mantém sua crença no paradigma moderno do conhecimento, ignorando as crises reincidentes que ameaçam a sobrevivência da universidade que se vincula a seu sentido público.

Desta forma, em seus argumentos, Demo (2001, p. 152) defende que o devido lugar da extensão é no centro do sistema universitário: “Extensão aponta para uma função acrescentada e que facilmente leva a impressão de excrescência ou resíduo”. Por esta razão, nunca apareceu na trilogia em pé de igualdade, ensino e pesquisa sempre estiveram à frente.

Na pauta dos obstáculos ao crescimento e à efetivação da extensão universitária, também é reconhecido à falta de equanimidade entre as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão que, conforme podemos evidenciar na fala da Profa. Lílían Bahia, estão longe de se encontrar realmente em pé de igualdade.

Pergunta: Professora, a Senhora considera que hoje ensino, pesquisa e extensão estão realmente em pé de igualdade?

Resposta: não, absolutamente que não, infelizmente não, de forma alguma porque a vida de um professor universitário é muito atarefada e para você ser um pesquisador produtivo, para ser um bom professor e para se fazer uma boa extensão de qualidade eu acho que as três coisas ao mesmo tempo é muito difícil, eu diria quase que impossível. Você teria que ter uma equipe muito grande, recursos

disponíveis, que por sinal é um dos fatores que impedem que a extensão cresça. (...) É realmente difícil, algumas pessoas tendem mais para pesquisa, outros para extensão e o ensino fica ali no meio. Então eu acho que ainda falta para a universidade perceber quais são os instrumentos de articulação viáveis para fazerem a engrenagem entre ensino, pesquisa e extensão, mas ainda tem que trabalhar muito isto.

Uma proposta curricular que englobe a extensão universitária é de fundamental importância para evitar que a extensão assuma apenas um caráter de vinculações sociais compensatórias. Demo (2001) enfatiza em seu texto “*O lugar da Extensão*” que, primeiramente, a extensão não deveria ser assim chamada, porque não é algo acessório da instituição universitária. No entanto, o desafio da cidadania – geralmente despachado para a Extensão – permanece algo extrínseco, voluntário e intermitente, quando deveria ser a alma do currículo das IES. Na visão de Demo, a função social da universidade está estritamente ligada à *Política Social do Conhecimento* que busca garantir para a sociedade, sobretudo para aquela mais excluída, o acesso à capacidade de manejar o conhecimento tomando-o como a vantagem comparativa decisiva, o que difere de uma prática meramente assistencial. Ao assumirmos que a política social se destina a confrontar-se com a desigualdade social, a principal estratégia de intervenção é a cidadania, que conferiria o fim do assistencialismo, flagrante em grande parte dos projetos de extensão.

A universidade é o lugar proeminente da consciência crítica, portanto, a redução de sua função social ao assistencialismo dá à extensão universitária um cunho compensatório e extrínseco. É perigoso a universidade assumir atividades que são de responsabilidade de outros órgãos sociais públicos, sem a devida contextualização educativa e científica, ou ainda, utilizar a extensão como porta de entrada para a privatização de esferas públicas (DEMO, 2001, p. 155).

A Universidade precisa, por constituição e vocação histórica, estar inserida na problemática social, porque faz parte da usina do futuro de qualquer sociedade. A falta de compromisso social seria um escárnio. Mas precisa saber colocar o compromisso social dentro de seus mandatos essenciais, que são reconstruir o conhecimento e educar novas gerações (DEMO, 2001, p. 155).

De acordo com Faria (2001, p.178), nas sociedades modernas as universidades refletem a dialética entre classes refletindo uma dinâmica entre universidades que

servem à elite e realizam uma extensão *assistencialista* e, universidades populares, voltadas para o desenvolvimento social, mas que também não conseguem superar a prática assistencial. O fortalecimento do fenômeno da globalização neoliberal colocou a prática extensionista numa instância ainda mais conflitante, uma vez que a universidade hoje passou a se caracterizar como uma *universidade de mercado*. Exatamente entre o modelo tradicional-assistencial e o modelo moderno-mercadológico que a nova extensão vem sendo cunhada, em embate que tipicamente reflete o próprio mundo contemporâneo, globalizado pela tecnologia e pela economia.

Santos (2005a, p.73) alerta que o capitalismo global pretende *funcionalizar* a universidade a ponto de transformá-la numa agência de extensão ao seu serviço. Assim sendo, mais uma vez, a reforma da universidade exige que se confira uma nova centralidade às atividades de extensão, concebidas de modo alternativo ao capitalismo global. Com isso, atribui-se às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, bem como no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e na defesa da diversidade cultural.

O grande dilema situa-se, porém, na superação do clientelismo político-governamental a que muitas universidades estão sujeitas, especialmente, as públicas, e na conquista da autonomia necessária para sua atuação conforme as reais necessidades da população. Michel Thiollent retrata que a prestação de serviços, por vezes, é necessária, especialmente em projetos de extensão na área da saúde. Contudo, de forma alguma, esta atuação deve ser utilizada como uma *moeda política*, fato comumente observado em práticas de assistencialismo:

Tem uma certa assistência prestada pela área de saúde que não é assistencialismo, porque o assistencialismo é uma ideologia que se vincula para se entrar numa barganha política, num certo populismo (...) Já a assistência por vezes é necessária, não tem jeito, mas não deve usar isto como moeda política. Eu já vi em cidades interioranas a extensão sendo usada como moeda política. A universidade pode prestar certo tipo de assistência sem que isto seja aproveitado de outra forma. Eu acho que os projetos de extensão vinculados à área temática da saúde teriam que trabalhar para fazer destas atividades uma fonte de informação sobre a própria realidade das epidemias, das doenças, trazer informações que constituam contribuição científica. (...) Parece uma atividade simplória, mas, muitas vezes, ocorrem grandes descobertas durante a execução destes projetos.

A ausência de uma direção bem definida e de um sistema conceitual coerente para o que constitui o sistema universitário contribui para deixar pouco claro qual deve

ser o papel da extensão universitária em uma política de desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o país. Isso facilita a atribuição de pouca importância para a extensão e a possibilidade de que ela seja utilizada para tarefas para o qual não foi designada, com um sistema de justificativas apropriadas às pressões e conveniências do sistema existente. Parece urgente definir universidade e extensão pelos seus fins e não mais por suas atividades (BOTOMÉ, 2001, p. 164).

O consenso maior quanto à concepção da extensão universitária está em seu papel de promoção social, algo como *a extensão ensina e pesquisa com relevância social* e objetiva à transformação social mediante um projeto estratégico identificado com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o aperfeiçoamento institucional na órbita dos valores humanitários a serviço da nação e da paz mundial.

A Extensão ainda pouco conhecida, logo, pouco valorizada, não é algo ingênuo mas traduz uma concepção de universidade, de conhecimento, de sociedade que não se quer alterar. Faria (2001) enfatiza que o Ensino e a Pesquisa não apresentam a capacidade de transformação que, muitas vezes, proclamam se não estiverem coadunados à extensão. Na verdade, se a atividade extensionista for colocada no seu devido *lugar*, como um valor presente no mandato científico e educativo da universidade, sequer assim precisaríamos chamá-la. Ainda é cedo, porém, para abdicarmos desta ponta do tripé. Nas páginas que seguem buscaremos situar o debate acima na Universidade Estadual do Norte Fluminense em suas potencialidades e constrangimentos.

Capítulo 3) A EXTENSÃO NA UENF: em busca de novos paradigmas

3.1) Histórico, estado e perspectivas da extensão universitária na UENF

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) na UENF foi criada em julho de 1999. Antes disso, vários professores da universidade desenvolviam ações extensionistas sem, entretanto, apresentarem preocupação em registrá-las, dificultando a visibilidade dessas ações e a posterior avaliação da extensão universitária.

O Reitor da UENF na época – Professor Salassier Bernardo – enfatizara a criação das Pró-Reitorias e a necessidade de colocar a universidade sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão, uma vez que até sua gestão a Pró-Reitoria de Extensão ainda não existia, embora a extensão já se fizesse presente nos laboratórios e em projetos de pesquisadores. Com o novo estatuto da universidade, foram implantadas, com pesos iguais e equânimes, as três Pró-Reitorias: de Graduação, Pós-graduação e de Extensão e Assuntos Comunitários⁵⁴ (LIMA & ALVES, 2003, p. 104-5).

A Professora Lana Lage, advinda do Centro de Ciências do Homem (CCH) assumiu a primeira gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF. Durante sua gestão participou do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, representando a universidade, que lhe propiciou o conhecimento das diretrizes conceituais e políticas que orientavam a extensão universitária. Este momento favoreceu, ainda, a interação da UENF com outras universidades, sobretudo, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro que, na ocasião, já apresentava reconhecida política extensionista que veio a servir de base para a estruturação da Pró-Reitoria de Extensão da UENF (*IBID*: p. 110-11).

No segundo semestre de 1999, a Casa de Cultura Villa Maria⁵⁵ vinculou-se a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF. Um seminário interno foi desenvolvido, com participação de funcionários da universidade e integrantes da comunidade com o intuito de diagnosticar demandas e traçar metas para a região Norte

⁵⁴ Cabe lembrar que a Coordenação de Pós-graduação foi a primeira a ser estruturada na UENF, em seguida a de Graduação que funcionava ligada à Secretaria Acadêmica e, a Coordenação de Extensão – a última a ser implantada - existia apenas no papel. Entre os centros, somente o CCTA havia implantado sua coordenação de Extensão, em maio de 1996, dirigida por Dr. Dálcio Ricardo de Andrade (LIMA & ALVES, 2003, p. 105).

⁵⁵ Antiga residência de Maria Queiroz de Oliveira, a Finazinha, a Villa Maria foi doada em testamento à futura universidade de Campos no ano de 1973. Na estrutura da UENF publicada em Diário Oficial em 1993, já constava uma Casa de Cultura e a Villa Maria foi escolhida para sediá-la (*IBID*: p. 81).

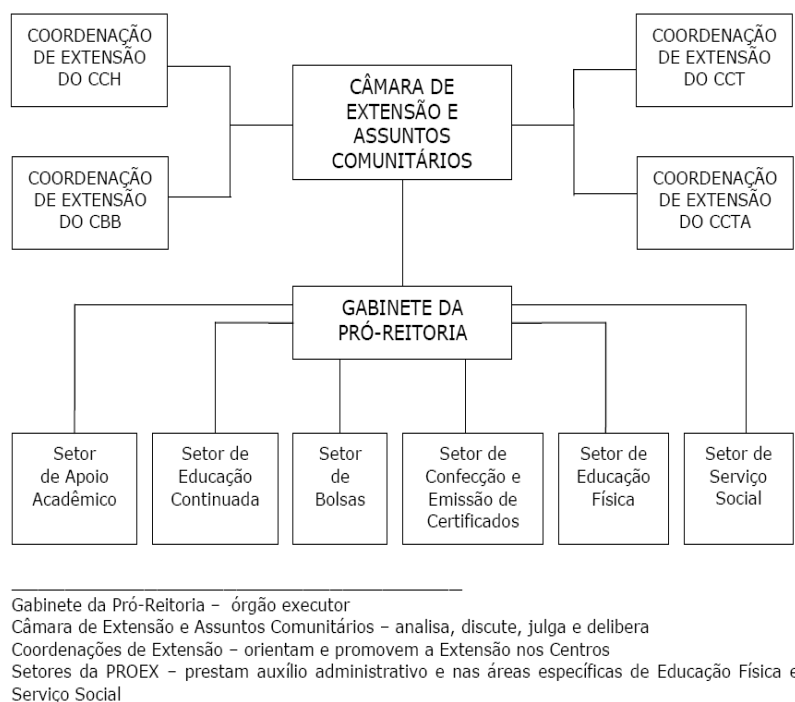
Fluminense, conforme a filosofia do Plano Orientador da universidade (LIMA & ALVES, 2003, p. 84).

Nasceram deste encontro vários projetos, dentre os quais, merece destaque o Projeto *Meninos da Villa* que objetivou a democratização dos bens culturais através do atendimento a crianças e adolescentes carentes, menores infratores e suas famílias buscando a ressocialização, recuperação da auto-estima e a consciência dos direitos e deveres de cidadania (*Ibid*: p.85).

A implantação da Pró-Reitoria coincidia com a consolidação do Plano Nacional de Extensão lançado pelo MEC, em dezembro de 1999. A partir daí, a universidade procurou registrar todas suas ações extensionistas por meio de catálogos organizados em acordo com os preceitos oriundos do Plano Nacional e ainda incluir os dados da extensão da UENF na Rede Nacional de Extensão – RENEX⁵⁶.

A Câmara de Extensão então constituída passou a gerenciar, juntamente com o Serviço Social da Universidade, o *Programa de Bolsas de Apoio Acadêmico* – criado para prestar auxílio aos alunos carentes da universidade – e o *Programa de Bolsas de Extensão* – instituído para estimular o desenvolvimento de projetos de extensão na UENF. Definou-se, também, um organograma para situar as relações administrativas e acadêmicas entre a Pró-Reitoria e as unidades e programas a ela vinculados bem como com a Casa de Cultura Villa Maria, Espaço da Ciência, Serviço Social, Setor de educação Física, Programa de Educação Continuada e o Programa de Prevenção em DST/AIDS (LIMA & ALVES, 2003, p.111- 2).

⁵⁶ A Rede Nacional de Extensão – RENEX – constitui-se como uma iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e atualmente sua instituição hospedeira é a Universidade Federal de Santa Catarina. O site mantém cadastro atualizado das IES integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil - banco de dados sobre as práticas de extensão no Brasil. Disponível em: <http://www.renex.org.br>.

Figura 5 – Organograma da PROEX/UENF

Fonte: Novo Manual de Extensão. PROEX/UENF. 2008.

Segundo o organograma, o Gabinete da Pró-Reitoria funciona como o órgão executor da Extensão Universitária. A Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários tem a missão de analisar, discutir, julgar e deliberar as ações extensionistas. As Coordenações de Extensão compõem a Câmara de Extensão e orientam e promovem a Extensão nos respectivos Centros. Os Setores da PROEX prestam auxílio administrativo e nas áreas específicas de Educação Física e Serviço Social (NOVO MANUAL DE EXTENSÃO, PROEX/UENF, 2008).

O Serviço Social da UENF foi implantado em julho de 1997 pela assistente social Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa, funcionária da UENF. Foi de iniciativa de Maria Helena a implantação do Programa de Prevenção às DST/AIDS, com o intuito de orientar e conscientizar os alunos da universidade, das escolas públicas e particulares e a população em geral, com especial atenção aos moradores das comunidades carentes do entorno da UENF, Matadouro, Goiabal e Tira Gosto, acerca das práticas necessárias para a prevenção destas doenças (LIMA & ALVES, 2003, p.113).

A atual composição da PROEX/UENF é:

Quadro 2 - Composição da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários no ano de 2008.

Composição da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários	Atividade exercida na UENF
Prof. Silvério de Paiva Freitas	Pró-Reitor
Prof. Gustavo de Castro Xavier	Assessor da Pró-Reitoria
Prof. Javier Lifschitz	Coordenador de Extensão do CCH
Prof. Edmilson José Maria	Coordenador de Extensão do CCT
Prof. Carlos Eduardo Veiga de Carvalho	Coordenador de Extensão do CBB
Prof. Fábio Cunha Coelho	Coordenador de Extensão do CCTA
Lídia Larrúbia Granja Moreira	Representante da Casa de Cultura Villa Maria
Prof. Ronaldo Novelli	Representante do Espaço da Ciência
Rulfe Tavares Ferreira	Representante dos alunos de pós-graduação
Fábio Afonso Mazzei Moura de Assis Figueiredo	Suplente do representante dos alunos de pós-graduação

Fonte: Novo Manual de Extensão. PROEX/UENF. 2008.

Com a institucionalização da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, outros projetos foram criados, tais como, os Projetos *Um dia no Campus*, *Aniversário da UENF*, *Capacitação para professores da rede pública na área de História e Pedagogia*⁵⁷. Verificou-se também a oficialização dos jogos internos da UENF, organizados pelos alunos desde 1996 e a institucionalização do *Pré-Vest* idealizado para atender à população de baixa renda desde 1995. Podemos citar ainda como uma ação daquela primeira gestão a padronização e emissão dos certificados conferidos por todos os cursos de Extensão realizados na universidade bem como a coordenação da participação da UENF na Exposição Agropecuária, na Bienal do Livro de Campos e na Semana do *Saber-Fazer-Saber*, realizados uma vez ao ano em nosso município (*Ibid*: p.112-6).

⁵⁷ O Projeto *Um Dia no Campus* objetivava a recepção da comunidade no campus universitário para realização de atividades culturais, recreativas e acadêmicas; o Projeto *Aniversário da UENF* voltava-se para programações acadêmicas e culturais e o Projeto para *Capacitação de professores* ocorreu em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e até o ano de 2002 já havia capacitado cerca de 1000 professores (LIMA & ALVES, 2003, p.113-4).

Dentre as diversas realizações da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários merece especial destaque a implantação do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes no Solar do Colégio – antiga sede da fazenda que pertencia ao Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro - em parceria com a Prefeitura Municipal de Campos, através da Fundação Municipal Jornalista Oswaldo Lima, com o objetivo de atender a antigas demandas de pesquisadores da história da região Norte Fluminense (*Ibidem*: p.114).

No quadro 3 podemos verificar a estatística das atividades extensionistas na UENF, nos anos de 2001 e 2002.

Quadro 3 – Dados estatísticos da extensão universitária na UENF, por tipo de ação, 2001/2002.

AÇÕES EXTENSIONISTAS PROEX/UENF	ANO	
	2001	2002
PROGRAMAS	03	04
PROJETOS	04	14
CURSOS	106	38
EVENTOS	52	60
SERVIÇOS	02	06
PUBLICAÇÕES	-	14
TOTAIS	165	136

Fonte: Catálogo de Extensão. PROEX/UENF. 2001/2002.

Em abril de 2002, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão Professor Dálcio Ricardo de Andrade, advindo do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA) e, a partir de então, ampliou-se consideravelmente o quadro de pessoal e o espaço físico da Pró-Reitoria, que deu continuidade ao trabalho realizado, incluindo novos projetos e ampliando os já existentes.

O quadro 4 expõe a quantidade de cursos por área temática realizados entre 2001 e 2002. Dos 144 cursos oferecidos, apenas cinco destinaram-se à área da saúde, com quatro cursos desenvolvidos em 2001 e um curso em 2002.

Quadro 4 - Cursos por área temática oferecidos pela PROEX/UENF nos anos de 2001/2002.

CURSOS POR ÁREA TEMÁTICA	ANO	
	2001	2002
CULTURA	05	-
EDUCAÇÃO	39	16
SAÚDE	04	01
TECNOLOGIA	21	18
MEIO AMBIENTE	06	02
TRABALHO	31	01
TOTAL	106	38

Fonte: Catálogo de Extensão. PROEX/UENF. 2001/2002.

A prática extensionista iniciou seu crescimento a partir da inclusão da UENF no consórcio destinado à criação do *Centro Universitário de Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro* – CEDERJ – implantado em janeiro de 2000, com o objetivo de oferecer cursos de graduação, pós-graduação e extensão pela internet, telefone ou pelos correios, favorecendo, desta forma, a democratização do acesso à universidade.

A partir do ano de 2003, Professora Lílían Maria Garcia Bahia de Oliveira assume a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF advinda do Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), a convite do novo Reitor, Professor Raimundo Braz Filho, que lhe confiou esta função. Após assumir o cargo em julho de 2003, organizou eventos na área de extensão universitária, como o Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras no ano de 2005 e o Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da região Sudeste realizado em 2006. Em entrevista realizada em sua sala na Pró-Reitoria de Graduação da UENF, define a extensão universitária como:

(...) Um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, os docentes e discentes trarão um aprendizado que submetido à reflexão teórica

será acrescida de conhecimento. (...) Para mim, esta é a melhor conceituação que tem.

Em sua gestão (2003-2006), a Extensão na UENF cresceu de forma significativa. Uma vez que é necessário registrar toda ação extensionista desenvolvida pela Universidade para a emissão de certificados das mesmas pela PROEX, pelos milhares de certificados emitidos (NOVO MANUAL DE EXTENSÃO/PROEX/UENF, 2008), pode-se constatar a expansão deste serviço prestado pela universidade. Nos anos de 2003 a 2006 (Quadro 5), verificamos este crescimento:

Quadro 5 – Distribuição dos Certificados emitidos pelo PROEX/UENF no período entre 2003 e 2006.

CERTIFICADOS EMITIDOS PROEX/UENF	ANO				TOTAL
	2003	2004	2005	2006	
PROEX	211	189	47	401	848
CCTA	529	1935	1337	2894	6695 ⁵⁸
CBB	80	423	750	390	1643
CCH	154	782	506	180	1622
CCT	415	329	1320	73	2137

Fonte: Novo Manual de Extensão. PROEX/UENF. 2008.

Segundo Professora LÍlian, o crescimento da extensão significa o crescimento da universidade:

(...) Numa análise mais profunda, é bastante visível o bem que fez a universidade à ampliação de seus projetos de extensão. Atualmente, podemos ver o aumento pela procura através dos editais, na medida em que a universidade foi conhecendo a possibilidade de implantar mais e mais projetos de extensão. Os recursos, quando a gente assumiu, que eram alocados para bolsa, cresceram numa escala exponencial, pois antes a universidade, sistematicamente, devolvia recursos descentralizados da FAPERJ na ordem de 1 milhão de reais. Estes recursos que eram devolvidos passaram a ser locados para execução de projetos de extensão na medida em que a universidade foi avançando na implementação de projetos e na institucionalização da extensão.

⁵⁸ Cabe registrar que o CCTA constitui-se na unidade que mais desenvolve atividades extensionistas desde o ano de 2003. Nos anos de 2001 e 2002, a própria Pró-Reitoria de Extensão se apresentou como a unidade com maior número de ações, contando 125 em 2001 e, 81 em 2002 (CATÁLOGO DE EXTENSÃO 2001/2002; NOVO MANUAL DE EXTENSÃO, 2008).

Professora Lílían Bahia faz ainda questão de registrar que o Programa de bolsas *Universidade Aberta*, criado em sua gestão, colaborou, positivamente, para a incorporação de várias pessoas de diferente formação profissional em diversos projetos de extensão, já que consiste num programa que permite a vinculação de pessoas que não são estudantes nem de graduação e nem de pós-graduação a projetos de extensão da universidade, incrementando o extensionismo na UENF.

Pergunta: O Manual de Extensão de março de 2004 afirma que a UENF tem se esforçado para desempenhar o papel que lhe foi conferido: a promoção e desenvolvimento regional. Poderia pontuar como as ações extensionistas na UENF, no período de sua gestão, corroboraram para ajudar a universidade no cumprimento desta meta?

Professora Lílían Bahia: A primeira pontuação foi a criação do Programa *Universidade Aberta*. Quando começamos na gestão tínhamos apenas 6 projetos e fechamos a gestão com 66 sendo que dentre estes tínhamos programas, então, na verdade tínhamos muito mais projetos. Também, em relação aos recursos, porque quando começamos eram utilizados 40 mil anuais e terminamos com mais de 1 milhão de reais por ano que se referem a recursos que antes eram devolvidos e, depois, passaram a ser implementados.

A partir do mês de julho do ano de 2007, Professor Silvério Paiva Freitas, advindo do Centro de Ciência e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), convidado pelo novo Reitor da Universidade, Professor Almy Junior Cordeiro de Carvalho, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF. Quando entrevistado em sua sala na Pró-Reitoria de Extensão, Professor Silvério Freitas explicitou o que o motivara a aceitar então o convite:

(...) Primeiramente eu gosto muito da área de extensão, trabalhei como extensionista rural no estado do Amazonas durante dez anos com comunidades carentes, em projetos que envolviam o desenvolvimento social destas comunidades e, também, porque acompanhei o trabalho da extensão aqui na UENF com o Prof. Dálcio, participei das reuniões da Câmara de Extensão e no Centro. No CCTA já desenvolvia trabalhos de extensão e, também, pelo convite do prof. Almy, por acreditar que a gente poderia contribuir com a universidade para motivar os professores a trabalharem com extensão. (...) A universidade começou com um centro de pesquisa, muito voltado para as ciências básicas - a ciência pura - mas a sociedade cobra um perfil voltado para a integração da universidade com a comunidade. Eu achava isto bastante importante!

Marilena Chauí (2001) enfatiza que a universidade é uma instituição social, científica e educativa, com identidade fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes. Sua legitimidade social e seu reconhecimento somente serão afirmados caso se coloque uma *ponte* no abismo que a separa da sociedade. A íntima relação entre a universidade e a sociedade constitui a essência da universidade, sua *razão de ser*, sua identidade e sua função transformadora, expressa na sua função social.

A par disso, Professor Silvério Paiva pontua que o papel da extensão dentro da universidade é o de possibilitar esta comunicação entre universidade e comunidade visando à transformação social.

(...) A extensão é uma forma de você ter um aprendizado e um ensino de mão-dupla, onde quem ensina aprende e quem aprende ensina, então, neste sentido é que a gente acredita que a universidade pode interagir com a comunidade e contribuir para crescimento da região. (...) E a UENF tem este potencial transformador, o próprio Darcy Ribeiro sonhou com isto, o Paulo Freire e, muitos outros pensadores sonharam com uma universidade que por meio da extensão pudesse trazer transformação da realidade social. Este elo que liga as elites intelectuais às comunidades menos favorecidas, ou seja, o aprendizado que se obtém com a extensão que traz conhecimentos da comunidade com ampla possibilidade para melhorar a qualidade da nossa pesquisa e, conseqüentemente, a qualidade do nosso ensino.

Ainda que, no Plano Orientador da UENF, inexistisse qualquer menção específica a uma política extensionista, já se pôde discutir nesta dissertação como Darcy Ribeiro enfatizava a necessidade das pesquisas estarem canalizadas para os problemas regionais, portanto, a inspiração que terá deixado em alguns professores da universidade.

Rocha (2003) retrata que o extensionismo universitário traz ensinamentos que demonstram que a construção do presente e do futuro é responsabilidade de todos. Ressalta que a necessidade do reconhecimento da extensão universitária como componente básico de *comunicação* da universidade com seu povo, com seu meio e com sua realidade proporciona também a oportunidade de descoberta de novos objetos de investigação.

No quadro 6 identificamos dados estatísticos referentes à distribuição das ações extensionistas, nas diversas áreas temáticas, desenvolvidas no ano de 2007.

Quadro 6 – Distribuição das ações extensionistas realizadas pela PROEX/UENF no ano de 2007.

Distribuição das ações extensionistas realizadas pela PROEX/UENF	ANO
	2007
Cursos	93
Eventos	37
Prestação de Serviços	08
Publicações	27
Projetos de Extensão	53
Total	218

Fonte: Novo Manual de Extensão, PROEX/UENF, 2008.

Uma comparação entre a distribuição das ações extensionistas no ano de 2002 (Quadro 3) e no o ano de 2007 (Quadro 6), permite que se constate que, em 2002, a PROEX desenvolveu 136 ações extensionistas, enquanto que no ano de 2007, houve um desenvolvimento de 218 atividades extensionistas, o que denota um aumento de 62,4 % no número de ações desenvolvidas.

Quadro 7 – Projetos de Extensão cadastrados na PROEX/UENF nos últimos cinco anos

Área Temática	2004	2005	2006	2007	2008
Comunicação	01	02	02	02	01
Cultura	04	01	05	04	08
Direitos Humanos	05	04	01	01	04
Educação	15	13	12	12	12
Meio Ambiente	11	11	12	13	07
Saúde	12	14	12	08	13
Tecnologia	13	10	10	08	14
Trabalho	09	05	06	06	11
Total	70	60	60	54	70

Fonte: Novo Manual de Extensão, PROEX/UENF, 2008.

O quadro 7 demonstra que houve um crescimento progressivo dos projetos extensionistas distribuídos em suas respectivas áreas temáticas, com um pequeno decréscimo no ano de 2007. Contudo, a diferença foi facilmente recuperada no ano de 2008 com um aumento de 23% na totalidade de projetos em comparação ao ano de 2007. Sobre um panorama geral das ações extensionistas desenvolvidas atualmente na UENF, temos a seguinte fala do Prof. Silvério Paiva:

(...) Olha, temos cadastrados hoje com bolsas 59 projetos, e temos 70 projetos cadastrados nem todos com bolsa, todos tem um viés diretamente com a comunidade, principalmente, as mais carentes. Tem alguns programas que a universidade vem desenvolvendo. (...) Tem uma seqüência, né? Primeiro, a extensão começou com a Profa. Lana em 1999, depois veio o Prof. Dalcio e depois teve um salto em qualidade e quantidade com a Profa. Lillian, com a introdução do Programa de bolsa *Universidade Aberta*, que implementou uma ligação maior com a comunidade e fez crescer ainda mais a extensão. (...) Agora programas temos vários aí com a comunidade...por exemplo: temos Programas de Saúde, como, o DST/AIDS, o Programa Parasitoses do Norte Fluminense, com projetos sobre zoonoses, arte na escola. Tivemos, recentemente, a Semana do Produtor Rural que é um programa agrário, que ajuda muito no meio rural, durante uma semana foram oferecidos mais de 70 cursos com intenso envolvimento com os professores e a comunidade. Nós temos este ano em torno de 220 cursos oferecidos – digo no período da minha gestão - e são vários cursos, como, inclusão digital promovido lá na Villa Maria, capacitação para multiplicadores, promovido pela Profa. Adelia. É uma gama de cursos e isto é uma constante na universidade.

Mesmo com certa resistência por parte de alguns professores, o interesse e envolvimento dos professores com a extensão vêm aumentando e, hoje, segundo Professor Silvério Paiva temos, praticamente, um quarto dos professores da instituição atuando, diretamente, com extensão universitária.

(...) Hoje, temos uma gama de professores envolvidos com extensão...olha, temos aqui na UENF mais de 300 professores e cerca de 70 envolvidos com extensão universitária...Isto é uma amostra muito positiva. (...) Cada vez mais vem aumentando o interesse e o envolvimento dos professores com a extensão. Os resumos deste ano estão com uma qualidade muito grande, tem resumos expandidos, mostrando uma integração muito grande com a comunidade...a gente espera que possa crescer mais...que os professores possam buscar mais recursos extra-UENF, tem alguns programas da FAPERJ, que é a popularização da ciência – voltado para esta área da extensão – recursos do MEC, do próprio CNPq, para que possamos contar com

outros recursos que não somente os da universidade. (...) Não há uma obrigatoriedade dos professores fazerem extensão não...há uma obrigatoriedade para se fazer ensino, pesquisa e extensão no todo, mas se a vocação for mais para a pesquisa ele fica onde ele se encaixa, ou na sala de aula, porque tem muitos professores, principalmente das ciências exatas, que se dedicam muito a sala de aula, outros se dedicam mais na extensão, mas o ideal é que haja um equilíbrio aí entre ensino, pesquisa e extensão.

Figura 6 – Apresentação dos Projetos de Extensão da UENF em formato “Pôster” no VI Workshop de Extensão



Entre os dias 20 e 23 de Outubro de 2008, a Pró-Reitoria de Extensão da UENF realizou a V Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e o VI Workshop de Extensão com a apresentação de 61 resumos expandidos (Quadro 8), distribuídos entre a própria Pró-Reitoria e os respectivos centros da UENF.

Quadro 8 – Distribuição de resumos expandidos por unidades responsáveis no VI Workshop de Extensão ocorrido no ano de 2008

Distribuição de resumos expandidos por unidades responsáveis no VI Workshop de Extensão	ANO
	2008
Pró-Reitoria	03
CCH	11
CCT	12
CBB	11
CCTA	24
Total	61

Fonte: Novo Manual de Extensão. PROEX/UENF, 2008.

Quando nos voltamos mais diretamente para o extensionismo universitário na área de saúde pública, podemos verificar que já em 1999 pesquisadores da UENF preocuparam-se com a questão, como é o caso da Professora Theresa Lieberman Kipnis, responsável pela Coordenadoria de Pós-Graduação da UENF desde outubro de 1995, que contatou o Dr. Nélío Artilles – médico infectologista do Hospital Ferreira Machado e professor da Faculdade de Medicina de Campos – em busca de informações sobre a incidência de doenças infecciosas. Nesta ocasião, foram desenvolvidas pesquisas sobre a tuberculose, hanseníase e, ainda, sobre a *paracoccidioidomycose brasiliensis* – doença causada por um fungo comum em regiões de canaviais (LIMA & ALVES, 2003, p.56).

A significativa incidência de toxoplasmose – doença causada por um protozoário – foi alvo também de preocupação pela Professora Lílían Maria Garcia Bahia de Oliveira que, juntamente, com suas pesquisas sobre a doença, desenvolveu um projeto visando diagnosticá-la nas comunidades carentes da região, do qual resultou a criação do *Programa de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Toxoplasmose* em Campos, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Faculdade de Medicina, desenvolvido a partir de 1997, que atendeu a cerca de 8 mil pacientes até 2002. A dimensão do estudo foi tamanha a ponto de tornar a UENF a única instituição no mundo com metodologia desenvolvida para diagnosticar a presença do *Toxoplasma Gondii* na água (*Ibid*: p. 57). Em entrevista, Professora Lílían Bahia comentou que o projeto não era de extensão, mas um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório de Biologia do CBB, porém com um viés extensionista, sem, contudo pretender, à época, uma metodologia de participação específica:

Professora Lílían Bahia: Nunca foi um projeto de extensão, era um projeto de pesquisa, funciona como uma ação de extensão porque envolve a interação da universidade com os pacientes que são acometidos por esta infecção, então ele tem um viés de extensão, mas não foi concebido como um projeto de extensão, ele era um projeto de pesquisa na área de saúde porque, muitas vezes projetos de pesquisa na área de saúde se confundem com projetos de extensão (...).

Segundo a Pró-reitora, o programa de prevenção está ativo na Secretaria de Saúde e a interação com a UENF ocorre apenas a nível acadêmico e pessoal. Houve várias tentativas de vinculação institucional com o poder público municipal, porém todas foram frustradas, demonstrando que mesmo um programa de tamanha amplitude, que atendeu a um grande contingente de pessoas e foi reconhecido internacionalmente,

não foi capaz de despertar interesse no poder público municipal para seu desenvolvimento. Acerca das motivações da dificuldade de interação da universidade com o poder público local, Professora Lílían Bahia pondera que existe uma questão cultural - um *modus operandi* - justificado pela falta de costume das autoridades municipais em trabalhar com as universidades, uma vez que as mesmas possuem um grau de autonomia que facilita o processo de discussão das demandas locais.

Professora Lílían Bahia complementa que a possibilidade da extensão universitária cooperar para a implementação de políticas públicas de saúde municipal – hipótese utilizada neste estudo – lhe é uma questão muito cara. Em sua opinião, a realização de projetos-piloto de políticas públicas por meio da extensão universitária é o caminho ideal para a concretização de políticas públicas adequadas às necessidades locais:

Um exemplo clássico disto é o projeto de Direitos Humanos. Ele pretendeu no seu esboço traçar um planejamento em que a escola de nível médio, desde a coordenadoria regional até a escola propriamente dita discutisse a proposta de direitos humanos perpassando pelo projeto político pedagógico daquela escola, então, obrigatoriamente, teria que haver um envolvimento com as coordenadorias regionais, diretores de escolas, etc. Isto foi um piloto de política pública que rendeu à UENF um prêmio nacional, então eu acredito que talvez a função mais nobre da extensão seja a universidade se debruçar e propor projetos pilotos de políticas públicas. O *sonho de consumo* de quem trabalha com extensão é ver a universidade realizando piloto de políticas públicas e, depois, estes – se considerados funcionais – serem implementados como uma política pública.

Durante sua gestão como Pró-reitora de Extensão, Professora Lílían Bahia ressalta que havia, incubados, diversos projetos pilotos de políticas públicas na área da saúde e que a implementação de políticas públicas a partir de algum projeto de extensão ficou inviabilizada devido a várias dificuldades de interação, entendimento e interesse do poder público municipal.

Diante do exposto, conclui-se que, não são poucos, os obstáculos a serem enfrentados pela extensão universitária. Na pauta dos obstáculos encontrados para o desenvolvimento de atividades extensionistas estão os relacionados com a gestão e planejamento das ações e, ainda, a insuficiência de informações básicas disponíveis sobre o tema capaz de manter, por exemplo, os planejadores e executores das ações mais entrosados com as metodologias de participação popular. Destaca-se, também, a precariedade de financiamento para as ações de extensão, o pouco tempo

disponibilizado para planejamento e execução destas atividades – tanto na graduação quanto na pós-graduação - e o processo de comunicação da universidade com as comunidades (CASTELO BRANCO & GUIMARÃES, 2003, p. 34).

Sobre este assunto, Professor Silvério Paiva coloca que, especificamente, no caso da UENF, muitos dos desafios e obstáculos localizam-se na ordem do próprio processo de formação da universidade; nas resistências de alguns pesquisadores em relação à extensão, no desconhecimento das metodologias apropriadas, como a pesquisa-ação; na falta de recursos financeiros; na dificuldade de interação com a comunidade; com o poder público e, ainda na desvalorização dentro dos órgãos de avaliação e fomento.

Percebo que existe uma série de coisas que a gente tem que trabalhar para quebrar paradigmas, resistências, mas a gente nota que houve grande avanço da prática extensionista aqui na UENF desde seu início até a atualidade. (...) Agora, o grande desafio é a interação com o poder público local, a relação é muito frágil, muito pequena ainda...os prefeitos que por aqui passaram fizeram algumas visitas à UENF, mas acho que tem que ser uma parceria institucional, o que temos hoje está muito mais relacionado a amizades pessoais, então deveríamos ter programas em que poderíamos ter certeza da continuidade destes programas, porque a cada gestão a gente não tem certeza se aquela parceria vai continuar. Pela grandiosidade do município de Campos e pela arrecadação eu acho que o poder público poderia ter muito mais contato com a nossa universidade, porque a gente tem muito a oferecer ao município, seria uma associação benéfica positiva para a comunidade desde que houvesse interesse das autoridades...podemos mostrar, provar para estas autoridades o nosso potencial, que temos muito a oferecer!

No conjunto de medidas para minimizar desafios e, ao mesmo tempo, incrementar aditivos relevantes para o desenvolvimento da extensão na UENF, encontra-se o planejamento da contratação do Professor Michel Thiollent para a prestação de serviços de consultoria na Pró-Reitoria de Extensão, ocorrido durante a gestão de Professora Lílían Bahia, que reconhecia a importância da capacitação dos atores envolvidos com a extensão de forma a capacitá-los nos métodos participativos que definem hoje a prática extensionista. Atualmente, Professor Silvério Paiva denota o mesmo cuidado ao falar da vinda de Professor Michel Thiollent para a PROEX/UENF, objetivando o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações extensionistas, propondo discussões e estudos sobre a questão.

Profa. Lílían Bahia: Na verdade, a vinda do Prof. Thiollent para cá foi elaborada e pensada na nossa gestão ainda. Nós criamos um instrumento de possibilidade de vinda do Prof. Thiollent e de outros colaboradores de alto nível da extensão por meio de resoluções da Câmara de extensão para serem aprovadas no conselho universitário, algumas dessas resoluções ficaram retidas no setor jurídico da Secretaria de Ciência e Tecnologia e somente após a mudança de governo Rosinha para o governo Cabral que foi possível continuarmos com este processo e eu já tinha saído da Pró-Reitoria de Extensão e coube ao Prof. Silverio executar um edital que proporcionasse a vinda do Prof Thiollent para a UENF.

Prof. Silvério Paiva: o Prof. Thiollent foi contratado dentro do Programa Universidade Aberta para oferecer assessoria buscando a melhoria da qualidade da extensão. (...) Então, as oficinas, os treinamentos, textos que ele escreve, porque como ele é especialista na área ele tem levado nossos problemas para nossos colegas – professores, técnicos, alunos – para o aperfeiçoamento da extensão aqui na UENF. Isto vai trazer um salto de qualidade, inclusive, para o ensino e para a pesquisa aqui na universidade.

Professor Michel Thiollent, como consultor da PROEX/UENF, relatou, quando perguntado sobre o potencial da extensão na UENF, que este é ainda maior na medida de seu aperfeiçoamento, mas chama atenção para o fato de que a extensão ainda é mais frágil do que a pesquisa e de que esta nem sempre se adéqua a demandas reais.

(...) Sempre se tem um potencial maior do que se faz, mas nos últimos anos o número de atividades, cursos, projetos, eventos aqui na UENF vem aumentando muito. (...). Entre 2004 e 2007, o número de cursos multiplicou por três, o número de eventos aumentou em 50%, o número de projetos não aumentou muito neste período, mas isto depende do CNPq, mas o volume das atividades de extensão vem aumentando, mas sempre o potencial é maior...mas o número de cursos oferecidos cresceu muito...particpei de alguns eventos ano passado para discutir uma metodologia mais definida para a extensão, para ser mais participativa, mais interveniente, para estimular a universidade a trabalhar com isto...acho que tem melhorado muito, mas tem mais projetos de extensão vinculados à pesquisa do que à extensão, tem muitos projetos de interação com a comunidade carente também...o entrosamento entre as atividades de extensão realizadas em laboratório para a comunidade deve ser mais aperfeiçoado, porque, por vezes, aquilo que se está pesquisando em laboratório não tem interesse imediato para a população, então é melhor ir até a população primeiro, conhecer sua demanda e pesquisar de acordo com esta realidade, entende?

Sobretudo, Professor Thiollent observa a necessidade de que a extensão seja percebida pelos docentes como uma prática fundada em concepções de participação e de

autonomização das populações para as quais se dirigem. Neste sentido, sua maior contribuição é a transferência de conhecimentos acerca dos conceitos embutidos na metodologia cunhada como pesquisa-ação. Sobre ela, tratamos agora.

3.2) A metodologia da pesquisa-ação

Boaventura de Sousa de Santos (2005a, p.75) define a pesquisa-ação como a execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades, onde os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento ocorre assim estreitamente ligada à satisfação das necessidades dos grupos sociais.

O termo *pesquisa-ação* originou-se na psicologia social, tendo sido cunhado por Kurt Lewin na década de quarenta, nos Estados Unidos. Seu idealizador trouxe uma crítica à metodologia da pesquisa tradicional das ciências sociais, especialmente no que se refere à inexistência da neutralidade e à recusa de aceitação do postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa. A crítica remete à necessidade não só da inserção do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido como um processo de educação coletiva que encerra o princípio ético de que a ciência não é para ser apropriada por grupos dominantes, mas deve ser socializada, não somente em termos do seu próprio processo de produção como de seus usos, o que requisita uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais (HAGUETTE, 2007, p.109).

Após mais de 50 anos da concepção de Lewis, a idéia de pesquisa-ação permanece como uma espécie de *guarda-chuva* para abrigar várias atividades que pretendem promover mudanças, seja nas organizações ou nos demais segmentos da sociedade. A partir da definição de Lewin, várias concepções subseqüentes denotam que outros autores mudaram a definição original para enfatizar aspectos diferentes do processo de pesquisa-ação. Embora haja dissensos, a maioria dos investigadores concorda que a pesquisa-ação consiste em ciclos de colaboração, participação, planejamento, ação e reflexão ou ainda, para alguns, avaliação.

De acordo com Barbier (1985, 37 *apud* Haguette, 2007, p. 111), Lewin se refere à pesquisa-ação da seguinte maneira:

Quando falamos de pesquisa, estamos pensando em pesquisa-ação, isto é, uma ação em nível realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação dos resultados. (...) Não queremos ação sem pesquisa, nem pesquisa sem ação.

Barbier (1985, p. 37 *apud* Haguette, 2007, p. 112) complementa que “a pesquisa-ação de Lewin pode ser definida como uma pesquisa psicológica de campo que tem por objetivo uma mudança de ordem psicossocial”. Seu desenvolvimento, especialmente, nos países anglo-saxônicos, ampliou esta concepção e possibilitou uma redefinição da pesquisa-ação:

A metodologia da pesquisa-ação tem por finalidade contribuir simultaneamente para o alívio das preocupações de ordem prática das pessoas que estão em situação problemática, e para o desenvolvimento das ciências sociais através de colaboração que as reúne de acordo com um sistema ético mutuamente aceitável (*Ibid.*).

Os trabalhos de Lewin e de seus discípulos orientados para a solução de problemas sociais experimentados pela sociedade americana durante e depois da Segunda Guerra Mundial colaboraram para a distinção de quatro tipos de pesquisa-ação: (Barbier, 1985, p.39 *apud* Haguette, 2007, p. 112-3)

- **A Pesquisa-ação de diagnóstico**

Apresenta o intuito de elaborar planos de ação solicitados. A equipe de pesquisadores entra numa situação existente, estabelece o diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema.

- **A Pesquisa-ação participante**

Neste caso, há envolvimento, desde o início do processo de pesquisa, com os membros da comunidade ameaçada.

- **A Pesquisa-ação empírica**

Consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes. Este tipo de pesquisa pode levar ao desenvolvimento de princípios generalizados, como ocorreu no caso da medicina clínica.

- **A Pesquisa-ação experimental**

Esta exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. É a que possui maior potencial para fazer progredir os conhecimentos científicos dentro da perspectiva da cientificidade tradicional.

Michel Thiollent (1998, p. 14), pontua que dentre as diversas definições possíveis, a pesquisa-ação pode ser explicitada como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Pode-se dizer que pesquisa-ação é um método de condução da pesquisa aplicada, orientada para elaboração de diagnósticos, identificação de problemas, construção de conhecimentos e busca de soluções para as demandas encontradas em que se supera a dicotomia sujeito-objeto, atribuindo a ambos o estatuto de sujeitos que dialogicamente estudam suas práticas.

A extensão universitária até hoje tem sido conduzida por meio de várias metodologias, mas a metodologia participativa, especialmente a modalidade da pesquisa-ação, ocupa, mais recentemente, um lugar privilegiado no processo de planejamento e execução de projetos de extensão. A metodologia participativa permite o envolvimento de todos os interlocutores envolvidos no projeto desde o início do processo de construção das ações aprofundando o processo do diálogo, como já dito, desejável à extensão universitária. Na pesquisa-ação a relação entre pesquisa e ação é mediatizada pela reflexão coletiva oferecendo aos membros da situação investigada o retorno das informações obtidas.

Em sua utilização na prática extensionista, a metodologia participativa é entendida como um conjunto de procedimentos pelos quais os interlocutores envolvidos no projeto, internos ou externos à universidade, estão inseridos em dispositivos de conduta, diagnóstico, ensino, pesquisa, planejamento, capacitação, comunicação, sempre elaborados para alcançar objetivos em comum (THIOLLENT, 2003, p.57).

Nas entrevistas concedidas para esta pesquisa, pôde-se notar que tanto Professor Thiollent quanto Professora Lílían Bahia entendem a metodologia da pesquisa-ação como um dos métodos ligados à execução dos projetos de extensão:

Prof. Michel Thiollent: a pesquisa-ação é uma proposta metodológica de pesquisa, de atuação na sociedade em diversas áreas, culturais, organizacionais, educacionais, e em particular nas questões do desenvolvimento social e realidades regionais e locais. Na prática extensionista, a Pesquisa-ação é muito bem adaptada e encontra uma certa receptibilidade, pois atende às exigências de interação com os grupos sociais. (...) A Pesquisa-ação é uma das metodologias participativas e, na atualidade, torna-se relevante a redefinição do seu escopo de atuação, que corresponde à manutenção de um compromisso com a produção de conhecimento, e não apenas com o planejamento, discussão e avaliação de projetos. Importa que haja uma contribuição para o conhecimento (...).

Profa. Lílían Bahia: (...) A metodologia mais adequada para se trabalhar todo processo que envolve a extensão universitária é a pesquisa-ação, não vejo outra, porque ela tem exatamente instrumentos que oferece voz ao sujeito de sua pesquisa, e ele passa ser partícipe dos processos que vão gerar os objetivos de sua pesquisa...então é um processo totalmente interativo, pois se a extensão é uma via de mão dupla onde quem vai ao campo traz de volta informações, submete-as à reflexão e leva de novo...você tem uma metodologia, como pesquisa-ação, que te proporciona fazer este movimento(...).

Embora, o termo pesquisa-ação e pesquisa participante tenham a mesma origem e alguns pontos em comum, Thiollent (1983, *apud* Manual de Extensão, 2008, p. 34) distingue estes dois tipos de pesquisa: “A pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante, mas que nem toda pesquisa participante é uma pesquisa-ação”. Segundo o autor, os partidários da pesquisa participante se preocupam, sobretudo, com o papel do investigador dentro da situação investigada, não se concentrando na relação entre investigação e ação *dentro* do processo de pesquisa.

Na Europa, especialmente na França, a pesquisa-ação direcionou-se para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma *violência simbólica*, e para movimentos sociais de *libertação* (ecológicos, estudantis, de minorias), enquanto que, na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas e a participação da maioria da população no *poder do saber* representa um privilégio de poucos, esta alternativa de investigação dirigiu-se para aqueles que estão situados na base da estrutura social, ou seja, os oprimidos ou dominados (HAGUETTE, 2007, p. 110).

Desprendendo-se teoricamente da corrente psicossociológica, a pesquisa-ação passou a se ancorar em princípios humanistas – religiosos e marxistas – adquirindo dinamismo próprio, especialmente, através da vertente educativa de Paulo Freire. Como forma de resistência aos governos autoritários, sobretudo, nas décadas de 60 e 70, Thiollent pontua que a América latina vivenciou o desenvolvimento das mais variadas práticas de pesquisa *libertadora* como antídoto ao controle dos grupos sociais por meio de ações paliativas e assistencialistas para a manutenção do *status quo*.

No caso brasileiro na década de 60 e 70 se falava muito em pesquisa participante e a pesquisa-ação veio, paralelamente, a isto se firmando mais para os anos 80. (...) Houve uma tentativa de unificação da pesquisa-ação e da pesquisa participante, mas elas, historicamente, tiveram um papel muito forte na prática de movimentos sociais na década de 70 sim, com muitos atores envolvidos. (...) Dizem que a pesquisa-ação só faz sentido se estiver ligada a uma proposta transformadora, ou de democracia, participação, mas internacionalmente, já existem propostas que colocam a pesquisa-ação como mais instrumentais, ou seja, de adaptação à realidade atual, o compromisso emancipatório não é obrigatoriamente inerente, já na América Latina este pensamento existe, a proposta da pesquisa-ação voltada para a luta contra o apartheid, para a democratização, para justiça e emancipação social.

Um dos primeiros passos na pesquisa-ação consiste na construção de um espaço de interlocução que facilita a aceitação mesma do projeto pelas diversas partes envolvidas, a motivação e a mobilização de pessoas e grupos. Uma vez delineado o espaço, a organização de encontros e seminários permite definir objetivos, acompanhar o processo, interpretar e avaliar os resultados (THIOLLENT, 1998, p. 60).

A proposta da pesquisa-ação sugere que no desenrolar do projeto deve se relacionar o momento investigativo (pesquisa) ao momento ativo (ação ou decisão). Isto a distingue definitivamente da pesquisa tradicional onde esses dois momentos são separados, já que se começa com um conhecimento significativo sobre relações hipotéticas, enquanto se busca a descoberta de fatos novos, explicações causais e leis que governam a aglutinação dos dados para adequada medição de causa e efeito.

Desta forma, a pesquisa-ação compreende uma rotina composta por três ações principais: observar ou olhar, para reunir informações e construir um cenário; pensar, para explorar, analisar e interpretar os fatos; e agir, implementando e avaliando as ações. Dentro desta mesma idéia, pode-se dividir o processo de pesquisa-ação em quatro principais fases: exploratória, principal, ação e avaliação. As fases não são

rigorosamente seqüenciais, sendo seu planejamento flexível e passível de adequação às necessidades do pesquisador e dos participantes (THIOLLENT, 1998; THIOLLENT, 2003).

Os projetos de extensão apresentam aspectos de ensino-aprendizagem e, em alguns casos, de investigação ou diagnóstico de situações sociais ou institucionais. Tanto pela vertente do ensino quanto da pesquisa, a metodologia participativa sugere uma orientação para que os processos sejam concebidos e realizados na interação entre grupos internos e externos. A informação viva é coletada no contexto concreto a partir das verbalizações⁵⁹ dos indivíduos que atuam como co-investigadores, por meio de questionários, entrevistas ou reuniões. As informações obtidas devem ser transformadas em resultados: “Nos projetos cuja metodologia é baseada na pesquisa-ação, a principal transformação que ocorre no decorrer do processo é a passagem da constatação de fatos observáveis na situação para uma ação transformadora apropriada” (THIOLLENT, 2003, p. 61).

Segundo Demo (1994 *apud* Manual de Extensão da UENF, 2008), a pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa qualitativa. Como a pesquisa qualitativa é mais participativa, a pesquisa-ação, basicamente, objetiva entender um fenômeno específico em profundidade, em que, ao invés do uso de estatísticas, regras e outras generalizações, buscam-se descrições, comparações e interpretações.

A linha da pesquisa-ação é usada como metodologia para os projetos de investigação propriamente ditos (observação e ação), como também para os projetos de ensino (promovendo a pesquisa dos estudantes e professores como fonte de conhecimento) e para o planejamento (mediante a definição coletiva de estratégias, fixação interativa de objetivos e escolha de meios). Atualmente, a pesquisa-ação tende a ser aplicada em diversos campos de atuação, tais como a educação, comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, dentre outros.

Na pesquisa-ação deve ser considerado o papel do pesquisador, em termos não só de suas habilidades como de sua qualificação específica para o tipo de intervenção que se propõe a fazer. A pesquisa-ação requer um nível de interação entre pesquisadores e pesquisados capaz de prevenir riscos de desestruturação dos grupos, pois uma vez mal

⁵⁹ As verbalizações constam de descrição de fatos e problemas, afirmações de crenças e opiniões, queixas e reivindicações junto às autoridades, propostas de soluções e de políticas. Este material permite a construção de “mapas cognitivos” ordenando aspectos considerados essenciais para formulação de resultados – representações sistematizadas – que sugerem procedimentos de resolução de problemas (THIOLLENT, 2003, p. 61).

sucedida pode levar a interpretações errôneas sobre a situação real do que está sendo estudado.

Thiollent alerta para a dificuldade que os pesquisadores e atores envolvidos com a pesquisa-ação - tanto na área de extensão quanto nas demais aplicabilidades - apresentam para a adequada realização desta metodologia, que segundo o entrevistado, fica, por vezes, incipientemente explicitada nas entrelinhas do projeto e executada sem conformidade aos procedimentos metodológicos.

(...) Em projetos nas linhas de políticas públicas, as pessoas não se preocupam muito com metodologia e, sim com a capacidade de articulação política dos projetos, a metodologia fica nas entrelinhas. O excessivo vínculo com a política pode enfraquecer a metodologia ideal e desejada. Eu critico isto! (...) Quando há interação entre atores tem que haver metodologia participativa nisto querendo ou não, às vezes, as pessoas não conhecem muito bem isto e improvisam. O conhecimento metodológico das pessoas neste assunto é muito fraco, na verdade, querem fazer algo participativo, mas ainda não está usando o método participativo. A pesquisa-ação não é uma coisa fácil de se fazer, existe um método a ser seguido, tem que produzir conhecimento e validar este conhecimento.

Esta dificuldade também foi citada pela Profa. Lílían Bahia:

Para a viabilização da pesquisa-ação, os professores e seus alunos, toda equipe do projeto tem que está muito afinada com a metodologia. É necessário que a universidade nunca deixe de discutir este assunto com ela mesma, este assunto sempre deve estar em pauta e os editais de convocação de projetos devem exigir isto. Por exemplo, assim como a universidade investiu na vinda do Prof. Thiollent, ela colocou dinheiro, ele veio, ficou disponível, a universidade deu oportunidade para as pessoas se capacitarem nesta metodologia, então, a partir disto a universidade tem toda legitimidade para exigir durante a convocação que os projetos estejam dentro da metodologia da pesquisa-ação e que ela seja de alto nível.

Importa mencionar que a abrangência da pesquisa-ação dá-se entre o nível micros social (indivíduos, pequenos grupos) e o macrosocial (sociedade, movimentos). Não se conhecem exemplos de pesquisa-ação no nível mais abrangente da sociedade inteira. A pesquisa-ação é um instrumento de trabalho e de investigação de grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte (THIOLLENT, 1998). O depoimento do Prof. Thiollent demonstra esta realidade:

(...) A pesquisa-ação é uma proposta para certos objetivos, nem todos os problemas serão resolvidos no nível da pesquisa-ação, tem que ter dimensão do tamanho do problema e do tamanho da pesquisa. A pesquisa-ação, na verdade, interfere muito bem para realidades locais e regionais, não tem vocação em escala macro, a nível federal, por exemplo, mas é possível estender o escopo da pesquisa-ação, mas por enquanto é reduzido. Tem que haver cuidado porque também existem outras metodologias e às vezes temos a tendência de encaixarmos tudo na pesquisa-ação quando temos também outros métodos participativos que não são exatamente pesquisa-ação.

Thiollent (2003, p. 65) enfatiza que dos anos de 1960 aos 2000, a metodologia participativa experimentou *altos e baixos*, mas ainda assim se percebe que houve um forte desenvolvimento, tanto no plano teórico quanto no plano operacional, apesar de manter-se restrita a uma minoria que adere às metodologias participativas.

(...) É necessário lembrar que não só aqui no Brasil, mas no exterior também, a pesquisa-ação é sempre uma proposta minoritária porque de um modo geral não traz uma concepção positivista de pesquisa convencional com concepção burocrática. A pesquisa-ação normalmente vem chacoalhar um pouco esta visão e, por isto, às vezes é mal visto, tem gente que acha que pesquisa-ação não é ciência, mas um tipo de agitação, revolucionário, confuso, mas não é científico, até hoje aqui no Brasil existem mentalidades que dizem que pesquisa-ação é algo pra quem não quer fazer ciência. (...) Nas universidades, em órgãos de fomentos, nas avaliações de projetos e de *papers* ainda existem muita resistência quanto à pesquisa-ação, por vezes preconceito, por vezes uma visão de estranheza. Em nome da pesquisa-ação se cometeu alguns equívocos, o pessoal rotulou pesquisa-ação como algo muito fraco, com pouca consistência.

Vista como prática engajada ou militante, a pesquisa participativa tende a ser uma proposta de trabalho mais reconhecida do que no passado, com visível aumento de seu escopo de atuação. No caso peculiar da extensão universitária, tem-se verificado a inclusão de estratégias para o desenvolvimento e a adaptação de métodos participativos, no cuidado em não se recair em indesejáveis manipulações que desviem a execução do projeto em termos metodológicos e éticos.

Este *cuidado* pareceu ser um dos principais objetivos do SEMPE (Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão)⁶⁰ realizado pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). O SEMPE se apresenta como um reconhecido espaço para a discussão de metodologias de pesquisa de caráter aplicado, incluindo-se aí a pesquisa-ação, as

⁶⁰ Disponível em: <http://www.itoi.ufrj.br/sempe/index.htm>; <http://www.itoi.ufrj.br/sempe/anais.htm>.

metodologias participativas e as metodologias de comunicação e interação em que se focaliza uma nova concepção da extensão universitária – agora não mais percebida como um terceiro e isolado objetivo da universidade, mas sim, uma atividade que indissociada do ensino e da pesquisa, dá concretude ao objetivo da universidade de produzir conhecimento e torná-lo acessível à comunidade.

Em 2008, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), professor Michel Thiollent atuou como um dos organizadores do sexto SEMPE, cuja discussão centrou-se no papel da pesquisa-ação dentro da extensão universitária, inclusive, no que se refere, segundo sua fala na entrevista concedida para este trabalho, “à sua vocação e intencionalidade para tornar à prática extensionista mais interessante, mais forte e mais reconhecida dentro da universidade”.

Não se pode dizer que a pesquisa-ação seja uma modalidade específica das ciências sociais. Reconhece-se sua raiz ideológica na opção pela organização dos grupos subalternos em suas lutas cotidianas. Desta forma, não tem sido, em geral, uma prioridade para a universidade na medida em que esta não é necessariamente a opção política dos cientistas, pelo menos não da maioria. Este é mais um motivo de se identificar no interesse de uma Universidade, através de sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, em formar aqueles pesquisadores que já demonstram uma consciência social na medida do seu envolvimento com projetos de extensão. Há muito, porém, a ser percorrido e, por isso, não se pode perder parceiros potenciais.

4) PROMOÇÃO DA SAÚDE, EXTENSIONISMO UNIVERSITÁRIO E O CASO UENF: um estudo a partir dos projetos de extensão em saúde pública

4.1) Promoção de Saúde e Extensão Universitária

A Promoção de Saúde é um movimento amplo em busca da qualidade de vida das pessoas que considera os fatores sociais, econômicos e psicológicos como determinantes do binômio saúde-doença, não estando estes condicionados, meramente, aos serviços médicos. As ações de promoção de saúde consideradas como uma “nova saúde pública” não tem apenas o serviço médico como local privilegiado para sua promoção, pois estão presentes também na escola, na universidade, no local de trabalho, dentre outros (NADANOVSKI, 2000).

Uma nova forma de pensar ganha espaço e nos alerta para a inevitável relação entre saúde e educação, considerando sua complexidade e suas interferências. É preciso considerar que os indivíduos recebem influências de todo tipo sejam elas intencionais ou não e vindas de muitas e diferentes instâncias e meios sociais. Nosso olhar volta-se, então, para o indivíduo como fruto de uma cultura, no qual o seu corpo e o estado de saúde ou doença são produtos de uma construção lingüística e cultural e não simplesmente matéria biológica (MEYER *et al*, 2006, p. 1337 *apud* GHIORZI, 2008, p. 24).

Segundo Nadanovski (2000), a promoção de saúde efetiva-se através de cinco áreas de ação que, mutuamente, contribuem para a melhoria da saúde da população. Estas incluem: educação em saúde, intervenções clínicas, política pública saudável, reorientação dos serviços de saúde e a criação de ambientes favoráveis à saúde.

Sob esta ótica, a relação educativa com as pessoas preza o diálogo e valoriza a sabedoria prática dos indivíduos e comunidades que produzem resultados significativos em usuários e agentes educativos. Passa-se a se considerar que as pessoas não *são* vulneráveis, mas *podem estar* vulneráveis a alguns agravos e não a outros sob determinadas condições, em algum momento de suas vidas. Esta maneira de reorganizar o campo da educação em saúde sob a perspectiva da *vulnerabilidade* permite gerar mudanças nas condições de vida das pessoas. Por isso, não mais se separam as experiências ditas patogênicas das relações intersubjetivas dos que as desenvolvem, que são, antes de tudo, pessoas que existem em acordo com determinados padrões culturais estabelecidos socialmente. Assim, a idéia de “cuidado em saúde” se realiza no mundo

real do sujeito, o que implica ser ele um aliado em potencial dos agentes de saúde que assumem uma condição de, também, educadores que, ao menos em tese, não impõem regras que dificilmente seriam seguidas, mas propõem novas rotinas na comunicação dialógica com as comunidades.

A educação em saúde sob esta perspectiva considera que a possibilidade das pessoas adoecerem é, portanto, o resultado da soma de fatores individuais, coletivos e contextuais. A mera transmissão de conhecimentos técnico-científicos de forma racional que tentam persuadir o indivíduo a agir desse ou daquele modo, como nos discursos positivistas, não é suficiente para mudar comportamentos. A educação em saúde, mais abrangente, é que nos orienta para escolhas político-pedagógicas significativas nas quais se busca um ponto de intersecção dentre as diversidades dos sujeitos que se reflita em cumplicidade com a coletividade (MEYER *et. al*, 2006, p. 1342 *apud* GHIORZI, 2008, p. 25).

. Esta aproximação entre saúde e educação, porém, está longe de ser espontânea⁶¹. Ela depende da intencionalidade das instituições, através de planejamentos, políticas públicas, alocação de recursos e implementação de projetos visando à conquista de melhores condições de vida. Os resultados satisfatórios não são obtidos em curto espaço de tempo. Envolve profundas mudanças de valores sociais e atitudes num processo amplo de transformação da sociedade.

Ceccim & Feuerwerker (2004) trouxeram uma grande contribuição para o processo de inovação das políticas públicas de saúde que, a partir da constituição do Sistema Único de Saúde, tornaram-se centradas na integralidade da atenção à saúde dos cidadãos. Como meio de alcançar a efetivação desta nova dimensão, os autores destacaram um conjunto de agentes implicados diretamente neste processo de inovação que compõem o “quadrilátero de formação para a saúde” que compreendem ensino – docentes e estudantes; gestão – gestores do sistema; atenção – trabalhadores e serviços de saúde; e controle social – usuários, movimentos sociais e a sociedade.

O princípio de “integralidade da atenção em saúde”, como diretriz do ensino em saúde surge como política pública, em 2004, com o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do “Aprender SUS”⁶². A partir de então, o SUS e os cursos de graduação na

⁶¹ A partir do ano de 2003, a educação na saúde ganhou estatuto de política pública para a formação e desenvolvimento no âmbito do SUS. Como política pública, ela requer o compartilhamento de responsabilidades na condução, acompanhamento e avaliação da sua implementação (BRASIL, 2005).

⁶² Cf. em BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Aprender SUS: o SUS e os cursos de graduação da área*

área da saúde passaram a ser gerenciados sob nova abordagem capaz de articular, de modo estratégico, saberes e práticas multidisciplinares, usuário-centradas, identificadas com os pressupostos da reforma sanitária e com o conceito ampliado de saúde⁶³ (BRASIL, 2004a).

Para Ceccim & Feuerwerker (2004), o perfil de formação dos profissionais de saúde e sua capacidade de trabalho em equipe e de oferecer atenção integral devem ser tomadas como determinantes na formulação de uma transformação da política do SUS para a formação em busca de mudanças, tanto na organização dos cursos quanto nas práticas pedagógicas.

March *et. al* (2006) apontam para a disputa por uma nova hegemonia no campo da formação de profissionais em saúde reivindicada por um re-gerenciamento dos processos de ensino-aprendizagem – lócus da formação em saúde - e de todas as variáveis envolvidas. Isto significa dizer que, em todos os âmbitos dos sistemas de saúde e, principalmente, nos espaços mais “duros” do saber médico e das práticas altamente tecnologicizadas e fragmentadas, deve ser definido o ideal de uma abordagem integral, holística e humanizada, centrada na construção de um saber interdisciplinar e na criação de relações mais horizontais e democráticas dentro do processo de trabalho em saúde.

Esta metodologia de aprendizagem permite que o estudante se aproprie da realidade social e exercite seu potencial criativo de articulação entre saberes e práticas, aliando o pensar-fazer-sentir. Os cenários de aprendizagem assim desenvolvidos constituem-se em campos de experimentação e espaços de ampliação de experiências de ensino em direção à multiprofissionalidade, a interdisciplinaridade e a integralidade em práticas cuidadoras (MACÊDO, *et. al*, 2006).

A formação não pode tomar como referência apenas a busca eficiente de evidências ao diagnóstico, cuidado, tratamento, prognóstico, etiologia e profilaxia das doenças e agravos, mas a busca do desenvolvimento de condições de atendimento às necessidades de saúde das pessoas e da população, da gestão setorial e do controle social em saúde, redimensionando o desenvolvimento da autonomia

da saúde. Brasília: agosto de 2004. 11p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aprendersus>.

⁶³ A eleição da integralidade como eixo de orientação das práticas formativas em saúde revela a dimensão política da formação, no tocante ao perfil profissional desejado como efeito do ensino superior, ou seja, não somente formar bons ou excelentes técnicos, mas sim trabalhadores para o SUS sensibilizados pelo direito à saúde (MACÊDO *et. al*, 2006).

das pessoas até a condição de influência na formulação de *políticas do cuidado* (BRASIL, 2004a, p.04).

Em todo processo educativo em saúde torna-se necessário direcionar o ensino aprendizagem para a construção e incorporação de conhecimentos em lugar da ultrapassada, do ponto de vista das desejáveis mudanças no quadro da saúde do país, “decoreba” de conceitos. A aprendizagem se dá com a resolução de problemas que gera o desenvolvimento de atitudes para a prática de uma vida mais saudável. Os conhecimentos só terão sentido se capazes de impulsionar as pessoas a refletir e tomar iniciativas a favor de escolhas saudáveis que visem ao seu bem-estar e o da sociedade (IERVOLINO 2000, p.31 *apud* GHIORZI, 2008, p.13).

Para uma formação em saúde que tenha nas práticas cuidadoras um elemento estruturante de sua profissionalização se faz necessário a escolha de cenários onde docentes e estudantes tenham a oportunidade de criar “cenários de aprendizagem”⁶⁴, ou seja, espaços de interseção entre o mundo do ensino e a realidade objetiva, transversalizados pelas demandas sociais por saúde, sob uma égide ético-político-pedagógica da integralidade e do direito à saúde. O princípio da integralidade há de ser levado, também, para a sala de aula, laboratórios, estágios e outros, isto é, a humanização da educação e a percepção de sua dimensão política são fatores a distinguir os profissionais de saúde que se quer formar.

A crise aguda dos paradigmas que configuram ainda o atual modelo de atenção à saúde foi marcada, dentre outros, de acordo com Merhy (1998, p.109), pelo distanciamento entre profissionais e usuários, pelo isolamento produzido nas relações entre eles mesmos no processo de trabalho, pela desvalorização da importância das práticas interprofissionais de saúde e pelo predomínio das modalidades de prevenção centradas nas tecnologias duras, a partir de um saber fortemente estruturado e reduzido à produção de procedimentos, cuja marca é a impessoalidade.

Para Professora Lílian Bahia, em entrevista, um dos muitos fatores que propicia o distanciamento da pessoa em face de suas reais necessidades de saúde encontra-se no paradigma de atendimento pautado em procedimentos médico-centrados. A falta da devida interlocução com o “paciente” no momento da consulta, que é assim chamado

⁶⁴ De acordo com Paulo Freire (1997), cenários de aprendizagem são espaços para conhecer na ação concreta no mundo, lugares de construção de conhecimento, de vivências e desenvolvimento de atitudes. No campo da saúde, estes cenários podem propiciar o surgimento de espaços de reflexão crítica sobre a realidade, de produção de compromisso social em suas diversas dimensões para o fortalecimento dos princípios doutrinários do SUS.

não-gratuitamente, colaborou para a “cultura de passividade” que determina um modo peculiar de adoecer. O paciente é aquele que busca por assistência a cada instante como se não fosse ele parte integrante do processo saúde-doença, com direitos e deveres de cidadania:

(...) Falta cultura do cidadão para ele assumir a sua questão de saúde como um bem para ele e ele buscar meios de cura. (...) O que o cidadão quer é ser assistido! Você concorda que este seria um projeto-piloto para as universidades públicas estarem fazendo? Porque a universidade seria, sem modéstia, a instituição que reúne todas as condições para executá-lo, então, acho que falta isto nos projetos de extensão na área da saúde, para o sujeito se compreender como um ator ativo e não passivo nos seus processos de saúde durante sua vida. Contudo, se ele se apresenta ativo, participativo, ele vai querer sentar e discutir o que é melhor para sua qualidade de vida, mas não é assim, o paciente ele é paciente. (...) O meu problema de saúde é este! Resolve para mim! Enquanto a gente sabe hoje que as questões de saúde ultrapassam em muito a questão do consultório. É assim, ele chega ao consultório e quer ser assistido na hora. Ele diz assim: eu estou com uma diarreia e quero um remédio, quero que resolva logo isto! Ele não quer saber se ele bebe água podre, não quer saber se ele comeu um quilo de chocolate, ele não quer saber! O que ele pensa é o seguinte: você é médico e tem que resolver o problema da minha diarreia porque você é pago para isto e pronto! Não existe em momento nenhum uma proposta para que o indivíduo passe da condição passiva para a condição ativa e a extensão para mim é a única que pode atuar para isto e mudar esta cultura.

Neste sentido, a integralidade em saúde parece exigir, sobretudo, da universidade, um papel protagonista na difusão para a sociedade, na medida em que as relações e interações são desenvolvidas com êxito nas práticas cotidianas – de novas posturas que expressem o fortalecimento da cultura cidadã dentre profissionais e usuários do sistema de saúde, democratizando assim a demanda em saúde e a adoção do “cuidado” como categoria nucleadora para emancipação e autonomia dos sujeitos.

Os programas de extensão universitária têm potencial de se assumirem nesta perspectiva, uma vez que a universidade congrega profissionais capacitados e autônomos para a liderança de projetos inovadores que possibilitem a aproximação entre o ensino, a pesquisa e a comunidade no confronto das teorias com as necessidades e os desejos no mundo real. Na área da saúde, tais programas assumem particular importância na medida em que se integram à rede assistencial e podem servir de espaço diferenciado para novas experiências voltadas à humanização, ao cuidado e à qualificação da atenção à saúde (HENNINGTON, 2005). Os projetos de extensão

podem cumprir um especial papel de sensibilização de estudantes e professores para a realidade social, além de estimularem o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas na área da saúde com capacidade de trazerem novas descobertas, a partir do diálogo com a comunidade.

A fala de Professor Michel Thiollent vai ao encontro desta perspectiva, em sua ênfase à importância da execução de projetos de extensão na área da saúde.

(...) Projetos de extensão na área da saúde, normalmente, são projetos em comunidades. (...) Tem a ver com epidemiologia, prevenção de doenças, promoção à saúde, sensibilização e informação, e também atendimento em saúde, até mesmo, assistência para categorias específicas. Todo este leque que envolve a saúde coletiva. Neste setor encontramos muitos projetos de extensão. (...) Não é para fornecer alta tecnologia não é, sim contatar as comunidades porque assim detectaria problemas que são assuntos para o pessoal mais *hard*, detectando certas coisas que não são bem conhecidas na medicina; por exemplo. Então a extensão pode ajudar a detectar problemas que merecem uma investigação mais aprofundada, porque há pesquisadores neste processo, não é só para fornecer assistência, mas para buscar as demandas e pesquisar a partir delas, buscar a etiologia do problema e encontrar casos interessantes, muitas vezes, desconhecidos. Deve buscar entender como a doença é vista na linguagem popular, como isto se traduz para eles, o pessoal mais *hard* não vai a campo diretamente, mas deve colaborar e estar disposto a interagir e os conhecimentos adquiridos devem ser divulgados. Não deve reter!

Compreendida desta forma, a prática extensionista pode vir a ser uma grande aliada na construção e no aperfeiçoamento de experiências no campo da “educação popular” em vários aspectos e, no que nos interessa nesta dissertação mais diretamente, também, na área da saúde. Ao invés de servir meramente para atenuar ou acobertar as desigualdades sociais e assegurar a estabilidade do sistema econômico-político vigente, a extensão universitária traz potencialidades de mudanças significativas no processo de promoção da saúde ainda deficitário na sociedade brasileira. Falamos, pois, da responsabilidade social da universidade e, no caso da UENF, das universidades públicas e de seus cientistas.

Na Universidade Estadual do Norte Fluminense, é possível enumerar algumas ações visando à promoção da saúde pública local por meio de projetos extensionistas que desencadearam a realização de pesquisas mais aprofundadas - demonstrando a viabilidade da interação entre pesquisa e extensão - e por meio de projetos de pesquisa

científica que demonstraram a necessidade de desenvolvimento de projetos de extensão. O projeto de pesquisa elaborado pela Professora Lílian Bahia nos revela este dinamismo - já que com um indisfarçável viés comunitário e extensionista - teve como um de seus desdobramentos um projeto de extensão intitulado "Toxoplasmose: Epidemiologia e Clínica no Norte do Rio de Janeiro", no ano de 2001, que resultou na implementação da Lei municipal de notificação compulsória da Toxoplasmose Congênita:

(...) Conseguimos a criação de uma Lei municipal de notificação compulsória da Toxoplasmose Congênita que ocorreu por uma pressão da universidade no período do governo Arnaldo Viana, ele sancionou a lei, mas, infelizmente, não é cumprida...foi até anterior a minha gestão...Neste caso, a gente tem um grande exemplo da universidade impactando e pressionando o poder público municipal. O projeto começou em 97 e 98 por aí, nós ganhamos vários prêmios com este projeto...foi o único projeto que mostrou que a água foi, realmente, o veículo de transmissão do toxoplasma que gerou um surto em Santa Isabel do Avaí no oeste do Paraná, então nós desenvolvemos metodologia de pesquisa do cisto do *Toxoplasma Gondii* aqui na universidade, que é o cisto que fica na vida livre, na natureza e pode contaminar a água e ele contaminou um grande reservatório de água para distribuição municipal em Santa Isabel do Avaí. Por meio da pesquisa constatamos que ele tava lá, provamos isto e ganhamos um prêmio que foi a primeira publicação no mundo em relação a isto. E esta pesquisa foi desenvolvida aqui na universidade!

As práticas dos programas de extensão justificam-se plenamente, também do ponto de vista das novas diretrizes pedagógicas para o ensino, uma vez que colocam o aluno em contato direto com o mundo real, permitindo a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula em situações do dia-a-dia. A partir das interações cotidianas com o processo do viver humano, são incorporados novas atitudes e valores que promovem uma ampliação do olhar dos estudantes. Novas práticas pedagógicas em cenários de aprendizagem ampliados e diversificados resultam, não poucas vezes, da articulação do ensino com a extensão universitária, por meio de políticas integradoras no interior das universidades e em seu movimento em direção à sociedade (MACÊDO *et. al*, 2006).

Os benefícios do envolvimento do discente com as práticas extensionistas são reportadas pelos entrevistados da seguinte maneira:

Profa. Lillian: Acredito que seja a única oportunidade para o aluno exercer, na sua atuação prática, a formação cidadã, porque a extensão oferece a ele esta condição de ir a campo enfrentar a questão com o sujeito da pesquisa que, ao mesmo tempo, é ator da pesquisa pela metodologia da pesquisa-ação. Então esta interação do estudante com os atores da comunidade faz o aluno amadurecer no sentido do exercício da cidadania. (...) Assim, eu considero que este é o instrumento mais importante que o aluno pode ter para sua formação cidadã dentro universidade.

Prof. Thiollent: Para o aluno, este envolvimento com a extensão, é justamente ter um conhecimento completo da realidade em que vive. (...) Às vezes é um aluno de classe média que não tem nenhuma noção do mundo em que vai atuar, o que é pobreza, por exemplo. Ir a campo, atuar em comunidades é um ganho de grande dimensão! O novo projeto Rondon tem muito disso, de levar ao aluno um conhecimento e uma experiência que ele não tinha. Na França eu vi em algumas escolas de engenharia, este incentivo de ida ao campo...tipo vai conversar com um morador de rua, com um deficiente físico, conhecer suas limitações e dificuldades...e isto é bom!

Nesse sentido, a extensão universitária deve ser compreendida como uma prática que oportuniza a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade civil e a formação de cidadãos conscientes e autônomos, num processo que ultrapassa as limitações do assistencialismo, uma vez que, no mundo real, surgem problemas e dificuldades que, para serem solucionados, exigem do cientista e da comunidade o entendimento de seu contexto psicossocial que passa, então, a ser, também, uma preocupação dos programas e projetos desenvolvidos.

Assim, a extensão de qualidade representa um meio para construção de cidadãos atuantes sobre a sua realidade, contribuindo para importante formação de profissionais de saúde comprometidos com o Sistema Único de Saúde - percebido como cidadania universal - principalmente no que se refere ao controle social e à integralidade, potencializando ações interdisciplinares.

Projetos de extensão na área da saúde têm-se constituído em cenários de aprendizagem dada sua potencialidade de interlocução com a comunidade e de configuração de espaços para práticas interdisciplinares. Nesse particular, é reconhecida a importância de organizações curriculares flexíveis, que estimulem o estudante a participar de projetos intra e extramuros na universidade. A existência de novos cenários internos e externos favorece o diálogo multiprofissional e interdisciplinar, onde

atividades coletivas de aprendizagem permitem o trânsito do estudante por múltiplas expressões do conhecimento.

A interdisciplinaridade no ensino em saúde implica estreito diálogo em torno de problemas oriundos da realidade de saúde, em que os saberes disciplinares auxiliam na compreensão de uma realidade complexa, estabelecendo entre si conexões e mediações. Minayo (1991, p. 70) enfatiza que a interdisciplinaridade é imprescindível no campo da saúde e torna-se, nesta perspectiva, uma questão epistemológica crucial. A autora explica que:

Nenhuma disciplina por si só dá conta do objeto a que perseguimos, por que ele envolve ao mesmo tempo as relações sociais e o social propriamente dito. (...) As expressões emocionais, assim como as biológicas, traduzem através da saúde e da doença, as condições e razões sócio-históricas e culturais de indivíduos e grupos (*Ibid.*).

A complexidade de fatores que compõem o processo saúde-doença requisita o envolvimento de profissionais de várias áreas do conhecimento apostando no trabalho multiprofissional, transdisciplinar e interdisciplinar para a efetivação da integralidade em saúde. A seguinte fala da Professora Líliah Bahia explicita a relevância da interação entre os cientistas sociais e os cientistas das áreas duras – *hard* – para o alcance de resultados mais efetivos, inclusive para a pesquisa em saúde.

Nossa! Muita coisa! E, na verdade já fazemos isto aqui na UENF, tem diversas questões da tecnologia que favorecem muito o diagnóstico, né? Na época de nossa gestão, nós criamos uma possibilidade de se trabalhar programas em que tínhamos o pessoal da engenharia de produção trabalhando com pessoal das ciências sociais. Na área de saúde, tinha um projeto sobre gestão do lixo que era exatamente isto, porque tinha que ter o cientista social, o pessoal da logística da área dura e ainda o pessoal da saúde, chamava-se Gestão Compartilhada do Lixo. Lembro-me de um projeto que aconteceu no norte do Brasil, onde os assentados tinham cartão do programa de assistência do governo federal, o “bolsa família”, então foi feito um projeto de extensão com uma equipe multidisciplinar neste acampamento e vários entregaram, ao final do projeto, seu cartão, porque diziam não precisar mais dele. Isto para mim foi muito significativo! Temos aí um exemplo de como você trabalha a questão da interdisciplinaridade, porque tinha de tudo quanto é área ali. (...) Então, tem que buscar temas aglutinadores, com vocação para pegar várias áreas.

A aplicabilidade das atividades extensionistas no campo da saúde representa uma superação das práticas tradicionalmente adotadas, que isolavam os estudantes e

docentes de diversos cursos de saúde, acabando por estabelecer fronteiras muito demarcadas entre os processos de formação e as demandas sociais de saúde. A superação da visão fragmentada de homem e saúde vem acompanhada de significativa inserção e interlocução do discente com a comunidade local, de forma a ajudá-lo na compreensão da relevância da participação da população nos processos decisórios sobre as questões de saúde locoregionais. Na experiência extensionista, o aluno estabelece relações mais próximas e compreensivas acerca do modo de viver das populações, que o qualifica para a escuta e o acolhimento, proporcionando-lhe a responsabilidade e a aptidão para a construção efetivamente coletiva em seu exercício profissional.

Tais evidências já foram incorporadas à edição atualizada do Plano Nacional de Extensão Universitária que postula:

As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país e sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e a acumulação do conhecimento bem como para a formação de profissionais cidadãos e, por isso, sua participação é requerida nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências (FORPROEX/Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000/2001, p.2).

No âmbito do Ministério da Saúde, em conjunto com as entidades estudantis dos cursos da área da saúde e as secretarias municipais de saúde, foi implementada uma política pública de saúde por meio da extensão universitária - O Projeto VER - SUS⁶⁵ - com a missão de promover a integração dos futuros profissionais à realidade da organização dos serviços de saúde, levando-se em consideração os aspectos de gestão do sistema, as estratégias de atenção, o controle social e os processos de educação na saúde (BRASIL, 2004b).

Nesse projeto, uma importante dimensão é contemplada e diz respeito à histórica dificuldade encontrada pelas diferentes profissões da saúde para trabalharem de forma integrada, uma vez que a cultura de fragmentação do setor ainda é uma realidade decorrente da falta do hábito de convivência multiprofissional. Nesse sentido, o VER-SUS oportuniza o convívio, a discussão da organização do sistema de saúde brasileiro e a aprendizagem crítica aos estudantes de diferentes cursos da área da saúde e afins.

⁶⁵ Cf. em: <http://portal.saude.gov.br/portal/>.

Em sua versão extensionista, o *VER-SUS Extensão* é um componente do projeto VER-SUS em que o Ministério da Saúde vem constituindo parcerias com as Pró-Reitorias de Extensão das universidades públicas para o desenvolvimento de dois programas específicos: “Estágios Rurais Interprofissionais no SUS” e “Vivências em Educação Popular no SUS”.

Um dos objetivos dessa estratégia é a formação de profissionais voltados para as necessidades de saúde da população e do Sistema Único de Saúde, por meio do fortalecimento e ampliação dos processos de mudança da graduação e articulação entre as instituições de ensino na área da saúde e os serviços. Também é visado, através do programa, contribuir para a implementação de políticas públicas de saúde em diferentes localidades, com abertura para ações intersetoriais por meio da extensão universitária, pela integração com outros cursos como agronomia, economia, direito, comunicação e pedagogia, por exemplo. Para isso, a proposição das vivências, em níveis local e regional, passará pela articulação local entre gestores, instituições de ensino superior, estudantes, movimentos sociais e instâncias do controle social, pois a sua viabilidade depende das parcerias locais institucionalizadas nos programas de extensão.

Segundo Michel Thiollent, em entrevista, atualmente, se faz notória a atuação da extensão universitária como um instrumento de política social, principalmente após a constituição das Pró-Reitorias de Extensão que têm fortalecido a relação entre extensão e políticas públicas em áreas como a saúde e a educação:

Atualmente, é notória a atuação da extensão universitária como um instrumento de política social, onde políticas públicas vêm sendo auxiliadas por certas atividades extensionistas. A própria constituição da Pró-Reitoria de Extensão tem fortalecido a relação entre a Extensão e as políticas públicas, principalmente na área da educação e da saúde. Existem grandes projetos de extensão na área da saúde. A própria Pró-Reitoria contribui para isto deixando claro que a extensão não é qualquer coisa, que tem um fundamento, vejo que a extensão tem uma certa respeitabilidade agora. (...) Um fator de crescimento desta nova extensão é o fato de se encaixar na resposta de uma demanda de política pública, a extensão não é vista como uma política pública, mas certas políticas públicas estão sendo auxiliadas por certas atividades de extensão. Hoje, há um fortalecimento da extensão, ao invés de se fazer da extensão uma atividade muito solta, porque você tem uma extensão mais ou menos solta e tem a extensão mais organizada em função de certos eixos de políticas públicas. (...) Questão de educação básica, saúde, então a extensão é um instrumento de política pública, que não se faz sozinho, temos parcerias com atores envolvidos neste processo. Acho que este fator relação extensão-política pública pra mim é elemento fundamental para o fortalecimento da extensão nas universidades.

A extensão universitária na UENF, já em 2001 e 2002, demonstrou a preocupação com temas relativos à saúde coletiva de modo que se pôde verificar a realização dos cursos em “Plantas Medicinais” (2001); Análise Sensorial de Alimentos (2001); Técnicas Higiênicas no Manuseio de Alimentos (2001 e 2002); e a Oficina DST/AIDS 1 (2001). Anteriormente a estas, outras ações muito provavelmente também ocorreram, mas ainda não se tinha na cultura universitária a prática, muitas vezes, de se cadastrar em algum órgão interno a UENF um dado projeto. Não poucas vezes, as ações extensionistas, feitas de forma voluntarista por alguns professores, sequer dependeram de editais específicos.

Exemplar disso é o projeto “Educação, Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS”, coordenado pela Assistente Social da UENF, Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa, que teve início no ano de 1999, vindo a ser institucionalizado por meio do edital da FAPERJ em 2008⁶⁶.

No quadro 9, é possível verificar maior sistematização da extensão universitária na UENF, na área temática “saúde”, por meio de suas modalidades de apresentação, dispostas no período entre os anos de 2004 e 2007:

Quadro 9 – Distribuição das ações extensionistas na área temática “Saúde” no período entre 2004 e 2007.

AÇÕES EXTENSIONISTAS PROEX/UENF ÁREA TEMÁTICA “SAÚDE”	ANO			
	2004	2005	2006	2007
PROJETOS	12	14	12	08
CURSOS	10	09	09	10
EVENTOS	04	05	09	05
SERVIÇOS	08	04	07	03
PUBLICAÇÕES	01	-	05	-
TOTAIS	35	32	42	21

Fonte: Manual de Extensão, PROEX/UENF, 2008.

⁶⁶ Incluído no recorte dos projetos desenvolvidos no ano de 2007 que serão analisados nesta dissertação, o projeto de extensão citado será exposto mais detalhadamente adiante.

Ao se evidenciar a extensão universitária em seu potencial de promoção da saúde pública numa perspectiva cidadã, em conformidade com as conquistas da sociedade civil nas últimas décadas, desejamos conhecer os desafios atualmente enfrentados, neste campo, pela extensão universitária na UENF, nas vozes dos profissionais que estão à frente de alguns destes projetos.

4.2) O percurso metodológico

Ao levar em conta que, conforme os pressupostos de Minayo (1999, p. 27), a modalidade de pesquisa qualitativa traz em seu bojo interesses mais abrangentes do que o objeto definido em seu campo específico, tratando-se, portanto, de uma abordagem dinâmica, em que tanto a pesquisa quanto o pesquisador "vivem sob o signo das contingências históricas de sua atividade" (*Ibid.*) esta pesquisa se iniciou com uma decidida etapa exploratória. Buscava compreender conceitos e idéias, os quais serviriam de aporte para a formulação das questões e das categorias a serem analisadas posteriormente. Sabia que me interessava articular as questões das políticas de saúde e do poder público local ao debate da função social da universidade, mais especificamente, da extensão universitária. Assim, tinha como elemento norteador da pesquisa, a interação entre comunidade-universidade-poder público. Também, a preocupação com a relação entre ensino-pesquisa-extensão, para a efetivação de políticas públicas de saúde local.

A metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO 1996, p. 21-22).

Meu novo “lugar” de estudante de pós-graduação e observadora – dentro da UENF – possibilitou-me algumas vantagens, dentre elas, a oportunidade de conhecer uma realidade mais complexa que, filtrada pela observação sistemática que se impõe à pesquisa social, proporcionou-me um questionamento, tanto quanto possível, do quanto

a posição do sujeito da pesquisa interfere na forma que realiza sua interpretação. Não se pode negar, pois, a subjetivação no trabalho de investigação que expressa um conjunto de práticas sociais passível de várias opiniões, versões e críticas, mas não significa o descompromisso com a “objetividade”, que se apresenta na medida em que minhas escolhas tornam-se passíveis de serem comunicadas.

a) Fase exploratória

A pesquisa exploratória foi realizada no intuito de buscar maior familiaridade com o fenômeno que pretendia pesquisar, a necessidade de desenvolver questões mais precisas e, ainda, minimizar chances de incorrer em erro durante minha investigação, partindo do pressuposto de que a aprendizagem melhor se realiza quando se parte do conhecido. Nesta etapa, realizei uma pesquisa na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX-UENF) com o objetivo de reunir informações sobre o andamento da extensão universitária uenfiana desde sua implantação, por meio de consultas a documentos que contam a história da sua evolução ao longo dos anos. Acrescenta-se a esta fase, uma análise atenta do Plano Orientador da UENF, com o intuito de conhecer na íntegra as proposições de seu mentor, Darcy Ribeiro, e buscar proximidades e distanciamentos com as ações hoje chamadas “extensionistas”.

b) Pesquisa bibliográfica-documental

- a. Revisão da bibliografia acerca dos temas: “Universidade”, “Extensão Universitária” e “Promoção da Saúde”;
- b. Pesquisa em sites sobre legislação e documentos acerca da “extensão universitária”: <http://portal.mec.gov.br/>, <http://www.renex.gov.br/>, dentre outros;
- c. Pesquisa em sites do Ministério da Educação e da Saúde acerca de experiências de extensão na área da saúde;
- d. Pesquisa em sites do IBGE, DATASUS, Ministério da Saúde, dentre outros, a fim de buscar informações sobre indicadores sociais e dados estatísticos para análise objetiva da situação epidemiológica e sanitária no município de Campos dos Goytacazes.

c) Coleta de dados na PROEX/UENF

- Coleta de documentação pertinente à realização das ações extensionistas na UENF, tais como relatórios, catálogos, manuais, informativos sobre a evolução da extensão universitária na UENF;
- Mapeamento dos projetos de extensão cadastrados sob a rubrica “saúde” e desenvolvidos no ano de 2007 para a catalogação em fichas contendo informações de acordo com a padronização da PROEX (Apêndice 1) :
 - ✓ Título do Projeto;
 - ✓ Área Temática;
 - ✓ Linha Programática;
 - ✓ Coordenação do Projeto;
 - ✓ Formação acadêmica, atuação profissional e lotação administrativa na UENF;
 - ✓ Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto;
 - ✓ Objetivos;
 - ✓ Público-alvo e área de atuação;
 - ✓ Professores colaboradores;
 - ✓ Parcerias estabelecidas;
 - ✓ Valor do apoio financeiro
 - ✓ Equipe;
 - ✓ Resultados esperados

A escolha do ano de 2007 não foi espontânea. Esta opção deveu-se a sua posição como um ano já completo e, imediatamente, anterior ao ano de início de minha pesquisa, o que me proporcionaria dados mais recentes e completos acerca dos projetos de extensão desenvolvidos sob a rubrica “saúde” na UENF.

d) Entrevistas semi-estruturadas

As qualidades da entrevista semi-estruturada consistem em enumerar, de forma mais abrangente possível, as questões em que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto

de investigação (MINAYO, 1999, p.121). Esta modalidade de entrevista permite relativa flexibilidade durante sua execução, onde as questões não precisam seguir a ordem prevista no roteiro previamente realizado e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista. As principais vantagens das entrevistas semi-estruturadas abarcam a possibilidade de acesso à informação além do que se listou, o aprofundamento da investigação e a definição de novas estratégias e outros instrumentos.

O presente trabalho lançou mão, portanto, da aplicação de entrevistas semi-estruturadas que me permitiam aprender sobre o tema na medida em que, inspirada num roteiro prévio de questões, conversava com os entrevistados, na criação de uma situação de diálogo que tornava mais fácil a elaboração dos pontos de vista sobre uma atividade ainda nova e desafiante.

Quadro 10 – Relação dos profissionais entrevistados

Profissional Entrevistado	Função na UENF na área de extensão Universitária	Local da entrevista	Data e Tempo de duração da entrevista
Dra. Maria Angélica Vieira da Costa Pereira	Coordenador de Projeto de Extensão	Hospital veterinário da UENF	08/07/2008 1h e 5 min.
Dr. João Carlos de Aquino Almeida	Coordenador de Projeto de Extensão	Sala 208 – A do CBB/UENF	16/07/2008 1h e 20 min.
Dr. Olney Vieira da Motta	Coordenador de Projeto de Extensão	Hospital veterinário da UENF	25/07/2008 1h e 12 min.
Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa	Coordenador de Projeto de Extensão	Setor de Serviço Social no CCH/UENF	29/11/2008 55 min.
Dr. Michel Thiollent	Consultor do PROEx/UENF	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF	17/09/2008 1h e 23 min.
Dr. Silvério de Paiva Freitas	Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF	28/10/2008 45 min.
Dra. Lílían Bahia	Pró-Reitora de Graduação da UENF	Pró-Reitoria de Graduação da UENF	31/03/2009 1 h e 17 min.

A gravação foi feita em três fases que pretendeu atingir distintos atores em função de seu grau de envolvimento institucional com a extensão universitária. A primeira fase de aplicação de entrevistas foi destinada aos coordenadores dos projetos de extensão selecionados, com base num roteiro único de perguntas previamente elaborado, tendo como diretriz a Extensão Universitária e a Saúde Coletiva. O encadeamento de perguntas foi dividido em quatro partes: a) identificação do entrevistado, b) conceito de extensão universitária e extensão universitária na UENF; c) histórico do projeto de extensão e d) extensão universitária e promoção da saúde (Apêndice 2).

Na segunda fase, foram realizadas duas entrevistas com os gestores da extensão universitária na UENF, identificados durante a fase exploratória da pesquisa, respectivamente, Professora Líliah Bahia - Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF na gestão 2003-2006 (Apêndice 3) e Professor Silvério Paiva, atual Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF (Apêndice 4). As categorias selecionadas para a formulação do roteiro de ambas as entrevistas foram: a) conceito de extensão universitária, b) extensão universitária na UENF e, c) extensão universitária e promoção da saúde, buscando compreender os significados das categorias selecionadas e as percepções de cada ator nas questões abordadas.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1996, p. 109).

Na terceira fase, foi realizada uma entrevista com Professor Michel Jean Marie Thiollent, atualmente, consultor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF e, também, organizador do SEMPE (Seminário de Metodologias para Projetos de Extensão). O roteiro foi idealizado de acordo com sua vivência e experiência no tema da extensão universitária, sua atuação junto à Pró-Reitoria de Extensão da UENF e, de modo especial, sua proposta de pesquisa-ação como um diferencial das atividades extensionistas (Apêndice 5). As categorias abordadas foram: a) conceito de extensão universitária; b) a metodologia da Pesquisa-ação; c) extensão universitária na UENF e, d) extensão universitária e promoção da saúde.



Figura 7 – Realização de entrevista com Dr. João Aquino de Almeida em 16/07/08 na sala 208 – A do CBB.



Figura 8 - Realização de entrevista com Dra. Maria Angélica Vieira da Costa Pereira no Hospital Veterinário da UENF.

e) Pesquisa de Campo no Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes

Com base nos pressupostos da *Epidemiologia Descritiva*, busquei verificar a frequência de algumas doenças de notificação compulsória consideradas de relevância para a Saúde Pública. Durante esta etapa, realizei visitas ao Departamento de Epidemiologia do município para solicitar dados epidemiológicos de determinadas doenças durante o período entre os anos de 2005 e 2007.

Segundo Rouquayrol (1993), a Epidemiologia Descritiva compreende o estudo da distribuição de frequência das doenças e dos agravos à saúde coletiva, em função de variáveis ligadas ao tempo, ao espaço e à pessoa, possibilitando o detalhamento do perfil epidemiológico, com vistas à promoção da saúde.

Cabe registrar aqui que para realização desta etapa tive que romper algumas barreiras e resistências. Ainda que eu tivesse cumprido as exigências de apresentar um ofício com o objetivo de minha pesquisa e a respeito de minha futura utilização dos dados que eu requisitava, ao final, não me foi oferecido o quantitativo de endemias requeridas inicialmente.

Contudo, com os dados que me foram disponibilizados, foi possível a realização de comparações entre as frequências das endemias locais e o padrão estabelecido

nacionalmente – verificado em sites, como, <http://www.ibge.gov.br>; www.datasus.gov.br; www.saude.gov.br; dentre outros, permitindo-me identificar, de um modo geral, por meio de dados quantitativos, as condições de saúde da população. Auxiliou-me também, nesta etapa, pesquisas ao site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – <http://www.campos.rj.gov.br> – que me ofereceu dados complementares para realização de um breve diagnóstico das condições de saúde da população.

f) Operacionalização dos dados

As entrevistas foram transcritas e analisadas pela entrevistadora. Os dados coletados foram organizados de acordo com as categorias selecionadas - entendidas como preponderantes para o alcance dos resultados objetivados com a pesquisa – e analisadas à luz do marco teórico proposto, de forma comparativa com as falas dos entrevistados.

Como as entrevistas foram realizadas em etapas distintas conforme o perfil, experiência e atuação profissional dos entrevistados, a análise suscitou a decodificação de variáveis atendendo as categorias selecionadas em cada fase, buscando responder as questões levantadas para a realização deste estudo.

Desta forma, as variáveis selecionadas na primeira fase da realização de entrevistas foram: Interação universidade-comunidade-poder público local; Interação ensino-pesquisa-extensão; assistencialismo *versus* consciência sanitária; consciência cidadã, participação da comunidade e promoção de saúde; parcerias interinstitucionais; desafios, desdobramentos e resultados dos projetos de extensão.

Variáveis como, crescimento e evolução da extensão universitária na UENF; desafios e obstáculos para a realização da prática extensionista; interação UENF-comunidade-poder público local; as virtudes da pesquisa-ação; trilogia ensino-pesquisa-extensão; comprometimento do corpo docente com a extensão universitária; benefícios para os discentes, entre outras, foram selecionadas para análise dos dados da segunda e terceira fases. De posse dos resultados obtidos segui para as considerações finais.

4.3) Projetos de extensão desenvolvidos pela UENF no ano de 2007: uma reflexão⁶⁷

No ano de 2007, foram desenvolvidos oito projetos de extensão na área temática “Saúde”, sendo que sete foram aprovados pelo Edital FAPERJ/2007 e um – projeto⁶⁸ desenvolvido desde 1999 – em andamento em 2007 – se apresentava cadastrado como um projeto de extensão, contudo, sem a devida institucionalização pelo Edital da FAPERJ (Apêndice 6).

Após o levantamento dos 08 (oito) projetos de extensão em desenvolvimento no âmbito da “Saúde”, a partir da UENF e respectiva descrição em acordo com a documentação existente na PROEX, pude selecionar aqueles que deveriam ser mais aprofundados mediante entrevistas, de caráter semi-estruturado, com seus coordenadores.

Para a seleção, os critérios estabelecidos foram:

- Relevância da endemia abordada no projeto conforme levantamento de dados de morbidade disponibilizados pelo Ministério da Saúde;
- Público-alvo, levando-se em conta, os segmentos populacionais atendidos, à área de atuação escolhida e o quantitativo de pessoas beneficiadas com as metas do projeto;
- Projeto vinculado a programa, projeto não-vinculado à programa e projeto sem vínculo institucional com a PROEX/UENF de modo a se ter projetos em diferentes fase de institucionalização;
- Reconhecimento da importância na construção da consciência cidadã e sanitária tendo em vista os pressupostos teóricos destacados na narrativa dos avanços dos movimentos sociais na área de saúde nas últimas décadas;
- Disponibilidade dos coordenadores para colaborar com a pesquisa dado que a metodologia deste levantamento estaria centrada na interlocução com os responsáveis na UENF pelo desenvolvimento dos projetos selecionados;
- Parcerias interinstitucionais, especialmente com o poder público local, que, em havendo, seria alvo de análise prioritária;

⁶⁷ Dados obtidos no PROEX/UENF durante a pesquisa de campo.

⁶⁸ Este projeto iniciou-se em 1999, mas somente conseguiu aprovação pelo Edital da FAPERJ no ano de 2008. Anteriormente, não houve aprovação devido a não-contemplação de projetos na área da sexualidade pelo órgão de fomento.

- Resultados esperados com a execução do projeto e novas perspectivas de modo que aqueles que induzissem para desdobramentos de ação teriam uma atenção especial no processo de seleção dos projetos.

Assim, dos 08 (oito) projetos em desenvolvimento em 2007, foram descartados os seguintes: Processo Educativo de Alunos da Rede Pública do Município de Campos dos Goytacazes como Estratégia de Controle do mosquito da Dengue⁶⁹; Núcleo de Apoio à Reprodução de Carnívoros; Parasitoses Humanas e Apoio Diagnóstico na Especialidade de Oftalmologia Veterinária nas Comunidades Periféricas no Município de Campos dos Goytacazes.

Puderam ser selecionados 04 (quatro) projetos, a saber:

- 1. AIDS, DST's e Educação em Saúde;**
- 2. Zoonoses: convívio do homem com seus animais e a visão da comunidade sobre doenças bacterianas transmissíveis na região Norte/Noroeste do estado do Rio de Janeiro;**
- 3. Zoonoses Parasitárias Endêmicas: tratamento, controle, profilaxia, educação sanitária e ambiental em comunidades de baixa renda do município de Campos dos Goytacazes e;**
- 4. Educação, Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS.**

A seguir alguns pontos destacados como alvos privilegiados de reflexão nas falas dos seguintes coordenadores: Prof. João Carlos de Aquino Almeida (CBB/UENF); Prof. Olney Vieira da Motta (CCTA/UENF); Prof^a. Maria Angélica Vieira da Costa

⁶⁹ Importa mencionar que este projeto apresentava grande relevância para ser analisado nesta pesquisa e, inicialmente, foi um dos escolhidos, contudo, houve dificuldade quanto ao critério de seleção “Disponibilidade dos coordenadores para colaborar com a pesquisa, dado que a metodologia deste levantamento estaria centrada na interlocução com os responsáveis na UENF pelo desenvolvimento dos projetos selecionados”.

Pereira (CCTA/UENF) e a Assistente Social Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa (Serviço Social/CCH/UENF).

i) Interação Universidade-Comunidade-Poder Público

Boaventura de Sousa Santos (2005) destaca a importância da interação entre o conhecimento científico e o saber comum no processo de construção da cidadania, posicionando a universidade como uma instituição que, ao promover o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas, pode se tornar um ponto privilegiado de *encontro de saberes*, sensível ao discernimento das demandas sociais da sociedade contemporânea.

Carlos Gustavo Smiderle, em sua dissertação de mestrado (2004), demonstrou sua inquietação quanto às dificuldades da Universidade Estadual do Norte Fluminense no que se refere ao seu entrosamento com a população local. Várias circunstâncias, embates, conflitos e frustrações ocorridos durante a implantação da universidade foram pontuados por este pesquisador como fatores motivadores deste problema. Durante muitos anos, a UENF foi rotulada como uma “universidade fechada” e “não integrada à comunidade”, fato confirmado por Smiderle que identificou, amplamente, a disseminação na sociedade campista da UENF, figurativamente, como “um disco voador”, um corpo estranho, pousado numa cidade interiorana, com as portas fechadas por dentro.

As falas de nossos entrevistados, passados 15 anos da implementação da UENF, revelam atualmente uma universidade que tem se voltado para a comunidade de modo que a visão anterior está cada vez mais ultrapassada. Quando perguntados sobre as possíveis implicações no processo de interação entre UENF-comunidade, mais especificamente, referente às ações extensionistas, os entrevistados declararam:

Professor Olney Motta: Considero favorável a relação da UENF com as comunidades que a gente trabalha, a aceitabilidade é boa, não vejo rejeição não. (...) Acho que hoje as pessoas já estão entendendo o sentido da extensão e aquela visão de que a UENF é um “castelo intocável” está se findando ou que a universidade é só para um bando de maluco ou metidos. (...) Isto está sendo quebrado pela comunidade.

Maria Helena: (...) A comunidade nunca impediu a nossa entrada lá não, muito pelo contrário, eles sempre foram muito receptivos (...).

No caso dos projetos coordenados pelos professores João Almeida e Maria Angélica, encontramos uma peculiaridade dado que a própria comunidade é que pediu a ajuda da universidade para atender suas necessidades:

Professor João Almeida: a aceitação da comunidade é muito boa e vejo tanto a universidade procurando a comunidade quanto a comunidade procurando a universidade. No meu caso mesmo, fui motivado a trabalhar com a metodologia da extensão, quando fui procurado pela Assistente Social do Hospital de Travessão que estava preocupada com o alto índice de crianças com diarreias lá na comunidade (...).

Professora Maria Angélica: Não vejo dificuldade de interação não. A motivação para este projeto veio pelo pedido de ajuda deles, porque as crianças tomavam banho no rio e começaram a aparecer algumas lesões de pele e eles achavam que era porque a saída de esgoto aqui da UENF ia para o rio, mas na verdade todo esgoto vai para o rio e eles não sabiam, não conheciam isto. Então a periculosidade e a insalubridade destes banhos eram desconhecidas para eles. As professoras também vinham aqui porque queriam saber qual a razão daquelas feridas nas cabeças das crianças que estavam ficando com falta de cabelo e eu disse: “Olha, a gente pode ajudar! E perguntei em relação aos animais, se eles tinham animais porque a causa também podia ser de parasitoses dos animais que estavam passando para as crianças”.

Como idealizado por Darcy Ribeiro, a UENF teria como missão principal o desenvolvimento regional de forma que, para Smiderle (2004), já não fazia sentido que uma universidade que tenha sido apresentada como o “passaporte” para o desenvolvimento regional fosse considerada “fechada” e “indiferente ao seu entorno”, argumento de algumas acusações.

Esta percepção, na verdade, envolve pressupostos mais profundos. Campos dos Goytacazes, na década de 1990 – período em que a UENF foi idealizada e implantada – apresentava-se com um atraso sócio-econômico devido à decadência de sua principal economia, a atividade canavieira. Contudo, ainda estavam presentes suas “oligarquias” e seus “coronéis”, com a forte influência no capital social de Campos de seu legado escravocrata, caracterizado por relações sociais de mando e obediência de forma muito significativa com repercussões na administração pública e nas disputas eleitorais. O poder, antes centralizado no usineiro, que figurava como “representante” da cidade, após a decadência da monocultura da cana-de-açúcar, ressurgiu ligado às personalidades

que compõem o grupo político da cidade, profissionais liberais que vão perpetuar o poder perdido com a decadência econômica.

Darcy Ribeiro reconheceu o cenário por ocasião da implantação da universidade e sabia que o mesmo não propiciava espaço social e político para um papel renovador ou progressista a ser desempenhado pela UENF, já que esta poderia aquecer novos setores produtivos e instabilizar o poder local. Na percepção darcyniana, tratava-se de proteger a universidade das influências de setores mais conservadores da sociedade, fazendo-a o mais desembaraçada possível dos mecanismos de controle político local.

O grau de tensão e de explicitação de conflito verificado por ocasião do movimento dos professores e dos funcionários da UENF, em 2001, pela autonomia universitária com a desvinculação da instituição de sua antiga mantenedora (FENORTE) atesta a difícil relação entre os grupos de poder local e a comunidade universitária. Neste momento, travou-se uma acirrada luta pelo controle político da universidade em que, de um lado, estava o Governo do Estado do Rio de Janeiro, à época, o Governo Garotinho, principal interessado em manter o domínio político em sua terra natal, de outro lado, os professores, funcionários e alunos da UENF⁷⁰.

Diante do exposto, é possível supor que a dificuldade de relacionamento entre a UENF e o poder político local hoje traz as marcas de um passado que ainda não é tão remoto. Este fato pode ser considerado como um elemento que dificultou o crescimento da extensão na UENF no atingimento de um dos objetivos do Plano Nacional de Extensão, a saber, a criação de condições para a universidade participar na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.

A precária interação universidade-Poder Público é indicada pelos coordenadores de projetos como um fato real que atua como um empecilho para implementação de políticas públicas municipais a partir da extensão da UENF. A exceção hoje cabe a Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa campista de nascimento e assistente social, servidora da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, lotada no Programa

⁷⁰ É curioso que, no início dos anos 1990, Garotinho ainda era apenas um jovem aspirante ao poder, bastante popular na cidade pelos programas de rádio, Dizia representar a renovação política em Campos. Chegou a estar presente em reuniões e solenidades de implementação da UENF nos anos de 1992 e 1993. O mesmo PDT de Darcy Ribeiro apostaria suas “fichas” em sua carreira política e, por isso, este, de Prefeito de Campos, cargo que veio a ocupar tendo sido ainda reeleito, alçaria o posto de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Suas práticas e alianças políticas comprovaram-se, ao longo do tempo, do mesmo caráter que as do grupo que antes criticava. A FENORTE, quando da campanha pela autonomia da UENF, era um de seus mais fortes “braços políticos” na cidade.

DST/AIDS e, também, funcionária da UENF, Maria Helena promoveu parceria entre a universidade e o Poder Público Municipal.

Professor Olney Motta: Olha, desde 2004 que a gente vem tentando uma parceria com a Prefeitura, mas sem lograr êxito, nossa última tentativa foi com a Dra Elizabeth Tudesco, chefe da epidemiologia, ficou combinado que eles disponibilizariam carro para gente e estamos esperando até hoje. Então a gente quer contribuir com todas as informações que a gente colhe e que haja alguma atitude, um direcionamento deles que demonstre interesse. (...) Algo que estamos construindo para trabalhar com os gestores de políticas públicas de saúde, por que este também é um dos objetivos do projeto, mas infelizmente aqui em Campos. (...) A gente tem procurado muito, em várias vertentes, mas não há retorno. Eu falo como um profissional que já trabalhou como Assessor da Pró-Reitoria de Extensão e eu via que o acesso a pontos-chave do Poder Público era complicado, já fomos parar em câmara de vereador para entrar em projeto de vereador que visassem integração da universidade com o Poder Público e isto não deu em nada até hoje pelo o que eu saiba.

Professor João reforça o depoimento de Professor Olney e deixa claro que a interação com o Poder Público, além de não ser institucionalizada, apresenta-se fincada em *personalismo*. Este fato nos remete a conjectura da Teoria de *Capital Social* de Robert Putnan utilizada nas análises de DaMatta – citadas no primeiro capítulo deste estudo -, quanto às características das sociedades tradicionais no Brasil - fruto da herança dos estados ibéricos - que apresentam um tipo de *capital social* marcado pela relação de amizade entre pessoas, troca de favores e, até mesmo, interesses.

Cabe ressaltar que, para a institucionalização das políticas de extensão universitária, é essencial que estas sejam definidas em instâncias de deliberação superior das Instituições Pública de Ensino Superior (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou equivalentes) e normalizada em instrumentos legais (Estatutos, Regimento Legal, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros).

Professor João Almeida: (...) Quando tentamos com o Poder Público municipal...são coisas extremadamente simples e eles não tem interesse...eu acho que o Poder Público em Campos é algo totalmente desestruturado...você consegue alguma coisa com pessoas, por exemplo, a Elizabeth Tudesco, que é da Epidemiologia é uma pessoa que quando converso com ela tenho retorno, porque é séria e responsável e a gente consegue fazer algumas coisas juntos, mas eu interajo com a pessoa e não com o órgão, embora, ao final entre o nome da secretaria de saúde, da divisão de epidemiologia, mas isto não é uma parceria institucional...não há uma parceria forte com a

Secretaria de Saúde e deveria ter, por exemplo, o Hospital de Guarus faz alguns exames pra gente, mas são pessoas, não é a instituição...a Coordenadora do Programa do DST/AIDS mesmo eu tentei me reunir com ela, faz promessas que não cumpre (...).

Professora Maria Angélica: a parceria com o Poder Público também é um obstáculo, eu já fui lá no HGG, mas nada! Eles acham que eles já fazem muito ali e que a gente quer levar mais problemas e causar mais prejuízos a eles (...) e precisa ter mais parcerias com o governo, com as secretarias (...).

As expressões “não há uma parceria forte e deveria ter” e “precisa ter mais parcerias com o governo, com as secretarias”, verbalizadas, respectivamente, por Professor João e Professora Maria Angélica reforçam a tese da necessidade de institucionalização da parceria com o Poder Público para que se consiga a implementação de políticas públicas por meio da execução de projetos de extensão.

ii) Interação ensino-pesquisa-extensão

A partir do Plano Nacional de Extensão Universitária (Edição Atualizada 2000/2001), a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão passa a ser definida como uma das diretrizes para a realização da extensão universitária, reafirmando-a como um processo acadêmico que aponta para uma "nova ética" do fazer científico, embora fazeres e saberes acadêmicos com características próprias, as atividades da universidade passam a ser reconhecidas com dimensões equivalentes e constitutivas da prática acadêmica como promotoras e produtoras do conhecimento.

Os entrevistados declaram que não medem esforços para que seus projetos sejam executados dentro da proposta do “novo extensionismo” e são unânimes em reconhecer a importância da tríade ensino-pesquisa-extensão no processo de produção do conhecimento pelo entendimento de que o fazer extensionista promove a pesquisa e o ensino, tendo o aluno como um de seus protagonistas.

Na opinião de Dr. Olney Motta, o pesquisador deve conjugar pesquisa-ensino-extensão, caso contrário, se torna um profissional ultrapassado. Nos encontros de Extensão em que participou foi possível perceber o quanto algumas universidades do nordeste, a UFMG, a UFSC, a federal do Rio de Grande do Sul e a UENF se enquadram no novo extensionismo.

Professor Olney Motta: Hoje em dia o pesquisador que não trabalha com extensão ele é ultrapassado, ele tem que trabalhar a extensão junto com a pesquisa, sempre ensino, pesquisa e extensão. Posso falar pelos Encontros de Extensão que já participei e vi que as universidades do nordeste estão dentro do novo extensionismo, a UFMG, a UFSC, a federal do Rio Grande do Sul e a UENF. Eu trabalho com vários fungos em meu laboratório, mas do que me adianta eu pesquisar tudo sobre estes microorganismos, saber que eles podem estar acometendo a comunidade e não divulgar isto, não buscar a prevenção perante estas comunidades e não conscientizá-los quanto aos riscos? (...) Quando coletamos amostras de animais, fazemos o isolamento e pesquisamos qual o perfil de virulência dos microorganismos encontrados, a resistência à medicamentos, o que eles podem ocasionar para estas pessoas, já é uma parte de pesquisa mais aprofundada, a extensão nesta hora começa a se misturar com a pesquisa que é o objetivo da extensão moderna. Isto está dentro do novo conceito de extensão.

Professor João Almeida: Realizamos pesquisa, ensino e extensão, porque, cada vez mais nós fomos percebemos como era crucial a questão da educação sanitária do que simplesmente o levantamento do dado epidemiológico.

Professora Maria Angélica: Nós temos que unir esta tríade, eu procuro dar o melhor de mim em todos os três. Quando vou à comunidade coletei material para pesquisa, emito os resultados nas palestras e, ainda tenho cerca de dez alunos envolvidos com o projeto. Assim, trabalho, na pesquisa, na extensão, retornando para comunidade, conscientizando e encaminhando e faço o possível para que os alunos participem.

Maria Helena enfatiza que no projeto que coordena realizou uma pesquisa durante a execução das ações extensionistas, em que os dados encontrados foram utilizados, também, para a realização de sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS/UENF) ⁷¹. Este fato demonstra que de uma atividade extensionista é possível nascer uma pesquisa científica, mostrando o vigor novo da extensão em oposição aos tempos em que a extensão era considerada uma atividade menor – o “patinho feio” – da UENF.

Maria Helena: Na comunidade do matadouro realizamos uma pesquisa intensa, com aplicação de questionários, entrevistas...posso dizer que todas as famílias da comunidade foram alcançadas, conscientizadas (...). Por meio deste trabalho, ainda foi possível a realização de minha dissertação de mestrado devido ao viés que o

⁷¹ Cf. em: BARBOSA, Maria Helena Ribeiro de B. *Entre a submissão e o prazer: mulheres e DST/AIDS na comunidade do matadouro/Campos dos Goytacazes*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2006.

trabalho tinha com a pesquisa. Olha, a extensão cresceu muito aqui na UENF! Agora é valorizada! Eu me lembro quando começou em 2000, a extensão não tinha nada e, ainda era excluída, e ainda hoje existe este olhar, embora tenha melhorado bastante porque a universidade é ensino, pesquisa e extensão e parecia que a universidade era apenas ensino e pesquisa. (...) A extensão era o patinho feio, mas na verdade, a extensão também é pesquisa e também é ensino e é missão de toda universidade (...).

O Plano Nacional de Extensão pontua que para a formação do profissional e do cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar nela como agente histórico, seja para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica aos problemas que um dia terá que enfrentar.

Partindo dessa premissa, a extensão é entendida como prática acadêmica que liga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa às demandas da população, possibilitando se tornar o lócus de formação do profissional-cidadão e de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

Neste particular, torna-se importante o incentivo à participação e elaboração de projetos de extensão que cumpram o papel de sensibilização de estudantes e professores para as reais necessidades sociais, além do desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas na área da saúde com capacidade de novas descobertas, a partir do diálogo com a comunidade.

Transformar a sociedade, buscando a solução de impasses que corroboram para a persistência das desigualdades sociais, é o principal ato revolucionário hoje, aquele que vai ao encontro da geração de uma vida mais digna e mais autêntica nas coletividades humanas. A transformação é requerida, portanto, também, nos conhecimentos que são socialmente gerados.

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento; um conhecimento que o homem produz ao produzir as condições necessárias à sua existência, através do trabalho. O ponto de partida, portanto, para a elaboração do conhecimento, são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. E a universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora se ignora o ambiente social na formação de seus profissionais (SOUSA, 2000, p. 130).

Professor Olney e Professor João enfatizam que para o aluno a principal função da extensão vincula-se ao ensino no entendimento da formação mais ampla do profissional e do cidadão, uma vez que é propiciado ao estudante universitário o envolvimento com a realidade local durante o período de sua graduação. Este movimento é lembrado como indo ao encontro das metas de Darcy Ribeiro quando da idealização da UENF como uma instituição capaz de promover o desenvolvimento regional atendendo as demandas locais.

Professor Olney Motta: Isto para mim é o principal objetivo da extensão. (...) Eu falo por experiência própria porque quando aluno eu participei de 2 projetos Rondon. O estudante de graduação começa a lidar com as necessidades locais, que é o ponto principal que Darcy Ribeiro via na formação e implementação da UENF em Campos. (...) Agora para o professor é tudo, é muito importante ter vocação, mas se não tiver perfil, nunca é tarde para tentar fazer porque, inclusive, isto já vem acontecendo. (...) Professor que a gente nunca imaginava que iam fazer extensão e, hoje, está fazendo porque eles viram que a extensão pode ser utilizada como uma ferramenta para divulgar aquilo ele trabalha, as suas descobertas (...).

Professor João Almeida: Em 2003, com o desenvolvimento do projeto “Água-Travessão” identificamos que a contaminação da água era o fator causal das diarreias. Por uma pressão nossa e da própria comunidade conseguimos a implementação de uma política pública lá, com a instalação de rede de abastecimento para distribuir água tratada para a comunidade e isto foi um ganho muito grande para mim em relação a minha própria percepção do conhecimento científico que foi modificada a partir da minha experiência com extensão, porque eu vim de uma linha de pesquisa dura e percebo o sistema muito mecanicista, onde o interessante não é a produção de conhecimento e sim a produção de artigos.

A relação entre ensino e extensão é uma estratégia para proporcionar o contato direto de cientistas, sobretudo, das áreas duras com a realidade objetiva por meio de atividades realizadas além dos muros da universidade. Durante a elaboração de um projeto de extensão, profissionais de várias áreas podem interagir, aprender e ensinar ao mesmo tempo em que oferecem sua contribuição para atender as demandas da população.

Na pesquisa, as idéias e possibilidades de produção de novos conhecimentos nascidas no enfrentamento dos desafios práticos teriam tudo, também, para fazer das atividades extensionistas estratégias igualmente não dispensáveis para os cientistas. Mas, neste campo, cabe ressaltar que o princípio da avaliação quantitativa pela

produtividade científica tem se tornado um fator desmotivador para o envolvimento dos docentes-pesquisadores com a prática extensionista, que acaba justificando o envolvimento de alguns somente, aos quais se atribui virtudes quase missionárias, ditas vocacionais, solidárias e cooperativas em prol do bem comum, o que não é o desejável pois não modifica o *ethos* universitário, ao contrário, parecendo separar os cientistas em classes distintas e desiguais. O *status* de mais produtivos cientistas continua sendo auferido por aqueles que, talvez, nunca tenham se voltado para as causas sociais. Isto é facilmente evidenciado nas falas dos entrevistados.

Professora Maria Angélica: Hoje a gente vê o Programa Universidade Aberta, que é para uma pessoa já graduada, sempre aliado a um discente. Isso é muito benéfico, porque quando a gente ensina a gente fala “didaticamente”, e a prática o aluno precisa ver enquanto está como graduando. (...) Para os professores, eu acho que a extensão dá muito trabalho e tem que ter perfil...tem que ter muita paciência porque a gente trabalha com pessoas que não tem conhecimento...as pessoas que se envolvem com isto, geralmente tem que ter dom, porque isto é dom, isto a gente não aprende na escola, nem na faculdade...eu venho de uma doutrina espírita e a minha família já apresentava esta coisa de se envolver com a caridade e solidariedade...então com boa vontade, mesmo sem dinheiro a gente consegue fazer a extensão.

Professora Maria Angélica vê que os benefícios para os docentes estão na recompensa de ajudar, de ser solidário, fazer bem ao próximo, agindo em conformidade com sua ética de vida, mas não há uma correlação com benefícios palpáveis para a carreira acadêmica nas respectivas sociedades científicas. A assistente social, Maria Helena, corrobora este ponto de vista e reforça as virtudes humanas dos cientistas que se dedicam à extensão:

Maria Helena: Acho de suma importância, porque se o aluno só fica aqui dentro, ele não tem contato com a comunidade e também não dá este retorno do que ele aprende pra comunidade...fica uma coisa incompleta, até pro mercado de trabalho. Para os professores eu acho que tem uns que tem perfil mais para extensão, mas tem outros que não tem tanto...uns são mais vocacionados à pesquisa, à sala de aula...agora tem professores que têm **características específicas**. O Prof. Silvério é um deles, ele tem características, iminentemente, extensionistas, ele é um incentivador, ele valoriza muito a gente que se volta para a extensão. Olha, o Prof. Silvério, a Profa. Lana e a Lílian são pessoas que construíram a extensão na UENF...eles construíram esta história! (O destaque é meu).

Tais julgamentos, porém, são perigosos para a implementação do novo extensionismo, pois coloca um peso excessivo sobre indivíduos que seriam especialmente sensíveis às causas sociais, quando se trata de recriar mecanismos de avaliação científica de todos os docentes que não hierarquizam as várias ações que se dão no âmbito universitário de forma interligada.

Trata-se da comunidade universitária atribuir um valor a esta prática, até mesmo para que esta não seja subsumida às ações beneficentes, o que foge a seus propósitos, mesmo tendo a promoção social um de seus objetivos. A nova extensão é um dos pilares da universidade e faz parte de suas atividades em condições de simetria com a pesquisa e o ensino, de maneira a remodelá-los também. A extensão é tão trabalhosa – ou mais – que as demais ações universitárias e exige dos envolvidos competências que não podem ser subestimadas. Mais uma vez, deve se dizer que a extensão supõe uma nova concepção de universidade e de desenvolvimento científico e tecnológico, entretanto, as resistências da comunidade científica ainda são inúmeras.

iii) Assistencialismo versus Consciência Sanitária

As pressões exercidas pelo projeto capitalista-liberal têm forçado muitas IES públicas para a operacionalização da extensão universitária não somente sob a ótica da prestação de serviços, numa perspectiva que não se alia à construção do conhecimento, e ainda pode veicular a extensão às relações de “barganha” e troca de favores, tipicamente, encontradas em práticas de assistencialismo; como também direcionando-a para a venda de serviços.

A Política Nacional de Extensão tal como foi instituída, no entanto, apresenta a prática extensionista com diretrizes que visam à relação dialógica entre a universidade e sociedade e à transformação da realidade social no atendimento às demandas apresentadas pela própria sociedade, tendo como princípio a educação, o processo formativo (FORPROEX, 2007a). Sendo assim, o novo extensionismo, apresentado como um instrumento político-social para o enfrentamento das desigualdades sociais, atua com potencialidades de superação da vertente assistencialista - ou de venda de serviços - uma vez que colabora diretamente para a formação de uma nova consciência

cidadã que, no campo da saúde, representa a criação de espaços de reflexão e de crítica para a proteção e a promoção da saúde.

Segundo VALLA (1999, p. 139 *apud* MARCH *et. al*, 2006, p. 192), o reconhecimento, por parte dos docentes e discentes, de que os saberes populares são essenciais na relação universidade e comunidade, entendendo que “as classes populares têm pensamento próprio e constroem seus próprios conhecimentos” apresenta-se como altamente preponderante para efetivação do princípio da integralidade em saúde, e conseqüentemente, para a promoção da saúde, assim, também se faz necessário que “os membros do componente comunidade tenham consciência do fato de que têm o que dizer aos professores, pesquisadores e estudantes” para a efetivação da democracia e dos pressupostos de cidadania.

Neste particular, é importante lembrar que as ações educativas devem despertar interesses nos atores envolvidos, visto que tendem a perder a eficácia quando não correspondem às reais necessidades do indivíduo ou da coletividade. Os profissionais devem atentar ainda para o fato de que as ações educativas em saúde não devem possuir um caráter vertical, para isso, primeiramente procura-se conhecer a realidade do indivíduo ou do grupo, “mergulhar” em seu cotidiano para, em seguida, fomentar a responsabilidade individual e a cooperação coletiva. Assim, é necessária uma análise das práticas e dos processos heterogêneos por meio dos quais os seres humanos vêm a se relacionar consigo e com os outros enquanto sujeitos de sua própria realidade.

O depoimento de Professor João Almeida quanto à metodologia adotada para realização de seu projeto remonta para o fato da importância de se pesquisar a cultura da comunidade antes do planejamento das ações, pois influencia diretamente para a eficácia das metas instituídas evitando o risco de cair em práticas meramente assistenciais.

Professor João Almeida: O projeto tem uma visão de investigação do comportamento sócio-cultural da população, seus hábitos, seus costumes, como ela vê a questão da saúde com suas crenças e a gente tenta fazer uma associação com este perfil social, comportamental e de conhecimento da população com o dado epidemiológico e, mais que isto, a gente tenta estabelecer um diálogo com a comunidade de mão dupla, não só ela nos trazendo estas informações, mas a gente retornando estas informações de uma forma decodificada e, não apenas cientificamente adquirida, quer dizer o objetivo é trabalhar desta forma dialógica, levando a informação decodificada para que ao final a gente possa realizar um material didático que esteja de acordo com a linguagem desta população, dentro da particularidade da população estudada.

Nesse sentido, a extensão universitária na área da saúde, em acordo com as novas diretrizes da extensão universitária, deve ser compreendida como uma prática que oportuniza uma relação dialógica com a sociedade e a, conseqüente, formação de cidadãos conscientes, cuja atuação influencia diretamente no campo das subjetividades, onde se encontra a construção de uma consciência sanitária, num processo considerado avesso às práticas de assistencialismo.

Professor Olney Motta pontua, porém, que toda retórica que abrange o tema do assistencialismo, até mesmo a utilização da extensão para fins assistencialistas, ainda se encontra estigmatizada no comportamento das comunidades que esperam e cobram das instituições – e também da universidade – a prática assistencialista. Nesse sentido, a proposta contida no “novo extensionismo” atua de forma pró-ativa para a construção da consciência sanitária das pessoas, ao passo que objetiva a conscientização de hábitos saudáveis para a proteção e promoção da saúde dos cidadãos.

Professor Olney Motta: A gente não está só pesquisando, nós estamos ajudando para chegarmos ao alvo principal que é melhorar a qualidade de vida da população. Não estamos fazendo pesquisa por fazer, estamos esclarecendo a população sobre os riscos que eles correm em relação às zoonoses. Acabou esta história de extensão como assistencialismo e dentro do meu projeto eu já estou vendo isto, porque a gente está trocando conhecimento, conscientizando nas palestras e eles ficam mais alertas quanto aos riscos que eles correm, estamos prevenindo e não tratando pessoas e seus animais. Estou dando ferramentas para eles.

Maria Helena: Quando começamos o projeto em 1999, a comunidade do matadouro era muito carente e apresentava vários fatores de risco (...). O objetivo inicial do projeto era a prevenção das DST's/AIDS, mas o título foi Educação, Saúde e Cidadania porque, na verdade, quando se trabalha com este enfoque você acaba prevenindo outras coisas...quando você visita uma casa há uma troca de informações e descobrimos outras necessidades, ou seja, a gente vai além, ocorre um trabalho interdisciplinar, com enfoque na conscientização de acordo com as reais demandas apresentadas por eles, que a gente veio a chamar posteriormente de pesquisa-ação.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a extensão universitária possui potencialidades para contribuir no alcance das reais necessidades sociais de saúde da população estudada, por meio da metodologia participativa – e da pesquisa-ação, por excelência – que propicia um tipo de aprendizagem voltado para a garantia da cidadania, expressa como autonomia e compromisso, facilitando a apreensão dos novos

atributos do conceito de saúde. Cabe ressaltar aqui que, segundo Santos (2005a) a pesquisa-ação situa-se na procura de uma reorientação solidária da relação universidade-comunidade.

No momento em que se definem os métodos mais adequados para o planejamento, execução e avaliação das ações de extensão é que a compreensão de que os fatores sociais interferem nas condições de saúde dos indivíduos ganha relevância para a eficácia da utilização da extensão como uma ferramenta educacional capaz de proporcionar mudanças por meio da interação entre diferentes saberes. A partir das múltiplas dimensões - biológica, social e cultural - que envolvem o binômio saúde-doença, a extensão funciona como um instrumento capaz de proporcionar a conscientização dos riscos e agravos à saúde, bem como dos meios para sua prevenção.

Maria Angélica: As palestras são sempre voltadas para a higiene, porque, imagina como trabalhar com pessoas que não têm banheiro. (...) Eu faço o diagnóstico das crianças e dos animais. Comento os resultados, lá na palestra, e digo qual é a situação por meio de gráficos simples e peço que levem as crianças no médico e digam: “olha, a professora falou que tem *Ascaris*, que tem *Taenia*...eu não emito laudo eu faço encaminhamento, porque eu não posso emitir laudo para humano, por isso eu pego a família que tem o cachorro, o gato, o suíno e trabalho com esta família. (...) Olha é sempre assim: diagnóstico e controle de zoonoses através da conscientização.

iv) Consciência Cidadã, participação da comunidade e promoção da saúde

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2005b, p. 270-71), a renovação da teoria democrática assenta-se na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Contudo, para que tal articulação seja possível é necessário que o campo do político seja redefinido e ampliado, uma vez que a teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial confinada ao Estado. Desta forma, as dimensões das práticas sociais foram despolitizadas e, com isto, se tornado imunes ao exercício da cidadania.

Segundo Volney Garrafa (1993), o campo da extensão universitária representa um exemplo de como um setor de atividades pode se transformar em “instrumento de cidadania”. A proposta do FORPROEX que reivindica a interação entre universidade e comunidade contribui para a compreensão do verdadeiro significado de cidadania –

direitos individuais e coletivos, compromissos e deveres – no momento em que a população torna-se consciente destes direitos e deveres, passando a ser mais rigorosa consigo mesma e com os políticos, autoridades bem como com os programas e políticas que lhes são apresentados. O autor acrescenta, ainda, que tais princípios, difundidos pela extensão universitária, podem ser perfeitamente, aplicados ao campo da saúde.

Na *práxis* da extensão, é fundamental a conscientização da comunidade sobre questões éticas que envolvam seu cotidiano, de forma que os atores sociais comprometidos nesse processo possam crescer pessoal, intelectual, social e politicamente, ao mesmo tempo em que a interação comunidade-universidade também cresce no mesmo sentido, possibilitando a reflexão crítica sobre a necessidade de mudanças sociais, indo ao encontro do exercício de um pensamento ético-político-social (THIOLLENT *et. al*, 2003, p.32).

A definição de novas estruturas acadêmicas, articuladas entre si vem sendo requisitada em novas áreas demandadas a partir da “sociedade do conhecimento”. Informação, formação - conhecimento transformado em saberes e competências -, e conscientização - saber pensar que leva à participação cidadã - são os fundamentos para o “semear” de uma nova cidadania, na qual a educação superior tem papel preponderante, com universidades concebidas sob a égide da participação e do compromisso social (ANTUNES DOS SANTOS, 2003, p.10).

Smiderle (2004) verificou que, no norte-fluminense – e em Campos - num pólo há uma sociedade sensivelmente marcada pela tradição, herdeira da monocultura e da escravidão negra; no outro, existe um dos ícones da modernidade, a academia detentora do monopólio da produção do conhecimento canônico, um núcleo de convivência que personifica os ideais da ciência, da técnica e das relações impessoais.

Se tomarmos a pesquisa realizada por Robert Putnam (1996), entre a região norte e a região sul da Itália, podemos atestar que o município de Campos dos Goytacazes apresenta comportamento semelhante à Calábria, localizada ao sul da Itália, no que diz respeito às características feudais, com uma sociedade fragmentada e detentora de precário *Capital Social* devido à ausência de cultura voltada para a participação política nos processos decisórios sob os termos da democracia participativa. Desta forma, as questões culturais em que estão imersas a população campista trazem fatores que interferem diretamente no processo de participação da comunidade; como, por exemplo, a incipiente tomada de consciência de que a saúde é um direito de todos e que, como cidadãos que vivem numa democracia, devem

participar efetivamente nos processos de construção das políticas públicas que dizem respeito também à promoção de sua saúde.

Professor João Almeida retrata que a questão cultural envolta na ausência de consciência cidadã traduzida pela acomodação da comunidade e por práticas assistencialistas, legitimadas pelo Poder Público, impede a concretude dos pressupostos do *quadrilátero de formação para a saúde* (ensino, gestão do sistema, atenção integral e controle social) – proposto por Ceccim & Feuerwerker (2004) – para a efetivação de políticas públicas pautadas na integralidade em saúde.

Professor João Almeida: Acho que por uma questão cultural, há grandes dificuldades das pessoas se associarem, dificuldade de estabelecerem uma liderança comunitária que possa lhe servir de apoio, é muito difícil você encontrar lideranças da própria comunidade que vão te apoiar na execução do projeto. As pessoas em si têm uma dificuldade de se organizar para lutar pelos seus direitos de cidadania. Se buscarmos num projeto a promoção do associativismo, é difícil demais que você convença as pessoas de que é primordial que elas se associem em benefício delas mesmas. (...) Em certos casos para chamarmos a atenção da comunidade tem que se oferecer uma cesta básica, eu não gosto disso, mas tem casos que tem que fazer se não a coisa não anda. (...) Há uma tradição estimulada por esta questão de bolsa isso, bolsa aquilo. As pessoas estão sempre esperando receber alguma coisa, por isto, eles ficam esperando os políticos aparecerem para ver o que eles vão ganhar....quando a gente chega na comunidade, muitas vezes, eles perguntam: Mas, o que vocês são? São políticos? O que vocês têm para a gente? Mas eles próprios buscarem reivindicar seus direitos, não querem, já se acomodaram em receber assistência e qualquer coisa que estejam necessitando (...).

Professor Olney Motta acrescenta que, para a execução das palestras educativas e qualquer movimento que envolva a participação da comunidade, é sempre necessário o oferecimento de atrativos porque não existe uma cultura voltada para a participação e controle social. Mais um motivo para que a extensão universitária se constitua num instrumento para o aprendizado dos valores de cidadania que implicam no reconhecimento da população de que a saúde é um direito, textualmente declarado na Constituição de 1988, em seu artigo 196, quando diz que todos têm “direito a ter direitos” e, deste modo, devem participar dos processos de formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito. Enquanto não se dá a mudança de mentalidade ou a formação de um capital social como nos termos de Putnam (1996), os coordenadores de projeto de extensão observam como funciona o envolvimento da comunidade nos projetos:

Professor Olney Motta: A gente tem sempre que oferecer alguma coisa, um brinde, por exemplo, para atraí-los para as palestras, se não a frequência é duvidosa, a gente nunca experimentou fazer sem isto! (...) Contudo, eu acho que o grande objetivo da extensão é o esclarecimento da comunidade quanto à necessidade que ela tem de reivindicar ao Poder Público aquilo que ela tem de direito, onde ela pode chegar, porque eles pagam impostos. Então, o Poder Público, da mesma forma, que pede o voto também tem que retribuir a população o que é direito deles. Nas palestras nós falamos sobre isto e me parece que já surtiu efeito em Travessão. Nós pressionamos e a comunidade também e houve um ganho para a saúde pública em larga escala porque a água passou a ser tratada lá.

Professora Maria Angélica: Para as pessoas que cuidam das crianças, as palestras são sempre por volta das 7 horas da noite ou nos fins de semana, oferecemos um lanchinho básico e conversamos a respeito das necessidades, dos resultados encontrados com os exames, a gente explica o porquê, quer dizer, sempre conscientizando (...).

Maria Helena destaca a importância da mobilização da Associação de Moradores dentro da comunidade em que se deseja atuar. Além de uma força motriz incentivando a participação comunitária, também esta pode se tornar uma parceira imprescindível para o alcance dos objetivos de projetos extensionistas.

Maria Helena: Olha, inicialmente, a gente fez todo um trabalho com a associação de moradores explicando os objetivos do projeto para estimular a participação da comunidade, né? (...) E nossa preocupação é sempre fornecer as informações necessárias para a prevenção, e a partir do conhecimento adquirido eles fariam a opção de realizar exames, é um trabalho de conscientização da comunidade com noções de cidadania porque eles passam a conhecer quais são seus direitos enquanto cidadãos (...).

Sousa (2000) enfatiza que participar desse resgate da cidadania é obrigação da Academia e a extensão pode ser o instrumento viabilizador dessa participação. A posição assumida pela universidade, somando sua qualidade a seu sentido crítico, pode estar contribuindo, pela Extensão, para a revalorização da universidade perante o público mais amplo e para a sua legitimidade em tempos de crise das instituições sociais, sobretudo, dado seus usos, muitas vezes, equivocados.

v) Parcerias Interinstitucionais

Na atualidade, discutem-se a importância e necessidade das universidades encontrarem parceiros “do lado de fora de seus muros” para co-assumir sua missão social. Por isso mesmo, há de se saber escolher os parceiros e se ter claros os objetivos a serem buscados com ela.

A crise financeira em que se encontram as universidades - sabemos que isto advém da crise mundial do modelo do *Welfare State* cuja versão mais aproximada no Brasil havia sido o Estado Desenvolvimentista - induz ao firmamento de parcerias externas, por vezes, para geração de receitas próprias, a fim de que os projetos de pesquisa e, também, de extensão sejam viabilizados.

No caso específico do projeto coordenado pela Professora Maria Angélica, identificamos a parceria com uma empresa privada localizada no estado de São Paulo que passa a ter direito a utilizar o nome da UENF como sua “marca” com a qual autentica a qualidade do seu produto, em tempos no qual a economia é legitimada pelo conhecimento científico viabilizado pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) que propicia o estabelecimento de parcerias à distância.

Maria Angélica: Bom, o parceiro forte que eu tenho é a Diagnostek que fornece os kits chamados de *Parates*, gratuitamente, há quase dois anos, eles fornecem a quantidade que a gente pedir, a gente faz uma parceria em que eles levam o nosso nome nos lugares, nos *stands* que eles vão vender, então com o nome da UENF envolvido... isto os ajuda a vender e, em troca eles me enviam a quantidade que eu quiser de kits. (...) O interessante é que os descobri pela internet, sem vínculo algum com a UENF. Outro parceiro é a PROEX com as bolsas; o Programa DST/AIDS e a Faculdade de Medicina também ajudam, indiretamente, e o postinho daqui da comunidade porque encaminhamos as crianças para lá. Em termos de água, o CCZ também nos atendeu para fazer a avaliação da água de poço dos moradores, na verdade, a parceria com o CCZ já é de longa data, pois já há uma parceria da UENF com o CCZ, só que hoje o CCZ tem um olhar exclusivo para a dengue, então fica caro para eles se envolverem com mais problemas e eu já estou fazendo o papel deles. A Pastoral da criança também ajudou trazendo as demandas da comunidade e igrejas pentecostais.

Professora Maria Angélica complementa, ao final de sua entrevista, sobre a facilidade que apresenta hoje em dia para conseguir parcerias com empresas para

execução de seus projetos e o quanto isto acaba por exigir do pesquisador competências que não seriam tipicamente suas, mas que, hoje, lhe são requeridas:

Você sabe que eu tenho facilidade com isto! Tem um empresário que tem disponibilidade de financiar outro projeto meu! Não é que eu esteja procurando, não, mas eles oferecem toda estrutura para eu desenvolver o projeto (...).

Ainda assim, trata-se, conforme se pode ver, do voluntarismo de uma professora de modo que, independentemente deste, cabe à Universidade apostar nas estratégias formais de convênios e parcerias que possam também atrair aqueles cientistas que se voltam à extensão, embora, sem necessariamente o mesmo perfil na captação de recursos no mercado privado.

Todavia, parcerias locais institucionalizadas nos programas de extensão podem ser propositivas, principalmente, quando envolvem articulação local entre gestores, instituições de ensino superior, alunos, movimentos sociais e instâncias do controle social visando à implementação de políticas para a promoção da saúde da população. Tratam-se de articulações do tipo cooperativo baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005a, p. 42-3), o conhecimento pluriversitário tem tido sua concretização de forma mais consistente nas parcerias universidade-indústria, mas, em países centrais e semi-periféricos, o contexto de sua aplicação tem sido não mercantil, mas antes, cooperativo e solidário, através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, comunidades carentes, grupos sociais especialmente vulneráveis, tais como, desempregados, idosos, doentes crônicos, portadores de HIV/AIDS, entre outros.

O Plano Nacional de Extensão contempla em seus objetivos a valorização de programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes e parcerias, e atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade ⁷². As parcerias instituídas

⁷² De acordo com informação contida no site da RENEX, a organização das ações de extensão em programas constitui-se em uma das melhores soluções para o cumprimento das diretrizes de impacto e transformação, interação social de diálogo e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2007a). Disponível em: <http://www.renex.org.br>.

pelos projetos selecionados transitam desde escolas, instituições de caridade, igrejas e universidades até, em menor proporção, com o Poder Público e empresa privada.

Valadão (2004) acrescenta que sendo a escola um espaço social, ela representa um local privilegiado para a promoção da saúde visto que as políticas educacionais que nela se desenvolvem visam à satisfação do indivíduo e da coletividade.

Professor Olney Motta: É a Faculdade de Medicina de Campos, a FAPERJ que paga as bolsas, a própria comunidade, as igrejas. A nossa parceria é mais de caráter humano, não tem nada escrito não. É uma coisa que a gente tem de confiança entre pessoas.

Professor João Almeida: Temos parceria com a FIOCRUZ, com a Faculdade de Medicina... A gente consegue muito mais estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada do que com o Poder Público, por exemplo, a gente tem parceria com a Pastoral da Criança, com o Rotary que doa cestas básicas, mas com o Poder Público a interação se dá à nível de pessoas, que para nós, pesquisadores é um desgaste muito grande...porque a gente perde muito tempo tentando estas interações.

As parcerias entre programas de ensino e de pesquisa objetivando um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, permitem muitos ganhos, tal como mediante a articulação entre diferentes instituições de nível superior que permite que se amplie o escopo de ações e a comunicação entre diferentes áreas de saber, muitas vezes, unindo ciências sociais e naturais com um mesmo objetivo – que, neste caso específico, refere-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Professor Olney Motta: Agora conto com mais cinco pessoas. Tenho dois médicos, um enfermeiro que recebem bolsa do Programa Universidade Aberta, fazendo coleta de material humano porque nós veterinários não podemos mexer em humanos, assim eu e meus bolsistas fazemos coletas nos animais e eles nas pessoas. (...) um aluno de graduação, e um voluntário discente. Também vamos ampliar o projeto para uma comunidade - um assentamento em Barcelos⁷³ - e, também a ampliação em Custodópolis com a parceria com o Programa Bairro Saudável. Agora, temos uma perspectiva de montarmos um laboratório para recepção de amostras para serem processados aqui na UENF e nas comunidades que atuamos.

Professor João Almeida: Estamos finalizando o material didático, inclusive para deficientes visuais. Estamos expandindo para mais uma comunidade, que é Ururaí, e ampliando nossas ações em Custodópolis juntamente com o Projeto Bairro Saudável. Quando a gente fala em produção de material didático nós temos uma visão

⁷³ Cabe registrar que Barcelos é um distrito do município de São João da Barra.

bastante ampliada devido a uma parceria com o Instituto Benjamim Constant e, assim, esperamos que este material didático seja disponibilizado em forma de kit para ser distribuído para o Brasil inteiro e até mesmo no exterior.

No projeto “Educação Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS” encontramos um diferencial, em que a parceria com o Poder Público municipal ocorre através do Programa DST/AIDS, portanto, mediante acordos firmados mutuamente na forma documental.

Maria Helena: A parceria com a Prefeitura de Campos/Secretaria de Saúde/Programa municipal DST/AIDS é nossa parceria forte, o programa que dá todo suporte para execução do projeto...recebemos 2.016 preservativos/mês, porque nós temos um banco de preservativos. (...) É tudo documentado direitinho, firmamos parceria com tudo assinado entre o programa e a Pró-Reitoria. Também temos a própria comunidade, as universidades, as escolas (...).

vi) Resultados, desafios e desdobramentos dos projetos de extensão

Desde sua criação, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem como uma de suas principais reivindicações a criação de políticas específicas de extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileira. Dentre essas políticas, o financiamento da extensão sempre teve papel de destaque, como um ponto básico de reivindicação, dada a sempre presente necessidade de se fomentar projetos sistemáticos nas universidades públicas, na interface com a comunidade (FORPROEX, 2007b).

Um dos grandes obstáculos para a universidade nesta última década decorre do “desinvestimento” do Estado na universidade pública e de sua globalização mercantil que, segundo Santos (2005a, p.18), são duas faces de uma mesma moeda. A falta de recursos financeiros para a execução dos projetos de extensão - queixa principal da maioria dos entrevistados - não se desvincula da crescente descapitalização das universidades públicas a partir da hegemonia das políticas neoliberais que exigem o afastamento do Estado de suas funções sociais, contudo, cada vez mais demandadas, principalmente nas áreas da saúde e da educação, ainda mais em nosso país periférico.

Há de se notar, porém, que a extensão universitária hoje apresenta uma clara evolução em seu significado acadêmico, agora com uma concepção de universidade cidadã, apesar de construída em meio à precariedade de recursos, bolsas ou qualquer outro incentivo. O paradoxo está montado, ainda que num contexto de crise do Estado, as demandas públicas, fruto do processo de democratização da sociedade, crescem e ganham visibilidade na sociedade civil, sendo a comunidade universitária um influente ator social na definição de agendas governamentais. Resta saber se a Universidade saberá usar desta influência.

A falta de recursos financeiros e a dificuldade em se estabelecer parceria com o Poder Público local estão entre os desafios mais citados para a execução dos projetos analisados.

Professora Maria Angélica: Ah, sim! A universidade precisa de transporte, a gente tem muita dificuldade, porque quase não tem carros, usamos o nosso próprio carro, a parceria com o Poder Público também é um obstáculo, eu já fui lá no HGG, mas nada, eles acham que eles já fazem muito ali e que a gente quer levar mais problemas e causar mais prejuízos a eles. (...) E precisa ter mais parcerias com o governo, com as secretarias (...).

Professor Olney Motta: A necessidade de parceria com o Poder Público municipal, para estimular as pessoas a conhecerem nossas propostas já que eles têm maior poder de persuasão sobre a população. Eles tem posto de saúde, tem escola, está tudo na mão deles e a universidade quer entrar para melhorar o nível de conhecimento da população, nível de esclarecimento. Agora a falta de transporte atrapalha muito, mas a gente acaba trabalhando. A universidade paga só as bolsas, os materiais educativos a gente consegue com parcerias, a gente está sempre buscando parcerias (...).

O Plano Nacional de Extensão (2000/2001, p.11) discorre que as fontes de recursos advirão dos órgãos federais e estaduais de educação e das próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir de realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento. Assim, o reconhecimento de que a parceria com o Poder Público é vital indica que os coordenadores dos projetos estão em sintonia com a proposta do Fórum, na medida em que testificam que as universidades devem participar na elaboração, discussão e execução das políticas públicas.

A expressão usada por Professor Olney Motta: “a universidade paga só as bolsas, os materiais educativos a gente consegue com parcerias, a gente está sempre buscando parcerias” demonstra que o financiamento por parte da universidade é precário e que o estabelecimento de parcerias é imprescindível para garantir os materiais necessários para o cumprimento das metas do projeto.

Outro ponto de extrema relevância consiste na conformação do modelo atual de avaliação da produção científica em que, embora a idéia de indissociabilidade institua um caráter de equivalência entre extensão, pesquisa e ensino, os parâmetros de avaliação dos docentes e da instituição negam este caráter e produzem uma hierarquização das práticas acadêmicas, colocando o ensino e a pesquisa como referenciais à legitimação da produção do conhecimento e negligenciando as atividades extensionistas.

Relegada, muitas vezes, a uma simples prática de prestação de serviços sociais que, no extremo, pode se voltar para o assistencialismo com seus efeitos nefastos como o clientelismo, as diferentes formas instituídas de fazer extensão tem gerado, ainda no âmbito da academia, um olhar de menor importância e, até mesmo de preconceito. Não há dúvidas, porém, que a universidade pública é hoje um campo social muito fragmentado e no seu seio digladiam-se setores e interesses contraditórios conforme nos atesta a declaração de Professor João Almeida:

Professor João Almeida: Bom, a questão do preconceito que a gente sofre por pesquisar neste campo, inclusive dentro da própria área das ciências duras que tem preconceito. Para você ter uma idéia, o chefe de meu laboratório se nega a assinar as bolsas de extensão de meus alunos, então todas as bolsas são assinadas pelos diretores de centro e teve coisas que ele já me forçou, como por exemplo, para assinar projeto só se eu assinasse que nenhum de meus alunos iriam praticar ações dentro do laboratório. Isto tudo posso provar! Há uma discriminação! Tem uma dificuldade pessoal dentro da própria UENF em que as pessoas tentam dificultar porque tem preconceito. Há desvalorização dos próprios colegas! Houve época em que achavam que coordenador de extensão não deveria ser remunerado, como se ele fosse menos coordenador do que os outros (...). Acrescenta-se a isso, a dificuldade de interação com o Poder Público, nada institucionalizado, também acho que a questão do financiamento é um outro obstáculo. Acho que tem poucos editais, porque está tudo junto! Temos uma ciência que valoriza o quantitativo e não o qualitativo e tem editais que privilegiam mais os projetos na área dura que, muitas vezes, não são significativos e outros projetos que poderiam trazer mudança para o social, a gente não consegue financiamento fácil (...).

Faria (2001) pontua que o propósito da Extensão Universitária somente se cumprirá quando acontecer uma mudança na *práxis* acadêmica. Nas salas de aula e nos Laboratórios de Pesquisa, a produção deve ser mais socialmente identificada e disseminada, do ponto de vista institucional, tanto educacionais quanto culturais e científico-tecnológicas que integrem mais o fazer acadêmico do ensino, da pesquisa e da extensão igualmente inseridos na organização curricular da instituição.

Em que pesem as dificuldades salientadas, é possível enumerar vários ganhos a partir dos projetos realizados no ano de 2007, dentre os quais estão: expansão dos projetos para outras comunidades e escolas; um maior número de pessoas envolvidas com os projetos e um maior quantitativo de pessoas beneficiadas com as ações de prevenção e conscientização sanitária e cidadã. A exemplo do que conta Maria Helena:

Maria Helena: Agora estamos também com um grupo em Três Vendas e formamos um grupo de adesão lá para o uso de preservativos femininos. Percebemos maior aceitabilidade do uso de preservativos agora e uma pesquisa realizada por uma aluna do curso de Biologia daqui mostrou que lá no programa DST/AIDS, o maior número de visitas é por pessoas da comunidade do matadouro em comparação às outras comunidades (...). Isto com certeza é devido ao trabalho de conscientização que fazemos lá. Atualmente, em que o projeto saiu no Edital de Extensão, ele está muito dinâmico, estou com um grupo de nove multiplicadores bolsistas, três de nível superior (assistente social), três de nível médio (inclusive, um é biólogo) e três de ensino fundamental. Também formamos mais multiplicadores e atualizamos os antigos. Agora são dez escolas, a gente acrescentou o Thiers Cardoso, XV de Novembro, Nilo Peçanha, Francisco Sales e Silvio Bastos Tavares.

Durante as ações do projeto coordenado pela Professora Maria Angélica descobriu uma família infectada com *Schistosoma mansoni*⁷⁴ e todas as medidas necessárias foram tomadas para o devido tratamento e cura dos doentes. Com este caso, é possível atestar como a prática extensionista na área da saúde, por meio de suas

⁷⁴ *Schistosoma mansoni* é o agente etiológico da doença conhecida como Esquistossomose. Este parasita tem no homem seu hospedeiro definitivo, mas necessita de caramujos de água doce como hospedeiros intermediários para desenvolver seu ciclo evolutivo. Sua transmissão ocorre pela liberação de seus ovos através das fezes do homem infectado. Em contato com a água, os ovos eclodem e libertam larvas que morrem se não encontrarem os caramujos para se alojar. Se os encontram, porém, dão continuidade ao ciclo e liberam novas larvas que infectam as águas e posteriormente os homens penetrando em sua pele ou mucosas. Dentre os sintomas da doença, destacam-se lesões na pele, alterações no fígado e no baço, hemorragias e cirrose. Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br/>.

diretrizes, caminha par a par com os pressupostos da Saúde Coletiva e, desta forma, pode atuar como uma grande aliada do próprio Sistema Único de Saúde, através de ações que também visam à proteção, promoção e recuperação da saúde dos cidadãos.

Professora Maria Angélica: A conscientização em si, os dados descobertos, os encaminhamentos realizados. O caso do descobrimento de uma família com *Schistosoma mansoni*, que não é comum ter aqui, então a gente encaminhou e foi um ganho muito grande, porque eu percebi que esta família mudava muito de lugar, então para onde eles iam, eles levavam o parasito...quando a gente identificou e encaminhou para tratamento houve uma medida de impedir que este parasito se propagasse para outros lugares. O projeto é de fluxo contínuo, temos o diagnóstico e controle das zoonoses, mas agora aumenta nossa responsabilidade que envolverá a posse responsável do animal, e controle de natalidade de cães e gatos porque eles mesmos pedem para castrar os animais. Realizamos uma palestra na FAETEC para o curso de Patologia Clínica e depois participamos da Feira de Ciências, mostramos os parasitas nos recipientes e os resultados já alcançados com o projeto (...).

De acordo com Luchese (2004), as políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. São também definidas como todas as ações de governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos.

Como vimos, no Brasil, as políticas públicas de saúde orientam-se, conforme a Constituição Federal de 1988, pelos princípios de universalidade e equidade no acesso às ações e aos serviços e pelas diretrizes de descentralização da gestão, de integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um sistema único de saúde no território nacional.

As políticas públicas de saúde materializam-se através da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isso, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas e a avaliação de seu impacto sobre a situação existente devem ser permanentes.

Neste sentido, a relação entre universidade e outros setores da sociedade traz o potencial de viabilização de transformações sociais por meio de uma atuação deliberada, voltada para os interesses e necessidades da comunidade envolvida, isto é, como política

pública. Na prática, isto depende do poder de decisão das instituições envolvidas e do direcionamento de seus gestores.

O projeto “Educação, Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS”, coordenado por Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa, destaca como sua grande vitória a assinatura do acordo para a implantação do “Pólo de Capacitação para os profissionais de saúde do município em outubro de 2008”. Esta proposta vai ao encontro da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde ⁷⁵, instituída no ano de 2004, pelo Ministério da Saúde, objetivando a implementação dos Pólos de Educação Permanente em Saúde em todo país.

Maria Helena: A importância de se trabalhar com multiplicadores, de trabalhar a prevenção nesta área que foi criado agora, saiu em assinatura solene, o termo de cooperação técnica entre as Universidades e a Prefeitura e isto partiu deste nosso trabalho. Então entrou UENF, UFF, CEFET e Prefeitura Municipal de Campos/Secretaria de Saúde/Programa DST/AIDS) e foi feito, agora em outubro, este acordo criando o Pólo de Capacitação Norte e Noroeste Fluminense. Foi feito uma assinatura solene entre o Secretário de Saúde, o Reitor da UENF, o representante do CEFET e também da UFF e assinaram a criação deste Pólo (...). Tudo quanto que é curso na área de saúde vai sair deste Pólo (...).

⁷⁵ A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) é uma proposta de ação estratégica que visa a contribuir para transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços de saúde, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde. A implantação desta Política implica em trabalho intersetorial capaz de articular desenvolvimento individual e institucional, ações e serviços e gestão setorial, e atenção à saúde e controle social. Instituída pela Portaria GM/MS nº. 198, de 13 de fevereiro de 2004, foi alterada recentemente pela Portaria GM/MS nº. 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Darcy Ribeiro intentou trazer para o município de Campos dos Goytacazes o que ele denominou de *universidade necessária* a fim de superar o que qualificava, em acordo com sua perspectiva, de *atraso histórico* da região. A Universidade estaria assim empenhada em desenvolver tecnologias aplicadas ao desenvolvimento regional para atender à *civilização emergente* do terceiro milênio.

A UENF já iniciou suas atividades oferecendo cursos de mestrado e doutorado, de modo que, como exigência mínima, seu corpo docente era integralmente composto por professores com o título de doutorado, fato que configurou uma “barreira” para os docentes universitários campistas que em sua maioria, conforme buscamos tratar nesta dissertação, não possuía a titulação requerida, daí que sua “exclusão” provocou não poucos ressentimentos que, ainda hoje, explicam dificuldades de relacionamento entre a universidade e a cidade.

Os embates ocorridos durante a implantação da UENF afetaram diretamente o relacionamento da *Universidade do Terceiro Milênio* com a sociedade campista e o poder público local, fato que até hoje pode ser pontuado como um dos obstáculos à presença da UENF na cidade, ainda que, ao longo dos últimos 15 anos, o quadro esteja mudando em favor do relacionamento da universidade com a comunidade.

Nesta reversão, a PROEX/UENF desempenha um papel crucial. A extensão universitária na UENF apresentou significativo crescimento em suas diferentes modalidades de apresentação a partir da implantação do Programa *Universidade Aberta*, instituído durante a gestão da Professora Lílian Bahia, identificado como o período em que se alavancou o desenvolvimento da prática extensionista na UENF.

Embora a diretriz da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão tenha sido instituída legalmente, fruto do amadurecimento e das lutas de grupos específicos na comunidade universitária em âmbito nacional, a mentalidade generalizada ainda é a da apartação e a da discriminação que vê o extensionismo, muitas vezes, reduzido a práticas assistenciais (e mesmo assistencialistas) que corroboram os maus usos da máquina pública.

Para a mudança desta mentalidade, o *Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, criado em 1987, desempenha um papel decisivo ao defender as universidades como locus privilegiado do processo de construção da cidadania. O Plano Nacional de Extensão Universitária – documento elaborado a partir do Fórum -

aponta para uma *nova ética* do fazer acadêmico, em que Ensino, Pesquisa e Extensão passam a ser reconhecidos com dimensões equivalentes e constitutivas da prática acadêmica como promotoras e produtoras de conhecimento.

Nesse particular, a extensão universitária é entendida como um instrumento político-social com potencialidades para promover o confronto entre o conhecimento científico e a realidade objetiva, por meio da interação entre diferentes formas de saber que congregam uma *ecologia de saberes*, expressão cara a Boaventura de Sousa Santos (2005a).

O sociólogo português inclui nesta percepção sua crítica à modernidade que busca na racionalidade instrumental a efetivação do discurso positivista que pretende renormalizar as instituições acadêmicas a favor da economia e da lei de mercado. As universidades têm se absterido de aprofundar-se na transição paradigmática contemporânea refugiando-se em agendas mais convencionais e deixando de lado a reconversão das humanidades objetivada à produção de conhecimento crítico intersubjetivo com vistas à transformação social.

A metodologia participativa na modalidade da pesquisa-ação pode ser entendida como o ideal para o processo de planejamento e execução de projetos de extensão. Neste debate, destaca-se a contribuição de Michel Thiollent (1998, p.14) que define a pesquisa-ação como “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Assim, se a pesquisa-ação permite o envolvimento de todos os interlocutores no projeto desde o seu início, aprofundando o diálogo entre pesquisadores e pesquisados, tornando-os *sujeitos da pesquisa*, ao mesmo tempo em que exige de todos, o aprendizado da auto-reflexividade. Cabe observar sua efetiva contribuição na concretização dos objetivos da extensão universitária a fim de que esta supere definitivamente qualquer confusão com práticas caritativas.

Ao contrário, na extensão universitária, os interesses sociais articulam-se aos interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento ocorre estreitamente ligada à satisfação das necessidades dos grupos sociais. Para os discentes, a prática extensionista pode ser ainda visualizada como uma ferramenta para a formação do *profissional cidadão*, aproximando-o, também, dos problemas sociais em novos *cenários de aprendizagem*, já que o aluno começa a conhecer e a se envolver com a

realidade local desde sua graduação, preparando-se para atuar no mercado de trabalho que, neste caso, não é indiferente ao desenvolvimento social.

Assim, por entender a extensão universitária como uma das vias para a transformação da realidade, mediante a expansão do universo acadêmico *para além dos muros* institucionais, promovendo ações que visem à construção de uma consciência cidadã, em que se valoriza simetricamente a reflexão crítica e propositiva num processo que conjuga saberes profissionais e éticos é que foi possível aqui analisar **a extensão universitária em seu vínculo com a promoção da saúde coletiva** para maior qualidade de vida da população.

Nesta dissertação, pôde-se recordar o movimento pela Reforma Sanitária, iniciado no Brasil na década de 1970, que fez a Saúde Coletiva constituir-se num campo de saber, criando espaços para a difusão ideológica de novas alternativas para a estruturação de um modelo de saúde que contribuísse para a superação do *biologismo* mediante a percepção da indissociação entre o biológico e o social no processo saúde-doença ⁷⁶. Pensar em saúde hoje exige uma forma de analisar os problemas, seus contextos e desdobramentos, de modo que a melhoria da qualidade de vida da população não são mais exclusivas de um ou outro campo de conhecimento, uma vez que os desafios somente serão superados se houver uma construção horizontal entre as diversas áreas do saber de soluções visando ao bem comum.

Tais perspectivas inovadoras no campo da saúde sugerem também fomentar o envolvimento da população nas ações, sobretudo, preventivas, através do desenvolvimento do interesse e da autonomia do cidadão no *cuidado* à saúde, é o mais indicado na busca de um sistema de saúde com equidade e justiça social.

A atenção à saúde requer, portanto, uma prática pedagógica *libertadora* somente possível nas sociedades democráticas onde as instituições sociais, em suas especificidades, contribuam efetivamente. A universidade, mais uma vez, tem um papel inegável na implementação de políticas públicas de saúde local por meio da prática extensionista, revista em acordo com as novas diretrizes da política de ensino superior no Brasil.

⁷⁶ Tal percepção serviu de base para a constituição de um Sistema Único de Saúde (SUS) que contempla o direito universal à saúde, enfatizando-a como um direito de todos e um dever do Estado. Dentro do arranjo organizacional do SUS, o princípio de Integralidade em Saúde coadunado à Educação em Saúde ganhou, enfim, papel de destaque reorientando as práticas em saúde e a agenda institucional do sistema.

Na análise do caso UENF, a pesquisa de campo na PROEX-UENF e a análise dos projetos de extensão selecionados e em desenvolvimento no ano de 2007 permitiram-me observar que o comprometimento do corpo docente com a prática extensionista vem aumentando, de modo que cerca de um quarto dos professores da UENF encontra-se hoje comprometido com algum tipo de ação extensionista.

Percebe-se, entretanto, que o envolvimento dos docentes com a extensão é ainda na UENF equivocadamente correlacionado a dimensões vocacionais, voltadas para a solidariedade, cooperação e, até mesmo, *caridade*, o que denota o quanto de esforço ainda se requer da institucionalização da extensão universitária na *jovem* universidade. Também, por conta da dificuldade de se ver a trilogia ensino-pesquisa-extensão em pé de igualdade, apesar do empenho dos gestores universitários e dos coordenadores dos projetos.

Nas entrevistas, foi ressaltado que os parâmetros de avaliação da produção científica (logo, de maior acesso às políticas de fomento) mantêm a hierarquização das práticas acadêmicas, na medida em que colocam a pesquisa isoladamente e a publicação de seus resultados mediante artigos nas revistas científicas, sobretudo, internacionais, como o principal instrumento de legitimação da competência de um profissional acadêmico, cabendo aos *não tão bem-sucedidos* a dedicação a outras frentes de trabalho na universidade. A atitude discriminatória tende a prejudicar as ações extensionistas.

Os professores entrevistados não identificam os benefícios das ações extensionistas em sua carreira acadêmica, reforçando seu sentimento de discriminação pelos próprios colegas. Ainda que as Pró-Reitorias na UENF estejam constituídas de forma equânime, notam a ausência do reconhecimento devido à prática extensionista como fundamental para o entrelaçamento entre o ensino e a pesquisa no interior da universidade em prol da efetivação dos diferentes pilares acadêmicos.

Os coordenadores dos projetos de extensão e os gestores e consultor entrevistados afirmam, porém, que as parcerias firmadas para o desenvolvimento dos projetos de extensão são de extrema importância para a conformação de uma *Universidade Cidadã*. Tais parcerias abrangem escolas, outras universidades, igrejas, instituições de caridade, empresas privadas e, num único caso examinado, o poder público local. Importa mencionar, entretanto, que as parcerias são buscadas pelos próprios executores dos projetos, e não se trata de uma política institucional sob a responsabilidade da PROEX/UENF, como sugerem os entrevistados como o desejável.

A carência de recursos financeiros e materiais são apontados pelos entrevistados como os principais desafios e obstáculos para o crescimento da extensão universitária na UENF e para a efetivação das metas propostas pelos projetos, o que se relaciona, em muito, ao *desinvestimento* na universidade pública em tempos de minimização do papel do Estado como coordenador da vida em sociedade.

A não-institucionalização dos projetos de extensão somada ao ainda pouco preparo da comunidade universitária para lidar com os desafios referentes à captação de recursos pode provocar o desvirtuamento dos fins do *novo extensionismo*.

As dificuldades no diálogo com a Prefeitura, apontadas pelos professores e coordenadores de projetos, com exceção da assistente social, Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa, prejudicam a expansão e o aprofundamento das ações extensionistas em seu potencial de implementação de políticas públicas. Os entrevistados consensuam que os projetos vinculados a programas conseguem congregiar um maior número de parcerias potencializando seus desdobramentos e, ainda, apresentam probabilidade maior de alcance dos resultados esperados em comparação com os projetos isolados.

Daí a requisição geral entre os professores-coordenadores de projeto de extensão no sentido da institucionalização das parcerias estabelecidas ou a estabelecer como aquela com o Poder Público Municipal, como medida viabilizadora para a implementação de políticas públicas de saúde. Neste item, mais uma vez, verifica-se o delicado relacionamento entre a UENF e o poder público local como também deste para com as iniciativas do novo extensionismo que vai ao encontro da valorização da democracia participativa.

Importa mencionar ainda que no processo de implementação de políticas públicas de saúde é recomendada a participação do cidadão nos momentos decisórios. Como o município de Campos dos Goytacazes apresenta uma realidade local marcada historicamente por um baixo capital social, em referência ao conceito de Putnam (1996), que revela uma ainda forte tradição oligárquica fincada no personalismo e no patrimonialismo, foi possível verificar que os coordenadores dos projetos inserem nas metas de seus projetos ações que visem à conscientização sanitária e cidadã a fim de estimular a participação da comunidade nos processos que dizem respeito ao seu bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

O Projeto “Educação Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS” configura-se como um diferencial explicado pela parceria institucionalizada com o poder público local – que viabilizou a

implementação de uma política pública de saúde - facilitada pelo vínculo empregatício da coordenadora do projeto com a Prefeitura Municipal de Campos, onde exerce suas atividades profissionais no Programa DST/AIDS; fato que aumentou as chances do projeto estabelecer parceria com o poder público municipal por meio do referido programa.

Ainda quanto aos desdobramentos e alcance dos resultados esperados, foi constatado que os projetos de extensão necessitam de um desenvolvimento contínuo para a concretização de suas metas. No tocante às ações de Promoção de Saúde, estas precisam também de tempo uma vez que investem em questões culturais, que exigem uma intervenção cautelosa e cuidadosa. Faz-se necessário, dentre outros, o firmamento de ações intersetoriais com caráter transdisciplinar e interdisciplinar oportunizando maiores chances de consolidação do princípio da integralidade em Saúde.

Os projetos de extensão na UENF desenvolvidos na área temática “saúde”, no ano de 2007, apresentam reais possibilidades de uma intervenção transformadora na saúde local, uma vez que se propõem a promover ações que ultrapassam o assistencialismo e centram-se nos pressupostos da Saúde Coletiva. Os desafios para que isto ocorra, porém, ainda são muitos.

Conforme a pesquisa realizada no Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do município e em *sites* que retratam as condições de saúde da população, pude constatar o quanto ainda não é feito em prol da saúde pública em Campos e região, tendo a UENF um papel relevante na soma de esforços para tal. Se desta pesquisa de caráter preliminar podem ser pensados possíveis ênfases da extensão universitária no caso UENF, penso que posso sintetizar nos pontos abaixo minha tentativa de contribuição ao debate:

1) Sabe-se que as demandas em saúde pública são inúmeras e uma universidade que nasce comprometida com o desenvolvimento regional não pode ignorá-las. Doenças como tuberculose e hanseníase apresentam relevância epidemiológica no município o que tornam ainda mais necessários os projetos de extensão direcionados a estas endemias, principalmente, em parceria com os Centros de Referência que, inaugurados em 2007, poderiam atuar para a redução de suas ocorrências no município;

2) A escolha das comunidades contempladas pelos projetos deveriam atender as necessidades locais. A título de exemplo, o sub-distrito de Guarus é considerado como

um dos que apresentam grandes problemas de saúde pública, como verificado no caso da tuberculose, em que metade dos casos notificados no município são oriundos desta localidade, bem como, quando houve a epidemia da dengue, no ano de 2007, em que a localidade apresentou índice de infestação superior a 1%, concentrando o maior número de casos notificados;

3) Destaca-se a carência ainda de projetos extensionistas direcionados às gestantes, principalmente para as adolescentes de comunidades de baixa renda, com medidas específicas de conscientização e iniciativas de encaminhamento durante o período de pré-natal para o “Programa de assistência à gestantes do município”, uma vez que os dados revelaram uma taxa de mortalidade infantil significativa no período neonatal no município de campos no ano de 2006;

4) O “Programa Saúde da Família”, desativado hoje em Campos, mas ainda em funcionamento no ano de 2007, não foi mencionado em nenhum projeto de extensão como um de seus parceiros. A previsão de sua breve reativação sugere a urgência de parcerias interinstitucionais, pois o agente comunitário de saúde – novo personagem cuja característica é morar na comunidade e introduzir no cotidiano das famílias uma atenção a sua saúde – traz consigo as suas redes, suas experiências de participação em grupo, associações de moradores, entre outros. Desta forma, o estabelecimento de parceria com o PSF pode ajudar os executores de projetos de extensão na área da saúde a conhecerem melhor as demandas e estreitar os laços com a comunidade escolhida, para melhor planejamento das ações de seus projetos.

Por fim, como esta pesquisa pretendeu não se limitar apenas à investigação da extensão universitária uenfiana, mas desejou somar esforços para seu aperfeiçoamento, algumas elucidações e sugestões a respeito desta prática na universidade podem ser também postuladas:

A) A carência de quadros a se envolver nas ações extensionistas bem como a ainda cisão entre ensino-pesquisa-extensão requer a revisão do projeto pedagógico dos cursos de graduação de modo a se garantir os espaços, mensurados em créditos e carga-horária, para o efetivo envolvimento dos docentes e discentes na prática extensionista, de modo a se perceber a interação comunitária como uma nova ambiência para aprofundar a relação universidade-comunidade;

- B)** A ainda pouca comunicação entre os pesquisadores e seus projetos bem como a dificuldade na interação entre os saberes técnicos e sociais não incentivam as parcerias inter-centros. No que concerne ao domínio das metodologias de pesquisa e gestão participativas, o ainda rarefeito diálogo entre cientistas sociais e cientistas *hard* na própria universidade levam a manutenção de práticas, em tese, superadas no trabalho com comunidades;
- C)** É preocupante esperar que os pesquisadores, sem incentivos especiais, mantenham, em tempos de sobrecarga de trabalho e de responsabilidades na universidade pública, sua devoção à causa da extensão universitária. Importa, portanto que a Universidade, sociedades científicas, agências de fomento encontrem formas de premiação daqueles que criativamente se empenham na promoção do modelo do ensino-pesquisa-extensão em suas respectivas carreiras acadêmicas;
- D)** Cabe ainda a PROEX a tarefa maior de garantir aos professores-coordenadores de projetos de extensão o respaldo às suas iniciativas de parcerias e apoios, propondo e orientando parcerias, estimulando o diálogo inter-centros, fomentando programas, viabilizando aproximações entre os pesquisadores e o Poder Público Municipal.

Se o Plano Orientador de Darcy Ribeiro não previa nesta intensidade os desafios à extensão universitária isto se deve aos limites mesmos que se colocam a todo pensamento que é, antes de tudo, contextual. A autonomia dos que hoje abraçam a UENF em Campos é o de poder dar continuidade e aperfeiçoar o plano original, revendo algumas posições, inovando com outras. Não há dúvidas do quanto ainda a cidade de Campos e a região espera de sua Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. Livros, Capítulos de livros e Artigos

AGUILAR FILHO, Hélio de Afonso. Atraso e desempenho Institucional – o que a Antropologia de Roberto DaMatta tem a dizer sobre o capital social brasileiro. *Agenda Social*. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, vol.2, n.3, out-dez, p.96-116, 2008.

ALMEIDA, Miguel Osório de. A Vulgarização do Saber. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Orgs.). *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência. Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 65-72, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão universitária no campo do lazer e da cultura. *Cadernos Especiais*, n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 27/09/07.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, p. 117- 172, 2004.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória das políticas de saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa & PONTES, Ana Lúcia de M (Orgs.). *Políticas de Saúde: operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Vol.3, p. 29-60, 2007.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A Constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região

Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José & RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

BELIDO, Vivaldo. *Política, Políticos e Eleições*. Rio de Janeiro: Alvorada, 1998.

BOEIRA, Sérgio Luís & BORBA, Julian. Os fundamentos teóricos do capital social. *Ambiente e Sociedade*, vol.9, n.1, p.187-93, 2006. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/>. Acesso em: 14/04/2009.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 159-175, 2001.

BRAVO. Maria I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

CASTELO BRANCO, Alba Lúcia & GUIMARÃES, Regina G. M. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade-sociedade? In: THIOLLENT, Michel *et. al* (Orgs.). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, p. 29-40, 2003.

CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P.; PEDRO, Luciana G. F.; MARTINS, Fernando S. V. *Doença meningocócica*. Disponível em: <http://www.cives.ufrj.br/informacao/dm/dm-iv.html>. Acesso em 13/03/2009.

CECCIM, Ricardo B. & FEURWERKER, Laura. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Nilson do Rosário *et. al.* *Demandas Populares, Políticas Públicas de Saúde: ciências sociais e saúde coletiva*. Petrópolis: Vozes, RJ, 1989.

CRUZ, José Luis V. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970 - 2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p.77-116, 2004.

CUNHA, Rachel Dias; ABREU, Carolina de Cássia R. de . Discutindo o retrato sócio-econômico e ambiental da favela da Chatuba, Campos dos Goytacazes - RJ. *Revista Vértices*. Ano 5, n. 2, agosto/2003. Disponível em: <http://www.cefet.campos.br>. Acesso em 04/12/2008.

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 141-158, 2001.

DERRIDA, Jacques. *O Olho da Universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, 159 p.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes, novos produtores de conhecimentos: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p.639-665, 2006.

SCOREL, Sarah. *Saúde Pública: utopia de Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

FARIA, Dóris Santos de. Construção Conceitual da Extensão Universitária: uma conclusão Des-autor-izada”. In: _____. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 177-185, 2001.

FARIA, Teresa P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o mundo citadino. *Agenda Social*. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, vol.2, n.2, mai-set, p.40-64, 2008.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 13ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes populares necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARRAFA, Volnei. Desafios éticos na política de recursos humanos frente às necessidades de saúde. *Caderno RH Saúde*, ano I, vol. 01, n.03, 1993.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. *Educação e Sociedade*, vol.19, n.63, agosto, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HENNINGTON, Élida Azevedo. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 21, n.01, jan./fev., p.256-265, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.com.br> > Acesso em novembro de 2007.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do Saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. ANPOCS. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEVCOVITZ, Eduardo; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira. Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 06, n. 02, p. 269-291, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama & ALVES, Heloísa de Cácia Manhães. *UENF, a Universidade do Terceiro Milênio uma memória (1993-2003)*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2003.

LIMA, Nísia T.; FONSECA, Cristina M.O.; HOCHMAN, Gilberto. O Sistema Único de Saúde em perspectiva histórica. In: Lima N. T. *et. al* (Orgs). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 127-152, 2005.

LUCCHESI, Patrícia T. (org.). Informação para Tomadores de Decisão em Saúde Pública: Políticas Públicas em Saúde. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004. 90p. Disponível em: <http://itd.bvs.br/public/upload/associatedDocument/2004>. Acesso em: 16/03/2009.

MACÊDO, Maria do Carmo dos S. *et. al*. Cenários de Aprendizagem: interseção entre os mundos do trabalho e da formação. In: PINHEIRO, Roseni; CECCIM, Ricardo Burg; MATTOS, Ruben Araújo de (Orgs.). *Ensinar Saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, p. 230-50, 2006.

MAMANI, Hernán Armando. Economia Informal, Mercado de trabalho e Políticas Públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense. *Agenda Social*. Revista do PPGPS/UENF, Campos dos Goytacazes, n. 1, abr/jul, p. 36-59, 2007.

MARCH, Cláudia; FERNANDEZ, Verônica S.; PINHEIRO, Roseni. Ampliando saberes e práticas sobre formação em saúde: processos de inovação e caminhos para a transformação. In: PINHEIRO, Roseni; CECCIM, Ricardo Burg; MATTOS, Ruben Araújo de (orgs.). *Ensinar Saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, p. 179-204, 2006.

MARTINS. Fernando S. V.; CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P.P. *Leptospirose*. Disponível em: <http://www.cives.ufrj.br/informacao/leptospirose/lep-iv.html>. Acesso em 06/05/2009.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária: uma análise crítica*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MERHY, Emerson E. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência.

In: CAMPOS, C. R. et al. (Orgs). *Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte: reescrevendo o público*. São Paulo: Hamã, p. 103-120, 1998.

MERHY, Emerson E. & QUEIROZ, Marcos S. Saúde Pública, Rede Básica e o Sistema de Saúde Brasileiro. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, abr./jun., p. 177-184, 1993.

MENDES, Eugênio Vilaça. *Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. 4ª ed., Rio de Janeiro: ABRASCO; São Paulo: HUCITEC, 1999, 310 p.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adélia M. Apresentação de edição. *Agenda Social*. Revista do PPGPS, vol.2, n.2, mai/set., 2008.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria; SILVA Jr., Paulo Sérgio. A UENF e seu plano orientador entre a “modernização reflexa” e a “aceleração evolutiva”: notas sobre o pensamento de Darcy Ribeiro. *Agenda Social*. Revista do PPGPS, vol.2, n.2, mai/set., p. 1-21, 2008.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, p. 667-710, 2006.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: uma questão que ultrapassa o saber, o poder e o mundo vivido. *Revista Medicina*, Ribeirão Preto, v. 24, n.2, abril/jun., p. 70-77, 1991.

_____. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORA-OSEJO, Luis E.; BORDA, Orlando Fals. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, p. 711-720, 2006.

MOTA, Suetônio. *Introdução à engenharia ambiental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

NADANOVSKI, Paulo. Promoção da Saúde e Prevenção das Doenças Bucais. In: PINTO, Vítor G. *Saúde Bucal Coletiva*. 4ª ed., São Paulo: Santos, p. 293-310, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. “Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual”. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 57-72, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa da. Desmercantilizar a tecnociência. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 241- 268, 2006.

OLIVEIRA, J. A. & TEIXEIRA, S. M. *(Im) Previdência Social: 60 anos de História da Previdência Social*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, ABRASCO, 1985.

PACHECO, Carlos Augusto Góes. *A aplicação e o impacto de royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da Bacia de Campos dos Goytacazes*. Monografia apresentada para o curso de Bacharelado em Economia. Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro 2003. Disponível em <http://www.gee.ie.ufrj.br>. Acesso em 16/05/2009.

PAIM, Jairnilson. S. Desenvolvimento teórico-conceitual do ensino em saúde coletiva. In: ABRASCO. *Ensino da saúde pública, medicina preventiva e social no Brasil*. Rio de Janeiro, ABRASCO/NUTES/CLATES, 1982.

PAIM, Jairnilson S. Reforma Sanitária Brasileira: avanços, limites e perspectivas. In: MATTA, Gustavo Corrêa & LIMA, Júlio César França (Orgs.). *Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, p. 91-122, 2008.

PAIM, Jairnilson S. & ALMEIDA FILHO, Naomar. Saúde Coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 32, n.04, agosto, p. 299-316, 1998. Disponível em < <http://www.scielo.br> >. Acesso em outubro de 2006.

PARANHOS, Paulo. O Açúcar no Norte Fluminense. *Histórica. Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*. Edição nº. 8 de Março de 2006. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/>. Acesso em 22/09/2008.

PESSANHA, Roberto Moraes. Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes. In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p. 193-266, 2004.

POHLMANN, Maria Alice de O. *O discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da Revista Aurora-Letras-Artes-Sciências*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade do 3º Milênio*. vol. 1. Campos dos Goytacazes: UENF, 1993.

ROCHA, Roberto Mauro G. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade. In: THIOLLENT, Michel *et. al* (Orgs.). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e*

práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, p. 17-27, 2003.

ROUQUAYROL, Maria Z. *Epidemiologia & Saúde*. 4ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

RUIVO, Maria da Conceição. A ciência tal como se faz ou tal se diz?. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p.585-600, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. A nova missão da universidade: a inclusão social. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ: UNIRIO, p 07-11, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A História da Extensão Universitária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

SOUZA NETO, João C. & GUARNIERI ATIK, Maria L. (Orgs.). *Extensão Universitária: construção de solidariedade*. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

TAVARES, Maria das Graças M. Os múltiplos conceitos de Extensão. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 73-84, 2001.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Metodologia participativa e extensão universitária. In: THIOLLENT, Michel *et. al* (Orgs.). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, vol. 1, p. 57-67, 2003.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1983.

WAGNER, Peter. Sobre guerras e revoluções. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, p. 103-122, 2006.

WEBER, Max. A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel. *Weber. Sociologia*. São Paulo: Ática, p. 79-127, 1989.

B. Teses, Dissertações e Monografias

BARBOSA, Maria Helena Ribeiro de B. *Entre a submissão e o prazer: mulheres e DST/AIDS na comunidade do matadouro/Campos dos Goytacazes*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2006. 170 p.

BARRETO, Giselle A. *O desafio da implementação do processo de descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil*. Monografia de Pós-Graduação em Odontologia em Saúde Coletiva. Campos dos Goytacazes: Associação Brasileira de Odontologia (ABO), 2003. 105p.

CONCEIÇÃO, Nádia Maria. *Práticas Sanitárias e Municipalização: um olhar dos atores locais em São João da Barra – RJ*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2008. 198p.

GHIORGI, Vana Cristhine de S. D. *Saúde Bucal: Tarefa do Professor? “Estudo de caso sobre o programa saúde na escola em duas instituições do norte fluminense”*. Monografia de Graduação em Licenciatura em Biologia. Campos dos Goytacazes: CBB/UENF, 2008. 103p.

MARQUES da SILVA, Vera Lucia. *Política Social de Atenção Básica de Saúde: o caso do Programa Saúde da Família no município de Campos dos Goytacazes (1999-2001)*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2003. 227p.

MATIAS, Glauber Rabelo. *Uma sociologia dos círculos sociais em Campos dos Goytacazes: Darcy Ribeiro e intelectuais na construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Campos dos Goytacazes: CCH/UENF, 2005. 107p.

SILVA, Leonardo de Carvalho. *Da Cana ao Petróleo: dinâmica intra-urbana recente em Macaé*. Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social – Demografia. ENCE/IBGE. Rio de Janeiro, maio de 2006.

SMIDERLE, Carlos Gustavo S. M. *UENF e Campos, Encontro de dois mundos: Uma etnografia da interação entre a coletividade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), 2002-2004*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: PPGPS/CCH/UENF, 2004. 175p.

VALADÃO, Marina M. *Saúde Na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2004.

VENÂNCIO, Viviane A. S. *A descentralização do Setor Saúde no Município de Campos dos Goytacazes na década de 90*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2001.

C. Legislação e Documentos

BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado, 1988.

_____. Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Edição atualizada. Brasília (DF): 2000/2001 Disponível em: <http://www.ufac.br/>. Acesso em: 02/12/2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2001*. Brasília (DF): abril de 2002. 315 p. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15/01/2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual técnico para o controle da tuberculose: cadernos de atenção básica*. 6ª ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002.70p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/>. Acesso em 03/03/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Atlas de Saúde do Brasil*, Brasília (DF): maio de 2004. Disponível em CD-ROM.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Aprender SUS: o SUS e os cursos de graduação da área da saúde*. Brasília (DF): 2004a, 11p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aprendersus.pdf>. Acesso em: 18/01/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Ver - SUS Brasil: cadernos de textos: Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília (DF), 2004b. 299 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernoversus.pdf>. Acesso em: 05/04/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Guia de Vigilância Epidemiológica*. 6ª ed., Brasília (DF): 2005a. 816 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/publicacoes/Guiavigiepid.pdf>. Acesso em 11/01/2009.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. III Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. *Trabalhadores de Saúde e a Saúde de Todos os Brasileiros: práticas de trabalho, gestão, formação e participação*. Documento Base. Brasília (DF), 2005b. 23p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. I Seminário de Gestão Participativa em Saúde da Região Norte do Rio de Janeiro. In: *Cadernos Regionais. Panorama Sanitário da Região Norte Fluminense*. Brasília (DF): Ministério da Saúde, p. 17-18, 2007. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/editora>. Acesso em 11/02/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Situação Epidemiológica da Dengue*. Nota Técnica. Brasília, 28 de março de 2008a. 6p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/dengue.2803.pdf>. Acesso em: 19/04/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Hepatites Virais: o Brasil está atento*. 3ª ed., Brasília (DF), 2008b. 62p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/hepatitesviraibrasilatento.pdf>. Acesso em 19/04/2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de*

Educação Permanente em Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2009.64 p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume9.pdf>. Acesso em 29/03/2009.

_____. Presidência da República. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 20 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em agosto de 2006.

_____. Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em agosto de 2006.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: COOPMED, 2007a. 112p. Disponível em: <http://www.renex.org.br>. Acesso em: 13/10/08.

_____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. 2ª ed., João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: COOPMED, 2007b, 90 p. (Coleção Extensão Universitária; 5). Disponível em: <http://www.renex.org.br>. Acesso em: 13/10/2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: famílias e domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 276p. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/pdf>. Acesso em 05/04/2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Assistência Médica Sanitária 2005. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em: 05/04/2009.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Série: estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 23, Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. *Catálogo de Extensão 2001/2002*. Campos dos Goytacazes: PROEX/UENF, 2001/2002. 189 p.

_____. *Novo Manual da Extensão*. Campos dos Goytacazes: PROEX/UENF, 2008. 62 p.

APÊNDICE 1**FICHA DOS PROJETOS**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH

Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro

Mestranda: Giselle Almeida Barreto

**PESQUISA: UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E PODER
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.**

TÍTULO DO PROJETO	
Área Temática	
Linha Programática	
Coordenador do Projeto	
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	
Objetivos	
Público-alvo e área de atuação	
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	
Professores Colaboradores	
Parcerias	
Valor do Apoio Financeiro	
Equipe	
Resultados esperados	

APÊNDICE 2**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
DIRECIONADA AOS COORDENADORES DE PROJETOS DE EXTENSÃO
(Modelo)****UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH**Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro****Mestranda: Giselle Almeida Barreto****PESQUISA: UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E PODER
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.****1) Identificação**

- 1.1) Data da Entrevista: ____/____/____
1.2) Lugar da Entrevista: _____
1.3) Duração da Entrevista:
Início: _____ horas e Término: _____ horas

2) Entrevistado

- 2.1) Nome: _____
2.2) Qual é sua formação acadêmica?
2.3) Quando ingressou na UENF?
2.4) Qual é sua atuação profissional na UENF?

3) Conceito de Extensão Universitária e Extensão Universitária na UENF

- 3.1) Poderia conceituar Extensão Universitária? Como visualiza a Extensão de um modo geral?
3.2) E a Extensão na UENF?
3.3) Qual a relação entre a pesquisa e a extensão aqui na UENF?
3.4) E a relação entre a extensão e o ensino?

- 3.5) Em sua opinião, qual a importância para o aluno da graduação seu envolvimento com as atividades extensionistas? Que benefícios isto traria para sua vida profissional?
- 3.6) E para os professores? Qual o ganho a seu ver?
- 3.7) Como ocorre o reconhecimento desta atividade na universidade? E na comunidade?

4) Histórico do Projeto

- 4.1) Como surgiu a idéia de formulação do projeto? Quais foram os fatores de motivação? Existem antecedentes do projeto? O projeto existe há quanto tempo?
- 4.2) Poderia falar sucintamente sobre o processo de andamento do projeto (as ações realizadas) no ano de 2007?
- 4.3) Existiam parcerias? Quem eram os parceiros?
- 4.4) Processo de parcerias (a UENF que foi convidada ou ela como autora do projeto convidou outras instituições?)
- 4.5) Poderia falar de forma sucinta sobre o histórico das parcerias?
- 4.6) Objetivos do projeto no ano de 2007?
- 4.7) E quanto ao público alvo e ao público atingido? Poderia quantificar o número de pessoas que foram beneficiadas por suas ações em 2007
- 4.8) E quanto aos principais obstáculos encontrados para sua execução?
- 4.9) Existia participação da comunidade, envolvimento e compromisso?

5) Extensão Universitária e Promoção da Saúde

- 5.1) Como classificaria a extensão universitária no processo de promoção da saúde?
- 5.2) Acredita que existem virtudes e potencialidades para a promoção da saúde por meio de projetos de extensão ou ainda há um domínio de práticas meramente assistenciais?
- 5.3) Houve alcance dos resultados esperados com a execução do projeto? E quanto aos desdobramentos e perspectivas? Foi possível sua colaboração para a implementação de ações para a promoção da saúde? E para a implementação de políticas públicas de saúde?
- 5.4) Há informações adicionais?

APÊNDICE 3**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
DIRECIONADO À PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS NA GESTÃO 2003-2006 DA UENF
(Modelo)****UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH**Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro****Mestranda: Giselle Almeida Barreto****PESQUISA: UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E PODER
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.****1) Identificação**

- 1.1) Data da Entrevista: ____/____/____
1.2) Lugar da Entrevista: _____
1.3) Duração da Entrevista:
Início: _____ horas e Término: _____ horas

2) Entrevistado

- 2.1) Nome: _____
2.2) Qual é sua formação acadêmica?
2.3) Quando ingressou na UENF?
2.4) Qual é sua atuação profissional na UENF?

3) Conceito de Extensão Universitária

- 3.1) O que é extensão universitária?
3.2) Qual o papel da Extensão na universidade?
3.3) Considera que hoje a trilogia Ensino, Pesquisa e Extensão se encontram de forma equânimes na universidade?

- 3.4)** Um cientista é valorizado em suas comunidades científicas e nas mais importantes agências de fomento por realizar trabalhos no âmbito da Extensão Universitária? Isto traz reconhecimento para ele como cientista?

4) Extensão Universitária na UENF

- 4.1)** Qual foi o período de sua gestão como Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF?
- 4.2)** Quais as razões da Senhora ter aceitado o convite para este cargo à época?
- 4.3)** No livro “UENF, a Universidade do Terceiro Milênio: uma memória (1993-2003)” fala-se que os estudos e pesquisas desenvolvidos pela Sra. sobre a questão da toxoplasmose nas comunidades carentes resultaram na criação do Programa de prevenção, diagnóstico e tratamento da Toxoplasmose em Campos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Faculdade de Medicina; estes projetos apresentaram-se como projetos de extensão na ocasião?
- 4.4)** Qual o papel da Extensão na UENF?
- 4.5)** A Uenf tem uma história singular no modo como foi implementada em Campos por Darcy Ribeiro, então Governo Brizola, e renomados cientistas nacionais e internacionais. Que impacto isto teve na cidade?
- 4.6)** Como é a relação entre a UENF e a comunidade?
- 4.7)** E com o poder local?
- 4.8)** Como a Sra. vê o comprometimento do corpo docente com as ações extensionistas ? Considera que está havendo um maior interesse dos professores na execução de projetos de extensão?
- 4.9)** O que é o Programa Universidade Aberta?
- 4.10)** Quais são os principais desafios e obstáculos visualizados ainda hoje para a extensão universitária na UENF?
- 4.11)** Como a Sra. visualiza o futuro da extensão na UENF?
- 4.12)** Na realidade do Norte-Fluminense, como a Sra. veria o potencial ainda não explorado da extensão na UENF?

5) Extensão Universitária e Promoção da Saúde

- 5.1)** Na área de saúde, especificamente, como o Sra. percebe o potencial de atuação da extensão universitária?
- 5.2)** Em relação às ações extensionistas na área da saúde, a Sra. poderia pontuar os benefícios trazidos para a comunidade envolvida?
- 5.3)** E para a pesquisa em saúde na universidade?
- 5.4)** Como cientistas das áreas “hard” e cientistas sociais poderiam trabalhar em projetos de extensão na área de saúde? A Sra. teria como me falar de experiências de outras universidades que poderiam nos servir como exemplos?
- 5.4)** Já foi possível identificar ações públicas de saúde implementadas no município, a partir dos projetos de extensão na área de saúde desenvolvidos pela UENF durante sua gestão?
- 5.5)** Com sua experiência profissional, a Sra. acredita que a extensão universitária pode atuar para a implementação de políticas públicas de saúde? Durante o período de sua gestão isto já foi visualizado?

APENDICE 4**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
DIRECIONADA AO PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS DA UENF
(Modelo)****UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH**Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro****Mestranda: Giselle Almeida Barreto****PESQUISA: UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E PODER
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.****1) Identificação**

- 1.1) Data da Entrevista: ____/____/____
1.2) Lugar da Entrevista: _____
1.3) Duração da Entrevista:
Início: _____ horas e Término: _____ horas

2) Entrevistado

- 2.1) Nome: _____
2.2) Qual é sua formação acadêmica?
2.3) Quando ingressou na UENF?
2.4) Qual é sua atuação profissional na UENF?

3) Conceito de Extensão Universitária

- 3.1) O que é extensão universitária?
3.2) Qual o papel da Extensão na universidade?
3.3) Considera que hoje a trilogia Ensino, Pesquisa e Extensão se encontram de forma equânimes na universidade?
3.4) Um cientista é valorizado em suas comunidades científicas e nas mais importantes agências de fomento por realizar trabalhos no âmbito da Extensão Universitária? Isto traz reconhecimento para ele como cientista?

4) Extensão Universitária na UENF

- 4.1)** Quando o Sr. assumiu a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF?
- 4.2)** Quais as razões do Sr. ter aceito o convite para este cargo?
- 4.3)** Qual o papel da extensão universitária na UENF?
- 4.4)** O Sr. poderia estimar o nº. atual de projetos de extensão que desenvolvidos na UENF?
- 4.5)** Quais são os programas em desenvolvimento que o Sr. destacaria hoje na extensão? E quantos e quais foram os cursos oferecidos e eventos universitários destinados à extensão universitária, desde o início de sua gestão?
- 4.6)** Quais são os principais desafios e obstáculos visualizados ainda hoje para a extensão universitária na UENF?
- 4.7)** Como é a relação entre a UENF e a comunidade?
- 4.8)** E com o poder público local?
- 4.9)** Como o Sr. vê o comprometimento do corpo docente com as ações extensionistas? (o Sr. considera que está havendo um maior interesse dos professores na execução de projetos de extensão?)
- 4.10)** E o reconhecimento desta atividade na universidade de um modo geral?
- 4.11)** Existe algum incentivo para que os professores exerçam atividades de extensão? Quais?
- 4.12)** Como o Sr. pensa a valorização do profissional que além de se dedicar ao ensino e a pesquisa, também faz extensão?
- 4.13)** Como Pró-Reitor de extensão, como o Sr. poderia classificar o entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão na UENF?
- 4.14)** O manual de extensão de março de 2004, afirma que a UENF tem se esforçado para desempenhar o papel que lhe foi conferido: a promoção e desenvolvimento regional. Como as ações extensionistas na UENF vêm atuando para ajudar a universidade no cumprimento desta meta?
- 4.15)** Como o Sr. visualiza o futuro da extensão na UENF?

5) Extensão Universitária e Promoção da Saúde

- 5.1) Em relação às ações extensionistas na área da saúde, o Sr. poderia pontuar os benefícios trazidos para a comunidade envolvida?
- 5.2) E para a pesquisa em saúde na universidade?
- 5.3) E para os alunos envolvidos com a extensão?
- 5.4) O Sr. pode citar programas, projetos e cursos promovidos na área da saúde até este momento?
- 5.5) Já foi possível identificar Políticas Públicas de Saúde implementadas no município, a partir dos projetos de extensão na área de saúde desenvolvidos pela UENF?
- 5.6) Há informações adicionais?

APÊNDICE 5

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRECIONADA AO CONSULTOR DE EXTENSÃO DA PROEX/UENF (Modelo)



Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH

Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro

Mestranda: Giselle Almeida Barreto

**PESQUISA: UENF, EXTENSÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE: UM DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E PODER
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.**

1) Identificação

- 1.1) Data da Entrevista: ____/____/____
- 1.2) Lugar da Entrevista: _____
- 1.3) Duração da Entrevista:
Início: _____ horas e Término: _____ horas

2) Entrevistado

- 2.1) Nome: _____
- 2.2) Qual é sua formação acadêmica?
- 2.3) Qual é sua atuação profissional na UENF?

3) Conceito de Extensão Universitária

- 3.1) Em sua opinião, o que é extensão universitária?
- 3.2) Hoje, qual é a sua percepção da extensão universitária no Brasil, principalmente, após, 1987, com a implantação do Plano Nacional de Extensão? Estamos vivendo realmente o chamado “novo extensionismo”?
- 3.3) Em sua trajetória, como professor da UFRJ (COPPE), qual seu envolvimento com a extensão universitária? Se através de projetos, quais gostaria de citar. Se há atuação no debate a respeito da gestão universitária e dos próprios

rumos da extensão, de que debates se tratavam e quais foram os avanços ou retrocessos que testemunhou?

- 3.4) Que projetos que não façam uso da participação da sociedade civil pode ser entendidos como projetos de extensão? (as universidades ainda chamam práticas assistencialistas de projetos de extensão? Em que isso encontra sustentação?)
- 3.5) Quais os principais desafios da extensão universitária hoje ou, ainda, quais os principais desafios da universidade hoje?
- 3.6) Qual a importância para o aluno da graduação o seu envolvimento com atividades extensionistas? E para o professor? Quais são os ganhos a seu ver?
- 3.7) Qual sua percepção sobre o reconhecimento das atividades extensionistas na universidade? E na comunidade envolvida?
- 3.8) Quais são os obstáculos observados para a efetivação da proposta de extensão universitária em nosso país?

4) A metodologia da Pesquisa-ação

- 4.1) Sua área de atuação, por excelência, é o desenvolvimento econômico e social? Como podemos relacionar esta meta com a pesquisa-ação?
- 4.2) A pesquisa-ação é uma estratégia que pode ser localizada na prática de movimentos sociais na década de 70? Fazia parte de uma história de militância política em prol da democracia, no caso brasileiro?
- 4.3) Como a universidade no exterior e no Brasil “descobre” a pesquisa-ação?
- 4.4) Gostaria que o Senhor falasse brevemente sobre o conceito, os objetivos e os benefícios da pesquisa-ação para o desempenho da universidade?
- 4.5) A pesquisa-ação é pesquisa e extensão? Qual sua análise crítica da tripartição na universidade (ensino-pesquisa-extensão)? A pesquisa-ação a partir da universidade visa a um novo modelo de universidade?
- 4.6) Em tese, é possível se pensar em projeto de extensão sem a metodologia participativa?

5) Extensão Universitária na UENF

- 5.1) Na realidade do Norte-Fluminense, como o Sr. veria o potencial ainda não explorado da extensão na UENF?

- 5.2) Poderia fazer uma estimativa do crescimento da extensão na UENF ao longo dos anos?
- 5.3) Quais os desafios, obstáculos para o crescimento da extensão na UENF?
- 5.4) Qual sua percepção sobre o reconhecimento das atividades extensionistas na UENF?
- 5.5) E quanto ao comprometimento dos professores?

6) Extensão Universitária e Promoção de Saúde.

- 6.1) Na área de saúde, especificamente, como o Sr. percebe o potencial de atuação da extensão universitária?
- 6.2) Como cientistas das áreas “hard” e cientistas sociais poderiam trabalhar em projetos de extensão na área de saúde? O Sr. teria como me falar de experiências de outras universidades que poderiam nos servir como exemplos?
- 6.3) O Sr. acredita que a extensão universitária pode atuar para a implementação de políticas públicas de saúde? Em sua trajetória profissional, isto já foi visualizado?
- 6.4) Há informações adicionais, que o senhor gostaria de complementar?

APÊNDICE 6**PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELA PROEX/UENF, NA
ÁREA TEMÁTICA “SAÚDE”, NO ANO DE 2007****Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS/LEEA/CCH****Orientadora: Prof^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro****Mestranda: Giselle Almeida Barreto**

Projeto 1 - “Zoonoses: Convívio do Homem com seus animais e a visão da Comunidade Sobre as Doenças Bacterianas Transmissíveis na Região Norte/Noroeste do Estado do Rio de Janeiro”. Código: 2007-054.

TÍTULO DO PROJETO*1	Zoonoses: Convívio do Homem com seus animais e a visão da Comunidade Sobre as Doenças Bacterianas Transmissíveis na Região Norte/Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Desenvolvimento do Sistema de Saúde
Coordenador do Projeto	Dr. Olney Vieira da Mota
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduado em Medicina Veterinária pela UFRRJ (1981), Mestrado em Produção Animal (1997) e Doutorado em Biociências e Biotecnologia (2001) pela UENF. Atualmente é professor associado da UENF. Possui experiência na área de Medicina Veterinária, com ênfase em doenças infectocontagiosas.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuária/Laboratório de Sanidade Animal
Objetivos	➤ Estabelecer a relação existente entre as doenças dermatológicas e digestivas que ocorrem entre indivíduos nas comunidades estudadas e a presença de animais de estimação e aqueles criados para consumo; ➤ Obter informações relativas a ocorrência de doenças de caráter zoonótico nos postos de saúde destas comunidades junto aos profissionais de saúde atuantes; ➤ Catalogar os principais agentes encontrados e quando necessário realizar testes de antibiograma para detectar possíveis agentes resistentes a drogas; ➤ Trabalhar com médicos no sentido de orientar os

	indivíduos idosos, pacientes com perfil portador de imunossupressão ou doenças intercorrentes dos riscos diante de agentes patogênicos encontrados no local onde vivem; ➤ Orientar pequenos criadores de animais para consumo humano da necessidade de cuidados especiais para evitarem a ocorrência de doenças nos animais e a possível transmissão para as pessoas mais próximas; ➤ Verificar a presença de patógenos em pontos críticos nas instalações de postos de saúde e instalações de escolas locais; ➤ Selecionar os agentes patogênicos e investigar os seus fatores de virulência; ➤ Trabalhar junto às comunidades para a conscientização dos moradores locais sobre a importância das zoonoses e os cuidados com os animais criados pelos seus moradores; ➤ Realizar palestras dentro do tema “zoonoses” com todos os participantes e estudantes locais, principalmente crianças; ➤ Publicar os resultados obtidos com a execução do projeto.
Público-alvo e área de atuação	Seis comunidades carentes, escolas e postos de saúde locais: comunidades de Tira-gosto; Arraial e Cobra D'Água (distrito de travessão), Parque Santuário; Matadouro e Custodópolis.
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	Aproximadamente 200 famílias nas comunidades do distrito de Travessão, 50 famílias na comunidade do Matadouro e, no mínimo 200 famílias em Custodópolis.
Professores Colaboradores	➤ Antonio Henrique de Moraes Neto (FIOCRUZ) ➤ João Carlos de Aquino Almeida (UENF); ➤ Clóvis de Paula Santos (UENF); ➤ Nádia Francisca Sant'Anna Nogueira (UENF); ➤ Antonio Carlos da Silva (UERJ); ➤ Júlio Vianna Barbosa (FIOCRUZ); ➤ Maria da Glória Alves – (UENF) e; ➤ Maria de Fátima Sarro da Silva (UFRJ).
Parcerias	➤ Faculdade de Medicina de Campos/Programa Bairro Saudável*2; ➤ Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos); ➤ CEFET; ➤ Universidade Estácio de Sá e; ➤ Universidade Cândido Mendes.
Valor do Apoio Financeiro	Não consta informação PROEx/UENF.
Equipe	Além dos professores colaboradores o projeto no ano de 2007 contou com dois bolsistas:

	➤ Paula Nascimento Santoro – discente; ➤ Carlos Eduardo Siqueira – Programa Universidade Aberta.
Resultados esperados	➤ Publicação de artigos dentro da área de estudo; ➤ Apresentação de palestras de esclarecimento nas comunidades envolvidas; ➤ Visitar outras áreas não programadas que podem surgir durante o projeto; ➤ Obter dados inéditos no município de Campos dos Goytacazes de estafilococcias entre indivíduos das diferentes categorias propostas (crianças, adultos e idosos) e a presença destas bactérias em animais de estimação, ou seja, fazer uma correlação entre os indivíduos e determinar a ocorrência de zoonoses.

***1** Sob a coordenação do Dr. João Carlos de Aquino Almeida, o Programa Parasitoses do Norte Fluminense surgiu em 2004, a partir do "Projeto Água - Travessão", originado da demanda da assistente social do Hospital de Travessão, que relatou o grande número de problemas verificado nos atendimentos desse Hospital, com vários sintomas relacionados à qualidade da água. Essa investigação gerou a primeira dissertação de mestrado da UENF originada inteiramente de um projeto de Extensão. A partir do contato com a comunidade foram observadas novas demandas que invocaram a necessidade de mais ações que viessem a melhorar suas condições de vida, surgindo daí o projeto "Helminthíases Intestinais", que passou a atuar também na região. Outros projetos se incorporaram, ampliando os objetivos iniciais e incorporando novas linhas de pesquisa, como Alergias, Zoonoses, Nutrição, entre outras, tendo sempre em vista a geração de dados científicos, mas com compromisso social, numa perspectiva de pesquisa-ação. Disponível em: <http://parasitosesnf.googlepages.com/>.

***2** O Programa Bairro Saudável consiste numa proposta de investigação sobre as possibilidades de criação de um modelo de prática, onde a interação ensino-comunidade-instituições de ensino superior seja capaz de contribuir para o processo de transformação de um "bairro vulnerável" em um "bairro saudável". Para tanto focaliza três eixos distintos, porém inter-relacionados. O primeiro eixo tem como foco o Centro de Saúde Escola de Custodópolis (CSEC) – reconhecido como um veículo impulsionador de melhorias na qualidade de vida de, aproximadamente, vinte mil pessoas já listadas em seu cadastro. O segundo eixo abrange as possibilidades de investimento em um cenário multidisciplinar de aprendizagem articulando ensino, pesquisa e extensão. No último eixo encontra-se o movimento de "re-conhecer" a comunidade de Custodópolis, através da construção de um diagnóstico participativo, que leve em conta o lugar e sua história; as características sócio-econômicas e culturais do "território usado"; a movimentação de seus atores; os vínculos existentes e potenciais; além das condições para desencadear e fortalecer uma dinâmica de empoderamento. Sua operacionalização prioriza o trabalho multidisciplinar, congregando diferentes instituições de nível superior. Recorrendo a metodologia da Pesquisa-ação, o Programa fundamenta-se nos pressupostos que norteiam a Saúde Coletiva, a Atenção Básica e a Educação Permanente em Saúde. Disponível em: <http://www.fmc.br/bairroSaudavel>.

Projeto 2 - “Processo Educativo de Alunos da Rede Pública do Município de Campos dos Goytacazes como Estratégia de Controle do mosquito da Dengue. Código: 2007-059

TÍTULO DO PROJETO *3	Processo Educativo de Alunos da Rede Pública do Município de Campos dos Goytacazes como Estratégia de Controle do mosquito da Dengue
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Ensino Fundamental e Novas Endemias e Epidemias.
Coordenador do Projeto	Dr. Francisco José Alves Lemos
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará (1984), Mestrado em Bioquímica Vegetal pela Universidade Federal do Ceará (1988), Doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica) Pela Universidade de São Paulo (1992) e Pós-Doutorado pela Case Western Reserve University (1995). Atualmente é Professor Associado da UENF. Tem Experiência na área de Parasitologia.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Biociência e Biotecnologia/Laboratório de Biologia Celular e Tecidual
Objetivos	➤ Esclarecer estudantes de ensino fundamental do 2º segmento (5ª a 8ª série) sobre as características do mosquito <i>Aedes aegypti</i>, transmissor da Dengue, e os perigos do convívio com os mosquitos contaminados; ➤ Capacitar profissionais para atuarem como agentes multiplicadores dessa conscientização; ➤ Promover aos participantes: diferenciação entre o <i>Aedes aegypti</i> e os demais mosquitos através da observação ao microscópio estereoscópico; ➤ Observação de todos os estágios de vida (ovo, os quatro estágios larvais, pupa e mosquito adulto) com o auxílio do microscópio; ➤ Conhecimento do modo de vida do inseto e como se utiliza disso para o combate eficaz dos sítios de procriação; ➤ Aquisição de conhecimento sobre os sintomas da doença, como agir em caso de infecção e, principalmente, como colaborar para a diminuição da população do vetor em nossa cidade; ➤ Aplicação de questionários, capacitação e criação de multiplicadores.
Público-alvo e área de atuação	➤ Alunos do segundo segmento do ensino fundamental e professores das redes pública e privada e; ➤ Escolas de bairros de alta incidência do mosquito, conforme informações do Centro de Controle de Zoonoses de Campos no ano 2007. Os maiores índices são nos bairros de Guarus, Horto e Jardim Maria de Queiroz.

Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	Não é possível estimarmos no momento o número exato de pessoas que serão atingidas
Professores Colaboradores	➤ Desiely Silva Gusmão - CEFET- Co-Orientadora dos Bolsistas e; ➤ Telma Ferreira Costa Aguiar - Secretaria Municipal de Educação de campos e Colégio Liceu de Humanidades de Campos - Apoio Pedagógico
Parcerias	➤ Centro de Educação e Tecnologia de Campos (CEFET); ➤ Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).
Valor do Apoio Financeiro	Não consta informação PROEX/UENF.
Equipe	Além dos professores colaboradores,o projeto no ano e 2007, contava com três bolsistas: ➤ Camilla Torquato Barcellos - discente - 20 hs; ➤ Tatiane Sanches Soares - Programa Universidade Aberta - superior - 40h; ➤ Natália Neto dos Santos Nunes - Programa Universidade Aberta - superior - 40hs.
Resultados esperados	Não consta esta informação na ficha do projeto na PROEx/UENF.

***3 Projeto não-vinculado à programa.**

Projeto 3 - “Núcleo de Apoio à Reprodução de Carnívoros”. Código: 2007-020.

TÍTULO DO PROJETO*₄	Núcleo de Apoio à Reprodução de Carnívoros
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Hospitais e Clínicas Veterinárias
Coordenador do Projeto	Dra. Isabel Candia Nunes da Cunha
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduada em Medicina Veterinária pela UNESP (1993); Mestrado em Medicina Veterinária pela UNESP (1997) e Doutora em Medicina Veterinária pela UNESP (2002). Atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense, onde coordena o Núcleo de Apoio à Reprodução de Carnívoros.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Ciências e Tecnologia Agropecuária/ Laboratório de Reprodução e Melhoramento Genético Animal
Objetivos	➤ Criação de um Banco de Sêmen de Cães e de um Banco Genômico de Carnívoros Brasileiros ameaçados de extinção; ➤ Controle Populacional dos Cães Errantes do campus da UENF; ➤ Sensibilização da População sobre Posse Responsável e Informação Sobre o Ciclo Estral da Cadela para Conhecimento de Técnicos de Controle Populacional de Cães; ➤ Oferecer Procedimentos de Inseminação Artificial a um número maior de criadores de cães da região.
Público-alvo e área de atuação	➤ Criadores de cães e gatos da comunidade em geral; ➤ Médicos Veterinários de Campos e região e; Ambulatório do Hospital Veterinário da UENF, Escolas e Comunidades.
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	➤ Média de 200 casos equivalente a 200 famílias beneficiadas; ➤ Média de 50 Médicos Veterinários em Campos e região.
Professores Colaboradores	Não consta esta informação na ficha do projeto na PROEX/UENF.
Parcerias	➤ FAPERJ; ➤ FUNDENOR.
Valor do Apoio Financeiro	Não consta informação PROEX/UENF.
Equipe	Bolsistas: ➤ Carolina Montes Silva (Discente – Bolsista - 20h); ➤ Israel Pereira dos Santos (Programa Universidade Aberta - Superior - 20h); ➤ José Leonardo Gualberto Ramos (Programa Universidade Aberta - Superior - 20h)
Resultados esperados	Disponibilizar para a população em geral, Biotecnologia, avanços e métodos diagnósticos e conhecimento em reprodução assistidas de cães e gatos.

***₄ Projeto não-vinculado à programa.**

Projeto 4 - “Parasitoses Humanas”. Código: 2007-048

TÍTULO DO PROJETO* ₅	Parasitoses Humanas
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Saúde da Família
Coordenador do Projeto	Dr. Clóvis de Paula Santos
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura (1990) e Bacharelado ênfase em Zoologia (1993) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado em Medicina Veterinária em Parasitologia Veterinária (1996) e Doutorado em (2000) pela UFRJ. Tem experiência em Pesquisa e Extensão em Parasitologia Humana e Animal com ênfase em Helminologia. Atualmente é Professor Associado da UENF e Coordenador do Biotério Central da UENF.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Biociência e Biotecnologia/Laboratório de Biologia Celular e Tecidual.
Objetivos	➤ Realizar um inquérito epidemiológico da ocorrência de parasitoses nas comunidades envolvidas e; ➤ Realizar um Programa Integrado de Intervenção Participativa para o Controle das Parasitoses Humanas em comunidades carentes de Campos dos Goytacazes, visando a melhoria da qualidade de vida da população.
Público-alvo e área de atuação	➤ Famílias de localidades carentes do Distrito de Travessão; ➤ Crianças em Idade Escolar (07 A 14 Anos) da Rede Pública e Privada de Travessão e área metropolitana de Campos dos Goytacazes – RJ.
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	➤ Média de 200 casos equivalente a 200 famílias beneficiadas; ➤ Média de 50 Médicos Veterinários em Campos e região.
Professores Colaboradores	➤ Antonio Henrique de Moraes Neto (FIOCRUZ) ➤ João Carlos de Aquino Almeida (UENF); ➤ Olney Vieira da Motta (UENF); ➤ Nádia Francisca Sant’Anna Nogueira (UENF); ➤ Antonio Carlos da Silva (UERJ); ➤ Júlio Vianna Barbosa (FIOCRUZ); ➤ Maria da Glória Alves (UENF) e; ➤ Maria de Fátima Sarro da Silva (UFRJ).
Parcerias	➤ Prefeitura Municipal de Campos (Hospital de Travessão e Hospital Geral de Guarus); ➤ FIOCRUZ; ➤ UERJ; ➤ Pastoral da Criança; ➤ Rotary Club de Campos.
Valor do Apoio	Não consta informação PROEX/UENF.

Financeiro	
Equipe	Além dos professores colaboradores, o projeto contou, no ano de 2007, com os seguintes bolsistas: ➤ Camila Ribeiro Lantimam (Médica - Bolsista 20h); ➤ Isabel Cristina da Silva (Auxiliar de Enfermagem - Bolsista 20h); ➤ Leila Cristina Henriques da Silva Ribeiro (Assistente Social - Bolsista 12h); ➤ Bartolomeu Álvaro de Gusmão (Técnico - Bolsista 20h); ➤ Maria Iza Rangel Ribeiro Gomes (Auxiliar de Enfermagem - Bolsista 20h); ➤ Thais W. da Silva Boa Morte (Bolsista de Extensão da UENF) e; ➤ Silvio Jacinto da Silva (Bolsista de Extensão da UENF).
Resultados esperados	O Controle das Parasitoses Humanas em comunidades carentes de Campos dos Goytacazes, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

***₅ Projeto vinculado ao Programa Parasitoses do Norte Fluminense – CBB/UENF.**

Projeto 5 - “AIDS, DST’s e Educação em Saúde”. Código: 2007-049

TÍTULO DO PROJETO*₆	AIDS, DST’s e Educação em Saúde
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Saúde da Família
Coordenador do Projeto	Dr. João Carlos de Aquino Almeida
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduado em em Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFRJ (1991), mestrado em Ciências Biológicas (Biofísica) pela UFRJ (1996) e Doutorado em Ciências Biológicas (Biofísica) pela UFRJ (2000). Atualmente é Professor Associado IV da UENF. Tem experiência na área de Biofísica, com ênfase em Biofísica Celular. Atua atualmente com educação em ciências e saúde, principalmente com os temas HIV/AIDS/DSTs, Educação Especial (deficientes visuais), qualidade da água e parasitoses. Coordena o Programa Parasitoses do Norte Fluminense CBB/UENF.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	. Centro de Biociência e Biotecnologia/Laboratório de Fisiologia e Bioquímica de Microorganismos.
Objetivos	➤ Realizar um levantamento epidemiológico sobre AIDS e DSTs no Município de Campos dos Goytacazes, a partir da aplicação de questionários e da análise dos dados do CTA-Campos; ➤ Realizar um levantamento sobre os conceitos e percepções sobre AIDS e DSTs em comunidades carentes e em escolares em idade reprodutiva; ➤ Desenvolver estratégias em educação a fim de repassar conceitos sobre AIDS e DSTs, assim como outras doenças abordadas pelo programa “Parasitoses do Norte Fluminense”, no qual esse projeto se insere; ➤ Produzir material didático de qualidade (cartilhas, cartazes) sobre educação em saúde, que sirvam de apoio às ações desse projeto e do programa “Parasitoses do Norte Fluminense”; ➤ Aplicar o material e metodologias desenvolvidos e avaliar a sua eficiência ➤ Desenvolver metodologias de educação em saúde de comprovada eficiência na prevenção de DST’s e AIDS; ➤ Estabelecer parcerias com o poder público, entidades de financiamento, iniciativa privada e ONGs, a fim de viabilizar a produção de material didático em grande escala; ➤ Traçar um perfil real e atualizado sobre AIDS e DST’s na cidade de Campos dos Goytacazes; ➤ Realizar ações que exerçam um impacto efetivo nas comunidades investigadas na prevenção das DST’s e AIDS.

Público-alvo e área de atuação	➤ Pessoas em idade reprodutiva na Cidade de Campos dos Goytacazes, em especial de comunidades carentes; ➤ Comunidades do Matadouro, Parque Santuário e Parque Aldeia e; ➤ Cerca de 8 escolas selecionadas no município.
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	➤ Cerca de 300 famílias de comunidades carentes de Campos dos Goytacazes e cerca de 1000 escolares acima dos 13 anos, podendo ser ampliada de acordo com as parcerias firmadas.
Professores Colaboradores	➤ Antonio Henrique de Moraes Neto (FIOCRUZ) ➤ João Carlos de Aquino Almeida (UENF); ➤ Olney Vieira da Motta (UENF); ➤ Nádia Francisca Sant'Anna Nogueira (UENF); ➤ Antonio Carlos da Silva (UERJ); ➤ Júlio Vianna Barbosa (FIOCRUZ); ➤ Maria da Glória Alves (UENF) e; ➤ Maria de Fátima Sarro da Silva (UFRJ).
Parcerias	➤ Prefeitura Municipal de Campos (Hospital de Travessão e Hospital Geral de Guarus); ➤ FIOCRUZ; ➤ UERJ; ➤ Pastoral da Criança; ➤ Rotary Club de Campos.
Valor do Apoio Financeiro	Não consta informação PROEX/UENF.
Equipe	Além dos professores colaboradores, o projeto contou, no ano de 2007, com os seguintes bolsistas: ➤ Roberta Ferreira Nagipe da Silva - Programa Universidade Aberta; ➤ Leandro Barbosa Campos – Programa Universidade Aberta; ➤ Frederico Gervazoni Bastos de Alencar - Programa Universidade Aberta; ➤ Èrika Fernandes - Programa Universidade Aberta; ➤ Núbia Grazielle Vieira – Programa Universidade Aberta e; ➤ Fernando Rossi - Programa Universidade Aberta.
Resultados esperados	Realização das metas do projeto.

***₆ Projeto vinculado ao Programa Parasitoses do Norte Fluminense – CBB/UENF**

Projeto 6 - “Apoio Diagnóstico na Especialidade de Oftalmologia Veterinária nas Comunidades Periféricas no Município de Campos dos Goytacazes”. Código: 2007-009.

TÍTULO DO PROJETO*7	Apoio Diagnóstico na Especialidade de Oftalmologia Veterinária nas Comunidades Periféricas no Município de Campos dos Goytacazes.
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Educação Continuada
Coordenador do Projeto	Dr. Cláudio Baptista de Carvalho
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Possui graduação em Veterinária pela UFRRJ (1965), Mestrado em Medicina Veterinária pela UFMG (1973) e Doutorado em Escola Superior de Medicina Veterinária pela Universität Hannover (1988). Atualmente é professor titular da UENF e Membro de corpo editorial da Jornal Brasileiro de Ciência Animal. Tem experiência na área de Medicina Veterinária, com ênfase em Clínica e Cirurgia Animal.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuária/Laboratório de Sanidade Animal
Objetivos	➤ Notificação dos animais com alterações oculares nas comunidades carentes de Campos dos Goytacazes com visitas periódicas; ➤ Realização de exame oftálmico minucioso em animais com oftalmopatias e; ➤ Distribuir folder informativo à população existente em áreas de comunidades carentes e periféricas.
Público-alvo e área de atuação	Integrantes das comunidades carentes e periféricas que buscarem atendimento – gratuito e especializado – no Hospital Veterinário da UENF
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	➤ Aproximadamente 300 pessoas.
Professores Colaboradores	Não apresenta
Parcerias	Não consta esta informação na ficha do projeto na PROEX/UENF.
Valor do Apoio Financeiro	Não consta informação PROEX/UENF.
Equipe	➤ Raíssa Oliveira Lima (Voluntária – Atua em atendimentos Especializados na Oftalmologia Veterinária); ➤ Paula Moreira Borges (Discente - Bolsista 20h).
Resultados esperados	A ocorrência de afecções oculares nas espécies domésticas é muito comum, devido a falta de informação da população. Desta forma, o projeto pretende expandir os

	conhecimentos direcionados à clínica oftálmica.
--	---

***7 Projeto não-vinculado à Programa.**

Projeto 7 - “Zoonoses Parasitárias Endêmicas: Tratamento, Controle, Profilaxia, Educação Sanitária e Ambiental em Comunidades do município de Campos dos Goytacazes – RJ.”. Código: 2007-054.

TÍTULO DO PROJETO*8	Zoonoses Parasitárias Endêmicas: Tratamento, Controle, Profilaxia, Educação Sanitária e Ambiental em Comunidades do município de Campos dos Goytacazes – RJ.
Área Temática	Saúde
Linha Programática	Desenvolvimento do Sistema de Saúde
Coordenador do Projeto	Dra. Maria Angélica Vieira da Costa Pereira
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ (1988); Mestrado em Medicina Veterinária pela UFRRJ (1990-1993) e Doutorado em Ciências Veterinárias (Área de Concentração Parasitologia) pela UFRRJ (1995-1999). Atualmente é Professora Associada da UENF. Experiência Profissional com ênfase em Parasitologia, Patologia Clínica e Clínica e terapêutica, principalmente nos seguintes temas: Saúde Coletiva (Controle de Zoonoses em comunidade de baixa renda) e Medicina Veterinária Alternativa (Homeopatia, Fitoterapia e Acupuntura) interagindo com agro-ecologia. Também é Responsável pelo Setor de Parasitologia-Hv/Lsa/Ccta/UENF.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuária/Laboratório de Sanidade Animal
Objetivos	➤ Diagnosticar, controlar e tratar zoonoses dos animais domésticos; ➤ Realizar exames parasitológicos em crianças e animais domésticos; ➤ Realizar palestras sobre o tema “higiene e saúde”, visando ampliar a consciência sanitária e ambiental; ➤ Realizar coleta da água de poço para posterior análise; ➤ Relatar em palestras os resultados encontrados nos exames e; ➤ Realizar encaminhamento para a unidade de saúde mais próxima.
Público-alvo e área de atuação	➤ Famílias da comunidade do matadouro e goiabal; ➤ Escola Municipal São Francisco de Assis e; ➤ Creche Municipal Luz.

Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	Aproximadamente 100 famílias com 5 a 10 integrantes
Professores Colaboradores	Não apresenta
Parcerias	➤ Escola Municipal São Francisco de Assis; ➤ Creche Municipal Luz; ➤ FAPERJ; ➤ Empresa Diagnostek (SP); ➤ Programa DST/AIDS; ➤ Faculdade de Medicina de Campos; ➤ Centro de Controle de Zoonoses (CZZ) e; ➤ Pastoral da Criança de Campos.
Valor do Apoio Financeiro	O apoio oferecido para a execução do projeto vem via Empresa Diagnostek (SP) que fornece os kits para exames e todo material educativo necessário.
Equipe	➤ Suzana Corrêa Wagner Barros (Programa Universidade Aberta – superior- 40h) e; ➤ Lívia Munay Kindlovits (Discente - Bolsista 20h);
Resultados esperados	➤ Ampliar a educação sanitária e ambiental ao público-alvo; ➤ Contribuir para a redução da ocorrência de parasitoses de potencial zoonótico dos animais domésticos das comunidades envolvidas e; ➤ Contribuir para que doenças zoonóticas não sejam transmitidas para as crianças.

***8 Projeto não-vinculado a Programa.**

Projeto 8 - “Educação Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS”. Não apresenta código

TÍTULO DO PROJETO*₉	Educação Saúde e Cidadania: formação e atuação de agentes multiplicadores de informação em DST/AIDS.
Área Temática	Não apresenta
Linha Programática	Não apresenta
Coordenador do Projeto	Maria Helena Ribeiro de Barros Barbosa
Formação Acadêmica, Atuação Profissional e Lotação Administrativa na UENF do coordenador do projeto	Graduada em Serviço Social pela UFF (1974). Pós-graduada em Serviço Social Contemporâneo pela UFF (1998) e Mestrado em Políticas Sociais CCH/UENF (2006). Ingressou na UENF em 1997 e implantou o Serviço Social na universidade. Também atua no Programa DST/AIDS do município de Campos dos Goytacazes.
Unidade e sub-unidade de vinculação do projeto	Projeto vinculado ao Serviço Social localizado no Centro de Ciência do Homem da UENF.
Objetivos	➤ Prevenir DST's/AIDS; ➤ Aplicar questionários para mensurar o grau de conhecimento das pessoas quanto às DST's/AIDS; ➤ Incentivar as mulheres à realização de exames, como o Papa Nicolau, e outros para detecção de DST's/AIDS; ➤ Incentivar as mulheres para o uso de preservativos femininos, devido ao aumento considerável do número de HIV em mulheres; ➤ Incentivar os homens ao uso de preservativos e a realização de exames para detecção de DST'S/AIDS; ➤ Oferecer cursos de capacitação para novos multiplicadores* 10; ➤ Oferecer cursos de atualização para os multiplicadores atuantes; ➤ Capacitar os professores para tornarem-se multiplicadores na escola ➤ Realizar visitas domiciliares; ➤ Cadastrar as pessoas que querem receber preservativos e; ➤ Realizar palestras, reuniões e eventos na comunidade e escolas envolvidas.
Público-alvo e área de atuação	➤ Famílias da comunidade do matadouro (adolescentes, adultos e idosos) ➤ Professores e alunos da Escola Municipal São Francisco de Assis; ➤ Professores e alunos do CIEP da Lapa; ➤ Professores e alunos da Escola Estadual Constantino Fernandes; ➤ Professores e alunos do Liceu de Humanidades de Campos;

	➤ Professores e alunos da Escola João Pessoa.
Estimativa de pessoas beneficiadas com o projeto	➤ Aproximadamente 1000 pessoas da comunidade do matadouro; ➤ Professores e alunos das escolas envolvidas com o projeto.
Professores Colaboradores	Dr. João Carlos de Aquino Almeida CBB/UENF
Parcerias	➤ Prefeitura Municipal de Campos/Secretaria Municipal de Saúde/Programa DST/AIDS institucionalizada por meio de documentos assinados pelo Programa e pela Pró-Reitoria de Extensão de Assuntos Comunitários; ➤ Faculdade de Medicina de Campos; ➤ Coordenadoria Regional de Educação e; ➤ Pastoral da Criança de Campos.
Valor do Apoio Financeiro	Não apresenta apoio financeiro, mas todos os materiais necessários são fornecidos pelo Programa DST/AIDS; tais como; material educativo (folhetos, folderes, banners) e 2.016 preservativos por mês.
Equipe	➤ 25 alunos universitários (UENF, UFF e CEFET) capacitados como multiplicadores para ministração de cursos para formação de novos multiplicadores; ➤ Profissionais de nível superior do Programa DST/AIDS, tais como psicólogos, assistentes sociais e médicos, capacitados como multiplicadores e; ➤ Agentes administrativos.
Resultados esperados	➤ Redução da ocorrência de DST's/AIDS; ➤ Conscientizar o público alcançado quanto aos seus direitos de cidadania; ➤ Aumento do número de multiplicadores nas escolas e comunidades envolvidas; ➤ Ampliação do projeto para outras escolas e comunidades.

***₉ Projeto não cadastrado no Edital FAPERJ no ano de 2007.**

